

DM

# O Papel da Mulher na Revolução de Abril na Ilha da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Elda Jéssica Freitas Olim**

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

*A Nossa Universidade*

[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

setembro | 2022

# **O Papel da Mulher na Revolução de Abril na Ilha da Madeira**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Elda Jéssica Freitas Olim**

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTAÇÃO

Rui Alexandre Carita Silvestre



Faculdade de Artes e Humanidades  
Mestrado em Estudos Regionais e Locais  
Ano letivo: 2021 – 2022

**Elda Jéssica Freitas Olim**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre  
em Estudos Regionais e Locais

**Orientador: Professor Doutor Rui Alexandre Carita Silvestre**

**Funchal, 2022**

## **Dedicatória**

*Dedico a todas as mulheres que lutaram pela igualdade de direitos e pela liberdade! Àquelas que sofreram e perderam as suas vidas!*

*Em memória da bisavó Maria do Sacramento,  
da avó Conceição Mendonça,  
e da avó Francisca de Freitas.*

## **Agradecimentos**

Acima de tudo, este foi um ano desafiador e, ao mesmo tempo, intenso. Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Professor Doutor Rui Carita por ter aceitado fazer parte desta viagem e por ter contribuído para o desenvolvimento deste tema, com dinamismo e fluidez. Obrigada por todos os conselhos, não me deixando cair no erro, e por incentivar-me a querer saber e fazer mais. Sem dúvida que o seu papel foi determinante para o desenrolar desta dissertação. E claro que não posso deixar de referir que, para mim, é um privilégio ter como orientador um dos Capitães de Abril.

À Doutora Cristina Trindade quero agradecer todo o seu contributo e ajuda. Obrigada pela partilha de conhecimentos e por ter me incentivado a procurar mais.

Aos meus pais, Justina Olim e Francisco Olim, e à minha irmã Márcia Olim que sempre estiveram do meu lado e que sempre lutaram para que eu conseguisse chegar mais longe.

Agradeço ao Hélder Oliveira e ao Rúben Sousa pelo apoio e suporte técnico.

Ao meu colega e tio Severino Olim por ter estado do meu lado no decorrer destes dois anos. Apesar da sua entrada neste mestrado ter sido, para mim, surpreendente, admito que esta jornada das nossas vidas foi muito engraçada, assim como também muito desafiadora. Agradeço ainda a todas as minhas colegas de curso pelo apoio.

À equipa de Comunicação da Câmara Municipal da Ponta do Sol assim como à Dra. Célia Pecegueiro.

Ao José Martins Júnior pela partilha de conhecimentos e vivências.

E um especial obrigada a todas as mulheres que aceitaram fazer parte deste projeto e que partilharam comigo informações imprescindíveis para o desenvolvimento deste tema. Esta dissertação de mestrado não faria sentido sem o vosso contributo. Obrigada, mulheres, por tudo!

## **Resumo**

Nos primeiros anos do século XX a mulher, salvo em alguns estratos sociais mais elevados, não passava de um segmento da população que quase tinha apenas como funções procriar e respeitar a autoridade masculina. Os seus direitos eram quase inexistentes. O seu lugar era em casa, a tratar das lidas domésticas e a cuidar dos filhos.

Pensar em tornar a mulher independente era visto como uma ameaça para a sociedade instituída. Desta forma, após o pronunciamento de abril de 1974, foi necessário combater não só o que ficara do regime autoritário anterior, mas, especialmente, a mentalidade geral vigente. Após o 25 de abril de 1974 as mulheres saíram à rua e fizeram-se ouvir em modo de protesto exigindo a igualdade de género.

O 25 de abril trouxe a estas, e a todas as mulheres portuguesas, um novo grito de liberdade e de afirmação do sexo feminino em Portugal. É de salientar que todo este ânimo libertador proporcionou não só em Portugal Continental, como também na Madeira e nos Açores uma mudança progressiva de comportamentos sociais. Esta dissertação de mestrado enquadra-se, objetivamente, naquele que foi o papel da mulher, em particular a madeirense, na data mais emblemática, no nosso entender, do Portugal do século XX.

**Palavras-chave:** Mulher; Direitos; 25 de abril de 1974; Igualdade de Género; Liberdade; Portugal; Ilha da Madeira.

## **Abstract**

In the early years of the 20th century, women, except in some high social strata, were nothing more than a segment of the population whose functions were only to procreate and to respect male authority. Her rights were almost non-existent. Her place was at home, doing the housework and taking care of the children.

The sheer thought of making women independent was seen as a threat to the established society. Thus, after the April 1974 pronouncement, it was necessary to fight not only what was left from the authoritarian regime, but especially the general mentality in force. After the 25th of April 1974 women took to the streets and made themselves heard in a protest demanding gender equality.

The 25th of April brought them, and all Portuguese women, a new cry for freedom and affirmation of the female gender in Portugal. It is noteworthy that all this liberating spirit brought about not only in mainland Portugal, but also in Madeira and the Azores a progressive change in population behaviour. This dissertation is framed, objectively, in what was the role of women, particularly Madeira women, in the most emblematic date of twentieth-century Portugal.

**Keywords:** Women; Rights; April 25th, 1974; Gender Equality; Freedom; Portugal; Madeira Island.

## **Abreviaturas**

**ALR** - Assembleia Legislativa Regional;

**ABM** – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira;

**B.E.** – Bloco de Esquerda;

**CDS-PP** - Partido do Centro Democrático Social;

**CIP** - Centro de Informação Popular (CIP);

**CMM** - Câmara Municipal de Machico;

**CMPS** – Câmara Municipal da Ponta do Sol;

**CGTP** - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;

ed. – Edição;

**D.A** – Dulce Andrade

**EMRC** - Educação Moral e Religiosa Católica;

**FCM** - Frente Centrista da Madeira;

**FLAMA** - Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira;

**FPDM** - Frente Popular e Democrática da Madeira;

*Ibidem* – Na mesma obra;

**JAC** - Juventude Agrária Católica;

**JC+M** - Jovens Cristãos da Madeira;

**JPP** - Juntos pelo Povo;

**JS** – Juventude Socialista;

**MAIA** - Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo;

**MDM** - Movimento Democrático da Madeira;

**MFA** – Movimento das Forças Armadas;

**MLM** - Movimento de Libertação das Mulheres;

**MP** - Mocidade Portuguesa;

**L.F** – Luís Fernandes;

**Ob. Cit.** – Obra citada;

**ONU** - Organização das Nações Unidas;

**OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte;

**p.** – Página;

**pp.** – Páginas;

**PIDE** - Polícia Internacional e de Defesa do Estado;

**PCP** - Partido Comunista Português;

**PSP** - Polícia de Segurança Pública;

**PPD** - Partido Popular Democrático;

**PS** - Partido Socialista;

**PSD/PPD** - Partido Social Democrata;

**RAM** – Região Autónoma da Madeira;

**RTP** - Rádio e Televisão de Portugal;

**Séc.** – Século;

**SICOMA** - Sindicato dos Trabalhadores de Construção, Madeiras, Olarias e Afins da Região Autónoma da Madeira;

**SITAM** - Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

**TSF** -Telefonia Sem Fios;

**UDP** - União do Povo da Madeira;

**UCIM** - União dos Caseiros da Ilha da Madeira;

**UMAR** - União de Mulheres – Alternativa e Resposta;

**USAM** - União dos Sindicatos da Região da Madeira;

**Vide** – Verificar em.

## Índice

Dedicatória.....	II
Agradecimentos .....	III
Resumo .....	IV
Abstract.....	V
Abreviaturas.....	VI
Introdução.....	- 1 -
Capítulo I – Contexto histórico-cultural do papel da mulher ao longo do século XX .-	4 -
• Situação socioeconómica da mulher na Madeira.....	- 27 -
• A mulher e o regime da colónia na Madeira.....	- 31 -
Capítulo II – O ‘25 de abril’ na ilha da Madeira .....	- 35 -
• 1. O pós 25 de abril e a mulher madeirense.....	- 43 -
• 1.1. Os primeiros partidos políticos .....	- 56 -
• 1.1.1. Mulheres no poder .....	- 58 -
• 1.2. A Igreja Católica e Abril.....	- 71 -
• 1.3. A Mulher Madeirense .....	- 88 -
• 1.3.1. Revoltas populares .....	- 89 -
• 1.3.2. Os direitos e a liberdade feminina .....	- 97 -
Conclusão .....	- 102 -
Bibliografia e Fontes .....	- 112 -
Anexos.....	- 124 -

## Índice das Figuras

1 - Ana Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo, <i>Ilustração Portuguesa</i> , 1911. ....	- 9 -
2 - Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria de Fátima Velho da Costa, na última sessão do julgamento .....	- 19 -
3 - Celeste Caeiro, Lisboa , 19/04/2013. ....	- 21 -
4 - Manifestação 1.º de maio, Funchal, 1974. ....	- 37 -
5 - Manifestação 1.º de Maio 1974, Funchal. ....	- 38 -
6 - 1º de maio 1974, Joana Carita, Alferes Monteiro e capitão Viana na Chaimite...	- 39 -
7 - Manifestação na Calheta, 1.º de maio de 1974.....	- 42 -
8 - Manifestação de mulheres bordadeiras. ....	- 47 -
9 - Deputados do sexo feminino por partido político. ....	- 61 -
10 - Taxa de Abstenção, PORDATA .....	- 70 -
11- Irmãs Hospitaleiras.....	- 80 -
12 - População da Ribeira Seca... ..	- 83 -
13 - Sãozinha. ....	- 92 -
14 - Manifestação Ponta do Sol, 1974.....	- 93 -

## Índice das Tabelas

Tabela 1 - Presidentes Governo Regional da Madeira .....	- 58 -
Tabela 2 - Cabeças de lista do sexo feminino - Municípios da RAM.....	- 65 -
Tabela 3 - Mulheres nos últimos cinco anos a concorrer como cabeça de lista às Eleições Autárquicas.....	- 66 -
Tabela 4 - Cabeças de lista femininas por partido/grupo político, nos últimos cinco anos de Eleições Autárquicas.....	- 67 -
Tabela 5 - Mulheres Presidentes da Assembleia Municipal - Autárquicas 2021. ....	- 69 -
Tabela 6 - Presidentes – Juntas de Freguesia da Região Autónoma da Madeira – Eleições Autárquicas 2021.....	- 70 -
Tabela 7 - Censos 2011 - População com mais de 15 anos de idade por local de residência – temática: Religião .....	- 79 -

## Introdução

A figura da mulher, durante o Estado Novo (1933 – 1974), era vista como um ser de segunda e, na realidade, salvo casos pontuais, era entendida pela sociedade como a sombra do homem, sem direitos alguns. Foi criada, pela sociedade em geral, a ideia de que as mulheres deviam ser submissas e subalternas. Para sair do país, as mulheres tinham de ter uma assinatura do pai ou do marido no passaporte, autorizando o seu embarque; o retorno financeiro do seu trabalho quando as deixavam trabalhar, era entregue ao seu marido, ainda que a lei a isso não obrigasse. A mulher não tinha qualquer independência económica dado que a sua existência poderia dar espaço a uma maior autonomia da ação feminina o que, de todo, não era pretendido.

O Estado Novo foi abolido por um golpe militar, conhecido, posteriormente, como a Revolução dos Cravos de 1974. Após este desfecho, homens e mulheres saíram à rua gritando liberdade, aplaudindo a oportunidade de uma nova vida e por um novo recomeço. Porém, nem tudo foi um mar de rosas. Em janeiro de 1975, centenas de mulheres encheram o parque Eduardo VII, situado em Lisboa, em modo de protesto, lutando pelos seus direitos e pela igualdade de género e de oportunidades. Esta manifestação foi dirigida pelo Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), e segundo o que antecipava a imprensa à data estavam prometidas *“queimadas de soutiens e até anunciados momentos de strip-tease”*<sup>1</sup>, ainda que tudo se tenha quedado por alguns descatos. *“Passava das cinco da tarde do dia 13 de Janeiro de 1975 quando Isabel Telinhos chegou ao Parque Eduardo VII, em Lisboa, de sapatos de salto alto e boquilha na boca (...) ela estava a representar a mulher fatal, a vamp. Entre outros estereótipos femininos, havia ainda uma dona de casa, de lenço na cabeça e esfregão na mão, e até uma noiva, de véu e grinalda, como manda a tradição.”*<sup>2</sup> Dezenas de indivíduos que não foram convidados, em concreto, homens, decidiram interromper esta manifestação agredindo algumas mulheres tanto verbal como fisicamente. As mulheres só queriam *“denunciar a situação da mulher que vivia ainda em prisão preventiva”*; *“os homens não suportaram a ideia de ver uma mulher a ocupar o seu lugar no espaço público”*; *“reivindicávamos apenas a dignidade e a igualdade, o direito a ser mulher, e fomos violentamente atacadas. Isto marcou uma*

---

<sup>1</sup> BERNARDINO, Carla (2017), “Manifestação feminista fez história em 1975”, in *Delas*. Disponível em: <<https://www.delas.pt/13-de-janeiro-de-1975-o-adeus-aos-simbolos-da-opressao-feminina/atualidade/72153/>>, [consultado a 3 de abril de 2022].

<sup>2</sup> “O dia em que as mulheres portuguesas saíram à rua”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <<https://www.dn.pt/arquivo/2006/o-dia-em-que-as-mulheres-portuguesas-sairam-a-rua-635052.html>>, [consultado a 3 de abril de 2022].

*geração*”; foram estes alguns dos testemunhos de mulheres encontrados nesta edição do *Diário de Notícias* sobre o episódio do Parque Eduardo VII<sup>3</sup>.

Sucederam-se anos de transição violentos. Portugal viveu um período perturbado onde as forças de esquerda e de direita se confrontaram, por vezes, com violência, principalmente em ações planificadas e executadas no norte do país. Na Madeira, por exemplo, desenrolou-se alguma agitação social por parte das bordadeiras, assim como entre os pequenos proprietários/produtores de canas-de-açúcar, entre operários da construção civil, agricultores, caseiros, pescadores e trabalhadores do setor hoteleiro. Por outro lado, a autonomia e a independência das Ilhas Atlânticas, era um dos objetivos de algumas frentes políticas.

Estes eventos sociais desenrolaram-se não só no Funchal como também noutras partes da ilha da Madeira, como por exemplo em Machico. Dentro do clima de contestação que então se vivia, a luta das mulheres em prol da sua emancipação é um tema ainda não suficientemente estudado a nível regional, pelo que parece oportuno fazê-lo agora. É necessário dar a conhecer novos testemunhos, novas vivências e experiências que demonstrem que o 25 de abril não se desenrolou apenas à volta do homem.

Houve muitas mulheres envolvidas neste evento histórico e o facto de pouco, ou quase nada, sabermos quanto ao seu papel, torna o seu estudo ainda mais ambicioso e tentador. Pretende-se saber mais, conhecer mais e assim, sucessivamente, aprofundar e contribuir mais para a história daquela que foi a revolução de abril, revolução feita por homens e por mulheres que lutaram, em conjunto, por um objetivo comum: a liberdade.

Ao longo de vários meses foram realizadas entrevistas a diversas mulheres que aceitaram fazer parte desta investigação. As perguntas seguiram a mesma linha. O objetivo foi o de perceber como é que era a vida destas mulheres antes do 25 de abril e, ao mesmo tempo, identificar, na pós Revolução, quais as mudanças que ocorreram no seu quotidiano, analisando e, sucessivamente, reconhecendo o seu papel ao longo destas quase cinco décadas.

No total, foram entrevistadas treze mulheres. Ana Viveiros, de Machico; Assunção Bacanhim, do Funchal; Dulce Andrade, de Machico; Gabriela Relva, da Ponta do Sol; Gorete de Freitas, dos Maroços, Machico; Guida Vieira, do Funchal, Josefina Melim, da Ribeira Seca, Machico; Júlia Caré, de Santa Cruz; Júlia Ribeiro, da Ribeira

---

<sup>3</sup> *Ibidem*

Seca, Machico; Lourdes Freitas, também da Ribeira Seca, Machico; Maria Ângela Costa, do Funchal; Maria Ganança, da Ponta do Sol e, por fim, Rita Pestana, natural do Seixal, Porto Moniz.

Para além destas mulheres acima mencionadas, foram ainda entrevistadas duas pessoas ligadas a outros dois tópicos (política e religião) que, a nosso ver, tiveram um contributo muito importante para a concretização deste estudo. Célia Pecegueiro, atual presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol; e José Martins Júnior, atual pároco da paróquia da Ribeira Seca, Machico. A primeira entrevista, com a presidente, surgiu com o intuito de perceber como é que era ser a primeira mulher eleita diretamente presidente de uma autarquia, na Região Autónoma da Madeira, após todos estes anos; e a segunda entrevista, ao padre, pelo simples facto de ele ter sido um líder para muitas mulheres, onde chegou a impulsioná-las e, muitas vezes, apoiou-as em diversas lutas na ilha.

Quanto à metodologia deste estudo, numa primeira fase, será feita uma pesquisa bibliográfica em livros, diários e jornais da ilha da Madeira no Arquivo Regional, Nacional e em Bibliotecas Municipais; posteriormente, serão realizadas algumas entrevistas com mulheres madeirenses que viveram a revolução de abril e que aceitaram deixar o seu testemunho; haverá ainda uma procura e recolha de registo fotográfico no Arquivo Regional, no Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's e em algumas páginas *online* de fotografia antiga; e por fim, será feita uma análise a alguns artigos publicados na imprensa madeirense e todo o material que aborde esta temática.

Esta dissertação será dividida em dois capítulos. Iniciamos com uma contextualização histórico-cultural do papel da mulher ao longo do século XX, tanto a nível nacional com a nível regional; de seguida, a abordagem, focar-se-á no âmbito regional, no '25 de abril' na ilha da Madeira, onde será feita uma análise a este facto, interligando o papel da política e, ao mesmo tempo, da Igreja, à Revolução de abril na Madeira; por fim, estarão anexadas as treze entrevistas, identificadas como *Memórias da Revolução*.

## **Capítulo I – Contexto histórico-cultural do papel da mulher ao longo do século XX**

O século XX foi um período muito complexo, árduo e, ao mesmo tempo, desafiador para as mulheres portuguesas. Como já advinha dos séculos anteriores, a mulher continuava a ser considerada na sociedade um ser de segunda, com muitas barreiras e limitações no seu quotidiano. Porém, é de realçar que este século foi, sem dúvida, um período rico em termos políticos, culturais e sociais em Portugal.

A mulher portuguesa desde a Idade Média até meados do século XVIII não tinha, geralmente, uma vida social ativa e, em alguns casos, para além do cumprimento de deveres religiosos, só saía para ir a saraus, valsas e bailes que tanto empolgaram os poetas românticos. No regime da monarquia, que perdurou entre 1143 e 1910, as funções das mulheres eram secundárias e as suas competências não eram, de todo, valorizadas. Todavia, é de salientar que a sua situação dependia da classe social em que estava inserida. Uma mulher que nascesse num meio ‘pobre’, ou seja, pertencente ao povo, tinha como funções ser esposa e mãe; porém, se a mulher fosse de uma classe social mais elevada assumia outras responsabilidades. Desta classe social alta, destaco alguns nomes: D. Isabel de Aragão (1271–1336); D. Filipa de Lencastre (1360-1415); e D. Beatriz, a Infanta de Portugal (1429-1506).

Brites de Almeida, mais conhecida como a ‘Padeira de Aljubarrota’, foi uma das mulheres portuguesas que fugiu ao estereótipo do que era ser mulher em Portugal, se é verdade o que se tem escrito. De estrutura alta e com um corpo robusto, Brites de Almeida era uma mulher destemida, que não tinha medo de enfrentar o mais a atormentava. Desde a sua adolescência foi trabalhar para a taberna dos pais onde servia às mesas e chegava a andar à pancada com os clientes que não pagavam as contas, e com aqueles que simplesmente faziam troça dela. Para além de ter matado o homem que a pediu em casamento, segundo se diz e, apesar de ter sido capturada pelos piratas e vendida como escrava a um árabe rico, esta mulher não tinha medo de encarar os seus problemas e resolvia-os a sangue-frio.<sup>4</sup>

Teria chegado, inclusivamente, a disfarçar-se de homem durante alguns meses para trabalhar e não voltar a ter problemas, tendo sido guarda costas de um fidalgo rico de Lisboa. Pelo menos até se meter em confusão num bar e andar à pancada com toda a

---

<sup>4</sup> BERNARDO, Fernando (2017), “EDITORIAL – Padeira de Aljubarrota. Por Fernando C. Bernardo”, in O Ribeira de Pera. Disponível em: <<https://www.oribeiradepera.com/editorial-padeira-de-aljubarrota-por-fernando-c-bernardo/>>, [consultado a 7 de setembro de 2022].

gente, o que a obrigou a fugir novamente. Foi então parar a uma localidade chamada Aljubarrota, perto de Alcobaça, onde arranhou emprego numa padaria. Viveu feliz a amassar pão durante algum tempo. Até que numa noite um grupo de sete soldados castelhanos, fugidos do campo de batalha onde tinham combatido os portugueses, perderam-se e acabaram por se esconder no forno da sua padaria. Diz-se que apenas com a sua pá de padeira matou os sete soldados numa cena de pancadaria épica. Brites de Almeida ficou associada à vitória dos portugueses, na Batalha de Aljubarrota, em 1385, e conhecida, historicamente, como ‘a Padeira de Aljubarrota’.

Gil Vicente (1465-1536), dramaturgo e poeta português, foi autor de vários Autos e a forma como se dirige às mulheres, nas suas obras, não passa despercebido. As personagens femininas das suas obras espelhavam a psicologia das mulheres, desde os seus anseios de respeito, igualdade e liberdade, as suas angústias, questionamentos e contradições, e os seus desejos.

Para o *Auto da Índia*, de 1510, por exemplo, Gil Vicente criou a personagem Constança, uma Ama. Era mulher de um soldado que estava embarcado na Índia, mas a sua ausência não a impedia de participar em festas diversas. Apesar de poder ser caracterizada como adúltera, Gil Vicente não deixou de apresentar, através do discurso da personagem, argumentos que diminuía a culpa ou que procuraram justificar: “*Partem em maio daqui, quando o sangue novo atija... parece-te que é justiça?*”<sup>5</sup>. Levanta-se, assim, a questão de ser ou não justo condenar uma mulher deixada para trás por um marido que saía, por ambição pessoal, à procura da riqueza em terras estrangeiras, sem a certeza que um dia iria regressar? Era este tipo de discurso apresentado em defesa da mulher adúltera. Com um certo humor e ironia, Gil Vicente teatralizava o facto de o adultério entre as mulheres portuguesas ser comum após a partida dos seus cônjuges para a Índia.

Nas *Ordenações Filipinas*, compilação jurídica que surge da reforma da época manuelina, que passaram a vigorar desde 1603, no período do governo de Filipe II de Portugal, eram enunciadas as condições das mulheres. As restrições são específicas. “*As mulheres não podem ser procuradoras em juízo e não podem prestar fiança, por ser um ato muito grave*”<sup>6</sup>, “*mas podem ser testemunhas em testamento caso ele seja feito por*

---

<sup>5</sup> Vicente, Gil. *Ob. cit.*, v. 5, p. 94., 1974

<sup>6</sup> Guimarães, Elina (1986), *A mulher portuguesa na legislação civil*. Análise Social. ISSN 0003-2573. Vol. XXII, n.º 92-93.

palavra, no leito da morte do testador”<sup>7</sup>, “O adultério da mulher legítima a morte da adúltera, como o adúltero, se encontra em flagrante delito pelo marido, salvo se o marido for peão, e o adúltero fidalgo, ou nosso desembargador, ou pessoa de maior qualidade enquanto que o adultério do marido é silenciado.”<sup>8</sup>, “Mas a mulher com mais de 25 anos, solteira ou viúva, isto é, não estando sob o domínio de um pater famílias, é absolutamente livre de praticar qualquer ato sem necessitar de intervenção de qualquer parente masculino.”<sup>9</sup>

Em 1848, Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), filha do governador da ilha de São Nicolau, em Cabo Verde, António Pusich (c.1760-c. 1825), onde nasceu, foi a primeira mulher jornalista a assumir a direção e propriedade de uma revista *Assembléa Litteraria*, que foi oficialmente fundada no ano seguinte<sup>10</sup>. Também conferencista de certo renome, sempre defendeu que as mulheres deviam aprender a ler e a escrever para que pudessem participar vida política, social e religiosa do país.<sup>11</sup>

Elizabeth Dickinson Phelps (1796-1876), oriunda da Grã-Bretanha, chegou à ilha da Madeira em 1819, juntamente com o seu marido Joseph Phelps (1791-1876). Tiveram onze filhos, dos quais se destacaram Elizabeth (Bella) (1820-1893) e Mary (1822-1893). Este casal empreendedor destacou-se no Funchal oitocentista por várias razões, uma das quais se prende com a fundação, em 1819, da Escola Lancasteriana masculina, seguida três anos depois pela sua congénere feminina. “O método usado (um mestre ensinava os alunos mais velhos, que eram, depois, responsáveis pelos mais novos) possibilitou a centenas de jovens madeirenses acesso à educação”<sup>12</sup>. Em 1840, Bella “abriu uma escola para ensinar o bordado às jovens e senhoras e tratou da divulgação, promoção e venda do bordado madeirense na exposição do Palácio de São Lourenço, em 1850, e depois em Londres, na Grande Exposição Mundial de 1851”<sup>13</sup>.

---

<sup>7</sup> Fermino, Chrystiane Castellucci – “A situação jurídica das mulheres em Portugal no pré e pós 25 de Abril, em especial no âmbito das relações familiares”. Coimbra : Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012. Trabalho final de Pós-Graduação em Direitos Humanos

<sup>8</sup> *Ibidem*

<sup>9</sup> Guimarães, Elina (1986), “A mulher portuguesa na legislação civil”. *Análise Social*. ISSN 0003-2573. Vol. XXII, n.º 92-93, pp. 557-577.

<sup>10</sup> Fundou três revistas: *Assembléa Litteraria* (1849-1851), *A Beneficência* (1852-1855) e *A Cruzada* (1858).

<sup>11</sup> RAFAEL, Gina Guedes (2011), *A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas*. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

<sup>12</sup> PAOLINELLI, Luísa; TRINDADE, Cristina; (2020), *Roteiro Mulheres do Funchal*: Câmara Municipal do Funchal. pp. 20/21, 2020.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

No Funchal, por seu turno, em 1836, entrava em funcionamento a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, que também aceitava alunas como se demonstra pela sua frequência por duas irmãs, Palmira da Conceição e Henriqueta Gabriela, que nessa instituição se licenciaram. “Entre os cerca de 250 médicos que se formaram nos 73 anos de existência da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, contam-se apenas duas mulheres, as irmãs Palmira da Conceição e Henriqueta Gabriela. Nascidas em 1878 e 1881, respetivamente, matricularam-se nesse estabelecimento, em 1898, e aí concluíram os primeiros exames, com distinção, em 1899, terminando o curso em 1902.”<sup>14</sup> As irmãs exerceram funções clínicas em saúde infantil e feminina e tinham um consultório na sua residência (Rua dos Netos, Funchal). Henriqueta trabalhou em diversas associações, tais como, a Associação de Socorros Mútuos Femininos, a Assistência às Crianças Fracas e o Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira. Foi ainda subinspetora e inspetora de saúde no Funchal a partir de 1919.

Cristina da Cunha, natural do Funchal e filha de pais de São Jorge, foi uma das primeiras madeirenses a ingressar na Universidade de Coimbra, em 1917, onde fez os seus estudos preparatórios, graduando-se em Medicina em 1923. “Concluiu o seu percurso académico com um doutoramento, cuja tese, intitulada “Sobre o estudo estatístico e toxicológico dos envenenamentos pelo arsénico, foi publicada em 1925, sendo a primeira mulher madeirense a doutorar-se em Medicina.”<sup>15</sup>.

Apesar de tudo isto, e como se pode ver, a percentagem de mulheres a frequentar o ensino e a saírem com uma graduação era bastante reduzida. Na sua maioria, as mulheres limitavam-se a procriar, educar e cuidar dos filhos, serem submissas às vontades do seu cônjuge e serem empregadas domésticas. Isto porque as filhas faziam mais falta em casa, a trabalhar, do que na escola, a estudar. Mentalidades que ao longo do século se foram alterando.

No início do século XX, as feministas<sup>16</sup> juntaram-se para alterar situação da mulher na sociedade. Os primeiros indícios surgiram com as alterações propostas por John Stuart Mill<sup>17</sup> (1806-1873), filósofo e economista britânico, à *Second Reform Bill* de

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 28, 2020.

<sup>15</sup> *Ibidem*, pp. 10/11, 2020.

<sup>16</sup> Movimento político-social iniciado no século XIX, que visa promover a igualdade de direitos e liberdades entre homens e mulheres na sociedade.

<sup>17</sup> John Stuart Mill nasceu em Londres, mais precisamente a 20 de maio de 1806. Para além de ser um dos filósofos mais influentes do século XIX, foi também economista britânico. Ao longo da sua vida foi reconhecido pela defesa do liberalismo político. Os seus livros são fontes de inspiração e de discussão face

1869, legislação que alargou o direito de voto a homens que não tinham acesso a ele, pretendendo o filósofo que se substituísse o termo ‘*man*’ por ‘*person*’, o que autorizaria as mulheres nas mesmas condições a que também pudessem votar. Este episódio valeu a Stuart Mill uma caricatura que o apresentava como *The Ladies' Advocate*.

John Stuart Mill veio a ser um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX. Defensor do *Utilitarismo*, teoria ética proposta inicialmente pelo seu padrinho Jeremy Bentham (1748-1832), de quem se viria depois a demarcar. Casou com a célebre defensora dos direitos das mulheres Harriet Taylor<sup>18</sup> (1807-1858), cuja obra igualmente o influenciou profundamente, nem sempre sendo fácil saber o que foi de um ou do outro. Harriet pouco publicou em vida, sendo a sua obra depois coligida por Stuart Mill e pela filha Hellen Taylor (1831-1907).

A luta pela igualdade de direitos entre ambos os sexos foi constante. A esperança feminista cresceu em 1910, quando a monarquia foi derrubada. No dia 5 de outubro do mesmo ano implantou-se um novo regime em Portugal, o regime Republicano. A propaganda republicana deixara nas mulheres a esperança de uma mudança progressiva da sua condição. Apesar das algumas condições terem mudado, o objetivo principal das mulheres não foi alcançado. Continuavam a não ter o direito ao voto, apesar do feito de Carolina Beatriz Ângelo que conseguiu, com muita persistência, posicionar o seu papel, enquanto mulher, na sociedade. É de realçar que esta circunstância, na altura considerada épica, só foi concretizada porque Carolina Beatriz Ângelo estava viúva e era considerada cabeça de casal, e foi com base nessa argumentação que lhe foi concedido o direito de votar.

---

às liberdades individuais. Em 1865 foi eleito membro do Parlamento britânico onde o seu principal foco estava na defesa dos direitos da mulheres.

<sup>18</sup> Harriet Taylor Mill nasceu a 8 de outubro de 1807, em Londres. Para além de filósofa, defendia os direitos das mulheres. Fez parte da Sociedade Kensington, onde foram produzidas as primeiras petições que requeriam os votos para as mulheres. Harriet também defendia que as mulheres também tinham o direito de ter um papel ativo no ramo da política.

Carolina Beatriz Ângelo, a primeira médica cirurgiã em Portugal, nasceu em 1877 em Guarda, e foi a primeira mulher a votar no país, em maio de 1911. Para além de ser médica, era também ativista e feminista. Foi a primeira médica a operar no hospital de São José, em Lisboa. Para conseguir ser cirurgiã, certamente deveria ter grandes aptidões técnicas, num mundo que era essencialmente masculino. Aderiu ao Grupo Português de Estudos Feministas, batalhando arduamente contra a intervenção da Igreja na vida pública e defendendo, ao mesmo tempo, a lei do divórcio. Destaca-se, mais tarde, na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, junto de Ana de Castro Osório. Liderou ainda o Movimento Feminista Português onde desenhou as grandes metas de luta pela igualdade entre sexos nos primeiros anos do século XX. Toda a sua vida foi uma luta constante.



1 - Ana Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo, *Ilustração Portuguesa*, 1911.

Batalhou para conseguir ser médica, conspirou contra a monarquia e enfrentou um mundo de homens pelos direitos das mulheres.

Por sua vez, Ana de Castro Osório nasceu em junho de 1872, em Viseu, e foi escritora, feminista e ativista republicana. Numa época onde o analfabetismo predominava em todo o Portugal, Ana de Castro Osório era uma das poucas mulheres que sabia ler e escrever. Todavia, é de realçar que no séc. XVIII, na Madeira, a D. Guiomar Vilhena (1705-1789) já sabia escrever. Interessou-se [Ana de Castro Osório], desde logo, pelo ramo das letras, nomeadamente pela escrita, e começou a publicar os seus primeiros artigos, numa fase onde havia muita instabilidade político-social na Europa e onde os direitos das mulheres eram quase inexistentes. Defendia que tanto os homens como as mulheres deviam ter os mesmos direitos, tanto no acesso à escola como ao mundo trabalho. A discrepância de salário era também visto, por ela, como algo inaceitável. Tornou-se feminista e lutou pelos direitos e pela emancipação da mulher. Integrou-se no Grupo Português dos Estudos Feministas e, anos depois, tornou-se presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Publicou diversas obras e artigos político-sociais enaltecendo o direito à igualdade entre ambos os sexos e dedicou-se à causa da literatura, sendo hoje considerada uma das mães da literatura infantil em Portugal.

O divórcio foi introduzido Portugal em 1910. Até à data a separação de casais casados, de acordo com a lei, não era admitida, embora se preservasse o instituto da separação de bens e pessoas. Foi após a implementação da República que foi aprovada a Lei do Divórcio de 1910, “*que admitia quer o divórcio litigioso (por causas subjetivas, como o adultério, ou por causas objetivas, como a separação de facto), quer o divórcio por mútuo consentimento.*”<sup>19</sup>

Com o título “*As feministas portuguesas são feministas... feministas*”, no “Diário Republicano da Noite” – A *Capital* publicava um texto sobre o feminismo, de que, de seguida, se transcrevem algumas passagens: “*O assumpto feminismo é hoje palpitante e crescente de interesse pelas reivindicações de direito que dia a dia vem conquistando. Em todo o mundo onde a civilização mais tem avançado a mulher pede e trabalha para obter a sua liberdade, ora persuadindo o solicitado, ora exigindo com a justiça da sua causa*”. Numa entrevista, Carolina Beatriz Ângelo afirma estar “*...convencida que a mulher, por meio de associações cuidadosamente organizadas, onde a dignidade e o carater se imponham, poderá conseguir a sua liberdade, protegida em nome do Direito. E então, ocupando na sua vida o seu verdadeiro lugar, ella satisfará dignamente a sua missão, inculcando nos seus filhos e filhas as mesmas virtudes, na sua igualdade civil e nos progenitores, preparando uma raça nobre, digna e cheia de felicidade.*”<sup>20</sup>

A 25 de março de 1911, A *Capital* realçou a luta de Carolina Beatriz Ângelo pelo voto: “*As mulheres querem entrar! “Se a lei não nos abre a porta, também não nos pões na rua” – Assim o entende uma denodada sufragista portuguesa*”.<sup>21</sup>

28 de maio de 1911 foi o dia das primeiras eleições em Portugal para a Assembleia Constituinte. Carolina Beatriz Ângelo, acompanhada pelas suas companheiras de luta pelo sufrágio feminino, desloca-se até ao clube Estefânia, em Lisboa, local onde funcionava a Assembleia de voto de S. Jorge de Arroios. De acordo com a nova lei eleitoral da República, publicada em 14 de março de 1911 os eleitores eram “*todos os portugueses maiores de 21 anos, chefes de família que soubessem ler e escrever*”. Não existia nenhuma informação que impedisse a mulher de votar, pois apenas mencionavam os requisitos necessários para exercer o voto, sem mencionar se era para homens ou mulheres. Como Carolina Beatriz Ângelo sabia ler e escrever, era chefe de família, neste

---

<sup>19</sup> *Ibidem*

<sup>20</sup> A *Capital*, Funchal, 22 de fevereiro de 1911, p. 1, As Feministas Portuguesas são Feministas... Femininas, ABM.

<sup>21</sup> A *Capital*, Funchal, 25 de março de 1911, p. 1, As mulheres Querem Entrar, ABM.

caso viúva e tinha um curso superior, então tinha todas as condições para votar. Este facto surreal, na altura, foi levado a tribunal, porém, contou com o apoio do pai de Ana de Castro Osório, o juiz João Baptista de Castro. Arriscou a sua posição e exigiu os direitos de cidadania, o direito ao voto. O juiz supramencionado reconheceu o seu direito a ser incluída nos cadernos eleitorais e a votar nas eleições para a Assembleia Constituinte. No dia 29 de abril de 1911, no Diário Republicano - *A Capital* sai uma notícia intitulada por “*A mulher portuguesa tem direito ao voto - “Assim decidiu o juiz da 1.ª vara cível, mandando incluir no recenseamento eleitoral a Sr.ª D. Beatriz Carolina Ângelo”*”.<sup>22</sup> No dia seguinte às eleições no jornal *A Vanguarda* destaca-se este episódio histórico para todo o Portugal “*A sr. Carolina Ângelo, que nos primeiros dias da organização do recenseamento eleitoral requerera a inclusão do seu nome, por saber ler e escrever e ser considerada chefe de família, conseguiu, com toda a justiça, que lhe fosse reconhecido o direito ao voto.*”<sup>23</sup> Este foi, sem dúvida, um dia histórico para todo o país que chegou a ser tema na imprensa internacional, como por exemplo nos Países Baixos, no jornal *De Amsterdammer Weekblad Woor Nederiand*<sup>24</sup>; e na Bélgica, no jornal *De Volksstem*, publicado a 2 de maio de 1911.<sup>25</sup>

Continuaram a lutar e a trabalhar pela causa feminista. Era importante tentar que a Assembleia Constituinte discutisse a questão do voto feminino. Juntamente com outras ativistas, Carolina Beatriz Ângelo enviou uma petição pedindo o sufrágio para as mulheres. A reivindicação das sufragistas abrangia apenas as mulheres que fossem diplomadas em cursos superiores, diplomadas com o curso completo de instrução primária superior, às chefes de família que soubessem ler e escrever e as mulheres comerciantes que soubessem ler e escrever com mais de 21 anos. Contudo, os deputados não cederam às pretensões das sufragistas portuguesas e o voto manteve-se masculino.

A situação da mulher, após a implantação da República, apesar de tudo e de um certo ponto de vista, mudou. Nesse mesmo ano, quanto à lei do divórcio, as mulheres e os homens passaram a ter o mesmo tratamento, tanto nos direitos sobre os filhos como em relação ao adultério. As mulheres já podiam trabalhar na função pública e a escola

---

<sup>22</sup> *A Capital*, Funchal, 29 de abril de 1911, p. 1, A Mulher Portuguesa tem o Direito ao Voto, ABM.

<sup>23</sup> *A Vanguarda*, Funchal, 29 de maio de 1911, p. 1, D. Carolina Beatriz Ângelo, ABM.

<sup>24</sup> *A Vanguarda*, Funchal, 18 de julho de 1911, p. 1, O Voto da Mulher em Portugal (tradução da entrevista de Carolina Beatriz Ângelo - jornal holandês *DeAmsterdammer Weekblad woor Nederland*), ABM.

<sup>25</sup> *De Volksstem*. Disponível em: <<https://aalst.courant.nu/issue/DVS/1911-05-02/edition/0/page/1?query=Carolina%20&period=11%20junho%201911&sort=relevance>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

passou a ser obrigatória para ambos os sexos, entre os 7 e os 11 anos de idade. Porém, como o direito ao voto não foi concedido às mulheres, é evidente que ainda existiam alguns preconceitos quanto à posição da mulher na sociedade. Para evitar ambiguidades, em 1913, o governo da república altera a lei eleitoral, especificando que apenas podiam votar cidadãos do sexo masculino.

Adelaide Cabete, feminista, republicana convicta e defensora dos direitos dos animais, nasceu em Elvas, em 1867. A morte do seu pai, Ezequiel Duarte Brazão, tornou-a órfã desde muito cedo. O acesso à formação ficou, desde logo, comprometido visto que tinha de ajudar a mãe tanto nas lidas domésticas, como no sustento da casa. Porém, não desistiu e acabou por aprender a ler e a escrever. Aos 18 anos de idade casou-se com um homem progressista, Manuel Ramos Fernandes Cabete, que a incentivou a estudar. Tornou-se a terceira mulher médica em Portugal e uma das principais feministas portuguesas do século XX. Ao desempenhar as suas funções como médica ginecologista, apercebeu-se que as mulheres grávidas não tinham quaisquer direitos em relação à maternidade. Desta forma, sugeriu a criação de uma lei que garantisse a licença de maternidade. Para além disto, as mulheres grávidas também não tinham informações quanto ao processo de gravidez.

Adelaide Cabete foi pioneira na divulgação dos cuidados maternos e infantis e foi também uma das vozes mais proeminentes na luta pelo direito de voto das mulheres no país. Trabalhou no Instituto Feminino de Educação e Trabalho onde não só exerceu a sua profissão como também foi professora de anatomia, higiene, fisiologia, puericultura e, inclusive, de educação sexual. Adelaide Cabete defendia e protegia, essencialmente, as mulheres pobres, as crianças e as prostitutas.

Carolina Beatriz Ângelo, Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete foram as ativistas mais destacadas do início do século XX português.

Um outro nome importante a referir é o de Maria Carolina Frederico Crispim, cujo pseudónimo era Maria Veleda. Nasceu em 1871, em Faro, e destacou-se como escritora, educadora e feminista portuguesa. Fez frente pela educação das crianças, dos direitos das mulheres e na propagação dos ideais republicanos. A ativista foi uma das dirigentes da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Maria Veleda lutou pela autonomização feminina em Portugal e alertou para a importância da emancipação da humanidade como um todo. A justiça, a liberdade, a igualdade e a democracia eram também temas defendidos por Maria Veleda. A sua intervenção na política, na sociedade e na educação,

na luta por um regime republicano, e o seu impulso na defesa da igualdade entre ambos os sexos, resultou em diversos trabalhos literários e de intervenção política.

A 28 de maio de 1926, o general Manuel Gomes da Costa, em Braga, dá início a um movimento militar, que se estendeu até Lisboa. O plano já tinha sido abordado em vários periódicos nacionais e veio a nascer do Congresso Mariano de Braga, onde estavam os mais altos dirigentes da Igreja Católica em Portugal. Colocado em marcha, contou com o apoio de grande parte da população por onde passava, dado que a insatisfação face à 1.<sup>a</sup> República era infinda. Este resultado deve-se à grave crise económica, política e social, na qual o país estava submerso. Desta forma, assinala-se, em Portugal, o início de um período ditatorial que perdurou, aproximadamente, cinco décadas.

O general Gomes da Costa visava reforçar os poderes do Presidente, formar uma câmara legislativa por município, organizar a economia de forma cooperativa, excluir o sufrágio individual, e rever a lei da família e da religião. Com a resignação do Presidente da República, José Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa assume o seu poder no Palácio de Belém, em Lisboa, e passa a agir com poder absoluto. Foi precisamente no dia 3 de junho, seis dias depois da manifestação, que as notícias chegaram à Madeira, através da imprensa, com a intitulação: *“O Governo foi forçado a demitir-se ante a atitude do Exército de terra e mar, fiel interprete do sentimento pátrio – Trata-se dum movimento destinado a engradecer a Pátria e prestigiar a República.”*<sup>26</sup>

No mês seguinte Gomes da Costa demite, sem qualquer aviso, António Claro, António Óscar de Fragoso Carmona e Armando Humberto Gama Ochoa, Ministros do Interior, Negócios Estrangeiros e Colónias.<sup>27</sup> Como resultado, acentua-se a instabilidade no seio do exército. Gomes da Costa acaba por ser detido e enviado para os Açores. Na verdade, já estava tudo mais ou menos equacionado por detrás de Gomes da Costa e, quando o mesmo se apercebeu, já foi tarde.

Apesar deste distúrbio político-militar, houve uma pequena mudança na legislação que deu, às mulheres, um novo sentimento de mudança. De acordo com o artigo 1.º do decreto n.º 19:694 de 5 de maio de 1931: *“Os vogais das juntas de freguesia são eleitos pelos cidadãos portugueses de um e outro sexo, com responsabilidades de chefes de família, domiciliados na freguesia há mais de seis meses. § 1.º Têm responsabilidade de*

---

<sup>26</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, de 3 de junho de 1926, p. 1, A Revolução Triunfante, ABM.

<sup>27</sup> *Diário do Governo*, Presidência do Ministério, Decreto nº 11:854, terça-feira 6 de julho de 1926, I Série.

*chefes de família para os efeitos do corpo deste artigo: 1.º Os cidadãos portugueses do sexo masculino com família constituída, se não tiverem comunhão de mesa e habitação com a família dos seus parentes até o terceiro grau da linha recta colateral, por consanguinidade ou afinidade; 2.º As mulheres portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com família própria e as casadas cujos maridos estejam ausentes nas colónias ou no estrangeiro, umas e outras se não estiverem abrangidas na última parte do número anterior; 3.º Os cidadãos do sexo masculino, maiores de vinte e um anos, com mesa, habitação e lar próprios. § 2.º No caso da última parte do n.º1 do parágrafo anterior consideram-se chefes para o exercício do sufrágio os que forem proprietários ou arrendatários do prédio ou parte do prédio habitado, e os mais velhos, no caso de haver comunhão na propriedade ou no arrendamento.”; e no artigo 2.º “Os vogais das câmaras municipais são eleitos na proporção a estabelecer no Código Eleitoral: 1.º Pelas juntas de freguesia do concelho; 2.º Pelas corporações administrativas de classe com mais de cinquenta associados e sede no concelho, legalmente constituídas há mais de um ano; 3.º Pelos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de vinte e um anos, que por diploma de qualquer exame público provem saber ler, escrever e contar, domiciliados no concelho há mais de seis meses; 4.º Pelos cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores de vinte e um anos, domiciliados no concelho há mais de seis meses, colectados em quantia não inferior a 100\$, por todos, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional, imposto sobre a aplicação de capitais; 5.º Pelos cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores de vinte e um anos, com curso secundário ou superior comprovado pelo diploma respectivo, domiciliados no concelho há mais de seis meses.”. O voto foi concedido oficialmente pela primeira vez às mulheres, porém, fortemente condicionado.*

Foi em 1933 que emergiu em Portugal, na sequência da ditadura militar, o Estado Novo, fundado e liderado por António de Oliveira Salazar. Apesar de algumas mulheres já poderem votar, voltaram a não poder exercer funções na administração pública, nem ser juízas nem muito menos diplomatas. As enfermeiras, telefonistas e hospedeiras estavam estritamente proibidas de casar, assim como as professoras do ensino primário que quisessem casar tinham de pedir autorização ao governo. Os salários entre homens e mulheres com as mesmas funções eram discrepantes. A mulher recebia muito menos. Assim, as mulheres casadas, para poder viajar para fora do país, para trabalhar no

comércio e até mesmo para abrir uma conta no banco necessitavam de pedir autorização ao seu marido. Realça-se, neste sentido, a mulher como um ser completamente dominado por este regime ditatorial. Porém, é de salientar que o Estado Novo foi o primeiro regime português a conceder o direito ao voto às mulheres, embora com restrições.

É de salientar que no Estado Novo eram utilizados todos os meios (imprensa, rádio, cinema) para afirmar a necessidade de construir um “estado novo” (lógica propagandista ainda utilizada nos dias de hoje). Um novo estado, um novo português, uma nova nação, em nome de uma só figura – António de Oliveira Salazar. A sua figura impôs-se em diversas áreas: era Presidente do Conselho de Ministros, Ministro das Finanças e ainda Ministro dos Negócios Estrangeiros. O célebre bilhete-postal em que Salazar é representado como o ‘Salvador da Pátria’, copiando a estátua de D. Afonso Henriques de Soares dos Reis (1847-1889), foi produzido em diversas publicações, como referência da propaganda do Estado Novo. Todavia, este postal, que foi editado nos princípios de 1935, não foi aprovado pelo poder e mais tarde acabou por ser apreendido pelas forças policiais.<sup>28</sup> Salazar apresentava-se sempre com uma postura séria, bem vestido e com um aspeto autoritário. Esta foi a imagem criada em volta do Estado Novo. Estas características são, ainda hoje, semelhantes ao regime que atualmente impera Portugal.

Ainda quanto ao direito do voto, a 27 de dezembro de 1933, no decreto-lei n.º 23:406, foi acrescentada a possibilidade de voto: “2.º *As mulheres portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens e as solteiras, maiores ou emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral, bem como as casadas cujos maridos estejam exercendo a sua atividade nas colónias ou estrangeiro, uma e outras se não estiverem abrangidas na última parte do número anterior.*”; “5.º *Pelos cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com curso especial, secundário ou superior, comprovado com diploma respectivo, domiciliados no concelho há mais de seis meses ou nele exercendo funções públicas no dia 2 de Janeiro anterior à eleição.*”. Nesse mesmo ano, foi dada a oportunidade às mulheres de se candidatarem, tendo sido, em 1934, três mulheres eleitas para a Assembleia Nacional:

---

<sup>28</sup> BARRETO, José (2012): “Salvador da Pátria apreendido pela polícia”, in blogue *Malomil*. Disponível em: <[http://malomil.blogspot.com/2012/03/este-postal-ilustrado-de-1935\\_23.html](http://malomil.blogspot.com/2012/03/este-postal-ilustrado-de-1935_23.html)>, [consultado a 27 de abril de 2022].

Maria Guardiola (1895-1987), Domitila de Carvalho (1871-1966) e Cândida Parreira (1877-1942).

Em 1940 foi “assinada a Concordata entre Portugal e a Santa Sé que proibiu o divórcio para todos os casamentos católicos que viessem a ser celebrados no futuro, o que se traduziu num retrocesso civilizacional, uma vez que a esmagadora maioria dos casamentos celebrados em Portugal obedeciam aos cânones da Igreja Católica. Paralelamente, foram reduzidas as causas de divórcio para o casamento civil e abolido o divórcio por mútuo consentimento”<sup>29</sup>.

A lei n.º 2:015, que saiu em maio de 1946, estendeu o direito ao voto feminino às eleições legislativas e presidenciais: artigo 1.º “ São eleitores do Presidente da República e da Assembleia Nacional: (...) 3.º Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas: a) Curso geral dos liceus; b) Curso de magistério primário; c) Curso das escolas de belas-artes; d) Cursos do Conservatório de Música do Porto; e) Cursos dos institutos industriais e comerciais. 4.º os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que, sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas nos n.º 1.º e 2.º. 5.º Os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casados, saibam ler e escrever português e paguem de contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$.”

Num regime onde não havia liberdade de expressão e falar no corpo e nas vontades/desejos sexuais da mulher era entendido como um atentado à moral e aos bons costumes, Maria Teresa Magalhães Horta, trisneta da Marquesa de Alorna, em 1971, decide lançar um livro, composto por 59 poemas, intitulado *Minha Senhora de Mim*. Este livro onde o foco das narrativas se centram no desejo sexual, no combate à submissão, causou, desde logo, muita agitação perante a sociedade e foi logo censurado. Abaixo, deixo um dos poemas que compõem este livro, designado por *Rosa*:

“ Desenha no meu ventre

A Rosa

Com o teu esperma

---

<sup>29</sup> *Divórcio*, in Diário da República Eletrónico. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/lexionario/termo/divorcio>>, [consultado a 18 de abril de 2022].

Ó meu amor!  
Como a tua boca  
é doce  
no cimo das minhas pernas.”

(Horta, 2001, p.86)

Como podemos ler, este tipo de escrita, numa época completamente conservadora, antidemocrática, corporativa e autoritária, era totalmente proibida. Pensar e/ou produzir conteúdos eróticos era, desde logo, censurado em Portugal. As mentalidades mudam bem mais devagar que a política, razão pela qual ainda hoje é fácil encontrar pessoas que partilham aquela visão moralista em vigor nos tempos da ditadura. Mudou-se a governação, mas algumas raízes ainda estão bem penetradas na sociedade portuguesa, no seu geral. Salienta-se ainda que esta obra assinala um marco importante na viragem da escrita contemporânea feminina.

Algumas mulheres que marcaram este período ditatorial, a vários níveis e com relação à ilha da Madeira, foram, por exemplo, Maria Lamas (1893-1983), Maria da Trindade Mendonça (1916-1997) e Natália Correia (1923-1993).

Maria Lamas nasceu em Torres Novas a 6 de outubro de 1893. Era escritora, jornalista, editora e tradutora. Irmã do general Vassalo e Silva, governador da Índia na queda de Goa, a palavra que esteve presente na base de toda a sua existência era a paz. Paz no mundo, pelas mulheres e pelas crianças. Tudo girava à volta da paz. Era uma mulher de ideais e que lutou por eles. Foi presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas quando este foi encerrado pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em 1947. Mais tarde, liderou o Movimento Democrático de Mulheres. Maria Lamas defendia todas as mulheres portuguesas, independentemente da sua posição social, sendo, porém, as mulheres do povo que mais lhe suscitavam a atenção. No livro *As Mulheres do Meu País*, de sua autoria, “no povo, não há, praticamente mulheres domésticas... Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendeiras, criadas de servir ou “mulheres a dias”... Seria quase impossível mencionar todas as suas

*ocupações que vão do roçar mato aos mais delicados bordados, sem contar com as grandes indústrias em que ela ocupa lugar predominante”* (Lamas, 1950, p. 458)<sup>30</sup>.

Nascida a 16 de fevereiro de 1916, no Nordeste, nos Açores, Maria da Trindade de Mendonça, foi uma ilustre jornalista e escritora portuguesa que viveu grande parte da sua vida na ilha da Madeira. Começou a escrever a partir dos seus 16 anos de idade e foi correspondente de vários jornais portugueses. Desenvolveu numerosas iniciativas com personalidades desafiadoras perante o regime político da época, tendo tido a coragem de dar emprego, no Funchal, a Maria Lamas, perseguida pelo regime. Apesar do controlo da censura e da PIDE, a sua criatividade deixou marcas na cultura madeirense. Foi chefe de redação e posteriormente proprietária e diretora do jornal *Eco do Funchal*. Foi ainda proprietária do *Re-Nhau-Nhau*, um jornal satírico da Madeira. Tentou lançar um guia turístico da Madeira em diversos idiomas. Promoveu encontros literários, organizou diversas conferências, exposições e palestras. Fundou ainda uma agência de publicidade proporcionando, desta forma, diversos postos de trabalho. Maria Mendonça foi uma mulher muito perspicaz que contribuiu para o fomento da arte e da cultura nas ilhas Atlânticas.

Natália Correia nasceu em 1923, em São Miguel, nos Açores. Aos 11 anos desloca-se para Lisboa. Foi jornalista, dramaturga, poetisa, ficcionista, ensaísta, e mais tarde fez televisão e foi deputada à Assembleia da República, tendo mantido sempre uma muito especial relação com a Madeira e sido, inclusivamente, sócia de Maria Mendonça na sociedade do *Pátio, Artes e Letras*. Natália nasceu para tornar a vida mais livre, mais bela, como uma aventura fascinante e maravilhosa. Era, decerto, uma mulher de paixões. Em 1966 foi condenada a prisão com pena suspensa devido aos conteúdos descritos na sua obra *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, onde incluiu poetas madeirenses. Natália Correia assumia publicamente a sua posição quanto ao Estado Novo. Após a Revolução de Abril, ao ser deputada, interveio politicamente no ramo da cultura e do património, na defesa dos direitos humanos.

Em 1967 Salazar é afastado da política, por motivos de saúde. Foi Marcelo Caetano que, em 1968, assumiu as funções de Presidente do Conselho, substituindo Salazar (período da *Primavera Marcelista*). Marcelo Caetano foi o último líder do Estado

---

<sup>30</sup> Livro em resposta ao encerramento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914 – 1947) pelo Governador Civil de Lisboa. Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas - organização feminina, dedicada à defesa dos direitos políticos e sociais das mulheres.

Novo. Era formado em Direito e foi Ministro das Colónias e Ministro da Presidência do Conselho. Fez algumas alterações nos sistemas de informação e de propaganda da época e visava modernizar o regime sem torná-lo democrático, mas a sua posição, enquanto figura máxima deste período, não durou muito tempo.

Ainda durante o Estado Novo houve uma situação que perturbou as figuras “máximas”, e não só, do regime. Conhecidas pelas ‘Três Marias’, Maria Velho da Costa (1938-2020), Maria Teresa Horta (1937-) e Maria Isabel Barreno (1939-2016), foram três mulheres escritoras julgadas pela publicação do livro *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972. O lançamento desta obra foi feito num período em que o país era dominado por uma ditadura, o que causou muita agitação por parte dos membros do regime. As *Novas Cartas Portuguesas* remetem às velhas cartas que teriam sido escritas por Mariana Alcoforado, uma freira portuguesa do Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja, que se refugiava na escrita para descrever os seus desejos e sentimentos no século XVII. São cartas muito intensas, não só de paixão, mas também de erotismo.



2 - Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria de Fátima Velho da Costa, na última sessão do julgamento (Fonte: Facebook de Maria Teresa Horta)

Trata-se de um livro, inclusivamente, muito inesperado para as mulheres naquela altura. Mais do que paixão e entrega, há uma revelação pelo desejo físico. No fundo, trata-se de uma obra onde a escrita destas três mulheres se mistura, sem nunca ser revelada a autoria dos textos. As autoras tinham consciência das proporções que o lançamento deste livro podia causar, mas não tiveram medo de escrever aquilo que sentiam. Como foi de esperar, e depois do que já tinha se sucedido com a obra *Minha Senhora de Mim* de Maria

Teresa Horta, foram levadas a tribunal por este ser um livro “*pornográfico e atentatório da moral pública*”. Salienta-se ainda a coragem de Natália Correia, já mencionada acima, que foi a editora desta obra.

Com ajuda de um amigo de Maria Isabel Barreno, as *Novas Cartas Portuguesas* chegaram a França, mais precisamente às escritoras Simone de Beauvoir (1908-1986), Marguerite Duras (1914-1996) e Christiane Rochefort (1917-1998). A partir daqui propagou-se, imediatamente, a “*chamada solidariedade feminina*”. “*Só não fomos presas porque as feministas fizeram uma pressão tão grande, no exterior, em Washington, nunca durante todos os dois anos de processo e tribunal, nunca deixou de estar um grupo de feministas à porta da embaixada sentadas.*”<sup>31</sup> O impacto foi tão devastador que o governo português teve, inclusivamente, de tomar medidas para tentar suavizar a situação.

O livro acabou por ser retirado do circuito comercial e destruído pela PIDE. Apesar de tudo isto, foi uma referência bibliográfica que marcou a história da literatura portuguesa e, sucessivamente, dos direitos humanos.

As ‘Três Marias’, autoras deste livro que, por outras palavras, acaba por alertar o país para o problema e o desejo da mulher, foram absolvidas após o 25 de abril de 1974. De acordo com Maria Teresa Horta este livro enquanto era “*mal-amado em Portugal, é amadíssimo no estrangeiro*”<sup>32</sup>. O livro que tinha caído no esquecimento, em Portugal, mas voltou a ter destaque em 2011, quando a professora Ana Luísa Amaral reedita as *Novas Cartas Portuguesas* numa edição anotada e prefaciada.

A 25 de abril de 1974 ocorreu, em Portugal, um pronunciamento militar, depois conhecido pela *Revolução dos Cravos* ou Revolução de Abril de 1974, que acabou com o regime ditatorial do Estado Novo, iniciando-se um regime democrático e uma nova Constituição, em 1976. Este foi o golpe militar que pôs termo ao Estado Novo e despertou, sobretudo, nas mulheres, um novo sentido de esperança que as fez mover exigindo os seus direitos e, acima de tudo, a sua liberdade. Neste dia, tanto homens como mulheres saíram à rua gritando liberdade com um cravo ao peito, cantando a tão afamada ‘Grândola Vila Morena’ de Zeca Afonso. Os finais do mês de abril de 1974 foram intensos e decisivos para o futuro do território português, um mês de sorrisos, lágrimas,

---

<sup>31</sup> “Maria Teresa Horta e a aventura das *Novas Cartas Portuguesas*”, *RTP Ensina*. Disponível em: <<https://ensina.rtp.pt/artigo/maria-teresa-horta-e-a-aventura-das-novas-cartas-portuguesas/>>, [consultado a 28 de abril de 2022].

<sup>32</sup> *Ibidem*

conquistas e vitórias. Emergiu uma nova esperança feminina em conseguir conquistar os seus direitos e valores na sociedade.



3 - Celeste Caeiro, Lisboa , 19/04/2013. (Fonte: © Global Imagens)

Celeste Caeiro, uma empregada de mesa, ficou conhecida, neste dia emblemático como a ‘Mulher dos Cravos’. No dia 25 de abril, o restaurante onde trabalhava [Franjinhas] celebrava o seu primeiro aniversário, o primeiro em Lisboa com um serviço, naquela época, inovador de *self-service*. Era uma festa onde não podiam faltar flores. Porém, quando chegou ao seu local de trabalho, a porta estava fechada e o seu patrão informou-a que, devido ao que estava a suceder, iam manter as portas fechadas, mas recomendou que não se desperdiçassem as flores, e Celeste Caeiro foi-se embora e levou, com ela, os cravos.

Pelo caminho, cruza-se com os soldados que estavam a aguardar novas ordens de Salgueiro Maia. Um dos soldados pediu a Celeste Caeiro um cigarro, mas como não fumava disse que só lhe podia dar era um cravo que trouxe do restaurante. O soldado aceitou o cravo e colocou-o no cano da espingarda. Os seus camaradas ao assistirem ao sucedido, aderiram ao ‘movimento’, e a partir daqui, Celeste começou a distribuir por todos soldados os cravos que tinha nas suas mãos. Horas mais tarde, não só Celeste, como também as floristas que estavam por perto esforçaram-se para que ninguém ficasse sem

cravos. ‘Revolução dos Cravos’ foi umas das designações dadas a este dia que marcou todo o Portugal.

Gabriela Relva foi uma das mulheres entrevistadas que assistiu, diretamente de Lisboa, à grande manifestação que decorreu no 1.º de maio “*eu e a minha irmã fomos à baixa de Lisboa, aquilo era um mundo, aquelas ruas, as pessoas cumprimentavam-se sem se conhecer, abraçavam-se, riam, era outro mundo e eu acho que eram manifestações espontâneas, já se gritava «o povo está com a MFA<sup>33</sup>», uma frase que eu fixei muito bem; «O povo unido jamais será vencido», são boas recordações que eu tenho de 1974, em Lisboa.*”<sup>34</sup>.

A partir desta data, a participação cívica da mulher cresceu. Nunca a mulher teve tantos direitos, apesar de ainda nos dias de hoje haver algumas discrepâncias face ao estatuto masculino. A batalha não foi fácil porque as mulheres tiveram de fazer frente às injustiças, tanto a nível laboral como também familiar. A mulher tem características físicas diferentes em relação ao homem, porém, em termos intelectuais e de direitos são iguais, e conseguir a efetivação dessa igualdade era o objetivo dos movimentos feministas.

64 anos depois da participação pioneira de Carolina Beatriz Ângelo, pela primeira vez é possível votar com sufrágio universal em Portugal. A emigração masculina para a Europa, e para outros territórios internacionais, assim como para a guerra colonial fez com que as mulheres comesçassem a ‘gerir’ as suas casas de forma mais autónoma e ativa. Deste modo, entraram, de forma mais acelerada no mundo do trabalho. Já era possível ocuparem cargos de administração local, de carreira diplomática e da magistratura judicial. A autorização do marido, para estes fins, deixou de ser exigida.

A partir de 1975 foi alterado o artigo de Concordata que impedia os casados pela Igreja Católica de se divorciarem e foram introduzidas licenças de maternidade até 90 dias. “*Em 1977 dá-se a reforma do Código Civil, que passa a consagrar o divórcio por mútuo consentimento e o divórcio litigioso, admitindo causas subjetivas e causas objetivas para este último. No divórcio litigioso previa-se a declaração de culpa, com consequentes implicações patrimoniais desfavoráveis para o cônjuge declarado único ou*

---

<sup>33</sup> Movimento das Forças Armadas

<sup>34</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo F, p. 152. Alguns discursos mais “orais” e num português nem sempre cuidado, por opção, transcrevemo-los como foram proferidos, conscientes de algumas falhas sintáticas nos mesmos.

*principal culpado.*”<sup>35</sup> É de realçar que este sistema vigorou até 2008, ano em que foi publicada a Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro. Foi após 31 anos que o modelo do divórcio litigioso passou a ser designado por divórcio sem consentimento de um dos cônjuges, dando a possibilidade a qualquer um dos cônjuges de requerer o divórcio e extinguindo a declaração de culpa.

A primeira mulher a desempenhar funções como Ministra dos Assuntos Sociais, entre 1974 e 1975 e o cargo de primeiro-ministro de Portugal, entre 1979 e 1980 foi a Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004). Candidatou-se a Presidente da República, em 1986; exerceu funções de embaixadora na UNESCO e ainda foi deputada no Parlamento Europeu.

Em 1977 a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>36</sup> nomeou oficialmente o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. “*O Dia Internacional da Mulher celebra as conquistas das mulheres provenientes dos mais diversos contextos étnicos, culturais, socioeconómicos e políticos.*”<sup>37</sup>

Entre 1979 e 1980 foi declarada, por lei, igualdade de oportunidades de tratamento a ambos os sexos no trabalho; assim como o estatuto de igualdade foi introduzido no direito da família. “*O presente diploma visa garantir às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego, como consequência do direito ao trabalho consagrado na Constituição da República Portuguesa*”<sup>38</sup>. Esta lei deveria ser aplicada em casos de discriminação, nas entidades patronais, a nível da remuneração, ao trabalho igual, e ao trabalho de valor igual.

A mulher começou a ser incluída no mercado de trabalho. Os postos de trabalho que eram anteriormente exclusivos para os homens, passaram a integrar as mulheres. “*Cada vez mais a mulher madeirense tem uma palavra a dizer no mundo do trabalho. Além da afirmação como mulher, ela vem de dia para dia demonstrando que é, de facto, capaz de singrar em áreas que até há bem pouco tempo lhe estavam vedadas, quer por*

---

<sup>35</sup> *Divórcio*, in Diário da República Eletrónico. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/lexionario/termo/divorcio>>, [consultado a 18 de abril de 2022].

<sup>36</sup> Organização internacional criada no pós-guerra e que tem como principal objetivo garantir a paz no mundo.

<sup>37</sup> “Dia Internacional da Mulher: Porque é que ainda se celebra este dia?”, in *Nações Unidas Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental*. Disponível em: <<https://unric.org/pt/dia-internacional-da-mulher-porque-e-que-ainda-se-celebra-este-dia/>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>38</sup> Decreto-lei 392/79, de 20 de Setembro. *Diário da República* n.º 218/1979, Série I. Ministério do Trabalho. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/30776/decreto-lei-392-79-de-20-de-setembro>>, [consultado a 27 de abril de 2022].

*simples imposição machista, quer por preconceito imposto por uma mentalidade tradicionalista, acostumada a ver a mulher apenas como uma mãe de família, dona de casa, a quem se exige que dê muito, mas a quem não se dá a possibilidade de ser mais qualquer coisa.”*<sup>39</sup>.

Na edição supramencionada do *Diário de Notícias*, ainda foram recolhidos alguns depoimentos de mulheres com profissões “*que eram dos homens*”. Maria Manuela Barbeito de Freitas era proprietária e administradora da empresa madeirense «Vinhos Barbeito» e assumiu o cargo de presidente da Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias que foi fundada em outubro de 1988 e que acolhia cerca de 30 mulheres empresárias dos mais variados ramos de atividade. “*Comecei a trabalhar na empresa do pai há precisamente 24 anos atrás, ligada ao departamento de relações públicas. Até então era apenas uma dona-de-casa e mãe de cinco filhos. Diziam que eu não dava conta do recado.*”

Diva Pinheiro, Paula Miranda e Teresa João, ‘*mulheres-polícias*’, afirmam que reconheceram que era “*preciso sermos corajosas e que não é fácil, mas que ser mulher-polícia já não é nada de outro mundo*”. Afirmam ainda que tiveram “*o apoio da família e isso já mostra bem até que ponto há a assinalar uma mudança de mentalidades de certo modo significativa*”. Em 1988 existiam, na sua totalidade, “*20 mulheres polícias e mais 38 preparam-se para tirar o curso no continente*”. Por sua vez, Ana Maria Fernandes, de 40 anos na altura, era taxista. “*Quando começou era para dar uma ajuda em casa e, apesar de ser uma profissão muito difícil acostumou-se de tal maneira que gostou bastante*”<sup>40</sup>.

Um outro sinal da mudança dos tempos no sentido de uma maior autonomia feminina é dado, por exemplo, pela criação da Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias que surgiu com o objetivo de “*promover e defender os interesses das mulheres empresárias e profissionais liberais, assegurando uma ação combinada entre elas, assegurar a constante elevação do nível dos serviços, negócios e outras atividades que as suas associadas prestem ou intervenham, estimular o bom relacionamento entre as mulheres empresárias e ainda garantir a representação das suas associadas face aos poderes públicos, organizações públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.*” Segundo

---

<sup>39</sup>*Diário de Notícias*, Funchal, 20 de novembro de 1988, pp. 6, 7 e 10, A Mulher Madeirense no Mundo do Trabalho, ABM..

<sup>40</sup> *Ibidem*

consta, “há uns anos atrás, não muito remotos, colocar a criatura feminina à frente de qualquer negócio, ou a aconselhar chorudas iniciativas empresariais, não só representava uma perda de tempo, como também equivalia a forçar um cérebro precoce que apenas produzia imaculados papelotes de revista. Qualquer que fosse o negócio liderado por uma fêmea resultaria num autêntico fiasco.” A imagem feminina, não estava, de todo, associada ao sucesso profissional, e era “cartão vermelho para qualquer presumível «Joana D’Arc» que ousasse dismantelar as regras do jogo”<sup>41</sup>.

Com o passar do tempo, e com as novas legislações, “a mulher foi somando e seguindo no setor empresarial, com variáveis reais e imprescindíveis, como sejam a inteligência, responsabilidade e dedicação”. A mulher foi conquistando uma posição no universo empresarial e, mais importante do que isso, começou a ganhar respeito e prestígio pela função que estivesse a desempenhar, em qualquer que fosse o tecido laboral. As “Regiões Autónomas apresentam também movimentos com este teor, apesar de nelas se verificar um leque vasto de carências e limitações, reflexo de uma inevitável condição de insularidade”<sup>42</sup>.

O aborto até 1984 era proibido em Portugal. Uma mulher que decidisse interromper a sua gravidez por qualquer motivo, de acordo com a lei, não podia. A Lei n.º 6/84 de 11 de maio de 1984 “permitiu a interrupção voluntária da gravidez em casos de perigo de vida da mulher, perigo de lesão grave e duradoura para a saúde física e psíquica da mulher, em casos de malformação fetal ou quando a gravidez resultou de uma violação.”<sup>43</sup> De acordo com o artigo 141.º “O consentimento da mulher grávida para a prática do aborto deve ser prestado, de modo inequívoco, em documento por ela assinado ou assinado a seu rogo, nos termos da lei, com a antecedência mínima de 3 dias relativamente à data da intervenção. (...) No caso de a mulher grávida ser menor de 16 anos, ou inimputável, o consentimento, conforme os casos, deve ser prestado respetiva e sucessivamente pelo marido capaz não separado, pelo representante legal, por ascendente ou descendente capaz e, na sua falta por quaisquer parentes da linha colateral. Na falta das pessoas referidas no número anterior e quando a efetivação do aborto se revista de urgência, deve o médico decidir em consciência em face da situação,

---

<sup>41</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de fevereiro de 1989, pp. 4 e 5, Da Discriminação à Libertação de Funções, ABM.

<sup>42</sup> *Ibidem*

<sup>43</sup> “Aborto e Interrupção da Gravidez”, in *Associação para o Planeamento em Família*. Disponível em: <<http://www.apf.pt/aborto-e-interruptao-da-gravidez>>, [consultado a 18 de abril de 2022].

*socorrendo-se, sempre que possível, do parecer de outro ou outros médicos, devendo, em qualquer dos casos, a menção de tais circunstâncias constar de atestado médico”<sup>44</sup>.*

Em 1997, com a Lei n.º 90/97 de 30 de julho, a legislação foi modificada, permitindo um alargamento do prazo para a interrupção sempre que *“houver seguros motivos para prever que o nascimento virá a sofrer, de forma incurável, de doença grave ou malformação congénita, e for realizada nas primeiras 24 semanas de gravidez, comprovadas ecograficamente ou por outro meio adequado de acordo com as regras artísticas, excepcionando-se as situações de fetos inviáveis, caso em que a interrupção poderá ser praticada a todo o tempo; A gravidez tenha resultado de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual e a interrupção for realizada nas primeiras 16 semanas”*.<sup>45</sup>

A legislação relativa ao aborto volta a ser reformulada em 2007, na sequência de um referendo que veio permitir *“a possibilidade de se realizarem interrupções de gravidez a pedido das mulheres. Em resumo, com a Lei n.º 16/2007 de 17 de abril, a interrupção da gravidez pode ser realizada em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos desde que: Constitua o único meio de remover perigo de morte ou de grave e irreversível lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida; Se mostre indicado para evitar perigo de morte ou de grave e duradoura lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica da mulher grávida, e seja realizada nas primeiras 12 semanas de gravidez; Haja seguros motivos para prever que o nascituro venha a sofrer, de forma incurável, de grave doença ou malformação congénita, e for realizada nas primeiras 24 semanas de gravidez, excepcionando-se as situações de fetos inviáveis, caso em que a interrupção poderá ser praticada a todo o tempo; A gravidez tenha resultado de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual e a interrupção for realizada nas primeiras 16 semanas de gravidez; Por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez.”*<sup>46</sup>

A mulher, hoje, tem direito ao trabalho, à segurança, à saúde, ao ensino, à participação política, à família, à maternidade, à invalidez, assim como à reforma. Este foi um processo de emancipação da mulher longo e complicado. As mulheres portuguesas

---

<sup>44</sup> Decreto-lei 6/84, de 11 de Maio. *Diário da República* n.º 109/1984, Série I. Disponível em: <[http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1\\_6\\_1984.pdf](http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1_6_1984.pdf)>, [consultado a 18 de abril de 2022].

<sup>45</sup> Decreto-lei 89/97, de 30 de Julho. *Diário da República* n.º 174/1997, Série I. Disponível em: <[http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1\\_90\\_1997.pdf](http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1_90_1997.pdf)>, [consultado a 18 de abril de 2022].

<sup>46</sup> “Aborto e Interrupção da Gravidez”, in *Associação para o Planeamento em Família*. Disponível em: <<http://www.apf.pt/aborto-e-interruptao-da-gravidez>>, [consultado a 18 de abril de 2022].

conseguiram o estatuto de igualdade em relação ao homem na família, bem como já podem participar, de forma mais regular e autónoma, em diversas áreas, como nas ciências, na cultura, na comunicação social e até no desporto.

Temáticas como o aborto e o divórcio, por exemplo, que causaram algumas agitações político-sociais são hoje debatidas ‘livremente’. Hoje a mulher pode deslocar-se a um serviço de saúde e pedir uma consulta prévia de interrupção voluntária da gravidez e proceder ao pretendido. De acordo com o Serviço Nacional da Saúde “*apenas a própria mulher pode pedir a interrupção da gravidez. No caso de ser psiquicamente incapaz ou menor de 16 anos, o seu representante legal poderá pedir.*”<sup>47</sup> Quanto ao divórcio, hoje “*pode ser por acordo entre os membros do casal e ser tratado numa conservatória do registo civil. Se não houver acordo, será necessário fazer o pedido de divórcio num tribunal. No divórcio por mútuo consentimento, os cônjuges decidem, por mútuo acordo, terminar o casamento, sem que seja preciso divulgar as causas. Podem manter os apelidos que adotaram pelo casamento, se houver autorização do outro ou o tribunal autorizar.*”<sup>48</sup>

### **Situação socioeconómica da mulher na Madeira**

A mulher, sobretudo a camponesa, sobrevivia ou do trabalho agrícola e doméstico ou do bordado. O seu dia-a-dia desenrolava-se à volta da terra e do senhorio e da sua habitação. De acordo com Maria Conceição Pereira: “*A saída desta vida era trabalhar numa casa particular, na cidade, onde muitas entraram para a prostituição, sobretudo pela necessidade de carinho e afeição.*” (Pereira, 1991, p. 11).

No meio rural, o analfabetismo predominava no universo feminino. O acesso à educação era muito limitado e eram poucas as famílias que conseguiam dar formação aos seus filhos. Era uma vida de campo, com uma mentalidade conservadora, onde os filhos faziam mais falta na fazenda, para ajudar na produção e no cultivo, do que propriamente nas escolas. Não havia distinções de tarefas, as mulheres faziam todo o tipo de trabalho na terra, tal como os homens, embora eles tivessem, na sua imensa maioria, dispensados de tarefas domésticas.

---

<sup>47</sup>“Interrupção voluntária da gravidez”, in SNS 24. Disponível em: <<https://www.sns24.gov.pt/guia/consulta-ivg/>>, [consultado a 28 de abril de 2022].

<sup>48</sup>“Iniciar processo de divórcio”, in *Justiça.gov.pt*. Disponível em: <<https://justica.gov.pt/Services/Iniciar-processo-de-divorcio>>, [consultado a 28 de abril de 2022].

De acordo com Maria Ângela Costa “a maior parte das mulheres, não podia sair de casa para ir trabalhar. Era uma ofensa uma mulher sair de casa para ir trabalhar.”<sup>49</sup>

“Durante o Estado Novo era uma vida de escravos. (...) Todos os dias ia-se à serra, tinha-se duas vacas de leite, tinha-se fazenda e acartar banana para ir para o Lugar de Baixo, e era uma vida dura. A gente bordava de noite para ganhar para os sapatos para poder andar de dia, se não, não se tinha sapatos.”<sup>50</sup>, relembra Maria Ganança. “As dificuldades eram tantas. Não havia água, não havia luz, não havia estradas. Mesmo assim ainda tinha uma vantagem porque a gente morava junto a uma ribeira, tinha sempre água da ribeira para tudo.”<sup>51</sup>, revive Josefina Melim. Recorda Lourdes Freitas “a vida foi sacrificada. Era minha mãe a bordar e a gente todas juntinhas ali a bordar junto com ela, para se manter, diz-se assim, o pão de cada dia. A pobreza era para todo o povo, era geral naquela altura.”<sup>52</sup>

Gabriela Relva nasceu “numa família rural muito conservadora”. Enaltece que “há uma característica nesta família que é que as mulheres são muito mais dinâmicas, mais ativas, mais frontais, enquanto os meus irmãos são mais recatados, mais pensativos. E foi nesta família que eu cresci, fui educada. Em criança e devido à minha deficiência motora frequentei uma escola masculina, coisa rara. Estava numa situação de uma aluna clandestina porque eu estava matriculada numa escola feminina e frequentava a escola masculina, porquê? Porque a escola feminina ficava muito longe da minha casa e a escola masculina era mesmo ao pé, mas eu estava numa situação clandestina porque não era permitido, o regime não permitia, era escola feminina e escola masculina, não permitia a junção dos dois sexos. Interessante que eu fui treinada para que sempre que chegasse um senhor de fato e gravata do Funchal eu dirigia-me à porta da sala de saída e dizia que tinha ido dar um recado, tinha vindo para o telefone, o meu pai tinha uma mercearia e tinha vindo para o telefone da mercearia e era o senhor inspetor. Neste ambiente já de uma certa pressão, eu não era uma jovem como as outras, portanto, eu já estava sujeita a um regime muito controlado, nesse sentido”<sup>53</sup>.

Por sua vez, Dulce Andrade frisa que “antes da Revolução de Abril eu tive um percurso que a grande maioria das pessoas não tinha. O meu pai era uma pessoa que

---

<sup>49</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, vide anexo M, p. 198

<sup>50</sup> Entrevista com Maria Ganança realizada a 05 de julho de 2022, vide anexo N, p. 202.

<sup>51</sup> Entrevista com Josefina Melim realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo I, p. 174.

<sup>52</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, vide anexo L, p. 194.

<sup>53</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo F, p. 152.

*ganhou muito bem e conseguiu ter os seus filhos na escola (...) Quem quisesse continuar a estudar teria que ir para o Funchal e teria que pagar um colégio e foi o que nos aconteceu. Os meus três irmãos estavam num colégio e eu e a minha irmã estávamos noutra. Tirámos os nossos cursos.”<sup>54</sup>*

Gorete de Freitas realça que durante o Estado Novo havia “*aquele respeito, quem mandava era o Presidente da República e acabou-se, e mais ninguém ia à mão. Isso eu tenho noção, já desde o tempo de escola. Foi para isso que fomos educados, e na escola era isso que nos educavam. Tínhamos de respeitar a bandeira e respeitar o Presidente da República.*”<sup>55</sup> Júlia Caré também afirma que “*Como toda a gente da minha geração, eu fui doutrinada e isto na esmagadora maioria das famílias, doutrinada no respeito, pelo Salazar, pelo quase endeusamento daquela figura e tudo o que era do Estado não se discutia, em parte*”<sup>56</sup>.

Para além do trabalho na terra e das lidas domésticas, a mulher arranjava sempre um tempo para bordar, principalmente à noite. Por vezes, juntavam-se à volta de um candeeiro a bordar pela noite adentro. Esta era uma atividade que fazia parte da vida de muitas mulheres.

Guida Vieira trabalhava numa empresa de bordados e tapeçaria, e revela que a sua vida era “*de uma operária, muito mal paga, com um horário de trabalho muito longo, nunca sabia se ia receber todos os dias de trabalho porque não tinha contrato que me garantisse um mês de trabalho, aliás, nós não ganhávamos ao mês, ganhávamos ao dia, não tínhamos direito a subsídio de férias nem subsídio de Natal, portanto, eramos umas trabalhadoras um pouco escravas que trabalhávamos nas empresas*”<sup>57</sup>.

De acordo com uma das teses apresentadas no *I Encontro da Mulher Trabalhadora da Região da Madeira*, que esteve a cargo da União dos Sindicatos da Região da Madeira (USAM) em outubro de 1979: a mulher “*... sentia bem a opressão e a exploração do senhorio que vinha buscar grande parte das colheitas, as galinhas e os bocados de porco no Natal, que maltratava os filhos por apanharem um cacho de uvas, que não deixavam fazer mais um quartinho para agasalhar os filhos (...) a mulher foi a maior vítima das ideias retrógradas inculcadas sobretudo pela região e propaganda*

---

<sup>54</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, *vide* anexo E, p. 145.

<sup>55</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, *vide* anexo G, p. 159.

<sup>56</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, *vide* anexo J, p. 179.

<sup>57</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, *vide* anexo H, p. 167.

*reacionária dos governantes.*”. É notável o quão controladas eram as mulheres, não só pelos cônjuges, mas principalmente pela Igreja e pelo próprio governo. Tinham de ter muitos filhos “*para honra e glória de Deus*” (Pereira, 1991, p. 11).

As mulheres que saíam do campo, à procura de estabilidade, ao chegarem à cidade eram recebidas com algum desprezo e sarcasmo e eram rotuladas como ‘*vilosas*’ e ‘*sopeiras*’. “*Fora do seu meio ambiente, num mundo hostil e completamente diferente, 24 horas por dia sob o domínio dos patrões, a maior parte do tempo oprimidas e maltratadas, exploradas na paga e no trabalho, muitas delas sucumbiram, indo parar à prostituição, levadas fundamentalmente pela necessidade de afetividade*” (Pereira, 1991, p.12).

Maria Ganança relembra que era uma mulher “*muito lutadora*”. “*Eu fui dormir no calhau da ribeira por causa da água, e em todas as lutas estava Maria, cá não me calava. Às vezes eles diziam assim, eu tinha um padrinho que era pai de padres e disso tudo, mas também era daqueles da PIDE. Eles diziam «Maria, tu cala a boca, tu não digas mal do governo que depois vais presa». Eu digo «Aí Jesus, se eu ir presa, vão me dar pão e água, eu só trabalho para comer pão e água, qual é a diferença? Levarem-me o bordado que eu bordo, ao menos bordo de dia, não é até as duas horas da manhã no candeeiro!*”<sup>58</sup>

Apesar de ter alguma estabilidade financeiro, o que não era muito comum na altura, Dulce Andrade relembra que a sua mãe “*emprestou o fato de primeira comunhão dos meus irmãos a toda a vizinhança, tudo fazia a primeira comunhão com aquela roupa porque coitadinhos, não tinham, e a minha mãe ia emprestando sempre. Era muito difícil. Até quando a minha mãe dizia «vou fazer sopa» ponha tanta coisa a mais que era para depois da sopa cozida, levar aos vizinhos.*”<sup>59</sup>

Todavia, as primeiras mulheres que arriscaram sair de casa para ir trabalhar foram as operárias de bordados. Apesar de terem sido arrojadas ao enfrentar um mercado de trabalho que era, na sua grande maioria, dirigido por homens, acabaram por ser discriminadas, com comentários inapropriados e preconceituosos, e tiveram de enfrentar a classe masculina tanto no emprego como nas ruas.

Rita Pestana realça que “*havia situações que nós achávamos absolutamente ridículas, que era, por exemplo, um professor, no meu caso, se eu então durante o Estado*

---

<sup>58</sup> Entrevista com Maria Ganança realizada a 05 de julho de 2022, vide anexo N, p. 202.

<sup>59</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, vide anexo E, p. 145.

*Novo, não foi o caso, quisesse casar, eu tinha que ter uma autorização do Ministério da Educação, a não ser que o noivo fosse funcionário público, mas se não fosse funcionário público, como nós eramos, eu tinha que provar que ele ganhava mais do que eu, que tinha condições para me sustentar, para além do meu vencimento. Esta era uma coisa. Por outro lado, que foi uma coisa que também me deixou sempre a pensar, «mas o que é isto?» para entrar na função pública nós tínhamos de assinar uma declaração sob compromisso de honra que era uma declaração anticomunismo, que não era comunista, que não partilhava ideias de esquerda, e, portanto, isto nos fazia pensar, para quem tinha cabeça, isto fazia-me refletir.»<sup>60</sup>*

A escassez de alimentos e a falta de condições para sustentar um número razoável de filhos fez com que muitos homens emigrassem. Este facto permitiu que as mulheres ganhassem outras responsabilidades, tanto com a casa, como com os cuidados dos bens do casal e com as idas à cidade. A emigração permitiu-lhes gerirem as suas vidas, dando-lhes uma certa autonomia.

### **A mulher e o regime da colónia na Madeira**

O ‘*leonino contrato*’ da colónia marcou, desde os primórdios do século XVII, a condição social de grande parte dos madeirenses. Tratava-se de um sistema onde “...um terreno pertencente a uma pessoa- senhorio – foi dado a cultivar a outra – colono -, sendo este o proprietário das benfeitorias rústicas ou urbanas desse terreno. O contrato de colónia tem a sua origem já há alguns séculos, numa altura em que havia muita terra a arrotear e os donatários do arquipélago obtiveram a colaboração de colonos com o aliciante de as benfeitorias lhes ficarem a pertencer. Guardaram, porém, os donos da terra para si a faculdade, unilateral e discricionária, de pôr fim ao contrato, sempre que quisessem. Ao colono, por outro lado, era facultada a possibilidade de venderem as benfeitorias, passando o comprador a ser o novo colono. Todavia, não tendo o colono a possibilidade hoje de receber do proprietário o valor das benfeitorias, a sua recuperação está sempre dependente da vontade do proprietário ou do aparecimento de um novo colono, que, disposto a arrendar a terra, acorda com o anterior colono a compensação pelas benfeitorias realizadas. O colono transmitia aos seus herdeiros o direito às benfeitorias”<sup>61</sup>. Neste contrato o colono ou caseiro estava subjugado ao senhorio ou dono

---

<sup>60</sup> Entrevista com Rita Pestana realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo O, p. 208.

<sup>61</sup> Decreto Regional n.º 13/77/MM, divulgado a 18 de outubro de 1977.

das terras, quer na repartição dos produtos, quer na determinação das culturas agrícolas que o senhorio quisesse que ele plantasse, quer sobretudo pelo poder autoritário que este exercia sobre o caseiro e respetiva família.

De acordo com Júlia Ribeiro, residente na Ribeira Seca, Machico, *“isto aqui era uma terra de colónia (...) era uma vida muito, muito complicada e dolorosa, os tempos antes do 25 de abril”*<sup>62</sup>.

As mulheres tiveram um papel muito importante nos grandes plenários promovidos pela UCIM (União dos Caseiros da Ilha da Madeira) e em todo o processo da luta dos caseiros contra o regime da colónia. *“...como as terras eram difíceis de arrotear e de cultivar, os proprietários foram entregando espaços aos camponeses, que ficavam com a responsabilidade de desbravar, furar as rochas, partir as pedras, fazer paredes, encher os tabuleiros de terra (os poios ou socalcos), fazer os canais de irrigação (as levadas), plantar as vinhas, a cana-de-açúcar e outras culturas.”* (Pereira, 1991, p.12). Tanto a mulher como o marido e os filhos estavam subjugados ao senhorio ou dono das terras, quer na repartição dos produtos, quer na determinação das culturas agrícolas que o senhorio quisesse que ele plantasse, quer sobretudo pelo poder autoritário que este exercia sobre o caseiro e respetiva família. Salienta-se ainda que a casa dos colonos ou caseiros era feita na terra do senhorio e não era permitido qualquer tipo construção que valorizasse o património do caseiro (benfeitoria) ou diminuísse o terreno de cultura.

*“Formamos o Centro de Informação Popular (CIP) que funcionava num edifício que era da Juventude Agrária Católica (JAC), uma organização. Para que era o CIP? Para receber a reclamação das pessoas, já que a Câmara ainda estava entregue ao regime anterior. Então temos fichas e mais fichas disto e daquilo, sobretudo da colónia. O CIP teve uma influência enorme. Aquela casa recebia gente todo o dia, quase toda a noite.”*<sup>63</sup>, lembra Pe. Martins Júnior<sup>64</sup>.

A estrutura de colónia influenciava também as condições das habitações. Como não eram os proprietários e corriam o risco de perder os investimentos em benfeitorias

---

<sup>62</sup> Entrevista com Júlia Ribeiro realizada a 10 de agosto de 2022, vide anexo K, p. 186.

<sup>63</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo Q, p. 223.

<sup>64</sup> Biografia poderá ser consultada no anexo Q, que está situado nas pp. 115 – 116.

realizadas nas residências onde moravam, os colonos viviam com a família em casas de um cómodo, com ausência de condições higiénicas e saneamento básico.<sup>65</sup>

Em 1847, o Governador Civil da Madeira, o conselheiro José Silvestre Ribeiro (1807-1891), enviou uma carta propondo ao governo a substituição do contrato da colónia pelo contrato do arrendamento. Esta posição só depois do 25 de abril de 1974, ou seja, mais de cem anos depois, viria a ser reafirmada.

No documentário «*Colónia e Vilões*», realizado por Leonel Brito entre 1976 e 1977<sup>66</sup>, é possível verificar os colonos a relatar alguns problemas causados pela colónia: “*Mas o que mais ata as mãos do lavrador, o que mais o constrange a cruzar os braços e morrer de fome ou emigrar para morrer de peste é o modo porque se acha constituída na Madeira, a propriedade territorial debaixo da maligna influência de duas instituições dos tempos feudais, vínculos e contratos de colónia*”. Este documentário foi apresentado, pela primeira vez na Madeira, mais precisamente no Teatro Municipal Baltazar Dias, em 2018, 40 anos depois da sua realização, o que não deixa de ser curioso.

No jornal «*O Caseiro*», órgão da UCIM, é possível encontrar vários testemunhos de mulheres e homens que deram a conhecer a vida de um camponês e/ou camponesa: “*Eu era caseira dele há 25 anos, pois ele tinha comprado o terreno da minha benfeitoria e dos restantes caseiros. A partir dessa altura, paguei-lhe renda de 550\$00 e dava metade do vinho e uma galinha. Mais tarde, comecei a pensar e ver que não estava certo, eu trabalhar mais o marido e os meus filhos tudo para o senhorio encher-se e eu morrer à fome mais os meus filhos. (...)*”<sup>67</sup> (Maria José Vasconcelos Freire)

“*O meu senhorio (...) nunca me deixou melhorar a minha casinha. Anda com dez anos que a Assistência me arranjava dois quartos de casa e eu fui lá com o senhorio. Ele respondeu que deixava estar onde está, mas arranjar não deixava (...). Veio um homem da Assistência pedir a ele e ele disse sempre que não. Eu criei meus seis filhos nesse quarto de palha e já tenho filhos casados e netos, quando eles vêm a casa é preciso pedir*

---

<sup>65</sup> VIEIRA, Rui; Freitas João de, «A economia da Madeira no Período Pré-Autonómico», in Freitas, João Abel de (org.), (2008) *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, p. 209.

<sup>66</sup> *Colónia e Vilões* – Textos de Rogério Rodrigues e «*Jornal do Caseiro*», Coleção Academia Portuguesa de Cinema, cinemateca – 2018.

<sup>67</sup> PEREIRA, Maria da Conceição (1991), *Mulher Madeirense – Vivências, Problemas e Expectativas*, colaboração Departamento de Mulheres da USAM, Sindicato dos Bordados, Lisboa: Codex – Portugal. p. 12.

*a um vizinho para os agasalhar. Há palheiros melhores que a minha casinha. É muito triste viver assim e o senhorio viver num palácio.”*<sup>68</sup> (Merciano Lemos)

O regime da colónia foi extinto, de acordo com o Decreto Regional n.º 13/77/MM, a 18 de outubro de 1977. Foi após a data mais emblemática do Portugal do século XX, o 25 de abril de 1974, que os caseiros da Madeira se uniram e lutaram pela posse das terras que continuavam nas mãos dos senhorios. O ânimo libertador e o impulso contestatário que viviam sufocados na psicologia desta população ganharam desenvoltura e resistência acrescentada, tanto na paisagem visual e arquitetónica (os caseiros começaram a substituir as casas de colmo por coberturas de betão e telha, fruto também da emigração, sobretudo para a França) como nas manifestações culturais, artísticas e de reivindicação social.

*“Isto foi uma grande vitória para o povo da Madeira e Portugal. Mas especialmente para a Madeira que era um povo mais oprimido. Era senhorios em cima das pessoas, era o regime dos senhorios. Quem matasse o porco tinha de dar a papada, quem criasse galinhas tinha de dar duas galinhas no Natal, tivessem uma figueira de figos, vinha a dona do senhorio à espera para partilhar, não comia, só para dividir. E depois do 25 de abril ainda levou uns 2 ou 3 anos mas aquilo foi acabando que o povo não dá armadilhas, sempre há luta!”*<sup>69</sup>

*“Daqui de Machico levei uma grande lição, das mulheres de Machico. Admirei, pode constatar uma grande faixa dos meus alunos era principalmente da zona da Ribeira Seca, foi notório a noção de cidadania, o envolvimento, a participação democrática das mulheres na luta contra a colónia, contra a abolição da colónia, foi de facto muito marcante. Acho que foi um exemplo.”*<sup>70</sup>, declara Júlia Caré.

---

<sup>68</sup> *Ibidem*

<sup>69</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, *vide* anexo L, p. 194.

<sup>70</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, *vide* anexo J, p. 179.

## Capítulo II – O ‘25 de abril’ na ilha da Madeira

Quinta-feira, dia 25 de abril de 1974, parecia ser mais um dia ‘normal’ no quotidiano madeirense. O que suscitou alguma atenção por parte da população foram as pioneiras informações que chegaram de Lisboa sobre a Revolução dos Cravos através de chamadas telefónicas e/ou da rádio. Foi após alguns dias que transmitiram nos ecrãs dos espetadores madeirenses as primeiras imagens da maior revolução do século XX.

No Palácio de São Lourenço, sede do poder militar e do Governador Civil, foram sendo recebidas informações relativamente à queda do governo, através de alguns membros das Forças Armadas que estabeleceram contacto direto com Santarém e Vendas Novas.

No porto do Funchal, estava de visita uma esquadra naval francesa comandada pelo almirante Filipe de Gaulle (1921-1970) que recebe num almoço oficial entidades civis e militares da Madeira<sup>71</sup>. Há seis meses de missão, na Ilha da Madeira, o major Faria Leal (1936-2015), chefe-de-estado-maior do quartel-general do Comando Territorial Independente da Madeira, recebe um telefonema de Lisboa, do posto do Comando do Movimento das Forças Armadas do Quartel da Pontinha, em Odivelas, onde o major Vítor Alves (1935-2011) avisa que os ‘presos políticos’ – Américo Tomás e Marcello Caetano - iam para a Madeira, mais propriamente para o Palácio de São Lourenço. Após o comunicado, foi realizada uma reunião onde se juntaram o governador militar, brigadeiro Vasco Lopes da Eira, e o civil capitão-de-mar-e-guerra Daniel Farrajota Rocheta (1914-1997), o que causou alguma agitação, pois não estavam preparados para receber tal ‘ordem’.

Foi tomada a decisão de não colocar as tropas nas ruas, não só pela posição dos dois governadores, civil e militar, como pela adesão dos comandos da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Fiscal. As certezas do fim da ditadura vão sendo confirmadas pela população. No dia seguinte à Revolução, os madeirenses confirmam pelos jornais que era uma Junta Militar que passava a governar o país.

A criação dessa Junta foi anunciada ao país pelo general António de Spínola (1910-1996) nos seguintes termos: *“Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do povo português, a Junta de Salvação*

---

<sup>71</sup> *Jornal da Madeira*, Funchal, 25 de abril de 1974, pp. 1 e 2, Almirante de Gaulle, ABM.

*Nacional a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País*”<sup>72</sup>. “*Se for conformado por individualidades verdadeiramente responsáveis na Vida Nacional o que tem vindo a ser proclamado, de há 20 horas para cá, pelo chamado «Movimento das Forças Armadas», prova-se que a palavra e a propaganda podem ter mais força do que poderosas armas de guerra. O movimento soube aplicar o sistema ao iniciar a sua ação com a conquista dos mais poderosos meios de informação do País*”.<sup>73</sup>

O primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas confirma a queda do Governo e a rendição do professor Marcello Caetano (1906-1980) apresentada ao general António de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional. Neste mesmo dia, a imprensa anuncia a chegada à Madeira do ex-presidente da República, almirante Américo Tomás (1894-1987), e do ex-presidente do Conselho Marcelo Caetano.<sup>74</sup>

Foi, precisamente, no dia 27 de abril que é confirmada a chegada oficial dos presos políticos através do 1.º comunicado do Gabinete de Informação que estava no comando militar do Palácio de São Lourenço.<sup>75</sup> A notícia da chegada de Marcelo Caetano e Américo Tomás percorreu o país inteiro, o que não deixou de causar alguma agitação na população.

A 29 de abril é assinado um segundo comunicado onde é garantido o “*controlo total de material e instalações das extintas Subdelegações da Direção Geral de Segurança e Legião Portuguesa, nomeadamente armamento, munições e arquivos que já se encontram sob a guarda das Autoridades Militares*”. A mesma nota refere ainda que João de Gouveia (1920-c. 1985) passava a ser o governador substituto do Distrito do Funchal depois das funções de todos os governadores do país terem sido encerradas<sup>76</sup>. O comunicado diário do Comando Militar refere também que há conhecimento de inscrições murais e de um panfleto, com que alguns procuravam incitar ações perturbantes de ordem pública, recomendando à população que mantenha as provas de civismo e confiança nos objetivos da Junta de Salvação Nacional.

---

<sup>72</sup> *Jornal da Madeira*, Funchal, 26 de abril de 1974, p. 1, Proclamação da Junta presidida pelo General António de Spínola, ABM.4

<sup>73</sup> *Ibidem*

<sup>74</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de abril de 1974, p. 1, O Primeiro Comunicado do Movimento das Forças Armadas, ABM.

<sup>75</sup> *Jornal da Madeira*, Funchal, 27 de abril de 1974, p. 1, O General Spínola dirigiu uma Mensagem às Forças Armadas, ABM.

<sup>76</sup> *Jornal da Madeira*, Funchal, 29 de abril de 1974, p. 1, Segundo Comunicado do Gabinete de Informação, ABM.

A primeira conferência de imprensa na Madeira pós 25 de abril realiza-se no dia 29, ainda com o general Lopes da Eira, acompanhado por Faria Leal, que garante aos madeirenses que o Governo Militar da Madeira tem “*se empenhado em que a transformação política que se registou no País não afetasse a vida na Madeira*”. Diz ter encontrado da Junta Nacional a melhor compreensão para que a emigração continuasse a fazer-se regularmente, para que os navios com turistas continuassem a entrar no Funchal e para que a normalização do tráfego do aeroporto se desse o mais rapidamente possível.<sup>77</sup>

Estava a ser preparada a grande manifestação do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador que é, pela primeira vez, feriado nacional para os trabalhadores. A concentração agendada para as 10 da manhã na Praça do Município tornou-se na maior manifestação de sempre na ilha da Madeira. Desta forma, pode-se afirmar que foi o dia 1 de maio de 1974 que assinalou o princípio da *Revolução dos Cravos* na ilha da Madeira.



4 - Manifestação 1.º de maio, Funchal, 1974. (Foto Agostinho Spínola in [www.arquipelagos.pt](http://www.arquipelagos.pt))

Este manifesto social foi arquitetado e mobilizado por milhares de civis que saíram à rua, implorando um novo regime. “*Pessoas de todas as categorias sociais e de todos os setores da vida local, sem distinção de idades ou de profissão, incorporaram-se no grande cortejo cívico que percorreu a cidade e ao qual especialmente a juventude emprestou excepcional calor e entusiasmo. Empunharam-se dísticos, enunciaram-se propósitos, escreveram-se legendas, gritaram-se «slogans», vitoriam-se as Forças Armadas, tendo tudo decorrido num ambiente de civismo, de absoluta calma, sem que se*

---

<sup>77</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 29 de abril de 1974, pp. 1-3, O General António de Spínola Define o seu Pensamento Quanto à Política Ultramarina, ABM.

*registasse o mínimo incidente. O povo deu, realmente, prova dum espírito ordeiro que nos cumpre assinalar e que não empanou a grandeza das próprias manifestações.*<sup>78</sup>



5 - Manifestação 1.º de Maio 1974, Funchal. (Fonte: ©Diário de Notícias de 3 de maio de 1974)

Mulheres saíram à rua, pela primeira vez, numa manifestação, na verdade, sem grande consciência política. Foram as palavras de ordem que mais as motivaram em fazer frente a todos os entraves das suas vidas. A força e a ambição feminina começaram a ganhar novos rumos, gerando novos sentimentos de esperança, de liberdade, de autonomia e, acima de tudo, de paz.

---

<sup>78</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 3 de maio de 1974, p. 1, Decorreram com Grande Entusiasmo e na mais Absoluta Ordem as Comemorações do Dia 1.º de Maio, ABM.



6 - 1º de maio de 1974, Joana Carita, Alferes Monteiro e capitão Viana na *Chaimite*.  
(Foto Moderna in [www.arquipelagos.pt](http://www.arquipelagos.pt))

Gorete de Freitas revela a sua preocupação com o sucedido, pois “*fomos habituados e educados a respeitar os governantes, haver um golpe de estado foi uma coisa nova*” (...) “*Foi uma loucura terem feito uma coisa daquelas, na altura, foi o que eu pensei*”<sup>79</sup>.

“*Acordei durante a noite. (...) liguei o radiozinho a pilhas que tinha na mesa de cabeceira e comecei a ouvir música de intervenção, daquela outra música que eu tinha ouvido nas aulas do Magistério, nas aulas de música com o Padre Sumares que ele*

---

<sup>79</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, *vide* anexo G, p. 159.

*mandava fechar as portas, mandava fechar as janelas para ouvirmos aquela música, e depois comecei a ouvir as notícias. Mesmo com radiozinho a pilhas, sem televisão, provavelmente muitas poucas pessoas como eu, ouviram o 25 de abril em direto, porque eu ouvi o «Grândola», devia de ser, para aí, umas 5 da manhã.»<sup>80</sup>, rememora Rita Pestana.*

*Guida Vieira relembra que a partir do 1.º de maio “começamos a ver trabalhadores a tomar conta dos sindicatos, manifestações na rua, o povo na rua, e aqui não havia, até o 1.º de maio, ninguém na rua. Então, depois soubemos que alguém estaria a convocar uma manifestação no 1.º de maio e viemos para a rua. Eu vim para a manifestação do 1.º de maio como veio a maioria esmagadora das pessoas. Não sabíamos o que era, sabíamos só que era diferente, que era para estar na rua e que era para a liberdade. E viemos. E foi assim que começou a minha atividade revolucionária”<sup>81</sup>. Assunção Bacanhim disse ainda que “veio gente de toda a Madeira, e aqui há uma coisa que eu queria fazer referência, as mulheres tiveram um papel fundamental, eram quase que mais reivindicativas do que muitos homens.”<sup>82</sup>*

*Já Rita Pestana afirma que “quando se deu o 25 de abril, eu tinha 21 anos, portanto, até lá a minha vida era uma vida pacata, como era a vida de qualquer adolescente na Madeira. (...) Eu só tive a noção, muito sinceramente, de que vivíamos num Estado fechado, com muitas restrições, quer ao uso da palavra, quer até ao uso da nossa própria conduta perante a sociedade quando saí do colégio de Santa Terezinha e fui para a Escola do Magistério e, portanto, digamos que eu não tive nunca a sensação de que vivíamos neste regime tão fechado.” Todavia, adianta que “as minhas primeiras luzes foram na Escola do Magistério, por via de quem? Do padre Sumares, que era o nosso professor de música e que nos deu algumas luzes. (...) Eu penso que a maior parte dos madeirenses da minha geração, o 25 de Abril para nós foi absolutamente uma novidade, não sabíamos o que estava a acontecer.”<sup>83</sup>*

*Por sua vez, Maria Ângela Costa revela que as mulheres “não deviam de sair porque havia muita agressividade e as pessoas não se entendiam. Aquilo foi uma confusão na Rua dos Netos. Queriam tomar conta disto e daquilo, o que não era deles,*

---

<sup>80</sup> Entrevista com Rita Pestana realizada a 09 de julho de 2022, *vide* anexo O, p. 208.

<sup>81</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, *vide* anexo H, p. 167.

<sup>82</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, *vide* anexo D, p. 137.

<sup>83</sup> Entrevista com Rita Pestana realizada a 09 de julho de 2022, *vide* anexo O, p. 208.

*os espaços que não eram deles. Eu acho que isso foi muito mau, foi ruim*”<sup>84</sup>. Dulce Andrade lembra que em Machico, “*as manifestações eram um bocado perigosas, para mim. Eram muito perigosas porque envolviam as pessoas mesmo que não estivessem pelo lado comunista, muitas vezes eram misturadas*”<sup>85</sup>.

Para além da capital madeirense, esta manifestação estendeu-se pelas zonas rurais, como por exemplo, em Câmara de Lobos, Calheta e Machico. O 1.º Maio que contou com a presença de milhares de pessoas em Lisboa, iniciou, em todo o Portugal, uma nova fase de conflitualidade social, mudanças político-sociais e institucionais. A melhoria das condições de vida e de trabalho a que a população estava sujeita até o momento, foram os temas que mais se evidenciaram neste manifesto.

*“Em Santa Cruz também fizemos uma mini, mini manifestação e depois, no fundo, naqueles primeiros tempos nós copiávamos um bocadinho o que ouvíamos, os slogans «o povo unido jamais será vencido», «limpeza, tudo para a rua» e «sanear», portanto, de repente ganhou-se uma urgência de que era preciso pôr tudo novo, precisávamos de gente nova, de novas maneiras de gerir a coisa pública, as câmaras, e em todos os sítios houve pequenas manifestações onde se manifestava esse desejo, que era comum, que era a mudança, fazer diferente, que era começar com qualquer coisa de novo.”*<sup>86</sup>

Na Calheta, os populares dirigiram-se da Estrela para a vila expondo inúmeras críticas ao chefe da Secretaria da Câmara Municipal: «Rua com Emílio, a Calheta não é um cano de esgoto». Em Câmara de Lobos, questões como o Posto da Polícia e a taxa paga pelos pescadores ao Governo local foram levantadas.

---

<sup>84</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, vide anexo M, p. 198.

<sup>85</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, vide anexo E, p. 145.

<sup>86</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, vide anexo J, p. 179.



7 - Manifestação na Calheta, 1.º de maio de 1974.

Em Machico, um grupo de populares, juntamente com o atual pároco da Ribeira Seca, pe. Martins Júnior, desfilaram até a vila cantando músicas regionais, acompanhadas pelo acordeão padre. *“Machico também esteve presente! Não podia deixar de estar. Uma população composta de camponeses e gente do mar, que há muito, também tem sido vítima de certos tipos de repressão mental e de opressão administrativa, saiu à rua de braços abertos, mandou para o ar toda a euforia e toda a verdade desse memorável 1.º de Maio. Percorremos as ruas enfeitadas de flores e cânticos, desfilámos calmos vibrantes diante da Câmara, Igreja Matriz, Mercado Velho, Companhia de Engenhos, Hotéis, Matur, reafirmando com palavras o grito incontido que de há muito se escondia dentro de nós: «Machico é Nosso» «Nosso no sangue, nosso na alma, nosso na marcação de um futuro mais digno»”*<sup>87</sup>.

*“O povo da Ribeira Seca e de Machico, especial da Ribeira Seca já estava esclarecido, já estava mais preparado que algo ia mudar, e isso para nós foi meio caminho andado.”*<sup>88</sup>

Foi no dia 20 de maio que Américo Tomás e Marcelo Caetano partiram no navio «Pirata Azul» para o Porto Santo de onde seguem para o exílio no Brasil, uma ação secretamente concertada pelo Comando Militar da Madeira.<sup>89</sup>

---

<sup>87</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de maio de 1974, p. 4, 1.º de Maio em Machico, ABM.

<sup>88</sup> Entrevista com Josefina Melim realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo I, p. 174.

<sup>89</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, de 21 de maio de 1974, p. 1, O Almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano exiliados no Brasil, ABM.

Este movimento militar que provocou na sociedade portuguesa um novo grito de liberdade espalhou-se por todo o mundo, em publicações diversas, como em Nova Iorque: “*Portugal: uma revolução asseada*”, por Kenneth Maxwell<sup>90</sup>, “*Um livro, uma canção e depois uma revolução*”<sup>91</sup>, “*Um cavalheiresco golpe de Estado em Portugal*”<sup>92</sup>, “*Portugal: o Golpe de Estado é apenas o começo*”, por Marvin Howe<sup>93</sup>, “*Spínola explica a descolonização*”<sup>94</sup>, “*Portugal: a incerteza do dia seguinte*”<sup>95</sup>; em França: “*A explosão portuguesa*”, por André Pautard<sup>96</sup>, “*O desabamento de uma ditadura*”, por Ignacio Ramonet<sup>97</sup>, “*Perder um império, ganhar respeito*”, por Henry Giniger<sup>98</sup>, “*Nada de Chile...*”, por Marcel Niedergang<sup>99</sup>, “*A hierarquia católica continua à margem das transformações políticas*”, por Marcel Niedergang<sup>100</sup>; em Espanha: “*Retrato de um capitão*”, por Manuel Leguineche<sup>101</sup>; na Suíça: “*O Movimento de Oficiais de Portugal como força revolucionária*”, por Arnold Höttinger<sup>102</sup>; e até em Londres: “*Ventos de separação*”, pelo Padre Adrian Hastings<sup>103</sup>, “*O medo da congolização*”, por Marcel Nierdergang<sup>104</sup>.

Guida Vieira revela que o '25 de abril' “*foi uma alegria enorme, foi qualquer coisa de inexplicável como se dentro de mim, dentro de nós, acho que todos nós que estávamos ali, algo que tivesse saído de nós e gritasse liberdade.*”<sup>105</sup>

## 1. O pós 25 de abril e a mulher madeirense

Com o 25 de abril, as mulheres madeirenses, que eram bem destemidas e corajosas, nomeadamente as das zonas rurais, saíram à rua, com um ânimo libertador, exigindo os seus direitos e melhores condições de vida. “*Quando veio o 25 de abril já se*

---

<sup>90</sup> *The New York Review of Books*, Nova Iorque, 13 de junho de 1974, Portugal: Uma Revolução Asseada.

<sup>91</sup> *Time*, Nova Iorque, 6 de maio de 1974, Um Livro, uma Canção e depois uma Revolução.

<sup>92</sup> *Newsweek*, Nova Iorque, 6 de maio de 1974, Um Cavalheiresco Golpe de Estado em Portugal.

<sup>93</sup> *The New York Times*, Nova Iorque, 16 de junho de 1974, Portugal: o Golpe de Estado é apenas o Começo.

<sup>94</sup> *Ibidem*, Spínola explica a Descolonização.

<sup>95</sup> *Atlas*, Nova Iorque, junho de 1974, Portugal: A Incerteza do dia seguinte.

<sup>96</sup> *L'Express*, Paris, 6-12 maio de 1974, A Explosão Portuguesa.

<sup>97</sup> *Le Monde Diplomatique*, Paris, Maio 1974, O Desabamento de uma Ditadura.

<sup>98</sup> *International Herald Tribune*, Paris, 27 maio de 1974, Perder um Império, Ganhar Respeito.

<sup>99</sup> *Le Monde*, Paris, junho de 1974, A Hierarquia Católica continua à margem das Transformações Políticas.

<sup>100</sup> *Ibidem*, 23 de maio de 1974, Nada de Chile.

<sup>101</sup> *Triunfo*, Madrid, 11 de maio de 1974, Retrato de um Capitão.

<sup>102</sup> *Neue Zürcher Zeitung, Zuriq*, 15 de junho de 1974, O Movimento de Oficiais de Portugal como força revolucionária.

<sup>103</sup> *The Guardian*, Londres, 25 de maio de 1974, Ventos de Separação.

<sup>104</sup> *Ibidem*, 8 de junho de 1974, O Medo da Congolização.

<sup>105</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, vide anexo H, p. 167.

*tinha aquela sensação, aquela ansiedade que ia vir algo de alguma coisa que fosse bom para a gente. Então quando veio o 25 de abril, isso foi uma bomba, enlouqueceu tudo. Enlouquecer a cantar o 25 de abril.”*<sup>106</sup>, enaltece Júlia Ribeiro.

Lourdes Freitas admite que *“foi uma alegria que a pessoa teve. Ganhamos amizade entre as pessoas que todas se juntavam ali. Lutamos pelas bordadeiras, porque a bordadeira tem as suas regalias através da luta, da luta que foi dada”*<sup>107</sup>. Maria Ângela Costa também afirma que a sua vida mudou, *“Em todos os aspetos. A nível de tudo melhorou muito, para mim e eu acho para toda a gente. E se as pessoas dizem o contrário não são verdadeiras.”*<sup>108</sup>

Dulce Andrade revela que *“estava fora da Madeira precisamente por não ter o 25 de abril, digamos. Logo que houve o 25 de abril eu pude vir para a Madeira. Porque era assim, nós estávamos numa colónia inglesa para evitar que o meu marido fosse para Angola ou Moçambique. Tendo em conta que os meus sogros já eram pessoas de idade, tudo foi feito para ele não ir porque eles achavam que ele ia morrer na Guiné, nas colónias. Se não fosse o 25 de abril nunca mais podia vir porque ele ia ser sempre chamado para a tropa, portanto, o 25 de abril foi a coisa mais maravilhosa que me podia acontecer porque eu pude vir para aqui”*<sup>109</sup>.

Júlia Caré fez parte *“daquele imenso grupo de professores que entraram na profissão sem preparação nenhuma porque havia falta de professores, uma situação que curiosamente parece que estamos a voltar a viver no nosso país.”*. Relembra que quando *leccionava português e história, ao “comparar os manuais, aquele manual que eu usei no primeiro ano, portanto, entre 1973-74, com os outros que vieram a seguir, é bem completamente diferente a abordagem, pronto. A própria interpretação da história, a própria narrativa da história é completamente diferente e isso permitiu, sem dúvida, abrir horizontes, ganhar consciência e lutar pelos direitos.”*<sup>110</sup>

Rita Pestana conta que, na zona norte da ilha, *“começou-se a falar, e lembro-me que então eu me assumi a partir daí, porque percebemos, agora sim, podemos falar, podemos dizer o que estava mal no sistema, o que estava mal na Câmara Municipal, o que estava mal na Educação, começamos a perceber que a partir disso podíamos falar.*

---

<sup>106</sup> Entrevista com Júlia Ribeiro realizada a 10 de agosto de 2022, *vide* anexo K, p. 186.

<sup>107</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, *vide* anexo L, p. 194.

<sup>108</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, *vide* anexo M, p. 198.

<sup>109</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, *vide* anexo E, p. 145.

<sup>110</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, *vide* anexo J, p. 179.

*E lembro-me então, essa senhora ainda é viva, de uma senhora que se chama Teresa Góis, a quem nós chamávamos carinhosamente por «Toca» (...) «Temos de fazer alguma coisa, isto aqui parece que não aconteceu nada, neste fim de mundo parece que não aconteceu nada». Então começamos as duas, depois do trabalho, ela acabava o trabalho mais cedo porque eu dava aulas à noite, só terminava às dez, a partir daí a gente saía as duas com uma lata de tinta e uma brocha de pintar e pintamos «viva o 25 de abril» nas paredes, na estrada que era assim que se fazia.»<sup>111</sup>*

Começou, então, a luta dos caseiros contra o regime da colônia, na qual as mulheres tiveram um papel determinante, como já acima foi mencionado; na luta nas ocupações de casas vazias, onde as mulheres se destacaram, particularmente na ocupação da ‘Machitur’<sup>112</sup>, onde formaram uma comissão de ocupação; na luta em Câmara de Lobos pelo saneamento da polícia, onde as mulheres se deslocaram ao lado dos seus cônjuges e conseguiram que o posto da polícia fosse todo ele saneado; na luta de Machico, onde as mulheres tiveram um papel predominante, particularmente na abertura de uma escola na Ribeira Seca, para que os seus filhos tivessem melhores condições de ensino; assim como na ocupação da Câmara Municipal do concelho. De acordo com Ana Viveiros, na altura funcionária do Município “*houve muitas manifestações, impediram-nos, às vezes, de trabalhar, cercavam a Câmara a pedir para sanear determinadas pessoas que eles achavam que eram do antigo regime, fizeram cartazes e cercaram a Câmara. Para nós podermos sair de lá, veio a tropa e fomos ao Governador Civil nesse dia, que a gente não conseguiu trabalhar. Aqui em Machico era muita agitação, e estavam muitas pessoas revoltadas*”<sup>113</sup>.

Ainda quando estava em serviço, deparou-se com uma multidão que exigia a demissão de Alexandre Teixeira, presidente do Município na época. Ana relembra que “*eles ameaçavam. Diziam «vais sair daí».*” Porém, realça que não as palavras não se dirigiam só para ela, mas sim “*para o geral*”, revelando ainda que “*O povo estava agitado*”. De acordo com Ana Viveiros as pessoas agiam segundo as instruções que lhes eram dadas. “*Eles eram oprimidos por tudo, eles achavam que podiam fazer tudo. É próprio das manifestações. No meio das manifestações há sempre uns que exteriorizam*

---

<sup>111</sup> Entrevista com Rita Pestana realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo O, p. 208.

<sup>112</sup> Empresa Turística Alemã que comprou imóveis no concelho de Machico com o objetivo de construir um complexo turístico.

<sup>113</sup> Entrevista com Ana Viveiros realizada a 08 de agosto de 2022, vide anexo C, p. 132.

*mais. Não têm a noção sequer bem daquilo que estão a fazer. E naquela altura era a «liberdade, liberdade», pronto, em todas as revoluções há exageros.»*<sup>114</sup>

As manifestações das mulheres a reivindicar os seus direitos e interesses deram-se um pouco por todo o lado. Assim, dá-se a luta das mulheres do Caniçal “*onde as mulheres, junto com os parceiros e filhos, iniciaram a luta pelo pagamento do abono de família que estava em atraso, onde fizeram uma manifestação até à Capitania do Funchal, vindos de barcos de pesca e aí [na capitania] pernoitavam várias noites, tendo saído vitoriosas. Nas lutas setoriais, destacando, em primeiro lugar, a luta das operárias de bordados, pela defesa e garantia do mês de trabalho, contra os despedimentos e pela aplicação do salário mínimo nacional para o seu setor. Fizeram greves de solidariedade e travaram duras lutas para conseguirem o que hoje possuem; as bordadeiras de casa, que desde 1975 se levantaram em luta, primeiro para conseguirem o direito à sindicalização, depois pela aplicação do regime geral de Previdência e a regulamentação do seu trabalho. Conseguiram já dois primeiros objetivos, mantendo-se ainda hoje em luta pela regulamentação, tendo neste campo alcançado uma pequena vitória com a nomeação de uma comissão técnica que está a elaborar um estudo preliminar à regulamentação*”<sup>115</sup>.

“*As operárias conserveiras travaram duras lutas pelo direito e garantia de trabalho, onde conseguiram, numa primeira fase, um caderno reivindicativo com aumentos salariais e algumas pequenas garantias e fizeram greves pelo direito de trabalharem sentadas, direito que antes não existia. No setor da hotelaria, numa luta recente pelo direito a um sindicato livre e democrático, as mulheres tiveram um papel importante nas manifestações contra o Governo Regional, em que a polícia atacou ferozmente as mulheres, velhos, e crianças, elas souberam manter-se à frente e deram um importante e grande exemplo de coragem. Após a conquista do Sindicato, elas eram a maioria nas grandes assembleias e na greve que o setor realizou desempenharam um papel mobilizador*”<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Entrevista com Ana Viveiros realizada a 08 de agosto de 2022, vide anexo C, p. 132.

<sup>115</sup> PEREIRA, Maria da Conceição (1991), *Mulher Madeirense – Vivências, Problemas e Expectativas*, colaboração Departamento de Mulheres da USAM, Sindicato dos Bordados, Lisboa: Codex – Portugal, p. 19.

<sup>116</sup> *Ibidem*



8 - Manifestação de mulheres bordadeiras. (Fonte: ©As Imagens falam por ELAS, de Guida Vieira e Assunção Bacanhim)

*“Lutamos para que as bordadeiras também passassem a ter direitos. Então os primeiros anos da atividade foram exatamente para conquistar coisas, e lutar muito, greves, manifestações na rua e sempre com aquela questão da solidariedade com os outros trabalhadores. Sempre com aquela mentalidade, que ainda hoje tenho, que sozinhos não somos nada, e juntos é que realmente temos o mundo nas mãos”<sup>117</sup>*, destaca Guida Vieira. Ainda dentro da questão dos bordados, Maria Ganança realça o facto de que faziam *“assembleias de bordadeiras, nas freguesias. No princípio, os padres deixavam fazer na sacristia, mas depois já não deixavam. Depois começaram a dizer e o governo metia-se a dizer que eu era comunista, que eu era isto e que era aquilo, quem luta é comunista, quem não luta é um banana, não pode ser outra coisa”<sup>118</sup>*.

A crise que a população enfrentava e a falta de meios de subsistência era notória. No jornal *Comércio Funchal* do dia 1 de maio de 1974 é referido que *“a agricultura ocupa ainda a maior parte da população madeirense. Quinhentos anos depois da colonização do arquipélago, a agricultura mantém ainda estruturas e formas tipicamente feudais, como é o caso do regime da colónia, ao abrigo do qual o proprietário parasita*

<sup>117</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, vide anexo H, p. 167.

<sup>118</sup> Entrevista com Maria Ganança realizada a 05 de julho de 2022, vide anexo N, p. 202.

recebe sem qualquer esforço os frutos do trabalho do colono. Essa situação escandalosa resistiu à passagem do tempo e verifica-se hoje até que, em certos casos, se retrocedeu em relação a séculos anteriores: certas vantagens conseguidas pelos colonos durante, por exemplo, a época do Marquês do Pombal, foram depois anuladas, regressando-se ao sistema anterior. A crise agrícola que a Madeira hoje vive é, porventura, a mais grave de toda a sua história. Hoje todas as principais culturas estão em ruína: a banana, a cana e o vinho.”<sup>119</sup> A Madeira enfrentava uma enorme crise onde “grande parte da população rural vive dependente da chamada agricultura de subsistência, isto é dos produtos que cultiva para seu próprio consumo como meio de evitar a fome”<sup>120</sup> .

“Em Câmara de Lobos, como em toda a Madeira e no resto do país, o povo vive na miséria. Até agora o governo não deixou o povo dizer como vive, o que sofre e a fome que passa.” Numa entrevista feita à população desta localidade “todas as pessoas podem tomar consciência da exploração que lá existe. Exploração dos ricos sobre os pobres.” De acordo com esta reportagem o povo de Câmara de Lobos sentia, naquele altura, que os seus problemas só podiam ser resolvidos por eles próprios. “O povo deve-se unir para discutir a sua situação e procurar encontrar as formas mais justas de a resolver”<sup>121</sup>.

Foi entrevistada uma mulher que, em relação à sua habitação, encontrava-se satisfeita “Mas o que eu tenho a dizer sobre a casa? Eu estou morando numa casa, faz de conta que eu estou morando de graça. Pago quarenta e cinco escudos, não é dinheiro nenhum, é sim senhor o mesmo senhorio... tenho só um quarto tenho uma cozinha sim senhor uma cozinha para três... mas tenho cozinha! O quarto... não é grande, mas não chove lá dentro, cá não posso dizer mal de quem não merece?! E mesmo é pecado mortal a gente mentir!”. Todavia, sempre houve quem demonstrasse a sua insatisfação “meu marido e três filhos tudo a morar no mesmo quarto e sem ter cozinha nem retrete nem terreiro, tudo a morar no mesmo quarto... a casa não tem quintal e não se pode ir para a rua se sentar porque o polícia vem... ele diz que é proibido estar ali sentado no caminho... E este quarto aqui, no inverno, não há quem consiga com tanto frio e no verão não há quem possa estar aqui dentro. A gente tem de aguentar nas escadas, na rua, até as duas três horas da manhã para então se vir para dentro de casa com muito calor que ninguém suporta aqui dentro.”<sup>122</sup>

---

<sup>119</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 1 de maio de 1974, p. 4, Agricultura, ABM.

<sup>120</sup> *Ibidem*.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 8, Câmara de Lobos: O Povo Vive na Miséria, ABM.

<sup>122</sup> *Ibidem*, pp. 8 -9 , Câmara de Lobos: O Povo Vive na Miséria, ABM.

A situação psicossocial desta freguesia revela-se profundamente caótica: De acordo com uma moradora, o senhorio “*quer bem mas é dinheiro do morador e nem passa recibos. Vamos pedir uma melhoria da casa ele diz: «quem não está bem que se mude»... É a conversa dele*”<sup>123</sup>.

Não era só no setor do bordado que as mulheres tinham razão para se contestar. Na área da eletrónica, informava *Comércio Funchal*, em maio de 1974, que também havia reclamações. O periódico levou a cabo um pequeno inquérito às operárias daquele ramo que constatou a existência de insatisfação face às suas funções. A nível de salários, salientam que “*no estrangeiro as raparigas que trabalham na eletrónica ganham muito bem*”, e a chefia apresentava como justificação “*a mão de obra portuguesa é mais barata. Senão, não tinham montado as fábricas em Portugal*”. Ainda foi afirmado que “*há casos de operárias que entram na mesma altura... umas são aumentadas, outras não.*” Acrescentam ainda que “*se não fizermos horas extraordinárias eles mandam-nos para casa!*”.

A nível de saúde, a fábrica não dispõe de um médico “*e se for para irmos ao médico eles descontam... se ele tiver bem disposto [o chefe], bem para ir ao médico ele deixa sair... mas é o seguinte, a pessoa quando sai marca numa ficha e quando volta, torna a marcar no relógio e são descontadas aquelas horas.*”. Quanto à alimentação, ainda acrescentam que “*paga-se 1\$50 mas o comer é só sopa... quero dizer, quase todos os dias é sopa*”. Quanto à água é “*só no chafariz*”. Para que haja mais condições e direitos “*têm de ser todos a reclamar*”. “*Isto está mesmo apertado*”. “*O meu marido é vendedor de peixe no Funchal, mas não tenho abono, nem Caixa, nada, nada, nem as Casas dos Pescadores. Para ir ao médico, é tudo da nossa algibeira, é tudo a pagar dinheiro!*”<sup>124</sup>

Ainda nesta mesma edição, uma mulher deixa o seu testemunho quanto à sua situação no trabalho “*o meu filho fica em casa sozinho. Tenho de sair muito cedo, trabalho no ferro-velho, e deixo-lhe o almoço pronto. Há uma hora da tarde ele vai para a escola e volta pelas quatro horas. E por aqui está até ao meu regresso. Vivo sozinha, não tenho ninguém a quem o deixar.*”<sup>125</sup> Algumas indústrias ligeiras e as zonas de habitação burguesa solicitavam, com premência, o trabalho feminino. O seu tempo para a família era bastante limitado. “*A maioria das mulheres não têm com deixar os filhos no*

---

<sup>123</sup> *Ibidem*

<sup>124</sup> *Ibidem*, pp. 9 e 10, Câmara de Lobos: O Povo Vive na Miséria, ABM.

<sup>125</sup> *Ibidem*, 25 de abril de 1974, p. 13, Trabalho Feminino, ABM.

*caso de terem algumas possibilidades de emprego. Este facto, aliado à necessária execução de todas as tarefas domésticas, agrava a situação das mulheres”.*<sup>126</sup>

Neste dia 1 de maio de 1974 o jornal *Comércio Funchal* apresentou vários testemunhos de mulheres que enfrentaram o mercado de trabalho e partilharam as suas condições de vida. Acima apenas deixo alguns exemplos. Este foi um dia de reviravolta para o povo da ilha da Madeira. A verdade é que o ‘25 de abril’ trouxe profundas alterações ao quotidiano madeirense, sobretudo à situação da mulher na sociedade. Surgiram novas perspetivas e ambições pessoais e profissionais. A legislação foi modificada, e a ambição por um futuro promissor elevou a esperança feminina. Ana Viveiros recorda que “*depois do 25 de abril mudou muito. Começou a haver empresas, começou a haver empregos, as pessoas começaram a ter o seu ordenado, começou a sair leis sobre o trabalho, sobre o ordenado mínimo, a segurança social modificou-se, tudo. As pessoas começaram a ter mais regalias, mais direitos e as pessoas começaram a ter poder económico, começaram a estudar que as escolas, antigamente, íamos todos para o Funchal*”<sup>127</sup>.

As mudanças começam a aparecer. A 27 de maio de 1974 é fixado o salário mínimo em Portugal: “*Artigo 1.º - 1. A todos os trabalhadores por conta de outrem, incluindo funcionários públicos e administrativos, é garantida uma remuneração não inferior a 3 300\$00.*”<sup>128</sup>. De acordo com o Decreto-Lei 251/74, de 12 de junho, é permitido o acesso de “*todos os cidadão portugueses, independentemente do seu sexo, aos cargos judiciais ou do Ministério Público e aos quadros dos funcionários de justiça*”<sup>129</sup>. A 15 de novembro são abolidas todas as restrições face ao sexo do indivíduo, no que diz respeito ao voto eleitoral do cidadão: “*Artigo 1.º 1 - São eleitores da Assembleia Constituinte os cidadãos portugueses de ambos os sexos, maiores de 18 anos, completados até 28 de Fevereiro de 1975, residentes no território eleitoral ou nos*

---

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> Entrevista com Ana Viveiros realizada a 08 de agosto de 2022, vide anexo C, p. 132.

<sup>128</sup> Decreto-lei 217/74, de 27 de Maio. *Presidência do Conselho de Ministros*. Disponível em: <[https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL\\_217\\_74.htm](https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_217_74.htm)>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>129</sup> Decreto-lei 251/74, de 12 de Junho. *Diário do Governo* n.º 136/1974, Série I. Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/228404/decreto-lei-251-74-de-12-de-junho>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

*territórios ultramarinos ainda sob administração portuguesa, assim como os aí não residentes indicados no presente diploma.”*<sup>130</sup>.

Dulce Andrade relembra que “*antes do 25 de abril um professor votava, mas como é que votava? Eu votei uma única vez depois de ser professora, antes do 25 de abril. Recebi o envelope coloquei já prontinho, fechado, lacrado, eu não abria e metia na urna no dia seguinte.*”<sup>131</sup>

No Decreto-Lei 187/75, de 4 de abril é retificado o código do artigo XXIV da Concordata, de 7 de maio de 1940, passando, a partir daí, a ser possível a dissolução civil de um casamento religioso: “*I- Celebrando o casamento católico, os cônjuges assumem por esse mesmo facto, perante a Igreja, a obrigação de se aterem às normas canónicas que o regulam e, em particular, de respeitarem as suas propriedades essenciais. A Santa Sé, reafirmando a doutrina da Igreja Católica sobre a indissolubilidade do vínculo matrimonial, recorda aos cônjuges que contraírem o matrimónio canónico o grave dever que lhes incumbe de se não valerem da faculdade civil de requerer o divórcio*”<sup>132</sup>. A 16 de junho de 1976 é alterado “*o Código Penal aprovado pelo Decreto de 20 de Setembro de 1886, relativamente aos crimes de lenocínio e de abertura de cartas ou papéis fechados.*”<sup>133</sup>, ou seja, a mulher já podia abrir a sua própria correspondência. No Decreto-Lei 262/75, de 27 de maio são anuladas as ordenações penais que minoravam penas ou libertavam de crimes os homens, em virtude de as vítimas desse crimes serem ou as mulheres ou as filhas: “*Há que pôr termo a semelhante aberração, certo como é que, se por parte dos que pratiquem tais factos existir um choque emocional que os leve à violência, eles têm o seu enquadramento na parte geral daquele diploma.*”<sup>134</sup>.

Com a aprovação da Constituição da República Portuguesa em 1976, quanto aos direitos dos trabalhadores, as mulheres passaram a ter uma especial proteção de trabalho “*durante a gravidez e após o parto, bem como do trabalho dos menores, dos diminuídos*

---

<sup>130</sup> Decreto-lei 621-A/74, de 15 de Novembro. *Diário do Governo* n.º 266/1974, Série I. Presidência do Conselho de Ministros. Disponível: <[https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/621-a-1974-309893?\\_ts=1651104000034](https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/621-a-1974-309893?_ts=1651104000034)>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>131</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, vide anexo E, p. 145.

<sup>132</sup> Decreto-lei 187/75, de 4 de Abril. *Diário do Governo* n.º 79/1975, Série I. Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Negócios Políticos. Disponível: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/187-1975-161689>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>133</sup> Decreto-lei 474/76, de 16 de Junho. *Diário da República* n.º 140/1976, Série I. Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/227900/decreto-lei-474-76-de-16-de-junho>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>134</sup> Decreto-lei 262/75, de 27 de Maio. *Diário do Governo* n.º 122/1975, Série I. Ministério da Justiça - Secretaria de Estado da Justiça. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/11848/decreto-lei-262-75-de-27-de-maio>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

e dos que desempenhem atividades particularmente violentas ou em condições insalubres, tóxicas ou perigosas.”; e quanto à maternidade “As mulheres trabalhadoras têm direito a um período de dispensa do trabalho, antes e depois do parto, sem perda da retribuição e de quaisquer regalias”<sup>135</sup>. O período de licença de maternidade é alargado de acordo com o Decreto-Lei n.º 112/76 de 7 de fevereiro: “Concede a todas as trabalhadoras o direito à licença de noventa dias no período da maternidade.”<sup>136</sup>. Ainda com o despacho da Direção Geral de Saúde, em 1976, foram concebidas consultas de planeamento familiar “na saúde materno-infantil”<sup>137</sup>. Em 1978, com a revisão do Código Civil, a mulher, na família, deixa de estar dependente e passa a ter o estatuto de igualdade em relação ao homem, alterações que estabeleceram profundas alterações no direito de família.<sup>138</sup>

Assunção Bacanhim, em entrevista, admite que “sempre fui uma pessoa que desde a escola primária sempre lutei pela minha independência económica. Não queria estar dependente de quem quer que seja, nem dos meus pais nem dos meus irmãos.” Assunção relembra o seu papel nas cooperativas: “naquela altura, desenvolveram muitas lutas para se adquirir coisas (...) Gerou-se um movimento grande e aqui eu também tenho de fazer referência, ao apoio dos soldados, das Forças Armadas, dos capitães que também nos ajudaram a avançar com as lutas no 25 de abril. Por exemplo, nós íamos à Ponta do Sol, tínhamos agricultores da Ponta do Sol, o carro da tropa ia lá buscar os produtos e trazia para a cooperativa. Portanto, naquela primeira fase isso também foi muito importante e deu-nos força. Então o que eu pensei? Eu queria arranjar um trabalho para poder ganhar, ter a minha independência económica e também poder participar nas coisas, porque nós tínhamos aquela ânsia, aquela vontade de querer participar em tudo, eu pensei, ocupamos a casa e começamos a organizar uma cooperativa de consumo e de produção, como se fosse um minimercado como agora se diz. Entre eu ir trabalhar para uma empresa onde as mais valias do meu trabalho vai para o patrão, então eu aceito

---

<sup>135</sup> Constituição da República Portuguesa, “Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976”. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>136</sup> Decreto-lei 112/76, de 7 de Fevereiro. *Diário do Governo* n.º 32/1976, Série I. Ministério dos Assuntos Sociais. Disponível: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/112-506645>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>137</sup> Direção Geral da Saúde, despacho de 16 de março de 1976. Disponível em: <<https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/10/Despacho-de-16-de-Mar%C3%A7o-de-1976.pdf>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

<sup>138</sup> Decreto-lei 496/77, de 25 de Novembro. *Diário da República* n.º 273/1977, Série I. Ministério da Justiça. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/496-1977-300030>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

*ficar aqui na cooperativa e as mais valias do meu trabalho, eu vou receber o meu salário, e depois é dividido por todos os cooperantes. E foi assim, eu tive 20 anos a trabalhar numa cooperativa de consumos*<sup>139</sup>

Realça ainda que “*nós tínhamos praticamente quase que uma cooperativa de consumo em todos os concelhos da Região, organizamos uma união de cooperativas para fazerem as compras em conjunto porque uma coisa era comprarmos 20 sacos de arroz e outra coisa era a gente comprar 100 sacas de arroz, o preço era mais económico, tínhamos um prazo maior para efetuar o seu pagamento.*” Todavia, salienta que “*a situação foi evoluindo e com a chegada das grandes superfícies praticamente, posso dizer, que engoliu as cooperativas porque os preços que nós praticávamos eram superiores a alguns que eles vendiam porque nós íamos comprar aos intermediários e eles, com o seu grande poder de compra, acabaram, praticamente, por engolir as cooperativas, mas elas se mantiveram durante mais de 20 anos.*”<sup>140</sup>

Numa das teses apresentadas no *I Encontro da Mulher Trabalhadora da Região da Madeira*, já referida anteriormente, podemos ler o seguinte “*com o 25 de abril, a mulher começou a despertar para a luta, na perspetiva da construção de uma sociedade mais justa e melhor, onde seja considerada um ser igual ao homem e com os mesmo direitos. Aqui, na nossa Região, a mulher saiu à rua e lutou ativamente: foi na luta das canas, na grande manifestação e ocupação do engenho onde as mulheres estiveram à frente. O trabalho e mobilização e preparação da manifestação foi dirigida pelas mulheres do campo, nomeadamente da Calheta, Ponta do Sol e Machico.*” (Pereira, 1991, p. 19).

Não demorou muito tempo para os alertas começarem a aparecer: “*Rapariga – Jovem – se procuras um emprego não aceites sem te informares devidamente*”. A inocência de muitas jovens que acabavam por cair nas rasteiras dos anúncios de emprego, que apresentavam remuneração aliciantes, foi tema no *Jornal da Madeira* do dia 3 de março de 1978. A vontade de trabalhar era imensa, pois o dinheiro fazia falta, porém, o objetivo de vários empregadores não era, de todo, o de dar estabilidade financeira às jovens. “*Quem edita um jornal não pode avaliar das intenções e «armadilhas» que tantos anúncios, devidamente redigidos, encobrem: - Empregada doméstica para casal estrangeiro. Excelente ordenado; - Senhora só – precisa jovem, trabalho algumas horas*

---

<sup>139</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, vide anexo D, p. 137.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 140.

por dia. Quem suspeitaria que o primeiro é uma «isca» de engajadores sem escrúpulos que levam ingénuas provincianas para o estrangeiro, onde «rebetam» em trabalhos forçados de toda a ordem, como o segundo, uma forma velada de atrair jovens a casas de «prostituição clandestinas».<sup>141</sup> Devido às inúmeras queixas que chegaram ao *Jornal da Madeira*, foi feito este alerta a todos os cidadãos portugueses, direcionado exclusivamente às mulheres e jovens. “A todos, jovens e pais, párocos e professores, amigos e pessoas interessadas em que a mulher exerça na sociedade um trabalho digno, oferecemos a nossa cooperação.”<sup>142</sup>

Viajar era “uma hipótese cada vez mais distante”. No dia 11 de março de 1978, também no *Jornal da Madeira*, foi feito um comentário a uma fotografia onde estão presentes várias mulheres na Alemanha a trabalhar. Devido à instável política económica “estas simpáticas raparigas e milhares de outras e também rapazes viram-se a braços com o problema da retração de firmas e fábricas para trabalhos por períodos curtos. No Portugal de hoje, e com os boatos que por aí circulam, quanto ao famigerado terceiro pacote a anunciar pelo Governo, nem trabalho o ano inteiro haverá hipóteses de viagens para o cidadão comum. Com esta inflação galopante será cada vez maior o número daqueles que verão cair por terra seus projetos e ilusões de ver mundo. Será isto, também, uma «conquista» do 25 de abril?”<sup>143</sup>

Portugal enfrentou uma ditadura, porém, mesmo gozando de um regime democrático, os problemas não paravam de surgir. Problemas que iam desde a instabilidade social à económica e política. Preços que não paravam de subir, taxa de empregabilidade baixa, falta de meios de subsistência. Não foi isto que os portugueses imaginaram e ambicionaram com a Revolução dos Cravos.

Segundo Maria Ângela Costa “Depois o Governo começou a se prenuunciar, a dar oportunidades às pessoas para abrirem os seus negócios, e isso foi bom.”<sup>144</sup>

Helena Roseta, arquiteta de profissão, tornou-se muito popular no pós 25 de abril como cronista dos jornais «O Dia», «Domingo», e «Jornal Novo», em artigos de opinião política. Dada à sua popularidade, foi eleita pela revista «Nova Gente» como a mulher do ano. Era vereadora da Câmara Municipal de Lisboa e encontrava-se de férias na Ilha da

---

<sup>141</sup> *Jornal da Madeira*, Funchal, 3 de março de 1978, p. 4, Os Jovens e o Trabalho, ABM.

<sup>142</sup> *Ibidem*

<sup>143</sup> *Ibidem*, 11 de março de 1978, p. 1, Viajar é uma Hipótese cada vez mais Distante, ABM.

<sup>144</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, vide anexo M, p. 198.

Madeira. Numa entrevista para o *Jornal da Madeira* com o repórter Teixeira de Jesus, no dia 5 de janeiro de 1979, Helena revela que “*uma pessoa nunca se sente satisfeita consigo própria, porque há tanta coisa para fazer, há tanta coisa que ainda não está bem no nosso país, há tanta luta ainda para desenvolver (...) tanta gente que sofre que nós não podemos estar satisfeitos com aquilo que já fizemos*”. Acrescenta que aceitou ser diretora do *Jornal Novo* “*com caráter transitório e nunca com o objetivo de seguir a carreira jornalística*”, visto que não era a sua vocação.

Quanto à posição da mulher na política, a entrevistada afirma que “*se entendermos a política como um serviço para melhorar as condições de vida das pessoas, essa é uma vocação que a própria mulher tem em si, mas as condições que as mulheres em Portugal têm para exercer a política são na maior parte dos casos extremamente difíceis. A mulher tem de tratar dos filhos, tem uma vida muito presa, tem pouca disponibilidade. Por outro lado tem menos oportunidades de se estudar, de desenvolver as suas capacidades e por isso nós encontramos muito poucas mulheres nos lugares políticos de responsabilidade. Isto é um erro que julgo deve ser corrigido e penso que se houvesse mais mulheres por exemplo, na Assembleia da República, muitas vezes as coisas não corriam como lá correm.*”

Helena ainda dá a sua opinião sobre a Madeira e as suas gentes: “*Já cá tinha estado na Madeira em trabalho político, mais difícil, mas penso que estão a fazer trabalhos válidos (...). No dia em que cheguei, jantei com o presidente Virgílio Pereira e ele no dia seguinte ia levantar-se às sete da manhã para acompanhar os homens que iam fazer os serviços de limpeza. Isto para mim pareceu-me uma coisa extraordinária, pois nunca vi em Lisboa.*” Por fim, realça que “*se não fosse mulher as coisas que faço ninguém dava por elas*”<sup>145</sup>.

Importante realçar que no artigo 72.º da revisão de 1997 da Constituição da República Portuguesa a expressão «dos cidadãos» foi substituído por «*de homens e mulheres*» e acrescentaram «*devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticoes a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos*», passando o preceito a ter a seguinte redação: «*A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos*

---

<sup>145</sup> *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de janeiro de 1979, p. 10, Entrevista com Helena Roseta, ABM.

*cívicos e políticosea não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.»<sup>146</sup>*

Nesta mesma revisão, no artigo 9.º, foi acrescentado a alínea h) onde é afirmado que uma das tarefas fundamentais do Estado é a de “*Promover a igualdade entre homens e mulheres.*”<sup>147</sup>

Mesmo com todas estas novas e mais favoráveis alterações legislativas, as mulheres não alcançaram todos os seus objetivos, razão pela qual a luta pela afirmação feminina continua a fazer sentido nos dias de hoje. O ‘25 de abril’ ditou a emancipação das mulheres, ainda que de forma lenta, porque mais do que um problema de regime, tratava-se de uma questão de mentalidades e, quase meio século depois, o caminho continua a ser trilhado.

### **1.1. Os primeiros partidos políticos**

O Arquipélago da Madeira tinha, até então, um Estatuto Político-Administrativo. Desde 1901 era um Distrito Autónomo. Porém, a Revolução de Abril de 1974 marca o início da democracia em Portugal. A partir de maio de 1974 surgiram novos grupos políticos e autonomistas na Madeira. No verão deste mesmo ano, começaram-se a implantar os grandes partidos políticos assegurados por militantes locais, enquanto surgiam também pequenos partidos locais e não só, que nos anos seguintes, especialmente à esquerda, proliferaram generosamente.

O Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas – Madeira e Porto Santo (MAIA) foi um dos primeiros; a Frente Popular e Democrática da Madeira (FPDM), que agregava padres católicos e simpatizantes do Partido Comunista; o Movimento Democrático da Madeira (MDM); o Centro de Informação Popular (CIP) de Machico; e a Frente Centrista da Madeira (FCM), que se associou ao Partido Popular Democrático (PPD) e dissolveu-se nele. Surgiu ainda a FLAMA, um movimento separatista e paramilitar que tinha como principal objetivo atingir a independência/autonomia da Ilha da Madeira face ao território nacional.

---

<sup>146</sup> Lei Constitucional 1/97, de 20 de Setembro. *Diário da República* n.º 218/1997, Série I. Disponível em: <<https://files.dre.pt/1s/1997/09/218a00/51305196.pdf>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>147</sup> *Ibidem*

1975 foi um ano marcado por uma grande agitação social e partidária na Ilha da Madeira, onde ocorreram diversos atos violentos. Todavia, o Estatuto Provisório para a Autonomia da Madeira foi aprovado com a entrada em vigor da Constituição de 1976, a 2 de abril<sup>148</sup>. Porém, é de salientar que ainda foi necessário mais 20 anos para passar a efetivo.

Portugal conta, desde então, com um sistema multipartidário a nível nacional bem como a nível regional. Desde as eleições de 1976, o Partido Social Democrata (PSD/PPD) e o Partido Socialista (PS) são os mais votados pelos eleitores portugueses. Atualmente, estão inscritos na Comissão Nacional de Eleições vinte e quatro partidos e/ou grupos políticos e autónomos. No anexo A, é possível identificá-los. Todavia, são trinta e quatro os partidos que, de momento, se encontram extintos (*vide* anexo B).

A Revolução de Abril permitiu criar condições políticas para o estabelecimento de um regime de autonomia não só política, como também administrativa e financeira na Ilha da Madeira. Trata-se de uma autonomia reivindicada pela maioria dos madeirenses, dos diversos ramos políticos, tanto de direita como de esquerda. Assim, instalou-se na Região um governo próprio, o Governo Regional da Madeira, tendo o engenheiro Jaime Ornelas Camacho sido o primeiro presidente, mais precisamente a 1 de outubro de 1976.

<b>Governo Regional da Madeira</b>			
<b>Presidente</b>	<b>Início do Mandato</b>	<b>Fim do Mandato</b>	<b>Partido Político</b>
Jaime Ornelas Camacho	1 de outubro de 1976	16 de março de 1978	Partido Social Democrata (PSD)
Alberto João Jardim	16 de março de 1978	20 abril de 2015	Partido Social Democrata (PSD)

<sup>148</sup> Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de Abril. *Diário do Governo* n.º 86/1976, Série I. Presidência da República. Disponível em: <<https://files.dre.pt/1s/1976/04/08600/07380775.pdf>>, [consultado a 22 de junho de 2022].

Miguel Filipe Machado de Albuquerque	20 de abril de 2015	Atual	Partido Social Democrata (PSD) ---- Com coligação ao CDS-PP nas últimas eleições (2019)
--	---------------------	-------	---

Tabela 1 - Presidentes Governo Regional da Madeira

Tal como podemos verificar na tabela 1, a Ilha da Madeira, até o momento, teve três Presidentes no Governo Regional, todos homens e da mesma cor política -Partido Social Democrata (PSD), à exceção das últimas eleições, em 2019, onde o PSD aliou-se ao Partido do Centro Democrático Social - CDS-PP. Alberto João Jardim foi o que mais tempo esteve à frente da RAM, mais precisamente durante 37 anos.

### 1.1.1. Mulheres no poder

A mulher, depois de abril, começou a introduzir-se na vida política de forma mais ativa, apesar de continuar em minoria. Em 1975 foram eleitas 20 mulheres para a Assembleia Constituinte, num total de 150 deputados, um número que só foi superado 20 anos mais tarde, a 1 de outubro de 1995. Salienta-se que em 1975, foram as primeiras eleições ‘livres’, realizadas em Portugal.

Em 1999 foi apresentado pelo Governo a Proposta de Lei 194/VII/3: que “*Garante uma maior igualdade de oportunidades na participação de cidadãos de cada sexo, nas listas de candidatura apresentadas nas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu quanto aos deputados a eleger por Portugal.*”<sup>149</sup> Esta proposta surgiu com o intuito de promover a igualdade de oportunidades para os cidadãos,

<sup>149</sup> Proposta de Lei 194/VII/3, de 30 de Junho. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=4712>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

independentemente de ser homem ou mulher. As listas não podiam ser compostas, na sua maioria, cerca de 75 por cento, por candidatos do mesmo sexo.

Com a proposta de lei n.º 40/VIII é aprovada a lei da paridade em 2006, seis anos depois da apresentação da mesma pelo Governo à Assembleia da República que *“estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. (...) A presente proposta de lei será, portanto, um marco histórico da nossa democracia. E se a mesma em si não constitui uma verdadeira reforma, certamente, contribuirá para a reforma cultural, através de uma composição mais justa e adequada das nossas instituições representativas. Baseia-se num novo conceito e tem um objetivo que ultrapassa a questão dos direitos das mulheres: aperfeiçoar o nosso sistema democrático pela construção de uma democracia paritária.”*<sup>150</sup>

Em 2001 foi ainda apresentada a proposta de lei n.º 388/VIII/2 onde foi sugerido que *“os governos fixem objetivos específicos para aumentar o número de mulheres em postos governamentais e que aperfeiçoem os sistemas eleitorais de forma a garantir uma maior presença de mulheres nos órgãos políticos eleitos.”*<sup>151</sup> O objetivo era integrar, de forma equilibrada, homens e mulheres nos processos de decisão.

*“Foi preciso criar um sistema de quotas para as mulheres entrarem na política.”* realça Júlia Caré, acrescentando ainda que *“se nós formos fazer um levantamento do que foram as primeiras eleições autárquicas, a participação da mulher, no princípio, era muito reduzida do ponto de vista político, mesmo nos partidos políticos. Alguns partidos de esquerda sim, mas nos diversos partidos da direita só mulheres que repetissem os slogans e os princípios que os partidos defendiam.”*<sup>152</sup>

Dentro do mesmo tema, foi apresentado pelo PS na IX Legislatura o projeto de lei n.º 251/IX: *“Aprova a lei da paridade, que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos”*<sup>153</sup>; e o B.E. o

---

<sup>150</sup> Proposta de Lei 40/VIII, de 26 de Março de 2001. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>151</sup> Proposta de Lei 388/VIII, de 9 de Abril de 2001. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>152</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, vide anexo J, p. 179.

<sup>153</sup> Proposta de Lei 251/IX, de 10 de Março de 2003. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

projeto de lei n.º 324/IX: “*Alterações às leis eleitorais no sentido de introdução do objetivo de paridade*”<sup>154</sup>.

Por sua vez, na X Legislatura foram expostos pelo B.E. três projetos de lei relacionados com esta mesma temática: o projeto de lei n.º 221/X com o objetivo de alterar “*a Lei Eleitoral da Assembleia da República, introduzindo o requisito da paridade*”<sup>155</sup>; o projeto de lei n.º 222/X que visava alterar “*a Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais, introduzindo o requisito da paridade*”<sup>156</sup>; e o projeto de lei n.º 223/X onde era solicitado a alteração da “*Lei Eleitoral do Parlamento Europeu, introduzindo o requisito da paridade.*”<sup>157</sup> Ainda o PS apresentou no projeto de lei n.º 224/X a “*Lei da Paridade: Estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos*”.<sup>158</sup>

Depois de debatidos e analisados, estes projetos foram aprovados e deram origem ao primeiro decreto vetado pelo, na altura, Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. O decreto foi sujeito a uma nova análise e após algumas alterações foi então implementada a lei orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto: “*Lei da Paridade: Estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.*”<sup>159</sup>

Como anteriormente já referido, foi em 2006 que entrou em vigor a Lei da Paridade, sendo posta em prática em 2009 nas eleições para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais. Os partidos, coligações ou grupos de eleitores que não cumprissem a lei, eram, de acordo com o artigo 7.º, penalizados e sofriam “*uma redução na participação nos 80% ou 75% da subvenção pública para as campanhas eleitorais previstos, respetivamente, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 18.º da Lei n.º*

---

<sup>154</sup> Proposta de Lei 324/IX, de 25 de Junho de 2003. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>155</sup> Proposta de Lei 221/X, de 07 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

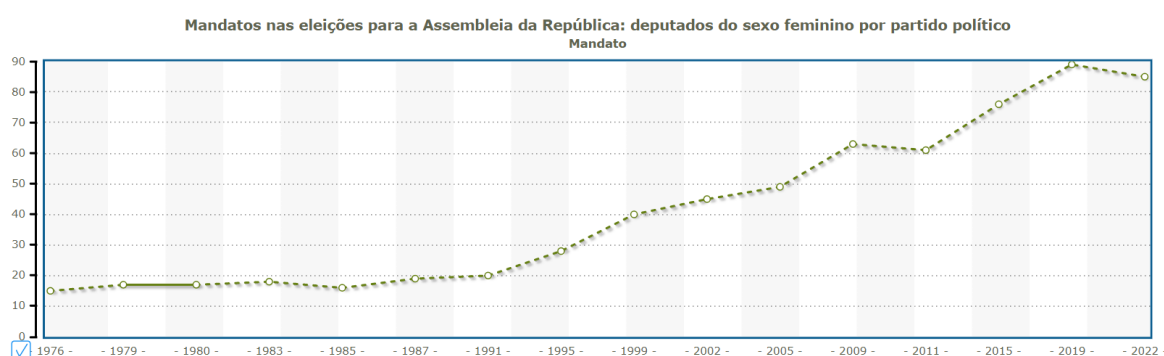
<sup>156</sup> Proposta de Lei 222/X, de 07 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>157</sup> Proposta de Lei 223/X, de 07 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>158</sup> Proposta de Lei 224/X, de 08 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>159</sup> Lei Orgânica n.º 3/2006, de 08 de Agosto de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

19/2003, de 20 de Junho, nos seguintes termos: a) Se um dos sexos estiver representado na lista de candidatura em percentagem inferior a 20%, é reduzida a participação naquela subvenção pública em 50%; b) Se um dos sexos estiver representado na lista de candidatura em percentagem igual ou superior a 20% e inferior a 33,3%, é reduzida a participação naquela subvenção pública em 25%.”. Todavia, é salientado ainda que “decorridos cinco anos sobre a entrada em vigor da presente lei, a Assembleia da República avalia o seu impacto na promoção da paridade entre homens e mulheres e procede à sua revisão de acordo com essa avaliação.”<sup>160</sup>



9 - Deputados do sexo feminino por partido político.

Na figura 9 é possível verificar um aumento da presença feminina na atividade política com maior predominância em 2009, precisamente quando entrou em vigor a Lei da Paridade. Neste ano foram eleitas 63 deputadas, o que corresponde a uma percentagem de 27,4% do total. Em 2011 foram eleitas 61 mulheres (26.5%), menos duas que as eleições anteriores; em 2015 o cômputo foi de 33%; em 2019, 38.7% dos deputados eram mulheres, e, por fim, em 2022 a percentagem de mulheres eleitas deputadas nas eleições legislativas era de 37%.<sup>161</sup>

Entretanto, a Lei da Paridade foi sujeita a duas alterações, uma em 2017 que anulou a exceção referente às freguesias onde residiam 750 ou menos votantes e aos concelhos com 7500 ou menos votantes, que inicialmente não tinham de aplicar esta lei; e a outra, em 2019, que deu origem à lei orgânica n.º1/2019, de 29 de março apresentada pelo Governo, onde o valor mínimo de representantes subiu para os 40 por cento: “Para

<sup>160</sup> *Ibidem*

<sup>161</sup> PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

*cumprimento do disposto no número anterior, não podem ser colocados mais de dois candidatos do mesmo sexo, consecutivamente, na ordenação da lista.*”<sup>162</sup>

A Lei da Paridade foi importantíssima para a integração e o desenvolvimento da mulher na vida política. Igualar a oportunidade na tomada de decisões do país, tanto para homens como para mulheres é fulcral. Apesar de ainda ser notória a percentagem baixa face de mulheres face ao número de homens eleitos, nos últimos anos, temos assistido a um gradual crescimento.

*“Até nos cargos públicos, há bem pouco tempo, é sempre os homens que vão para o cargo de chefia, é sempre. Até na política, hoje em dia, se reparar, nem metade dos políticos são mulheres. Agora há uma lei que obriga que eles têm de levar ‘x’ de mulheres, porque a mulher, na política, não tinha quase voz nenhuma”*<sup>163</sup>

Nos últimos cinco anos de Eleições Autárquicas na Região Autónoma da Madeira, mais precisamente entre os anos 2005 e 2021, é possível verificar, na tabela abaixo, que a participação da mulher no ramo político tem vindo a crescer, apesar de, em 2021, ter diminuído o número de candidatas, em relação a 2017.

<b>Cabeças de Lista do sexo feminino - Municípios da Região Autónoma da Madeira</b>		
<b>Eleições Autárquicas 2021</b>		
<b>Candidata</b>	<b>Município</b>	<b>Partido Político</b>
Maria José G. Oliveira	Santana	PCP
Tânia Freitas	Santana	PS
Elisa Mendonça	Santana	CDU
Elsa Freitas	Santana	RIR
Maria José Afonseca	São Vicente	PCP
Helena Freitas	São Vicente	PS
Olga Fernandes	Ribeira Brava	PS
Mafalda Gonçalves	Santa Cruz	PS
Célia Pecegueiro	Ponta do Sol	PS
Cátia Rodrigues	Ponta do Sol	PCP – PEV

<sup>162</sup> Decreto do Presidente da República n.º 23/2019, de 29 de Março. *Diário da República* n.º 63/2019, Série I. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

<sup>163</sup> Entrevista com Ana Viveiros realizada a 08 de agosto de 2022, *vide* anexo C, p. 132.

Cristina Carvalho	Ponta do Sol	RIR
Sofia Canha	Calheta	PS
Raquel Coelho	Funchal	PTP
Dalila Nunes	Câmara de Lobos	PTP
Cátia Silva	Câmara de Lobos	RIR
Magna Costa	Machico	CH
Cátia Rodrigues	Machico	PTP
<b>Total de 17 candidatas</b>		
<b>Eleições Autárquicas 2017</b>		
<b>Candidata</b>	<b>Município</b>	<b>Partido Político</b>
Sofia Canha	Calheta	PS
Rubina Leal	Funchal	PPD-PSD
Raquel Coelho	Funchal	PTP
Marietta Drummond	Machico	CDS-PP
Fernanda Calaça	Machico	PCTP/MRPP
Lucília Sousa	Machico	PTP
Virgínia Henriques	Machico	MPT
Célia Pecegueiro	Ponta do Sol	PS
Sara Madalena	Ponta do Sol	CDS-PP
Maria Ganança	Ponta do Sol	BE
Andreia Bargante	Ponta do Sol	PTP
Nivalda Gonçalves	Ribeira Brava	PPD-PSD
Sílvia Vasconcelos	Santa Cruz	CDU
Leontina Serôdio	Santa Cruz	CDS-PP
Guida Teixeira	Santa Cruz	MPT
Elsa Mata	Santana	PTP
Ester Pereira	São Vicente	CDU
Fernanda Silva	São Vicente	MPT
<b>Total de 18 candidatas</b>		
<b>Eleições Autárquicas 2013</b>		
<b>Candidata</b>	<b>Município</b>	<b>Partido Político</b>
Maria Nóbrega	Calheta	PS
Josefina Melim	Machico	BE

Marta Silva	Machico	PCP – PEV
Maria Ganança	Ponta do Sol	BE
Urânia Gaspar	Ponta do Sol	PCP – PEV
Célia Pecegueiro	Ponta do Sol	PS
Maria Alves	Porto Moniz	PCP – PEV
Ana Paula Serra	Porto Santo	PTP
Elisa Mendonça	Santana	PCP – PEV
Odília Mendonça	Santana	PS
Bruna Andrade	Santana	PTP
Maria Conceição Pereira	São Vicente	BE
<b>Total de 12 candidatas</b>		
<b>Eleições Autárquicas 2009</b>		
<b>Candidata</b>	<b>Município</b>	<b>Partido Político</b>
Sofia Sousa	Calheta	PS
Tânia Melim de Freitas	Machico	BE
Maria Ganança	Ponta do Sol	BE
Marla Fernandes	Ponta do Sol	MPT
Renata de Sousa	Porto Santo	PS
Elisa Mendonça	Santana	PCP – PEV
Sónia Silva	São Vicente	BE
Margarida Fernandes	São Vicente	CDS-PP
<b>Total de 8 candidatas</b>		
<b>Eleições Autárquicas 2005</b>		
<b>Candidata</b>	<b>Município</b>	<b>Partido Político</b>
Maria Encarnação	Calheta	BE
Violante Saramago Matos	Funchal	BE
Josefina Melim	Machico	BE
Lina Teles	Ponta do Sol	CDU
Maria Ganança	Ponta do Sol	BE
Joana Rodrigues	Porto Moniz	CDS-PP
Luísa Mendonça	Porto Santo	PS
Ana Isabel Pereira	Porto Santo	CDS-PP

## Total de 8 candidatas

Tabela 2 - Cabeças de lista do sexo feminino - Municípios da RAM

Em 2005 concorreram como cabeças de lista às Eleições Autárquicas da Região Autónoma da Madeira oito mulheres: Josefina Melim (BE) ao concelho de Machico, Violante Saramago Matos (BE) ao concelho do Funchal, Lina Teles (CDU) e Maria Ganança (BE) ao município da Ponta do Sol, Maria Encarnação (BE) à Calheta, Joana Rodrigues (CDS-PP) ao Porto Moniz e, por fim, Luísa Mendonça (PS) e Ana Isabel Pereira (CDS-PP) ao Porto Santo. Em 2009 foram também oito mulheres: Tânia Melim de Freitas (BE) a Machico, Maria Ganança (BE) e Marla Fernandes (MPT) à Ponta do Sol, Sofia Sousa (PS) ao concelho da Calheta, Sónia Silva (BE) e Margarida Fernandes (CDS-PP) a São Vicente, Elisa Mendonça (PCP-PEV) a Santana, e por fim, Renata de Sousa (PS) ao Porto Santo. Já em 2013 foram doze mulheres: Josefina Melim (BE) e Marta Silva (PCP-PEV) ao município de Machico, Maria Ganança (BE), Urânia Gaspar (PCP-PEV) e Célia Pecegueiro (PS) ao concelho da Ponta do Sol, Maria Nóbrega (PS) à Calheta, Maria Alves (PCP-PEV) ao Porto Moniz, Maria Conceição Pereira (BE) a São Vicente, Elisa Mendonça (PCP-PEV), Odília Mendonça (PS) e Bruna Andrade (PTP) ao concelho de Santana e, ao Porto Santo concorreu Ana Paula Serra (PTP). Até então, o ano em que houve mais mulheres em frente foi o de 2017. Neste ano foram cabeças de lista dezoito mulheres: Marietta Drummond (CDS-PP), Fernanda Calaça (PCTP/MRPP) e Virgínia Henriques (MPT) ao concelho de Machico, Sílvia Vasconcelos (CDU), Leontina Seródio (CDS-PP) e Guida Teixeira (MPT) a Santa Cruz, Rubina Leal (PPD-PSD), Raquel Coelho (PTP) ao município do Funchal, Nivalda Gonçalves (PPD-PSD) à Ribeira Brava, Célia Pecegueiro (PS), Sara Madalena (CDS-PP), Maria Ganança (BE) e Andreia Bargante (PTP) à Ponta do Sol, Sofia Canha (PS) à Calheta, Ester Pereira (CDU) e Fernanda Silva (MPT) a São Vicente, e em Santana foi Elsa Mata (PTP). Nas últimas eleições autárquicas, mais precisamente em 2021, houve dezassete mulheres: Magna Costa (CH) e Cátia Rodrigues (PTP) a Machico, Mafalda Gonçalves (PS) a Santa Cruz, Raquel Coelho (PTP) ao município do Funchal, Dalila Nunes (PTP) e Cátia Silva (RIR) a Câmara de Lobos, Olga Fernandes (PS) à Ribeira Brava, Célia Pecegueiro (PS), Cátia Rodrigues (PCP-PEV) e Cristina Carvalho (RIR) à Ponta do Sol, Sofia Canha (PS) à Calheta, e, por fim, Maria José Afonseca (PCP) e Helena Freitas (PS) a São Vicente, Maria José G. Oliveira (PCP), Tânia Freitas (PS), Elisa Mendonça (CDU) e Elsa Freitas (RIR) a Santana.

Podemos concluir que concorreram nos últimos cinco anos de eleições autárquicas 52 mulheres. Com quatro candidaturas temos Maria Ganança (BE), com três Célia Pecegueiro (PS), Elisa Mendonça (PCP-PEV), e com duas candidaturas Josefina Melim (BE), Cátia Rodrigues (PTP), Raquel Coelho (PTP) e Sofia Canha (PS). As restantes mulheres, anteriormente mencionadas, apenas de candidataram uma vez.

Ainda é possível verificar que nos últimos cinco anos de Eleições Autárquicas, houve pelo menos uma mulher, nos onze concelhos da Região Autónoma da Madeira, a concorrer às Câmaras Municipais:

<b>Mulheres, por concelho, em cabeça de lista, nos últimos cinco anos de Eleições Autárquicas</b>					
	<b>2005</b>	<b>2009</b>	<b>2013</b>	<b>2017</b>	<b>2021</b>
<b>Machico</b>	x	x	x	x	x
<b>Santa Cruz</b>				x	x
<b>Funchal</b>	x			x	x
<b>Câmara de Lobos</b>					x
<b>Ribeira Brava</b>				x	x
<b>Ponta do Sol</b>	x	x	x	x	x
<b>Calheta</b>	x	x	x	x	x
<b>Porto Moniz</b>	x		x		
<b>São Vicente</b>		x	x	x	x
<b>Santana</b>		x	x	x	x
<b>Porto Santo</b>	x	x	x		

*Tabela 3 - Mulheres nos últimos cinco anos a concorrer como cabeça de lista às Eleições Autárquicas.*

Machico, Ponta do Sol e Calheta foram os concelhos que tiveram desde 2005 até as mais recentes eleições autárquicas, pelo menos, uma mulher a ser cabeça de lista de um partido. O ano de 2021 foi o ano que conseguiu o maior número de mulheres candidatas por concelho.

Em comparação com os partidos/grupos políticos podemos verificar, na tabela abaixo, que são praticamente os mesmos que têm uma mulher como cabeça de lista:

<b>Cabeças de lista femininas por partido/grupo político, nos últimos cinco anos de eleições</b>
--

	2005	2009	2013	2017	2021
<b>PCP</b>					X
<b>CDS-PP</b>	X	X		X	
<b>PPD/PSD</b>				X	
<b>PS</b>	X	X	X	X	X
<b>PPM</b>					
<b>PCTP/MRPP</b>				X	
<b>PEV</b>					
<b>E</b>					
<b>MPT</b>		X		X	
<b>B.E.</b>	X	X	X	X	
<b>PPV/CDC</b>					
<b>PTP</b>			X	X	X
<b>PAN</b>					
<b>MAS</b>					
<b>L</b>					
<b>JPP</b>					
<b>ADN</b>					
<b>NC</b>					
<b>PURP</b>					
<b>IL</b>					
<b>A</b>					
<b>CH</b>					X
<b>R.I.R.</b>					X
<b>VP</b>					
<b>CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)</b>	X	X	X	X	X

Tabela 4 - Cabeças de lista femininas por partido/grupo político, nos últimos cinco anos de Eleições Autárquicas.

O PS, B.E. e PCP-PEV são os partidos que mais se destacam com mulheres em sua representação. Todos de esquerda. Em 2005 foram candidatas quatro mulheres do B.E., uma do CDU, duas do CDS-PP e uma do PS. Já em 2009 foram duas do PS, três do B.E., uma do MPT, uma do PCP-PEV, e ainda uma outra do CDS-PP. Por sua vez, em

2013, candidataram-se três mulheres do PS, três do B.E., quatro do PCP-PEV, e duas do PTP. 2017 foi o ano onde se apresentaram mais partidos/grupos políticos com mulheres em frente: duas do PS, duas do PPD/PSD, quatro do PTP, três do CDS-PP, uma do PCTP/MRPP, três do MPT, uma do B.E., e duas do CDU. Por fim, em 2021 candidataram-se duas mulheres do PCP, seis do PS, uma do CDU, três do RIR, uma da PCP-PEV, três do PTP e ainda uma, em estreia, do CH. Porém, dos partidos/grupos políticos atualmente inscritos na Comissão Nacional de Eleições apenas dez é que, de acordo com a nossa análise, apresentaram uma mulher como cabeça de lista, isto a nível regional.

A participação política da mulher tem vindo a ser conquistada ao longo do tempo. Atualmente a Assembleia Regional da Madeira é composta por 47 deputados, sendo 14 mulheres: Maria da Conceição Pereira (PSD); Rubina Leal Vargas (PSD); Cláudia Gomes (PSD); Clara Coelho (PSD); Cláudia Perestrelo (PSD); Sónia Barros Silva (PSD); Luísa Antunes Paolinelli (PS); Marina Veríssimo (PS); Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas (PS); Olga Fernandes (PS); Sílvia da Silva (PS); Mafalda Figueira (PS); Sofia Sousa (PS); e Ana Cristina dos Santos (CDS-PP) .

Célia Pecegueiro, militante do PS, em 2017, fez história ao ser diretamente eleita presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol. É de realçar que já houve duas mulheres presidentes de câmara na Madeira: Maria Leonete dos Reis, em 1987, pela Câmara Municipal da Ribeira Brava; e Fátima Menezes, em 2011, pela Câmara Municipal do Porto Santo, porém, as duas em substituição do candidato vencedor anterior. Célia foi a primeira mulher a assumir diretamente a presidência de uma autarquia na Região Autónoma da Madeira.

Atualmente, em três dos onze concelhos da Região há uma mulher presidente das Assembleias Municipais. Como é notório na tabela 6, é presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz Júlia Caré (JPP), da Assembleia Municipal da Ribeira Brava Rita Maria de Abreu (Movimento «Ribeira Brava Em Primeiro»), e, da Assembleia Municipal do Porto Santo é Fátima Silva (PPD/PSD).

<b>Presidentes – Assembleia Municipal – Eleições Autárquicas 2021</b>		
<b>Presidente</b>	<b>Concelho</b>	<b>Partido/grupo/movimento Político</b>
Júlia Care	Assembleia Municipal de Santa Cruz	JPP

Rita Maria de Abreu	Assembleia Municipal da Ribeira Brava	Movimento «Ribeira Brava Em Primeiro»
Fátima Silva	Assembleia Municipal do Porto Santo	PPD/PSD

Tabela 5 - Mulheres Presidentes da Assembleia Municipal - Autárquicas 2021.

Em relação às juntas de freguesias, é visível na tabela abaixo que apenas existem mulheres a presidir em cinco das 54 freguesias da Região. Maria Idalina Fernandes da Silva (Coligação «Funchal Sempre à Frente») é a atual presidente da Junta de Freguesia do Monte, município do Funchal; Albertina de Jesus Diniz Ferreira (Movimento «Ribeira Brava Em Primeiro») é a presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água, Ribeira Brava; Márcia Rubina Pereira Mendonça (PS) preside a Junta de Freguesia da Ribeira da Janela, Porto Moniz; Luísa Cristina Mendes Rodrigues Novais (PS) é a presidente da Junta de Freguesia do Seixal, Porto Moniz; Conceição Pestana (Coligação PSD/CDS) da Junta de Freguesia de São Vicente; e Josefina Melim (Coligação PSD/CDS) foi eleita presidente da Junta de Freguesia do Porto Santo.

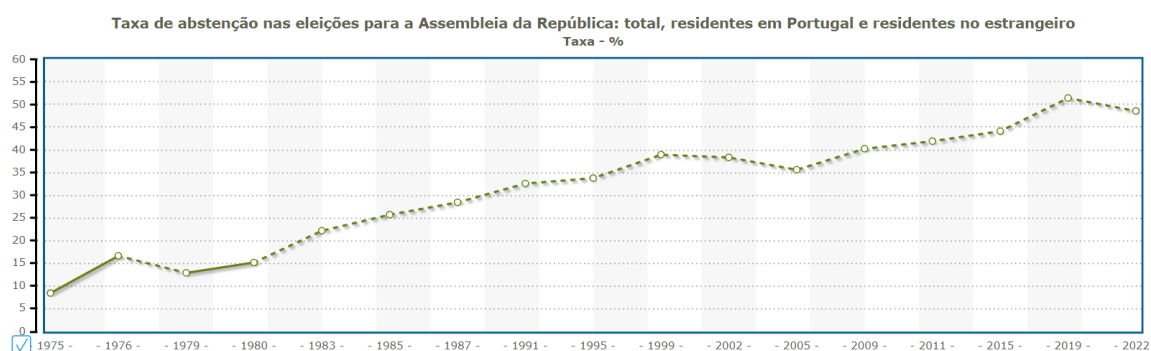
<b>Presidentes – Juntas de Freguesia da Região Autónoma da Madeira – Eleições Autárquicas 2021</b>			
<b>Presidente</b>	<b>Junta de Freguesia</b>	<b>Município</b>	<b>Partido Político</b>
Maria Idalina Fernandes da Silva	Junta de Freguesia do Monte	Funchal	Coligação «Funchal Sempre à Frente»
Albertina de Jesus Diniz Ferreira	Junta de Freguesia da Serra de Água	Ribeira Brava	Movimento «Ribeira Brava Em Primeiro»
Márcia Rubina Pereira Mendonça	Junta de Freguesia da Ribeira da Janela	Porto Moniz	PS
Luísa Cristina Mendes Rodrigues Novais	Junta de Freguesia do Seixal	Porto Moniz	PS
Conceição Pestana	Junta de Freguesia de São Vicente	São Vicente	Coligação PSD/CDS

Josefina Melim	Junta de Freguesia do Porto Santo	Porto Santo	Coligação PSD/CDS
----------------	-----------------------------------	-------------	-------------------

Tabela 6 - Presidentes – Juntas de Freguesia da Região Autónoma da Madeira – Eleições Autárquicas 2021.

A mulher tem vindo a destacar-se, ano após ano, na vida política, apesar de ainda se manterem com uma margem um pouco discrepante face à posição do homem. De acordo com Sara Madruga da Costa, deputada madeirense à Assembleia da República Portuguesa, pelo PSD, desde 2015 que verifica ser Portugal “*um dos países da União Europeia com mais mulheres na Assembleia da República e no Governo, sendo que, por força da lei da paridade, 38.7% dos lugares da Assembleia da República são hoje ocupados por mulheres.*”<sup>164</sup>

Porém, a taxa de abstenção que existe nos dias de hoje assusta as mulheres que viveram o 25 de abril. De ano para ano, os números não param de aumentar. Nas eleições para a Assembleia Constituinte Portuguesa de 1975 apenas 8.3% dos eleitores não foram às urnas. Em 2022, nas Legislativas a abstenção foi superior aos 40%<sup>165</sup>.



10 - Taxa de Abstenção, PORDATA

<sup>164</sup> CORREIA, Ana Luísa (2021), “Representação das Mulheres na Assembleia Legislativa da Madeira está nos 29,9%”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <<https://www.dnoticias.pt/2021/3/8/253351-representacao-das-mulheres-na-assembleia-legislativa-da-madeira-esta-nos-298/#>>, [consultado a 29 de junho de 2022].

<sup>165</sup>PORDATA, Estatística sobre Portugal e Europa. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+absten%C3%A7%C3%A3o+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+total+++residentes+em+Portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2208>>, [consultado a 22 de junho de 2022].

## 1.2. A Igreja Católica e Abril

Desde a sua implantação, mais precisamente deste o Império Romano (27 a.C. - 476 d.C.), a Igreja católica possui um papel importantíssimo na sociedade portuguesa, e não só, e hoje contém uma elevada percentagem de crentes espalhados pelo mundo.

Durante o Estado Novo a Igreja católica estabeleceu com o próprio Estado uma relação crucial para a história portuguesa contemporânea, recuperando algum do estatuto e o seu papel na sociedade face à Primeira República. Todavia, alguns prelados não escondiam o receio que se instaurasse com a implantação do Estado Novo uma nova guerra com a Igreja, à semelhança ao que aconteceu com a Lei da Separação do Estado das Igrejas (20 de abril de 1911). De acordo com o artigo 4.º: “*A República não reconhece, não sustenta, nem subsidia culto; e por isso (...) serão suprimidas nos orçamentos do Estado, dos corpos administrativos locais e de quaisquer estabelecimentos públicos todas as despesas relativas ao exercício dos cultos.*”<sup>166</sup>

Na recensão *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, de Duncan Simpson, elaborada por Nuno Palma “*a Igreja teve de reimpor gradualmente as suas “liberdades” perdidas, tomando como adquirido que “o Estado Novo salazarista permanecia empenhado na causa católica mas condicionado pelo ambiente sociocultural e político adverso no qual era obrigado a funcionar”* (Simpson 2014, p. 41). A Igreja católica adquire um valor intrínseco e ficou a ser entendida, neste período, como um meio de integração política. Era também considerada como um elemento importante para a formação do espírito da Nação, compondo um traço característico do povo português.<sup>167</sup>

A Igreja era/é um meio persuasivo, onde as mensagens/pensamentos chegam facilmente aos crentes. Esta ligação com o Estado permitiu que as ideologias do próprio regime chegassem diretamente ao povo, no seguimento, de resto, de uma relação bem estabelecida em tempos da monarquia. Deus, Pátria e Família, era esta a trilogia do salazarismo (principal ideologia dentro do Estado Novo). Martins Júnior defende que “*a igreja católica em Portugal, estava ao serviço do poder político ditatorial, fascista, que*

---

<sup>166</sup> Lei da Separação do Estados das Igrejas, de 21 de Abril de 1911. *Governo Provisório da República Portuguesa*, Ministério da Justiça. Disponível: <<https://files.dre.pt/1s/1911/04/09200/16191624.pdf>>, [consultado a 5 de agosto de 2022].

<sup>167</sup> PITA, Gabriel (1995), *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

era o Salazar.”, acrescentando ainda que “*esta Igreja não tem nada a ver com Jesus Cristo, nada.*”<sup>168</sup>.

As ligações entre a Igreja Católica e o Estado ganharam maior predominância com a Concordata e o Acordo Missionário no Vaticano, assinados a 7 de maio de 1940. Através deste ‘acordo’, a Igreja Católica passou a ser reconhecida pelo Estado Português, voltando a beneficiar de um estatuto priorizado nas mais diversificadas áreas e reavendo várias prerrogativas e regalias quanto à sua atuação e jurisdição no país. A assinatura da Concordata não significa, porém, que os interesses das duas instituições se sobrepusessem, dando Salazar sempre preferência ao Estado se os seus interesses conflituassem com os religiosos. O Acordo Missionário concedeu condições à Igreja Católica e ao próprio regime para que, em conjunto, colaborassem tanto no espaço europeu como também nas colónias ultramarinas.

A Igreja recuperou o poder de comunicar diretamente com os seus fiéis sem ter de pedir autorização ao Governo; podia organizar-se da forma como lhe conviesse; já podiam promover e dar a conhecer os seus ensinamentos em espaços próprios, tanto de ensino, como em instituições privadas; e ainda recuperaram o património que lhes tinha sido expropriado.

D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) foi o décimo quarto Cardeal-Patriarca de Lisboa. Para além de ter contribuído para a reabilitação e engrandecimento do papel da Igreja, era, de acordo com a historiadora Irene Pimentel “*o braço direito do regime salazarista*”. Numa entrevista à Rádio e Televisão de Portugal (RTP), a historiadora acima referida afirma que “*Cerejeira e Salazar mantiveram a separação Igreja - Estado, embora com uma ligação umbilical maior. Evidentemente que o relacionamento entre a Igreja Católica e o regime salazarista é fortíssimo. Cerejeira sabia que era através do apoio ao regime que podia conquistar mais benesses e o regime também sabia que a Igreja lhe podia ser muito útil a todos os níveis: no que respeita ao corporativismo, para eliminar a luta de classes, na questão anticomunista e na questão dos missionários.*”<sup>169</sup>.

Por sua vez, o historiador Luís Salgado Matos, após apresentar o seu livro *Cardeal Cerejeira. Um Patriarca de Lisboa no Século XX Português* declara à comunicação social

---

<sup>168</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior a 14 de julho de 2022, vide anexo Q, p. 223.

<sup>169</sup> LOPES, Raquel Ramalho (2010), “Ambiguidades na aliança entre Cerejeira e Salazar”, in *RTP Notícias*. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/pais/ambiguidades-na-alianca-entre-cerejeira-e-salazar\\_n332839](https://www.rtp.pt/noticias/pais/ambiguidades-na-alianca-entre-cerejeira-e-salazar_n332839)>, [consultado a 5 de agosto de 2022].

que “*O Cardeal Cerejeira era um pouco mais velho, era padre, o que na altura era muito importante para uma pessoa como Salazar, e era presidente da direção de uma associação de estudantes de Coimbra de que Salazar foi vogal. Salazar era independente do Cerejeira, mas era subordinado, legalmente*”<sup>170</sup>. Importante ainda realçar que Salazar e Cerejeira eram amigos e colegas da Universidade de Coimbra.

Quanto ao papel da mulher na sociedade, Salgado Matos, investigador, afirma numa entrevista à TSF (Telefonia Sem Fios), que “*O Cardeal Cerejeira já em Coimbra, já nos seus tempos de diretor espiritual, tinha apoiado a constituição de um Centro Académico de Democracia Cristã Feminino. O Cardeal Cerejeira apoiou sempre a emancipação social da mulher nos quadros da ação católica. Apoiava todos os organismos femininos*”. Realça ainda que o Cardeal “*recebe o apoio não só das mulheres da ação católica, que na altura começara a desenvolver-se, mas também das senhoras da nobreza, numerosas titulares católicas*”. Porém, Salgado Matos não deixa de frisar o facto de o Cardeal ser “*um homem atraente. (...) Era num certo sentido irresistível, com uma personalidade muito simpática, extrovertido, falava muito bem, muito amável, quando queria seduzir alguém, seduzia e isso está completamente comprovado em numerosas entrevistas que o Cardeal Cerejeira realizou na sua qualidade de patriarca. Ele seduzia por gestos, palavras e ações.*”<sup>171</sup> Defende ainda que Salazar não conseguiu ‘dominar’ o Cardeal devido aos “*gestos teatrais e o apoio das mulheres, da nobreza e de muitos meios não católicos.*”<sup>172</sup>

O papel da Igreja Católica revelou-se, mais uma vez, importantíssimo para o enquadramento da população. Implementaram e dirigiram escolas, tendo como seus representantes elementos eclesiásticos. Voltaram então a ser reconhecidos como uma instituição de serventia pública, adquirindo uma importância altamente disciplinadora e moralizadora.

Com a Revolução de Abril de 1974, as acusações de pacto entre a Igreja e o próprio Estado foram fazendo-se ouvir cada vez com mais intensidade. Todavia, a Igreja percebeu o surgimento de um novo ambiente político e social pelo que a necessidade de

---

<sup>170</sup> Município de Famalicão (2018), “O Cardeal Cerejeira era “completamente independente de Oliveira Salazar”, in *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-0ysLiQC2yE>>, [consultado a 5 de agosto de 2022].

<sup>171</sup> BOAS, Manuel Vilas (2018), “Cardeal Cerejeira: O “príncipe da Igreja” que Salazar não soube derrotar”, in *TSF Rádio Notícias*. Disponível em: <<https://www.tsf.pt/sociedade/cardeal-cerejeira-o-principe-da-igreja-que-salazar-nao-soube-derrotar-9218143.html>>, [consultado a 5 de agosto de 2022].

<sup>172</sup> *Ibidem*

se adaptar foi-se tornando crucial. O objetivo da Igreja com este feito foi o de unir os crentes, adotando uma estratégia cautelosa e, ao mesmo tempo, defensiva, face a todo o seu historial.

É de salientar que a presença do cardeal patriarca de Lisboa no dia de cerimónia da tomada de posse do general António de Spínola como Presidente da República, dia 15 de maio de 1974, no Palácio de Queluz, transmitiu uma imagem de conformidade na relação entre a Igreja e o Estado. É certo que havia, por parte do Estado, a consciência da força e do poder que a própria Igreja possui na sociedade, sem esquecer da sua larga influência que a mesma detém em diversos segmentos da população. Além do mais, a relação da Igreja com a 1.<sup>a</sup> República era algo que não queriam que voltasse a acontecer.

Porém, a imagem que era transmitida de uma boa relação com os mais altos sectores do poder, não podia encobrir os problemas manifestados em outros níveis. Foram verificados ataques tanto aos bens como às propriedades da Igreja, justificando os atos pela carência de escolas. Eram, em geral, grupos de populares onde estavam envolvidos alguns indivíduos da extrema esquerda. A ponderação que inicialmente todos tinham exteriorizado, começou a ser progressivamente desprezada.

A Igreja católica acabou por ser alvo de perseguição, e desenvolveu um papel crucial na luta política travada pelo ‘Verão Quente de 1975’, um dos momentos mais críticos do processo revolucionário português, marcado pela luta entre os “*partidários da via eleitoral e os que defendem ter sido legitimados pela revolução*”<sup>173</sup>.

No ano supramencionado, Portugal depara-se uma fase de profundos constrangimentos, com inúmeros confrontos nas ruas, apropriações, ataques a sedes partidárias e à imprensa por parte de forças extremistas. A Igreja Católica, assim como alguns membros da direita receavam um desenvolvimento mais radical do processo político que se instaurou com o início da revolução de abril. O Presidente da República Francisco Costa Gomes anuncia na sessão da Assembleia Constituinte, a 2 junho de 1975, dia que marca o início da sua atividade: “*queremos que a nossa Revolução progrida para um socialismo pluripartidário, em simbiose fecunda entre as vias revolucionária e*

---

<sup>173</sup> BORGES, Paula; REIS, António e REZOLA, Maria Inácia (2012), “Verão Quente de 1975, sinais de um país dividido”, in *RTP Ensina*. Disponível em: <<https://ensina.rtp.pt/artigo/verao-quente-de-1975-sinais-de-um-pais-dividido/>>, [consultado a 6 de agosto de 2022].

*eleitoral*”<sup>174</sup>. No entanto, isto seria impossível acontecer, visto que já existiam, na sociedade portuguesa, acentuadas divisões.

A agitação instalou-se nas ruas do país. Os católicos envolveram-se também em desmedidas manifestações que abalaram, principalmente, o centro e norte do país. A inquietação social agrava-se progressivamente com o caso da Rádio Renascença, uma rádio católica. Houve um “*assalto e ocupação dos estúdios de Lisboa e Centro Emissor da Buraca por militares, funcionários e pessoas externas.*” Num comunicado emanado pela presidência da República, esta ação foi explicada da seguinte forma: “*alguns órgãos de informação, com destaque para as estações de rádio e tv, desenvolveram toda uma campanha provocatória e de aliciação, de atitudes tendenciosas a qual se relacionava com informações sobre a luta dos deficientes das Forças Armadas e sobre os ataques ao consulado e à embaixada de Espanha, em Lisboa. Estes acontecimentos foram considerados graves.*” A ordem de ocupação justificou-se “*como medida de exceção destinada a evitar a declaração de um estado de emergência, medida essa tomada com consciência da gravidade da situação presente*”.<sup>175</sup>

A Rádio Renascença deixa de ser designada emissora católica e os membros eclesiásticos acabaram por ser retirados do serviço radiofónico. A partir deste momento, a Rádio Renascença passa a ser uma rádio ao serviço dos trabalhadores. Este acontecimento marcou o início das movimentações católicas.

Verificaram-se modificações no regime jurídico. A legislação constitucional e ordinária deste novo regime, e o aparecimento de instrumentos de salvaguarda dos direitos do homem e dos cidadãos de um Estado democrático, vieram assegurar mais liberdades de movimentos, de evangelização e de culto às diferentes confissões.

Com a Constituição da III República, aprovada em 1976, regulariza-se a temática «Liberdade de consciência, de religião e de culto», no artigo 41.º: “1- A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável; 2- Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosa; 3- Ninguém pode ser perguntado por qualquer autoridade acerca das

---

<sup>174</sup> Memórias da Revolução, “Abertura Solene Da Assembleia Constituinte”, in *RTP*. Disponível: <<https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/abertura-solene-da-assembleia-constituente/>>, [consultado a 6 de agosto de 2022].

<sup>175</sup> CUNHA, Maria João; ROCHA, Inês (2017), “Renascença. A história de 80 anos de rádio”, in *RR*. Disponível : <<https://rr.sapo.pt/especial/vida/2022/03/30/renascenca-a-historia-de-80-anos-de-radio/80687/>>, [consultado a 6 de agosto de 2022].

*suas convicções ou prática religiosa, salvo para recolha de dados estatísticos não individualmente identificáveis, nem ser prejudicado por se recusar a responder; 4- As Igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto; 5- É garantida a liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respetiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas atividades; 6- É garantido o direito à objeção de consciência, nos termos da lei.”<sup>176</sup>*

No programa “primeira página” da RTP1, Mário Soares, Presidente da República, relativamente à conclusão dos seus quatro anos de mandato, afirma que: *“é evidente que a Igreja representa muito na vida portuguesa, como é óbvio. A maioria dos portugueses são católicos e têm a Igreja como referencial no domínio espiritual, não quer dizer que intervenha nas questões políticas ou temporais que não são do seu fundo, mas no domínio espiritual e deve ser tratada por respeito que é devido à Igreja, em primeiro lugar, ao que ela representou no passado e representa hoje para a maioria dos portugueses”<sup>177</sup>*. (Jornal de Sábado da RTP1, 3 de abril de 1990).

A âmbito regional, D. Francisco Antunes Santana (1924-1982) foi o bispo nomeado para a Diocese do Funchal a 19 de maio de 1974, e foi recebido no aeroporto de Santa Catarina, em Santa Cruz, hoje Aeroporto Internacional da Madeira Cristiano Ronaldo, pelo governador militar da Madeira, o brigadeiro graduado Carlos de Azeredo (1930-2021), como representante da Junta de Salvação Nacional. D. Francisco Santana nasceu em 1924, em Lisboa. A 29 de junho de 1948 foi ordenado padre pelo Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira; a 18 de março de 1974 foi nomeado bispo e a 21 de abril de 1974 foi ordenado bispo por D. António Ribeiro. Foi bispo do Funchal durante oito anos, mais precisamente entre 1974 e 1982.

O movimento JC+M - Jovens Cristãos da Madeira foi fundado a 19 de outubro de 1974 pelo bispo supramencionado. Este movimento diocesano visa, de acordo com as diretrizes e os princípios da Igreja incitar os jovens a participar nas iniciativas católicas, motivando-os e apoiando-os na sua integração. Ao mesmo tempo, tem como objetivo consciencializar os jovens da sua orientação/vinculação religiosa, neste caso cristã.

---

<sup>176</sup> *Constituição da República Portuguesa* – Parte I. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/constituicao-republica-portuguesa/parte-i>>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

<sup>177</sup> “Entrevista a Mário Soares – Parte I”, in *RTP Arquivos*. Disponível em: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-mario-soares-parte-i-3/>>, [consultado a 28 de julho de 2022].

Quando este movimento foi fundado, a presença de movimentos ou organizações eclesiais direcionadas para jovens na Madeira, era praticamente inexistente. Todavia, este o JC+M – Jovens Cristãos da Madeira continua ativo, ainda que com uma percentagem de jovens a participar mais reduzida.

O bispo D. António Carrilho no 43.º aniversário do JC+M *“começou por fazer memória do Bispo D. Francisco Santana que criou o JC+M, mas também outros movimentos, para terem uma presença nas escolas e assim procurar passar a mensagem de Jesus, o ideal que Jesus veio nos ensinar”*. *“Eu gostava de dar graças a Deus por aquilo que foi iniciativa do Sr. D. Francisco Santana, e por tudo aquilo que se foi procurando fazer ao longo de todos estes anos”*, disse.<sup>178</sup>

Os objetivos eram claros. A necessidade de passar a mensagem aos mais novos, neste caso, aos jovens, era crucial. São eles que, posteriormente, encaminham os ideais da religião cristã. Salienta-se, neste caso, o papel importantíssimo das escolas, neste caso dos professores/as na vinculação dos conceitos da Igreja católica aos alunos. Porém, é de salientar o facto da disciplina Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico ser facultativa.

O pároco da Diocese de Coimbra, João Paulo Vaz, numa entrevista à RTP-Madeira, no dia em que era comemorado o 45.º aniversário da JC+M afirma que o número de jovens católicos a aderir a este movimento *“não é como gostaríamos, como aquilo que nós mais velhos recordamos dos grandes ajuntamentos dos jovens, mas conseguimos ainda, em algumas atividades, em alguns momentos diocesanos, como outros movimentos grandes como as jornadas mundiais da juventude, ter uma presença enorme de jovens marcadamente, uma presença cristã que ainda nos vai animando”*<sup>179</sup>.

A diminuição do número de participantes nesta organização poderá também, talvez, ser explicada pelo aparecimento de outros movimentos com características semelhantes.

---

<sup>178</sup> “D. António no aniversário da JC+M recorda palavras do Papa “jovens têm de ser caminheiros da fé””, in *Jornal da Madeira*. Disponível em: <<https://www.jornaldamadeira.com/2017/10/23/d-antonio-no-aniversario-da-jcm-recorda-palavras-do-papa-jovens-tem-de-ser-caminheiros-da-fe/>>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

<sup>179</sup> “JC+M está a assinalar 45 anos de existência”, in *RTP Madeira*. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/madeira/sociedade/jcm-esta-a-assinalar-45-anos-de-existencia\\_32696](https://www.rtp.pt/madeira/sociedade/jcm-esta-a-assinalar-45-anos-de-existencia_32696)>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

Alberto João Jardim, ex-Presidente do Governo Regional da Madeira, em 2014, aquando assumia funções como presidente, afirma, em entrevista para a agência ECCLESIA, “*costumo dizer que tive muita sorte, trabalhei com três grandes bispos: D. Francisco Santana (1924-1982), D. Teodoro de Faria e D. António Carrilho. Foram bispos certos na altura certa*”. Recorda ainda D. Francisco Santana como “*um grande combatente político*”. “*A opção pela democracia que a Madeira fez logo desde o 25 de Abril deve-se a ele, sem dúvida, e eu não me envergonho de dizer que, de certo modo, sou um produto de D. Francisco Santana*”. Nesta entrevista, Alberto João Jardim enaltece ainda que “*nos tempos de relativismo, que alguns chamam pós-modernismo, de forma caricata, a Igreja tem um papel de formação, de fazer um esforço enorme de transmitir valores às pessoas*”, acrescentando que “*o Estado, por si só, não tem capacidade para atuar em todos os campos, no sentido do bem comum, particularmente na saúde, na cultura, na conservação do património*”<sup>180</sup>

A Igreja Católica é o local onde muitos portugueses, e não só, se aconchegam e a veem como um refúgio para os seus problemas. São cumpridas muitas manifestações de fé e muitos rituais, alguns deles com mais idade do que a própria nação. Hoje não com tanta evidência, mas há uns anos, o domingo era um dia sagrado, o dia de ir à missa, era como uma ‘regra’ familiar, onde as pessoas vestiam a sua melhor roupa, ‘a roupa de ir à missa’. Havia quem andasse descalço, e apenas calçasse os seus melhores sapatos ao entrar dentro da Igreja<sup>181</sup>.

<b>Censos 2011 – População com mais de 15 anos de idade por local de residência</b>				
<b>2011</b>				
<b>Religião</b>				
	<b>Portugal</b>	<b>Continente</b>	<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>Região Autónoma da Madeira</b>
<b>Total</b>	<b>8 989 849</b>	<b>8 563 501</b>	<b>202 575</b>	<b>223 773</b>
Católica	7 281 887	6 893 708	184 696	203 483
Ortodoxa	56 550	55 665	225	660

<sup>180</sup> “Madeira: Alberto João Jardim sublinha papel da Igreja Católica na consolidação da democracia”, in ECCLESIA. Disponível em: <<https://agencia.ecclesia.pt/portal/madeira-alberto-joao-jardim-sublinha-papel-da-igreja-catolica-na-consolidacao-da-democracia/>>, [consultado a 16 de agosto de 2022].

<sup>181</sup> O meu avô materno era um caso.

Protestante	75 571	73 731	823	1 017
Outra Cristã	163 338	158 768	1 959	2 611
Judaica	3 061	2 886	129	46
Muçulmana	20 640	20 337	136	167
Outra não cristã	28 596	27 844	332	420
Sem religião	615 332	604 851	4 893	5 588
Não resposta	744 874	725 711	9 382	9 781

Tabela 7 - Censos 2011 - População com mais de 15 anos de idade por local de residência – temática: Religião

De acordo com a tabela acima, é possível verificar que nos Censos de 2011, a religião católica é a que predomina em todo o Portugal. Apesar de haver mais grupos/movimentos religiosos, é a católica que continua a prevalecer. Todavia, é de realçar o facto do Instituto Nacional de Estatística, nos Censos de 2021, ter retirado esta pergunta, o que não deixa de ser curioso.

Os portugueses são católicos seja por tradição, ou seja porque acreditam. Vem, muitas vezes da educação familiar, uma educação religiosa, cristã. Para muitos, a Igreja é entendida como uma instituição que apoia e ajuda as pessoas.

Dentro da estrutura da Igreja cabem muitas ordens religiosas femininas, pelo que se justifica que aqui se aborde o trabalho de algumas.

As Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, são uma congregação “*que nasceu em finais do século XIX com o objetivo apostólico de continuar na Igreja e para o mundo a missão sanadora e salvífica de Jesus, preferencialmente em favor dos doentes mentais e deficientes físicos e psíquicos, com uma atenção especial aos mais pobres.*”<sup>182</sup> Um outro exemplo, é a Fundação Cecília Zino, que foi fundada em maio de 1961, um Hospital Pediátrico destinado a crianças pobres da Região Autónoma da Madeira, onde a “*missão de cuidar das crianças esteve confiada a uma Congregação*

<sup>182</sup> Irmãs Hospitaleiras Portugal. Disponível em: <<https://irmashospitaleiras.pt/quem-somos/congregacao/quem-somos>>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

*Religiosa, as Irmãs Dominicanas da Congregação de Santa Catarina de Sena, missão que cumpriram desde 1963 até 2020.”<sup>183</sup>*



11 - Irmãs Hospitaleiras. (Fonte: <https://irmashospitaleiras.pt/quem-somos/congregacao/historia>)

As mulheres madeirenses, em regra geral, trabalhavam em casa, a cuidar dos filhos e das lidas domésticas e, sobretudo nos terrenos agrícolas. Com particular destaque, nas zonas rurais, a população era, em regra, conservadora. As mulheres saíam do seu meio familiar e agrícola, quase unicamente para irem à Igreja. “*A mulher saía para ir à Igreja e pouco mais*”<sup>184</sup>, realça Dulce Andrade. O valor de persuasão da palavra de ‘Deus’, ou melhor dizendo, das palavras/ideologias/convicções pregadas pelos párocos ao povo era incontestável. “*A mulher pode dizer-se que é mais do que metade da participação, da população numérica, na Igreja, não é por acaso que entramos numa Igreja o que é que vemos? Mais mulheres do que homens, quase sempre, por razões atávicas, pela sensibilidade feminina, por fragilidade da mulher que procura, penso, procurar*

---

<sup>183</sup>Fundação Cecília Zino. Disponível em: <<https://www.fundacaozino.com/>>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

<sup>184</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, vide anexo E, p. 145.

*encontrar no seio de uma religião aquilo que a sociedade não confere às mulheres que é a presença que não têm dado às mulheres.”*<sup>185</sup>

Um caso muito mediático na Região Autónoma da Madeira foi o da atitude de resistência, e ao mesmo tempo, de resiliência do padre José Martins Júnior. Ao chegar à paróquia da Ribeira Seca, em Machico, mais precisamente a 22 de junho de 1969, encontrou uma localidade pobre e com falta de meios de subsistência, tal como era grande parte das zonas rurais da ilha da Madeira. “*A minha universidade sobre o Estado Novo foi a Ribeira Seca. Quando cá cheguei, costume dizer, «vim de uma África para uma outra África». Não pelas pessoas, mas pelas carências, pelas dificuldades, por tudo isso.*”<sup>186</sup>

A verdade é que o pe. Martins Júnior desafiou as autoridades eclesiásticas, assim como as governamentais, para fazer aquilo que estava convicto que era o correto. Conta que quando estava a “*servir a tropa no norte de Moçambique, em Cabo Delgado (...) Quando eu entrava, eu acompanhava os tropas, os soldados, nas operações, nunca levava arma, a minha arma era uma viola, um instrumento, mas quando sai ao mato nem isso sequer, quando entrava naquelas palhotas, os Macondes, que era a raça mais nobre de Moçambique, um raça do ponto de vista de guerreiro, como de personalidade, de inteligência, de crânio, e o que é que eu encontrava lá? Terços, imagens de Nossa Senhora em marfim, feitas por eles, crucifixos e o evangelho bilingue, em português e em maconde. Eu disse «mas o que é que eu estou aqui a fazer? Eu padre católico ajudando a matar irmãos cristãos e católicos como eu? O que é que eu estou aqui a fazer?». Eu tomei atitudes complicadas.*”<sup>187</sup> Devido ao seu comportamento e à sua ligação à política, o bispo D. Francisco Santana suspendeu administrativamente a ‘divinis’ do padre José Martins Júnior “*pelo delito previsto no cânone 2401 do Código de Direito Canónico de 1917*”<sup>188</sup>, a 27 de julho de 1977. Recorda “*o Bispo Francisco Santana que me tentou fazer a vida negra, e fez, mas venci*”<sup>189</sup>.

Apesar desta circunstância, e devido ao forte apoio da população local, principalmente das mulheres que muitas vezes chegaram a fazer frente, pois não queriam

---

<sup>185</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 02 de agosto de 2022, vide anexo Q, p. 223.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 217.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>188</sup> Decreto de remissão da pena de suspensão a divinis, de 17 de Junho de 2019, in *Diocese do Funchal*. Disponível em: <<https://www.diocesedofunchal.com/l/decreto-de/>>, [consultado a 18 de agosto de 2022].

<sup>189</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo Q, p. 223.

que o padre saísse, foi notória a resistência do povo daquela localidade. O padre não saiu daquela paróquia, apesar de ter havido diversas tentativas por parte das autoridades para o retirar de lá. Continuou, mesmo ‘fora da lei’ a realizar missas, casamentos, batizados, funerais, como se nada se fosse. Durante estes conflitos entre o padre Martins e a Igreja madeirense, e até com o próprio governo, é de salientar o papel fulcral das mulheres na defesa do templo da Ribeira Seca quando este foi cercado pela FLAMA, organizando-se as mesmas mulheres para passarem o dia bordando em redor da sua Igreja, e os homens mantendo vigilância durante a noite. *“No Porto Santo foi assim também. As mulheres ficavam ali de roda, e à noite vinham os homens. Tenho na história da minha vida umas cenas engraçadas. Mas aqui foi mais duro.”*<sup>190</sup>

Júlia Ribeiro afirma que quando *“veio o 25 de abril, gostamos, tinha-se a nossa libertação, não se sabia ainda definir o que era a libertação. Fomos passando de voz para voz, aprendendo uns com os outros, principalmente com o padre Martins, fomos para as lutas, fomos lutando, acabar com os senhorios, fomos lutando, lutamos muito nessas freguesias todas. (...) Aqui na Ribeira Seca é que deu uma quebra cabeça, ficaram todos contra o padre. O padre também via que estava direito e certo foi ajuntando o povo todo para que o ajudassem a combater aquelas coisas que não estavam certas, como o senhorio, e outras mais.”*<sup>191</sup>.

---

<sup>190</sup> *Ibidem*, p.229.

<sup>191</sup> Entrevista com Júlia Ribeiro realizada a 10 de agosto de 2022, *vide* anexo K, p. 186.



12 - População da Ribeira Seca. (Fonte: Reportagem Joaquim Furtado, RTP Arquivos.)

No “caso da Ribeira Seca” a mulher assumiu um papel importante “*a nível de produção intelectual, mas sempre com este foco na luta das pessoas e nos anseios que as pessoas tinham de libertação.*”<sup>192</sup>

Nas manifestações de abril de 1974, muitas mulheres, impulsionadas pelo próprio pároco foram em frente, lutando e dando a cara em diversos movimentos em prol dos seus direitos. O padre Martins foi, para muitas, um verdadeiro líder, que as encaminhou a seguir um determinado rumo. É de relembrar o facto da maior parte da população ser analfabeta e a sua consciência política ser praticamente nula.

Júlia Ribeiro relembra ainda que “*quando foi a luta da Igreja, é que foi muito renhido, essa cá foi uma luta muito renhida. Quando era para sair o padre, o povo não deixou. A ocupação da Câmara também foi uma coisa enorme (...) o senhor padre arranjou doze homens de braçadeira vermelha para a porta da Câmara, a ocupar a Câmara. Não entrava ninguém, nem saía ali. O povo da Ribeira Seca, o povo é que era a polícia. (...) Veio um Major Oliveira correr a gente da Câmara para a rua, e começa ali todo agressivo porque ele era das divisas e quem manda, manda. «Para a rua, este edifício não pode ser ocupado». Depois eu também fui sempre a atrevida e fui assim «o senhor que fale mais baixo, que o povo tem medo dessa voz assim agressiva, tá a berrar como um cabrito na serra, ou o que é?», eu disse a esse senhor. Eu, de qualquer maneira,*

---

<sup>192</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 02 de agosto de 2022, vide anexo Q, p. 223.

*estava vista, e eu ainda fui engarrafada, ainda fui presa, nesse dia não, mas quando foi acolá eles que ficaram-me no olho.”*<sup>193</sup>

Já quando as autoridades se deslocaram à paróquia da Ribeira Seca para expulsar o padre Martins, Júlia Ribeiro realça que “*fomos também dentro da estafeta*”<sup>194</sup>. Depois de um longo dia na esquadra, quando os polícias a mandaram para a sua casa “*eu, de atrevida, «eu estou aqui, desde manhã, não tenho dinheiro, não trouxe nada, o carrinho não me podia ir por lá em cima?».* Eles olharam todos uns para os outros à modo de balalões, eu a pedir boleia. E era eles assim, «*de momento não se tem carro para se levar a senhora*». Eu disse «*está bem, boa tarde, obrigado*». Pela porta fora Júlia ainda se pensava que era mentira que vinha da porta para a rua do posto policial.”<sup>195</sup>

Porém, é de salientar que enquanto era ‘amado’ por uns, era ‘detestado’ por outros. Refiro-me, mais precisamente, a Gorete de Freitas. Afirma que no 25 de abril “*não saí à rua*”. Apenas veio “*uma vez a um comício que o padre da Ribeira Seca fez no Caramanchão, e depois na segunda vez, no domingo à frente, foi lá dentro nos Maroços, na Ribeira Grande, na porta da Igreja, em junho de 1975. Eu lembro-me de irmos lá e fartou-me comícios desse senhor.*” Lembra que quando ocuparam a Câmara “*eles estavam todos dentro da Câmara, mulheres e homens e aquilo tudo, e, entretanto, nós fizemos uns cartazes grandes de pano, na altura, era pano escrito a tinta, e que não se queria ele*<sup>196</sup> *na Câmara. E veio quem quis. Concentramo-nos todos ali na bomba de gasolina, que era na altura, e que eramos para ir ordeiramente para lá mostrar a eles que a gente não estava satisfeitos.*” Acrescentando ainda que “*Eles vieram a modo de «bodes» da Câmara para cá a começar a dar porrada. Ora não havia outra maneira, a gente também começamos a dar à porrada com os paus dos cartazes. Foi partido assim com o joelho e começar a dar. Eles deram e comeram e outros deram e comeram, eu não comi nada.*”<sup>197</sup>

Importante ainda salientar o papel das mulheres desta mesma localidade pela exigência de criação de uma escola nova. O edifício onde funcionava a escola não era mais que um casebre degradante com animais no chão térreo e as aulas no chamado ‘empeno’ (espécie de 1.º andar), situação esta à qual a paróquia cedeu uma dependência

---

<sup>193</sup> Entrevista com Júlia Ribeiro realizada a 10 de agosto de 2022, vide anexo K, p. 186.

<sup>194</sup> Encaminhados para a esquadra da Polícia.

<sup>195</sup> Entrevista com Júlia Ribeiro realizada a 10 de agosto de 2022, vide anexo K p. 186.

<sup>196</sup> O Presidente da Câmara.

<sup>197</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, vide anexo G, p. 159.

no estreito salão da Igreja para o ensino das crianças e jovens, chegando alguns a concluir o ensino preparatório (2.º e 5.º anos, hoje 7.º e 10.º anos) nas referidas instalações. Após uma luta porfiada que envolveu pais, professores, catequistas e crianças inclusive com uma manifestação frente ao Palácio do Governo, no Funchal, foi erguida uma escola nova, espaçosa e arejada, acontecimento que deu também origem a uma canção com letra do próprio povo.

*“Não havia escolas. As escolas era ali na Igreja e lá dentro no Amparo, naquelas salinhas velhas. Lutamos para fazer uma escola nova, no princípio a Câmara pediu ao padre Martins e arranjou uma sala ali, mas eles queriam mais uma sala para arrendar, mas a gente dissemos não. Agarramos nas catequistas deitamos neles em cima e dissemos «aqui não! Se não se fizer agora a luta, nunca mais se tem uma escola nova». Não se aluga porque a Câmara não merece. Já que vocês querem deitar para a rua é o fascismo. E lutamos, essa escola foi feita através do povo, da luta da Ribeira Seca. Foram as professoras, catequistas, e levar as crianças à cidade. Tivemos condições, aos menos as crianças tiveram condições.”*<sup>198</sup>, relembra Lourdes Freitas.

Pe. Martins Júnior salienta que *“na construção da escola da Ribeira Seca elas [mulheres] foram as maiores, as educadoras domésticas, as mães, eram as professoras que também depois foram como levadas e obrigadas a entrar na carruagem da luta e foram as catequistas também. A escola da Ribeira Seca ficou de pé por intervenção da mulher da Ribeira Seca. (...) Em 1978 foi decidido incitar uma guerra, uma luta, pacífica, mas dura. Consistiu primeiro em os pais, as mães a impedirem os filhos de irem para a escola, não ia ninguém para a escola, e o Secretário [da Educação] foi para a televisão dizer «a Ribeira Seca tem um pastor que promove um analfabetismo, apoia as mães que não deixam os filhos a irem à escola». Foi uns poucos de dias. Então, o que é que as mães decidiram? Havia dois ou três turnos. Decidiram mandar todos os filhos à mesma hora para a escola. Foi um pandemônio, não conseguiam dar escola e faziam barulho lá durante uns poucos de dias. E isto aguentou, foram até a manifestação à Junta Geral, não havia ainda Governo Regional, era Junta Governativa Regional e, portanto, foram atravessar as ruas da cidade, paralisaram a cidade, com as crianças e as mães a acompanhar. E a escola ficou de pé, uma escola exemplar. Vê a ironia dos tempos. O*

---

<sup>198</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, vide anexo L, p. 194.

*povo lutou por uma escola e agora a escola, por si só, ficou desativada. É a ironia dos tempos.*”<sup>199</sup>

Por sua vez, Dulce Andrade era, na altura, subdiretora da Escola da Ribeira Seca e assistiu ao sucedido. Relembra uma situação onde percebeu o sentimento de lealdade que a população local tinha ao pároco “*Quando eu trabalhava lá na Ribeira Seca começaram a aparecer as primeiras reformas. Eu ainda me lembro de uma senhora que era viúva e que cuidava de netos, ela ia sempre à escola comigo. Quando vinha alguma correspondência para ela, ela ia lá para eu ler. Ela chegou lá com aquela carta e disse «senhora professora venho aqui para ver isto o que é, não sei se é o meu neto que vai preso, que ele se metia me problemas», eu abri e disse a senhora, que já não me lembro o nome dela, vai receber uma reforma, [ela disse] «muito obrigada ao senhor padre Martins», pôs-se de joelhos e tudo. «Muito obrigada ao padre Martins que me vai dar isto», então eu disse não senhora, isto é do governo e vem para toda a gente na sua situação. E ela «isto cá é o senhor padre Martins». Tudo era o senhor padre Martins, tudo. E então se fosse coisas boas então era mesmo o senhor padre Martins.*”<sup>200</sup>

O acervo de quadras populares da autoria do próprio povo, na sua grande maioria, de mulheres desta localidade, foram inseridas em quatro CDs, sendo que a música era, posteriormente, produzida pelo pároco Martins Júnior. Neste âmbito, é de destacar o poder de escrita das mulheres da Ribeira Seca. Isto porque em toda esta produção artística musical, é refletida a história do povo desta localidade, no seu aspeto global: cultural, laboral, religioso e reivindicativo; em que fica bem patente a ponte entre o passado (tear, levada nova da serra, vindima, colónia) e o presente (cravo vermelho, emigração, festa do povo).

Após 42 anos, o bispo D. Nuno Brás revoga a suspensão a ‘*divinis*’ ao padre Martins Júnior. Este facto histórico foi tema não só na imprensa regional, como também nacional: “*A paróquia rebelde fez as pazes com Igreja madeirense*”<sup>201</sup>; “*Bispo do Funchal renova nomeação de sacerdote Martins Júnior na Ribeira Seca*”<sup>202</sup>; “*Bispo do Funchal*

---

<sup>199</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 02 de agosto de 2022, *vide* anexo Q, p. 223.

<sup>200</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, *vide* anexo E, p. 145.

<sup>201</sup> BERENGUER, Márcio (2019), “A paróquia rebelde fez as pazes com Igreja madeirense”, in *Público*. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/07/14/politica/noticia/parouquia-rebelde-fez-pazes-igreja-madeirense-1879882>>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

<sup>202</sup> LUSA (2021), “Bispo do Funchal renova nomeação de sacerdote Martins Júnior na Ribeira Seca”, in *Público*. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/07/31/politica/noticia/bispo-funchal-renova-nomeacao-sacerdote-martins-junior-ribeira-seca-1972622>>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

*revoga suspensão do padre Martins Júnior*<sup>203</sup>; *“Cónego Manuel Martins deixa de ser pároco da Ribeira Seca”*<sup>204</sup>; *“Padre Martins Júnior Regressa 42 Anos Depois”*<sup>205</sup>. São alguns exemplos de títulos que então surgiram.

Ainda no âmbito religioso é de destacar Ilse Berardo, uma mulher líder da Igreja Evangélica Alemã na Madeira já há mais de 30 anos. Na verdade, foi a primeira mulher a ser ordenada pastora da Igreja Luterana da Madeira. Ilse nasceu em Einbeck, na Baixa Saxónia, um Estado alemão. Com 66 anos de idade, Ilse Berardo é a mãe da Rubina Berardo, ex-deputada da Assembleia da República Portuguesa, pelo PSD, e é cunhada de Joe Berardo, o empresário português, muito conhecido pela sua coleção de obras de arte. *“Mas que coragem que ela tem, nas nossas cerimónias católicas, ela aparece lá com o seu fato preto e a sua golinha de padre. Interessante, portanto, afirma-se. Isso nunca seria admissível, nem nada parecido, no panorama da Igreja católica madeirense e do continente também.”*<sup>206</sup>, afirma Martins Júnior.

*“A mulher em termos da religião só serve para papeis secundários e nunca para a liderança reconhecida pela Igreja. Há mulheres líderes, Santas, a Santa Teresa de Ávila, uma espanhola, essa mulher era fogo, uma mulher inteligentíssima, dinâmica, pensadora, filósofa, teóloga. Mas cá está, para quê? Para formar uma congregação religiosa só de mulheres, nada para ter um papel decisório, decisivo na condução da Igreja. Esta é a situação da mulher na Igreja. (...) A própria mulher é culpada disto também. As mulheres não se assumem, não digo aquele feminismo radical, assim fundamentalista, não, tanto também não. A inverter a pirâmide para a mulher, é a mesma coisa do que o machismo o feminismo. Mas eu digo, as mulheres deviam afirmar-se mais.”*<sup>207</sup>

Alfredo Teixeira na sua obra *Religião na sociedade portuguesa* realça o facto de o 25 de abril de 1974 não ter sido *“um sobressalto religioso na sociedade portuguesa”*,

---

<sup>203</sup> CAIRES, Marta (2019), “Bispo do Funchal revoga suspensão do padre Martins Júnior”, in *Expresso*. Disponível em: <<https://expresso.pt/sociedade/2019-06-16-Bispo-do-Funchal-revoga-suspensao-do-padre-Martins-Junior>>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

<sup>204</sup> “Cónego Manuel Martins deixa de ser pároco da Ribeira Seca”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <<https://www.dnoticias.pt/2019/6/18/181171-conego-manuel-martins-deixa-de-ser-paroco-da-ribeira-seca/>>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

<sup>205</sup> SPRANGER, David (2019), “Padre Martins Júnior Regressa 42 Anos Depois”, in *JM Madeira*. Disponível em: <[https://www.jm-madeira.pt/regiao/ver/64680/Padre\\_Martins\\_Junior\\_regressa\\_42\\_anos\\_depois](https://www.jm-madeira.pt/regiao/ver/64680/Padre_Martins_Junior_regressa_42_anos_depois)>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

<sup>206</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 02 de agosto de 2022, vide anexo Q, p. 223.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 226.

contudo, proporcionou, na fé católica, uma mudança significativa. Nesta mesma obra, o investigador afirma que “*a mudança de condições políticas afetou sobretudo o lugar da religião na construção das identidades coletivas*”. Se durante o Estado Novo “*ser-se português ou ser-se católico era quase a mesma coisa*”, com a Revolução de Abril de 1974 esta aliança, pelo menos figurativa, entre o Estado e a Igreja deixou de existir.<sup>208</sup>

### **1.3. A Mulher Madeirense**

O pós 25 de abril impulsionou, na maior parte das mulheres madeirenses, um novo grito de liberdade. A esperança e o anseio de um mundo mais ‘justo’ para toda a comunidade, independente do seu sexo, foi o que levou muitas mulheres, tanto de zonas rurais como urbanas, a sair à rua e a fazer protesto em prol dos seus direitos, de uma melhor qualidade de vida.

*“Eu acho que nós mulheres, na altura da revolução, nem sabíamos o nosso papel. Por exemplo, eu como fui a mulher que mais se destacou aqui na Madeira, sobretudo, na área do sindicalismo, fazia intervenções em comícios, no 1.º de maio e noutras manifestações, a palavra que eu ouvia mais e que mais me incomodava era que eu não parecia uma mulher, parecia um homem. Porquê? Porque era o homem que tinha direito à palavra no espaço público. A mulher não tinha. Então uma mulher que passava a intervir no espaço público nem parecia uma mulher.”*<sup>209</sup>, recorda Guida Vieira.

Júlia Caré afirma que quanto à Revolução de abril de 1974, “*as mulheres*” não tiveram “*propriamente um papel ativo. Se a gente for aos arquivos ainda não, ainda não, ainda faziam parte daquele universo doméstico, embora se saiba que muitas mulheres têm consciência da inferioridade e da desigualdade, mas não se pode dizer que tivessem, no movimento em si, diretamente, acho que não. Pelo menos a perceção que eu tenho. Claro depois, isto foi um abrir de horizontes, foi uma luz que se abriu, e aí sim. Ganhou-se consciência, coragem, ousadia, a noção de que era um novo horizonte que se abria acima de tudo, e isso foi ótimo, claro.*”<sup>210</sup>

Já Júlia Ribeiro enaltece que as mulheres tiveram um papel “*muito, muito importante. Então, a mulher era uma pobre, simples, uma coitadinha. Ninguém dava*

---

<sup>208</sup> Teixeira, Alfredo (2019) - *Religião na sociedade portuguesa*, Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos.

<sup>209</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, *vide* anexo H, p. 167.

<sup>210</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, *vide* anexo J, p. 179.

*troco às mulheres. Logo, foi o 25 de abril, elas arrebitaram e foram à luta e, pronto, hoje em dia temos as nossas mulheres.”*<sup>211</sup>

*“A história diz-nos que as mulheres tiveram um papel, embora não estivessem diretamente ligadas à revolução em si, porque na altura as mulheres não iam à tropa, e todos nós sabemos quem fez o 25 de abril, pelo menos fisicamente, naquele dia, foram as Forças Armadas, portanto, as mulheres não tiveram ali intervenção direta, mas tiveram ligação em termos das lutas antifascistas, das lutas estudantis e houve muitas mulheres a serem presas, por exemplo, estou-me a lembrar da Dra. Violante Matos que fez parte das lutas estudantis e que chegou a ser presa política, mas muitas mulheres a nível nacional tiveram uma participação muito ativa, sobretudo nas lutas estudantis e nas lutas antifascistas.”*<sup>212</sup>, afirma Rita Pestana.

Todavia, na conquista e na luta dos direitos, Gorete de Freitas salienta que houve pessoas que *“confundiram liberdade com libertinagem e a liberdade não é a libertinagem”*. Porém, não deixa de realçar que *“as mulheres se manifestaram sempre muito mais do que os homens.”*<sup>213</sup>

Já Maria Ângela Costa revela que *“as pessoas usaram e abusaram um bocadinho da liberdade. A própria liberdade ultrapassou a liberdade porque as pessoas não a souberam respeitar. Acharam que houve o 25 de abril e que se podia fazer tudo, e não é assim. A gente pode fazer tudo com respeito e ter a consciência daquilo que estamos a fazer.”*<sup>214</sup>

### **1.3.1. Revoltas populares**

Antes da Revolução dos Cravos, a ilha da Madeira já tinha sentido muita agitação por parte da população. As condições de vida dos madeirenses fizeram com que muitos, em modo de protesto, saíssem à rua reivindicando os seus direitos, porém, nem sempre com sucesso. Havia famílias a passar fome, sem os meios de subsistência necessários para garantir a qualidade de vida de uma família, sem condições tanto a nível económico, a nível da saúde como também da educação. A Revolta da Farinha (1931); a Revolta da

---

<sup>211</sup> Entrevista com Júlia Ribeiro realizada a 10 de agosto de 2022, *vide* anexo K, p. 186.

<sup>212</sup> Entrevista com Rita Pestana realizada a 09 de julho de 2022, *vide* anexo O, p. 208.

<sup>213</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, *vide* anexo G, p. 159.

<sup>214</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, *vide* anexo M, p. 198.

Madeira (1931); a Revolta do Leite (1936) e a Revolta das Águas (1962), foram alguns dos protestos populacionais que marcaram o antes do 25 abril.

No rescaldo da primeira grande guerra, agitações políticas radicais e grandes dificuldades económicas que foram agravadas pela queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, atiram muitos países da Europa para soluções de governo autoritário. Portugal foi um deles. A ditadura militar implantada em 1926 equilibra as finanças públicas com Salazar mas, o seu autoritarismo provocou revoltas consecutivas que atiraram para a Madeira, Açores e colónias centenas de deportados civis e militares.

A Revolta da Farinha iniciou-se a 5 de fevereiro de 1931. De forma muito resumida, este movimento de cariz popular teve origem no decreto n.º 19.273<sup>215</sup>, de 26 de janeiro de 1931, onde estava limitada a importação de trigo e cereais apenas a três empresas, originando um aumento de preços. Isto numa altura onde a Madeira enfrentava uma acentuada crise económica face ao encerramento de casas bancárias, e não só. Os motins afetaram principalmente o Funchal. Com isto, vários estabelecimentos foram assaltados, entre eles a *Companhia Insular de Moinhos* e várias moagens. O Governo Central suspendeu o *decreto da fome*, todavia, envia uma força militar para a Madeira para prender e deportar os envolvidos. A revolta termina a 9 de fevereiro. Há registo de mortes e diversos feridos.

A realidade económica da Madeira não estava isenta das dificuldades vividas no resto do país, antes pelo contrário, era agravada por uma série de condicionalismos regionais que contribuíram para o descontentamento face à política social e económica, na altura vigente.

Dois meses depois, mais precisamente no dia 4 de abril, ‘sábado de aleluia’, a cidade do Funchal amanhece pardacenta. Bem cedo, tem início um levantamento militar comandado por oficiais do exército que estavam deportados na Madeira. O comando da Revolta da Madeira foi entregue ao general Sousa Dias (1865-1934) que acabou também por liderar uma Junta Provisória Revolucionária que envolvia exilados políticos na ilha. Os revoltosos pretendiam aproveitar-se do descontentamento social sentido entre os madeirenses, para iniciar um golpe contra a ditadura militar que governava Portugal. Esta revolta estendeu-se pelos Açores (8 de abril), assim como também pela Guiné (17 de

---

<sup>215</sup> Decreto n.º 19:273, de 26 de Janeiro. *Diário do Governo* n.º 21/1931, Série I. Ministério da Agricultura. Disponível: <<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1931/01/02100.pdf>>, [consultado a 18 de agosto de 2022].

abril). O povo saiu à rua e aderiu com entusiasmo. A Revolta da Madeira despertou atenções internacionalmente. Porém, a 26 de abril uma força militar enviada pelo governo de Lisboa, composta maioritariamente por tropas de elite, chega à Madeira. A falta de armamento, de munições e, sobretudo, de homens face aos enviados, foi significativa. Houve combates durante uma semana, mas os revoltosos acabaram por render-se a 2 de maio, pondo fim à Revolta da Madeira.

Em 1936 deu-se aquela que foi a Revolta do Leite, que se desencadeou devido ao decreto de lei n.º 26:655 de 4 de junho de 1936, que instituía o monopólio na indústria dos lacticínios: “*Confia-se à J.N.L.M.<sup>216</sup> a administração dos postos, o pagamento do leite e o rateio das natas pelas fábricas, tomando para base a sua laboração efetiva nos últimos cinco anos.*”<sup>217</sup>. Este decreto proporcionou, nos pequenos produtores, uma reação assoladora. O encerramento desses pequenos estabelecimentos (à volta de 800), a consequente perda de postos de trabalho e a desvalorização do preço do leite foram as principais razões que provocaram essa manifestação popular. Praticamente toda a ilha se manifestou, com maior predominância na Ribeira Brava, Funchal, Machico e Faial. Para além de indivíduos presos, também houve mortes, com particular destaque para as mulheres.

Segundo alguns dos meus familiares e conhecidos, a minha bisavó materna, a senhora Maria do Sacramento, foi uma das mulheres que se manifestou nesta revolta, em Machico, e, conseqüentemente, foi presa. De acordo com o historiador Rui Nepomuceno “*a repressão tratou de prender logo muita gente e é aqui que houve uma grande força das mulheres e foram grandes lutadoras, muitas delas tendo sido presas e algumas mortas, na exigência do antigo regime do leite. Esta revolta foi abafada pelo regime, tendo apenas o Jornal Avante, dado conta do que se passava na Madeira, relatando inclusivamente, a maneira como agentes da PIDE pontapearam uma destas mulheres, grávida que acabou por falecer poucas horas depois. Cerca de 20 mulheres, a maior parte da Ribeira Brava, foram presas e levadas para Lisboa, raparigas muito novas que*

---

<sup>216</sup> Junta Nacional dos Lacticínios da Madeira

<sup>217</sup> Decreto-lei n.º 26:655, de 04 de Junho. *Diário do Governo* n.º 130/1936, Série I. Ministério da Agricultura. Disponível: <<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1936/06/13000.pdf>>, [consultado a 19 de agosto de 2022].

*nunca tinham saído da sua localidade e sem sequer poderem despedir-se das suas famílias.”<sup>218</sup>*

A Revolta das Águas, iniciada a 21 de agosto de 1962, mais precisamente na Lombada da Ponta do Sol, nasceu com o intuito de não deixar a Junta Geral desviar a água de rega da levada do Moinho para outro canal de rega. Foram três meses de luta e de resistência. Ponta do Sol, assim como grande parte dos concelhos da ilha da Madeira, vivia daquilo que a terra produzia, zonas agrícolas, e, para isso, era necessário regar os produtos cultivados. A luta pelo direito à água de rega foi muito aguerrida. A Junta Geral necessitou de solicitar a intervenção das forças da ordem. Este ato de manifesto culminou a morte a tiro da ‘Sãozinha’, de seu nome Belmira da Conceição Gonçalves, uma jovem de 17 anos. Para além disto, houve vários feridos e tanto mulheres como homens chegaram a ser levados para a prisão. Todavia, foi só depois da Revolução de Abril que esta questão ficou resolvida. A água foi oficialmente entregue ao povo da Lombada da Ponta do Sol.



13 - Sãozinha. (Fonte: <http://pravdailheu.blogspot.com/2017/11/recordando-saozinha-da-ponta-do.html>)

Tendo em conta as manifestações populares acima referidas, é importante realçar que, mesmo ‘condicionada’ pelo regime que estava em vigor, a população, independentemente do seu sexo, não deixou de sair à rua, nem de fazer frente na luta

---

<sup>218</sup> “PCP reavive ‘A Revolta do Leite’ e o papel das mulheres”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <<https://www.dnoticias.pt/2020/3/4/66092-pcp-reavivou-a-revolta-do-leite-e-o-papel-das-mulheres>>, [consultado a 19 de agosto de 2022].

pelos seus direitos. Todavia, foi depois do 25 de abril de 1974 que a coragem e a determinação do povo madeirenses se revelou de uma forma incontornável.

Gabriela Relva, em entrevista, declara que a sua irmã, a Sãozinha “nunca foi esquecida. Quando chegamos ao 25 de abril foi uma das primeiras reivindicações da população da Lombada foi indicar o direito às águas, tal como acontecia em 1962, porque os terrenos foram adquiridos pelos colonos ao Estado e na compra, nos registos dos terrenos, também adquiriram a água, portanto, os terrenos foram adquiridos a preços altíssimos, contraíram dívidas ao Estado por mais de 20 anos, a pagar prestações anuais, mas incluía a água. A partir de 1958/1960 a Junta Geral quis tomar conta da água, o povo levantou-se, daí a revolta das águas. Foi também uma luta de muitas mulheres, foi uma jovem de 17 anos, a «Sãozinha» era estudante, foi assassinada; houve muitas mulheres que foram presas, também homens, mas as mulheres estavam sempre presentes na luta.”<sup>219</sup>



14 - Manifestação Ponta do Sol, 1974. (Fonte: ©Hugo Reis)

Por outro lado, Maria Ganança também esteve presente na luta das águas. “Foi uma tristeza (...) dormimos lá três meses seguidos.” Acrescenta ainda que “ eu andei nessa luta, andei na luta do leite quando abriu a «ILMA», que a gente não queria que fosse, tinha-se essas duas vacas e não queríamos que fosse o leite porque a gente criava porcos. Nessa altura toda a gente criava porcos para depois comer durante o ano. E o

<sup>219</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo F, p. 152.

*soro, aquilo era desnatado, e a gente trazia para deitar aos porcos.”. Todavia, afirma que “eu cá era das primeiras a inventar lutas e a lutar pelo que eu entendia. Eu nunca lutava coisas para mim, era para toda a gente. Nunca foi o meu destino «eu vou lutar isto para mim». Era coisas que fosse para toda a gente.”<sup>220</sup>*

Assunção Bacanhim salienta que *“depois do 25 de abril, naquelas lutas que as pessoas vinham ter connosco nem que fosse para aprender a fazer o seu nome, para quando fossem a qualquer sítio não terem de marcar o dedo. Eu participei também na alfabetização e sei o quanto isso foi gratificante e quanto isso foi importante. Nos lutamos por creches, jardins de infância que não havia, nós lutamos pelo planeamento familiar que também não havia, nós lutamos por coisas que depois, ao longo dos anos, a malta mais jovem quando se dá de conta já tem todos estes direitos, pensa que os direitos sempre existiram, mas não existia nada. Lutas para melhores instalações fossem da escola primária, fossem da escola secundária e mesmo noutros graus de ensino, foram lutas que se desenvolveram e que obrigou a haver algumas cedências.”<sup>221</sup>.*

Por sua vez, Gabriela Relva relembra o seu *“envolvimento numa comissão de agricultores em defesa dos agricultores produtores de cana-de-açúcar, foi uma comissão feita pelos vários concelhos onde se produzia a cana-de-açúcar, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Santa Cruz, Machico, e em março de 1975, após um comício que se fez no Funchal, no Jardim Municipal, arrancamos numa manifestação também espontânea, milhares de pessoas, e ocupamos o engenho do Hinton. Estivemos durante duas semanas à espera de que resolvessem aquilo que reivindicamos no caderno de reivindicações e, entre as várias, reivindicações era aumentar o preço da cana, que na altura era onze tostões que pagavam ao quilo. O direito de os agricultores receberem o valor da cana que entregavam no Hinton após a entrega, para não ficar meses e meses para receber o dinheiro, infelizmente ainda hoje continua a ser assim, essa reivindicação continua passados quase 50 anos de revolução de abril aos agricultores a não receber de imediato o fruto do seu trabalho, entregam o produto mas não recebem logo.”<sup>222</sup>*

---

<sup>220</sup> Entrevista com Maria Ganança realizada a 05 de julho de 2022, vide anexo N, p. 202.

<sup>221</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, vide anexo D, p. 137.

<sup>222</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo F, p. 152.

Todavia, Rita Pestana afirma que *“nunca me senti ameaçada porque não tinha participação e só por isso. (...) como era mesmo ignorante em termos políticos, nunca me senti ameaçada.”*<sup>223</sup>

A vontade de conquista e de vitória era infinda. A necessidade de adquirir direitos e liberdades era imensa, e os madeirenses não cruzaram os braços. Desencadearam-se muitas manifestações, greves, comícios e ocupações tanto por operários da construção civil, agricultores, pescadores, bordadeiras, caseiros, estudantes e por trabalhadores da indústria hoteleira. Inúmeros foram os protestos pós-25 de abril.

*“Eu vivia congelada, eu vivia num congelador e parece que abriram o congelador e eu comecei a viver aí. Os meus pais depositaram toda a confiança em mim, que tudo o que era manifestações eu participava, eu vivia aquilo.”*<sup>224</sup>

Gabriela Relva que, para além de ser professora, deu a cara em várias manifestações, *“ao dar a cara ficamos conhecidas e isso depois, se por um lado quem reconhece o nosso trabalho faz elogios, os que não concordam odeiam-nos e eu tenho guardado, na minha memória, momentos de ser “ofendida”, com palavras, com expressões, com muitas ameaças, posso lhe dizer que também em 1974/75 vários telefonemas anónimos a ameaçar com bombas.”* Recorda ainda *“de passar ali próximo da Sé do Funchal e de ouvir bocas que me ofendem muito devido à minha deficiência”,* salientando ainda que chegou a ser, numa outra ocasião *“muito ofendida por um polícia, houve um polícia que me ofendeu com palavras muito ofensivas. E como eu, penso que muitas mulheres, principalmente mulheres que deram a cara, e que lutaram pelos direitos que no fundo eram direitos de todas, e nos lutamos porque acreditávamos numa sociedade mais justa, mais solidária e tínhamos sonhos, e queríamos que os nossos sonhos acontecessem. Eu era muito sonhadora, sonhava com um mundo, não como o que está hoje.”*<sup>225</sup>

Por sua vez, Assunção Bacanhim afirma que não se sentia *“ameaçada, mas nós sentíamos que andávamos a ser perseguidas”*. Acrescenta que *“quando se dá o 25 de abril e estas lutas, a luta pelo fim da colónia em defesa de melhores condições económicas para os agricultores, em termos da questão da cana, havia aí o «Iate Apollo» que era um barco, um espião da CIA. Faz-se uma grande manifestação no Jardim*

---

<sup>223</sup> Entrevista com Rita Pestana realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo O, p. 208.

<sup>224</sup> Entrevista com Josefina Melim realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo I, p. 174.

<sup>225</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo F, p. 152.

*Municipal e fomos todos para expulsar o «Iate Apollo». Ainda deitaram uma mota e um carro para baixo que estava ali na pontinha, mas nos íamos. Eles também tentaram e a gente também, às vezes, tentava furar assim uma outra rua quando queríamos ir embora. Mas houve lutas aí um bocado que também nos exigia ter um espírito de sacrifício e de iniciativa também para não nos deixarmos ser apanhados.»<sup>226</sup>*

Maria Ângela Costa nunca se sentiu inferiorizada, nem discriminada perante a sociedade pois “*sempre soube me pôr no meu lugar, onde devia. Se eu sei que posso estar aqui sentada, eu estou aqui sentada, se eu sei que não posso ir para acolá, eu não vou para acolá. (...) se eu sei que jogando uma pedra vou magoar alguém, não vou jogar.*”<sup>227</sup>

Já Guida Vieira rememora que foi “*muito perseguida de formas, algumas, bastante violentas. Cheguei a fazer plenário com bordadeiras em alguns concelhos rurais, em escolas, em zonas muito afastadas dos centros das freguesias, onde estavam homens com pistolas nas algibeiras porque achavam que eu era uma comunista e que ia para lá virar as mulheres para o comunismo e depois apercebiam-se, que afinal, isso não era verdade (...) Depois fui provocada na rua, sobretudo quando comecei a defender algumas questões relacionadas com o direito da mulher se divorciar, quando estava a ser maltratada pelo marido (...) ouvia muitas bocas, mesmo para minha casa alguns telefonemas, muita pressão e depois houve um período que foi de uma certa sedução, que era a nível do poder tentar alguma sedução para eu deixar de ser tão radical. Mas isso também, já se viu, que não possível porque eu realmente sou seduzida por outras coisas, mas não por essas.*”<sup>228</sup>

“*Eu tinha uma carrinha que era de acartar banana, eles cortaram-me os quatro pneus*”<sup>229</sup>, revive Maria Ganança aquando se manifestava em defesa dos seus direitos. Por outro lado, Lourdes Freitas revela que “*porrada! Quantas pancadas eu levei. Mas quem é que não levava? Mas também dava-se, não era só apanhar*”<sup>230</sup>. A luta foi constante, e ainda hoje é sentida pela população, nomeadamente pelos mais velhos que enfrentaram/vivenciaram as grandes manifestações. Hoje os protestos são menores. A verdade é que muito já foi conquistado, porém, ainda há muito por fazer.

---

<sup>226</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, *vide* anexo D, p. 137.

<sup>227</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, *vide* anexo M, p. 198.

<sup>228</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, *vide* anexo H, p. 167.

<sup>229</sup> Entrevista com Maria Ganança realizada a 05 de julho de 2022, *vide* anexo N, p. 202.

<sup>230</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, *vide* anexo L, p. 184.

*“Era a mulher que arrastava, que ia à frente, é uma característica interessantíssima esta. Não só aqui. A nível mundial, nacional também, mas as mulheres tiveram um papel, a nível planetário, por outros países. Teve um papel interventivo, um papel pioneiro e que arrastava multidões, e não tinham medo de apresentar frontalmente. A timidez que é endémica, que é apanágio da mulher não passou muito pela mulher da Ribeira Seca, a nível de intervenção social e político também.”<sup>231</sup>*

De acordo com Maria Ganança *“agora é que tudo se cala”*. Ainda assim faz um *“apelo para que as pessoas novas lutassem pelos seus direitos e não deixem nas mãos dos outros. Hoje em dia, a sociedade está feita «cada um para si e Deus para todos». Deus é que vai ser para todos, e cada um para si. Pensem mais na sociedade e nos outros e deixarem-se de si. Quando se pensa assim, nunca falta trabalho, nem nunca falta amigos.”<sup>232</sup>*

*“Há muita coisa que ficou para trás. As pessoas enfraqueceram. Os jovens de hoje não estão interessados em lutar. Ao passo que as lutas de agora foram através do povo que lutou, porque nesse tempo quem é que ia as universidades? Era só os ricos. Depois do 25 de abril tudo teve.”<sup>233</sup>*, relembra Lourdes Freitas.

Questões como o desemprego, aumento de preços, emigração, migração, o elevado custo de vida, ordenado mínimo, discriminação social, taxas elevadas, etc., ainda são muito debatidas.

### **1.3.2. Os direitos e a liberdade feminina**

Para além do sentimento eufórico e, ao mesmo tempo, desafiador dos madeirenses face ao movimento militar que os levou a encarar um ‘mundo novo’; a luta pelos seus direitos, em particular destaque, das mulheres, foi intensa e, ao mesmo tempo, persistente.

Foi necessária muita persistência e, acima de tudo, muita coragem para lutar e encarar a oposição. Hoje, já há liberdade de expressão, as pessoas podem sair à rua e falar à vontade; há escolas para todos os alunos, independentemente das suas condições financeiras, a escola é gratuita a partir do 1.º ano até o 12.º ano, ensino obrigatório (infantário/creches e universidades são pagas, porém, já existem apoios); as mulheres

---

<sup>231</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 02 de agosto de 2022, vide anexo Q, p. 223.

<sup>232</sup> Entrevista com Maria Ganança realizada a 05 de julho de 2022, vide anexo N, p. 202.

<sup>233</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, vide anexo L, p. 194.

ganharam uma autonomia que outrora nunca sentiram, já podem votar, recorrer ao aborto, se divorciar e até já assumem posições elevadas no ramo da política, porém, a discrepância de salários ainda assim é notória. No geral, hoje os portugueses, com particular destaque para os madeirenses, têm melhores condições de vida. Ganharam, no fundo, mais estabilidade social e financeira. Por outro lado, é importante destacar a emigração, pois ainda assim, depois do 25 de abril, houve famílias que tiveram necessidade de sair da sua própria ilha, dado que as oportunidades de emprego fora eram mais vantajosas e benéficas para o casal, (tendo em conta que, em alguns casos, os homens emigravam e as mulheres ficavam).

Júlia Ribeiro foi uma das mulheres que teve de emigrar *“o meu marido estava lá fora, fui lá três anos com ele. Mas não trabalhei lá. Foi para bordar e fazer versos. A minha vida foi bordar e fazer versos (...) a vida de um emigrante é uma vida complicada também. Mas não digo mal que foi de onde o meu marido ganhou o pão e que hoje estamos bem, com as nossas reformazinhas, com as nossas coisinhas. Estamos bem, graças a Deus.”*<sup>234</sup>

Gabriela Relva realça ainda que *“os trabalhos mais difíceis, mais escravizantes normalmente era trabalho de mulheres, no caso concreto das bordadeiras, no trabalho de campo, agrícola, as mondas, tudo isso era um trabalho muito, muito pesado e que não era nada valorizado. O trabalho que a mulher fazia nunca era renumerado como o do homem e depois havia, provavelmente, uma pressão em casa/familiar, que não era visível, hoje diz-se que é a violência doméstica, não na altura, isso não se falava e que, de certa forma, levou as mulheres a irem para a rua, reivindicar os seus direitos, principalmente enquanto cidadãs e eu penso que a mulher teve um papel fundamental.”*<sup>235</sup>

A criação de movimentos sindicais permitiu aos trabalhadores lutar quer pela conquista de direitos e de mais benefícios a nível laboral, quer por um salário proporcional e igualitário face às suas funções, assim como pela luta de condições de trabalho. Tanto homens, como mulheres uniram-se com o objetivo de salvaguardar e defender os seus interesses, assim como os de todo o coletivo. Para além disso, também foram fundadas associações políticas e pequenas organizações. O aumento do custo de vida e o desemprego foram algumas das razões que fizeram com que se desenrolassem muitos

---

<sup>234</sup> Entrevista com Júlia Ribeiro realizada a 10 de agosto de 2022, vide anexo K, p. 186.

<sup>235</sup> Entrevista com Gabriela Relva a 14 de julho de 2022, vide anexo F, p. 152.

protestos populares, sentidos em toda a parte da ilha. A determinação dos madeirenses, com este ‘novo mundo’, um mundo mais livre, era incontornável.

Porém, quem encabeçava estes novos movimentos eram homens, mesmo quando o setor era predominado, na sua grande maioria, por mulheres. Guida Vieira relembra que após o 25 de abril “*Passei a ser outra pessoa, já não tinha medos, já sabia que se podia andar à vontade, falar com outras pessoas, e o meu pai que também foi sindicalista, foi dos primeiros a tomar conta do sindicato aqui na Madeira dos carregadores e descarregadores, [ele] dizia «vocês, mulheres, também deviam tomar conta do vosso sindicato, porque são os homens que estão lá no sindicato e as mulheres são a maioria que trabalham no sector. Então fui contactando com outras mulheres, com outras pessoas, formando uma comissão, na altura nós chamávamos comissão «Ah hoc» (...) Formamos uma comissão para conquistar o nosso sindicato, coisa que veio a acontecer no dia 1 de outubro de 1974, ainda demorou uns meses.*”<sup>236</sup>

Assunção salienta ainda que “*a luta dos bordados praticamente foi toda feita por mulheres e contra os homens que dominavam os sindicatos e elas eram praticamente noventa e tal por cento mulheres, foi uma luta que lhes exigiu muito. No entanto, elas conseguiram direitos para o seu sector que muitos homens à frente dos seus sindicatos não conseguiram.*”<sup>237</sup>

Relembra Lourdes Freitas que para “*além do bordado, houve mais fábricas para trabalho, houve mulheres mais libertadas dos maridos, saíram à rua e trabalharam. O marido ganha, a mulher ganha, coisa que antes do 25 de abril ninguém tinha. A liberdade veio tanto para a luta como também para o dinheiro.*”<sup>238</sup>

“*A primeira greve que fizemos na Matur foi lutar por um dia de folga, que não havia. Era trabalhar das 08h às 18h da tarde, todos os dias, sem folga.*”, recorda Josefina Melim aquando trabalhava no setor da hotelaria. “*Eu digo com prazer enorme que eu fiz tantas vezes greve no meu trabalho. Eu fiz greve para o subsídio de Natal, eu fiz greve para o dia de folga, eu fiz greve para o subsídio de férias, eu fiz greve para as férias, eu participei nas greves todas. Eu tenho muito orgulho em ter participado nessas lutas. E a luta das bordadeiras também foi uma luta tremenda, também participei nessas lutas, em*

---

<sup>236</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, vide anexo H, p. 167.

<sup>237</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, vide anexo D, p. 137.

<sup>238</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, vide anexo L, p. 194.

*reuniões, na USAM, foi uma grande luta para as bordadeiras depois de 25 anos terem direito a uma reforma.”*<sup>239</sup>

Gorete de Freitas tem uma visão diferente quanto aos sindicatos. Afirma que, na altura *“houve um problema por causa de uma casa de bordados que atrasava o pagamento dos bordados, e na altura, a minha mãe chegou a ir com o sindicato (...) só que a Guida Vieira aquilo era mais bluff do que intervenção, aquilo era mais política.”* Assegura ainda que *“os sindicatos nunca devem estar metidos com partidos políticos. E eu fui sempre contra os sindicatos porque as pessoas que estão nos sindicatos estão metidas em partidos, a verdade é esta.”*<sup>240</sup>

Ana Viveiros que trabalhou toda a sua vida ligada ao ramo da política afirma que *“na minha vida sempre lidei com os políticos, exercia as minhas funções como funcionária, para mim não interessava se era do PS, se era do PSD, para mim era igual. Eu tratei sempre igual as pessoas e sempre me respeitaram e eu também sempre os respeitei.”*<sup>241</sup>

Josefina Melim relembra que *“era delegada sindical e no sindicato de hotelaria, a maioria era tudo homens e nunca tive qualquer problema, nunca, nunca. E na política aconteceu igual. Eu corri Machico de ‘lés a lés’ nas campanhas, a fazer campanha de porta a porta. Às vezes as próprias mulheres, quando eu ia entregar a propaganda diziam «a senhora não tem nada que faça?» e um dia eu respondi a uma senhora «eu tenho, tenho a minha casa, tenho a minha vida, tenho dois filhos e tenho trabalho, e ainda tenho um tempinho para trazer a nossa mensagem política».”*<sup>242</sup>

A mulher com muito esforço, sacrifício e, acima de tudo, com muita luta e persistência conseguiu alcançar algumas metas na seu quotidiano. Hoje têm vidas muito mais estabilizadas, com acesso à saúde, à educação, à habitação, à família, ao emprego, com direitos nunca conquistados.

---

<sup>239</sup> Entrevista com Josefina Melim realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo I, p. 174.

<sup>240</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, vide anexo G, p. 159.

<sup>241</sup> Entrevista com Ana Viveiros realizada a 08 de agosto de 2022, vide anexo C, p. 132.

<sup>242</sup> Entrevista com Josefina Melim realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo I, p. 174.

*Mulheres do Meu País*

Deu-nos Abril  
O gesto e a palavra

Fala de nós  
Por dentro da raiz

Mulheres  
Quebrámos as grandes barricadas

Dizendo: igualdade  
A quem ouvir nos quis

E assim continuamos  
De mãos dadas

O povo somos:  
Mulheres do meu país

*Maria Teresa Horta*<sup>243</sup>

---

<sup>243</sup> Horta, Maria Teresa (1977), *Mulheres de Abril*, Lisboa: Editorial Caminho, p. 450

## Conclusão

Nas últimas décadas, o papel da mulher na sociedade portuguesa tem enfrentado algumas mudanças. Inicialmente as mulheres tinham uma vida vincadamente orientada para a família, o seu lugar era em casa, gerindo as lidas domésticas e tomando conta dos seus filhos/filhas. Ao lado do seu marido, a mulher era, basicamente, um elemento secundário na sociedade portuguesa. Com o passar do tempo, e com as forças feministas, as mulheres, pouco a pouco, foram conquistando os seus direitos.

O 25 de abril de 1974 foi, sem dúvida alguma, o movimento histórico que despertou, na mulher, uma nova vontade de viver, um recomeço. Apesar da maior parte nem saber o que estava a acontecer. A consciência política era praticamente nula. Porém, foi através das manifestações, das reivindicações, e até dos grupos de populares que se aperceberam que também podiam fazer parte desta luta, e fizeram. Mulheres cativavam mulheres, e assim foi. A partir daí, já ninguém as segurou. As mulheres começaram a sair à rua, a vontade de viver mais e melhor era imensa.

Para a grande maioria das mulheres inquiridas, o Estado Novo é descrito como uma época difícil, onde a fome e a pobreza predominavam no quotidiano madeirense. Júlia Ribeiro e Lourdes Freitas relembram como as suas vidas eram complicadas e dolorosas, durante o regime da colónia. Já Júlia Caré e Rita Pestana, ambas já professoras, revelam que tinham uma vida normal, pois, apesar de serem professoras e de estarem ligadas ao ensino, não tinham noção nem consciência do regime que imperava a ilha. Dulce Andrade também era professora e revela que teve uma vida diferente em relação à maioria da população, devido à estabilidade financeira do seu pai. Ana Viveiros era estudante e, tal como as professoras, revela que também tinha uma vida normal. A política não era um tema abordado e, muito menos debatido, nas escolas. Os professores limitavam-se a dar as aulas e os alunos apenas retinham o que lhes era transmitido. Por sua vez, Gabriela Relva, também estudante, já tinha uma visão um pouco diferente em relação às pessoas entrevistadas. Devido às suas incapacidades físicas, teve que frequentar uma escola masculina, visto que era a que ficava mais perto da sua casa, porém, estava sujeita a castigos, pois eram proibidas turmas mistas.

Foi através da rádio que a maior parte das pessoas inquiridas soube do que se estava a passar em Portugal, mais precisamente em Lisboa, na madrugada de 25 de abril de 1974. Segundo Rita Pestana, ela foi uma das poucas pessoas que ouviu em direto a música que marcou este facto histórico, a «Grândola Vila Morena». Já Gabriela Relva

assistiu à Revolução diretamente de Lisboa. Gabriela Relva relembra que “ *estava em Lisboa nessa altura (...) enquanto tomávamos o pequeno-almoço, já era hábito ligar a televisão, televisão a preto e branco, eu lembro-me muito bem que ligamos a televisão e ouvimos aquelas notícias que era para a população de Lisboa não sair de casa e que estava a correr tudo bem, e a lerem aqueles comunicados. Ficamos em casa, o dia todo presas à televisão a ver o que estava a acontecer, até porque não se sabia de que lado, sabíamos que era um levamento militar, e recordo-me que o 25 de abril de 1974 foi numa quinta-feira, e na segunda seguinte eu fui para o colégio e era outro mundo.*”<sup>244</sup> Josefina Melim e Júlia Ribeiro afirmam que souberam pelo padre Martins Júnior, que em entrevista, [ele] afirma que apercebeu-se do que se estava a passar no aeroporto “*Nesse dia eu ia Lisboa, eu passei no aeroporto e disseram «o aeroporto está fechado, não há aviões»; «e mais tarde?»; «não se pode dizer». E escutei que tinha havido um golpe de estado.*”<sup>245</sup>

Tendo em conta o sucedido, mulheres e homens saíram à rua em modo de protesto exigindo os seus direitos. A partir da primeira manifestação, pós 25 de abril, as lutas continuaram e a vontade de se ouvir gritar «liberdade» foi imensa. Assunção Bacanhim assegura que “*era incapaz de haver uma manifestação e de estar em casa a ouvir nas notícias. Eu gostava imenso de participar. Eu tentava sempre uma maneira de furar, fosse a hora que fosse, eu queria participar, queria estar sempre atenta.*”<sup>246</sup>. Lourdes Freitas assegura que também “*não deixei nenhuma para trás.*”<sup>247</sup> A maioria das mulheres inquiridas saíram à rua: Assunção Bacanhim e Guida Vieira no Funchal; Josefina Melim, Júlia Ribeiro e Lourdes Freitas em Machico; Júlia Caré em Santa Cruz; Maria Ganança na Ponta do Sol e, mais tarde, Rita Pestana começou a se manifestar, de forma diferente, no Seixal, Porto Moniz. Porém, Ana Viveiros, Dulce Andrade, Maria Ângela Costa e Gorete de Freitas assumem que não saíram à rua. Importa salientar ainda que, apesar de Ana Viveiros não ter saído, quando estava em serviço na Câmara Municipal de Machico (CMM), assistiu a diversas manifestações, consideradas, para si, um exagero. Dulce Andrade relembra ainda que estas manifestação eram, a seu entender, perigosas

---

<sup>244</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, *vide* anexo F, p. 152.

<sup>245</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 14 de julho de 2022, *vide* anexo Q, p. 223.

<sup>246</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, *vide* anexo D, p. 137.

<sup>247</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, *vide* anexo L, p. 194.

enaltecendo o caso de um funcionário do Registo Civil que foi alvo de agressões, assim como do “*o fulano que tinha um ferro para bater no sr. Bispo*”<sup>248</sup>.

A ocupação da CMM também foi um tema que veio à conversa em algumas entrevistas, mais precisamente com as mulheres que residem no concelho de Machico e que, de alguma forma, vivenciaram este acontecimento, quer dizer, acontecimentos, pois ocuparam a Câmara mais do que uma vez. Como já anteriormente referido, Ana Viveiros viveu, dentro das instalações da Câmara, como funcionária, o sucedido com outros olhos. Júlia Ribeiro, Lourdes Freitas e Josefina Melim foram três das numerosas mulheres que marcaram presença neste momento de contestação, chegando mesmo a ocupar a Câmara. Todavia, as três fazem, em diversas partes da entrevista, referência ao pároco da Ribeira Seca, o padre Martins. Talvez, quando Ana Viveiros diz que “*havia pessoas que encabeçavam/prestavam esclarecimentos ao povo e organizavam essas manifestações, embora não dessem a cara, mas quem dava era o povo*”<sup>249</sup>, referia-se ao Pe. Martins Júnior. Importante também salientar a visão de Gorete Freitas quanto a estes acontecimentos: “*se eles eram livres de estar lá, também nós eramos livres para os dizer que não os queríamos lá. Porque foi uma ocupação que não se faz.*”<sup>250</sup>. De acordo com Gorete, a forma extremista e invasiva como ‘invadiram’ a Câmara não foi a mais adequada, tendo em conta que, segundo ela, não olhavam a meios para atingir os fins, recorrendo ao uso da força na maioria das vezes.

Maria Ângela Costa também afirma que as intervenções das mulheres nas manifestações de abril não foram positivas, “*eu não tenho nada contra as mulheres porque eu também sou mulher, nem contra os homens, mas eu acho que as coisas podiam ser feitas com mais civismo, sem ser dessa forma.*”<sup>251</sup>

Independentemente das suas visões sociais e políticas, todas as mulheres entrevistadas assumem que as suas vidas mudaram, para melhor, depois do 25 de abril de 1974. Assunção Bacanhim afirma que “*quando se dá o 25 de abril, nós praticamente não tínhamos direitos, não tínhamos nada. Os direitos que nós conseguimos, para as mulheres, acho que foi uma volta de 180 graus porque as mulheres praticamente não*

---

<sup>248</sup> Entrevista com Dulce Andrade realizada a 11 de setembro de 2022, vide anexo E, p. 145.

<sup>249</sup> Entrevista com Ana Viveiros realizada a 08 de agosto de 2022, vide anexo C, p. 132.

<sup>250</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, vide anexo G, p. 159.

<sup>251</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, vide anexo M, p. 198.

*tinham direito a nada.*”<sup>252</sup>. Para Gabriela Relva, “*foi outro mundo*”<sup>253</sup>. O 25 de abril proporcionou um «boom» na vida de todas as mulheres portuguesas, seja a nível pessoal, familiar, como também profissional. Criou-se mais estabilidade a vários níveis. As condições de vida melhoraram. Foi um movimento histórico que, com certeza, deixará marcas na nossa identidade. Porém, é importante frisar uma das frases de Lourdes Freitas a vida “*mudou, porque lutamos!*”<sup>254</sup>.

A emigração é também um dos fatores de acabou por abrir os horizontes a muitos madeirenses, e não só. Júlia Ribeiro foi emigrante e afirma que deve parte da sua estabilidade familiar ao facto de ter ido para França com o marido. Por outro lado, o pe. Martins declara que “*a mulher madeirense é um exemplo de tenacidade, de chefia. Porquê? Em virtude da emigração. Os homens emigravam, a mulher era o pai, é que era a mãe, era tudo em casa.*”<sup>255</sup>.

O papel da mulher na Revolução de Abril foi para muitas das mulheres entrevistadas importantíssimo. Tendo em conta que os seus direitos, em comparação aos homens, eram bastante reduzidos, a maior parte das mulheres afirma que foi devido à sua resistência, em lutas, greves, manifestações, comícios, etc., que hoje têm os direitos que têm. De acordo com Assunção Bacanhim “*A mulher teve um papel importantíssimo. As mulheres antes do 25 de abril, por exemplo, nós aqui na Madeira, trabalhavam muitas mulheres era na agricultura, nas zonas rurais e depois tinham de cuidar da casa, trabalhavam na fazenda e à noite, mesmo com o candeeiro a altas horas da noite, iam bordar para ganhar algum dinheirinho porque as contas, o «rol» da mercearia depois ia aumentando, e as pessoas depois também tinham que pagar e a situação era muito má. As mulheres eram quase como uma escravatura. Nem tinham nem regalias nem direitos nenhuns, pelo contrário, só tinham deveres e obediência. (...) Quando se dá o 25 de abril, que elas tomam consciência que podiam reivindicar e lutar por direitos. Foi uma participação impressionante de mulheres que até então nunca se tinham importado, mas que depois despertaram para a luta e tiveram um papel muito importante nas lutas que se desenvolveram aqui na Madeira.*”<sup>256</sup>. Gorete Freitas destaca que o papel da mulher foi

---

<sup>252</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, *vide* anexo D, p. 137

<sup>253</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, *vide* anexo F, p. 152.

<sup>254</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, *vide* anexo L, p. 194.

<sup>255</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 02 de agosto de 2022, *vide* anexo Q, p. 223.

<sup>256</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, *vide* anexo D, p. 137.

importantíssimo “*aqui em Machico principalmente*”<sup>257</sup>. Ainda Maria Ganança frisa que as mulheres “*nessa altura cá tinham!*”<sup>258</sup>.

Por outro lado, Ana Viveiros e Júlia Caré não partilham da opinião que é geral. Ana Viveiros afirma que “*não era assim muito notório*”; e já Júlia Caré assume que “*não propriamente. Diretamente não porque a mulher à data ainda demorou, e ainda vamos pouco a pouco, já conseguimos muita coisa, com certeza, mas repare, temos um sistema de quotas que aqui na Madeira não é respeitado, por exemplo, para a Assembleia Regional, os partidos há uns que respeitam, os outros nem tanto.*”<sup>259</sup>

Como em todas as manifestações/protestos, há sempre os seus pós e contra. Neste caso, em particular, a participação das mulheres nos diversos momentos de reivindicação foi fortemente evidenciada. Como já advinha das revoltas populares anteriores ao 25 de abril, a intensidade da ação e, ao mesmo tempo, a persistência, característica das mulheres madeirenses, ganhou ainda mais ânimo e força com a liberdade que abril lhes proporcionou. Todavia, a verdade é que algumas mulheres foram alvo de discriminações, perseguições, ameaças e preconceitos perante uma sociedade que era, sobretudo, conservadora.

Assunção Bacanhim foi ameaçada, mas não perseguida; Gabriela Relva foi, sobretudo, discriminada pela sociedade e, sucessivamente, ameaçada; Guida Vieira, visto que dava a cara em muitas lutas, também foi alvo de algumas ameaças e perseguições “*bastante violentas.*”<sup>260</sup>; Júlia Caré afirma que nas zonas rurais ainda havia algum preconceito, mesmo pós 25 de abril, “*as mulheres é para estar em casa*”<sup>261</sup>; Júlia Ribeiro, uma mulher destemida e que esteve na frente em todas as lutas/manifestação diretamente ligadas ao padre Martins, tanto na ocupação da CMM, como na luta da Igreja, foi presa e chegou a ser levada a tribunal, enfrentando diversas vezes as autoridades; Lourdes Freitas, também era uma mulher arrojada e sem medos, fez algumas frentes, admitindo que foi alvo de alguns confrontos físicos, porém, também não ficava de braços cruzados; e por fim, Maria Ganança, uma mulher muito corajosa e sem receios que, por vezes, dava a cara para o bem comum da população local, assim como em diversas manifestações, chegando a ser refém de algumas ameaças e contestações.

---

<sup>257</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, *vide* anexo G, p. 159.

<sup>258</sup> Entrevista com Maria Ganança realizada a 05 de julho de 2022, *vide* anexo N, p. 202.

<sup>259</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, *vide* anexo J, p. 179.

<sup>260</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, *vide* anexo H, p. 167.

<sup>261</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, *vide* anexo J, p. 179.

Importa realçar que nem todas as mulheres passaram pelo descrito anteriormente. Por exemplo, Ana Viveiros, funcionária pública, nunca se sentiu atingida, nem a nível profissional, nem pessoal; Gorete Freitas admite que também nunca se sentiu inferiorizada; Josefina Melim afirma que nunca se sentiu ameaçada ou inferiorizada por ser mulher, porém, frisa que as próprias mulheres é que faziam alguns comentários relativamente à sua atividade social e política; Maria Ângela Costa revela que sempre soube qual era o seu lugar, daí nunca ter sido alvo de represálias e, por fim, Rita Pestana assume que também nunca se sentiu ameaçada, porém, afirma que *“ameaçada depois senti-me, depois do 25 de abril e ainda acho que ainda hoje, na Região Autónoma da Madeira, temos muitos resquícios do antes do 25 de abril, mas muitos mesmo. A diferença é que não há presos políticos, não há polícia política, ninguém pode ser preso, agora coartada nos seus direitos? Sim, sim. Basta ver alguns concursos públicos, basta ver que para ter acesso a um emprego é preciso ter um cartão cor de laranja, portanto, digamos que, coartada nos meus direitos, eu senti-me depois do 25 de abril e isto não é nenhum demérito para o antes do 25 de abril”*<sup>262</sup>.

No geral, as mulheres que mais frente fizeram a determinadas situações, foram as que mais represálias sofreram, direta ou indiretamente. Mulheres de força, com garra, que também davam luta e não ficavam de fora a observar. É de realçar que não foram só mulheres a sair à rua, e a dar luta por uma vida melhor, porém, Guida Vieira salienta que *“nunca serão os homens a fazerem aquilo que devem ser as mulheres, elas próprias, a tomarem nas suas mãos.”*<sup>263</sup>

*“As mulheres conseguiram muitos direitos, mas, ainda hoje, há muito por fazer porque continuamos a ver, por exemplo, a nível político, os lugares chaves das organizações políticas continuam a ser mandados por homens, não são as mulheres que estão lá. Se há uma, ou outra, é porque lutou muito para poder lá estar.”*<sup>264</sup>, revela Gabriela Relva. A maioria das mulheres entrevistadas assume a sua preocupação quanto à atualidade. Júlia Caré admite que *“ainda temos um longo caminho para mudar cabeças, isto é uma cultura, isto é cultural, isto tem milénios, mudar isto e também mudar as cabeças das mulheres, das próprias mulheres porque isto é um processo educativo quer para mulheres quer para homens, para a sociedade em geral. E isto é transversal a todas*

---

<sup>262</sup> Entrevista com Rita Pestana realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo O, p. 208.

<sup>263</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, vide anexo H, p. 167.

<sup>264</sup> Entrevista com Gabriela Relva realizada a 14 de julho de 2022, vide anexo F, p. 152.

*as franjas da sociedade, isto não é, não vamos dizer que isto é das classes mais, não, isto é transversal, pelo menos é aquilo que eu sinto no contacto que tenho tido com várias pessoas.”*<sup>265</sup>; Gorete Freitas afirma que as “*escolas deviam, não como política, mas como a parte cívica, devia de ser mais ‘espiolhado’, descrever melhor o que era antes e o que foi a luta*”<sup>266</sup>; Josefina Melim esclarece que, de acordo com a sua experiência de vida “*nada na vida conseguimos sem lutar, até a hora de morrer. A vida é uma luta constante.*”<sup>267</sup>; já Assunção Bacanhim admite que tem “*alguma mágoa e tristeza porque eu lutei por direitos que hoje muitos dos trabalhadores/trabalhadoras e jovens não vão beneficiar desses direitos porque eles, aos poucos e poucos, estão a retirar. Então, isso é uma mágoa imensa porque eu fiz tudo isto mas também estive ligada a um movimento sindical. E as lutas que nos fizemos por direitos para os trabalhadores, por exemplo, custa-me imenso como é que está esta precariedade que está a dar cabo da vida desta malta mais jovem, que não vê grande luz para que se altere tudo isto. Mas está nas mãos das pessoas.*”<sup>268</sup>

Maria Ângela Costa revela ainda que “*há uma coisa que a gente precisava, mas isto é mesmo do fundo do meu coração, precisava-se era de um segundo Alberto João. O Alberto João era uma pessoa que dizia «não, e não» e não havia abusos. Agora as pessoas acham que estão em casa, que não querem trabalhar, não têm descontos e que têm os mesmos direitos que aquele que trabalhou 30/50 anos, e não pode ser.*”<sup>269</sup>

Guida Vieira, para além de ter sido uma das mulheres entrevistadas, foi também a mulher mais referenciada pelas restantes mulheres que fizeram parte deste estudo. Desta forma, é importante realçar o peso que Guida Vieira adquiriu na vida de muitas mulheres, principalmente das mulheres bordadeiras que hoje têm os seus direitos, a sua reforma. Lourdes Freitas declara que “*veio pelos bordados, pela conquista da reforma dos bordados, foi uma luta que o povo não pode esquecer é a dívida que tem com a Guida, a primeira lutadora da Madeira.*”<sup>270</sup>; e Júlia Caré diz que “*o exemplo da Guida Vieira e do sindicato das bordadeiras foi um exemplo pedagógico*”<sup>271</sup>. Guida afirma que “*nunca recebi qualquer medalha, mas tenho uma que o povo me deu que é eu qualquer lugar que*

---

<sup>265</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, vide anexo J, p. 179.

<sup>266</sup> Entrevista com Gorete de Freitas realizada a 01 de agosto de 2022, vide anexo G, p. 159.

<sup>267</sup> Entrevista com Josefina Melim realizada a 09 de julho de 2022, vide anexo I, p. 174.

<sup>268</sup> Entrevista com Assunção Bacanhim realizada a 29 de junho de 2022, vide anexo D, p. 137.

<sup>269</sup> Entrevista com Maria Ângela Costa realizada a 08 de setembro de 2022, vide anexo M, p. 198.

<sup>270</sup> Entrevista com Lourdes Freitas realizada a 06 de junho de 2022, vide anexo L, p. 194.

<sup>271</sup> Entrevista com Júlia Caré realizada a 27 de julho de 2022, vide anexo J, p. 179.

*eu chegue sabem o meu nome e eu costumo dizer que essa é a minha maior medalha que é chegar a qualquer concelho da Madeira, qualquer tasca, restaurante, na rua e na praia, toda a gente sabe o meu nome e isso é a maior medalha, quer dizer que eu fiz alguma coisa que as pessoas gostaram e reconhecem isso.”<sup>272</sup>*

Com este estudo podemos concluir que a mulher madeirense, apesar de não ter tido um papel diretamente ligado ao movimento militar que deu início à Revolução de Abril de 1974, teve um peso muito importante nos movimentos que se evidenciaram nos primeiros anos pós 25 de abril. Tanto pela luta dos seus direitos e pela sua liberdade. A mulher madeirense afirmou-se de tal forma que, hoje, adquire na sociedade, um papel que nunca sentiu. Muitas foram as mulheres que saíram das suas casas, delas pela primeira vez, ganhando coragem para reivindicar aquilo que mais desejavam, a liberdade cívica. Foi pela abolição do regime da colónia, pela água, luz e estradas, pela defesa de templos, a luta contra os monopólios, onde ocorreram diversas manifestações, pelos direitos dos trabalhadores, pelos melhores salários, pelas condições de ensino, pela saúde, pelos direitos das mulheres, da família, entre outros. Após o 25 de abril, a mulher esteve sempre presente, ocupando, por vezes, lugares de liderança. Manteve ativamente o seu papel na sociedade, algo que se foi formalizando com o passar do tempo.

De acordo com o Pe. Martins Júnior *“felizmente que a sociedade de civil já evoluiu e hoje a mulher, na sociedade, tem uma implantação em grande parte, mais que o homem. O feminismo tem dado resultado. As mulheres hoje em lugares cimeiros, seja na política, seja no direito, na justiça, no empresariado, em tudo.”<sup>273</sup>*

Célia Pecegueiro admitiu, em entrevista, que *“é uma grande satisfação pessoal e política por ter sido eleita diretamente (...) 2017 porque foi o ano da eleição, provou-se várias coisas. Uma que as mulheres podem encabeçar listas porque há a hipótese de eleição, faço aqui o parênteses, eu não cabia naquele modelo de candidato ideal com melhores condições de ganhar uma eleição, mas ainda assim contrariei aquilo que era a tendência.”*. Enquanto mulher, e sendo uma mulher que está no poder, reconhece que a sua posição social, uma posição de poder *“torna tudo completamente diferente na relação seja com homens, seja com mulheres. É a relação de poder que se estabelece.”*. Para além disto, também considera que quanto à participação da mulher na política, já foram dados *“alguns passos”*, porém, *“já são quase 50 anos de democracia, de sufrágio universal,*

---

<sup>272</sup> Entrevista com Guida Vieira realizada a 28 de junho de 2022, vide anexo H, p. 167.

<sup>273</sup> Entrevista com Pe. Martins Júnior realizada a 02 de agosto de 2022, vide anexo Q, p. 223.

*poderíamos ter dado aqui passos maiores, sim, mas a participação da mulher na política tem um conjunto de coisas associadas. (...) Não é só dizer agora há mais mulheres na política, há mais mulheres a participar politicamente. Foi preciso ajustar todo um outro conjunto de coisas.”* Célia, para além de presidente, é uma mulher que não desiste e, talvez a isso se devessem os resultados. Luta sempre por mais, admitindo que a sua maior conquista a nível político “*ainda está para vir*”. O importante para a atual presidente da CMPS é correr “*a pensar que podemos ser primeiro, podemos chegar em segundo, em terceiro, mas demos o máximo de nós e há uma grande possibilidade de chegarmos em primeiro. Não se pode é partir, pensando que não vai dar para chegar lá.*”. Salaria ainda que, durante as campanhas eleitorais, “*as mulheres foram decisivas porque durante a campanha fui recebendo sinais, tiveram sempre muito atentas, faziam perguntas que eu notava que não eram perguntas à toa, tive o tempo todo com a sensação que me estavam a medir o pulso, queriam perceber exatamente ao que vinha e eu acho que perceberam e sentiram que não estava por estar, independentemente do resultado final, e isso ajudou e motivou-as a outra coisa que foi depois fazerem a sua parte do trabalho e foi fundamental.*”<sup>274</sup>

Todavia, ainda há muito por fazer. Esta é uma luta constante. A mulher apesar de ter lutado e de ter conseguido muitos dos direitos que tem hoje, ainda não conseguiu combater todas as divergências que existem, relativamente à situação do homem, tanto a nível pessoal, como familiar e profissional. Porém, já com algum progresso. Mas este é um tema que ultrapassa fronteiras. Por exemplo, um acontecimento muito comentado recentemente, a nível a internacional, devido à invasão da Rússia na Ucrânia centenas de mulheres tiveram que abandonar o seu país, juntamente com os seus/suas filhos/as, deixando os seus parceiros para trás. Foi um facto que chamou a atenção de todo o mundo. A mulher no seu lado protetor e maternal, mas ao mesmo tempo, como o elo mais frágil, pois a Lei Marcial decretada pelo presidente do país: “*A Ucrânia banuiu todos os cidadãos do sexo masculino de 18 a 60 anos de deixarem o país*”<sup>275</sup>. Por sua vez, houve quem se aproveitasse das jovens raparigas que saíram do país. “*Uma jovem de 19 anos foi violada por um homem que lhe prometeu abrigo e segurança. Incidente faz crescer*

---

<sup>274</sup> Entrevista com Célia Pecegueiro realizada a 03 de agosto de 2022, vide anexo P, p. 215.

<sup>275</sup> “Lei Marcial: homens ucranianos e naturalizados com idade de 18 a 60 anos estão proibidos de sair da Ucrânia”, in *globo*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/25/lei-marcial-homens-ucranianos-e-naturalizados-com-idade-de-18-a-60-anos-estao-proibidos-de-sair-da-ucrania.ghtml>>, [consultado a 30 de agosto de 2022].

*receios dos crimes de tráfico humano e exploração sexual de refugiados.*”<sup>276</sup>. São factos que continuam a não surpreender. Enquanto a mulher for encarada como o elo mais fraco na sociedade, não haverá mudanças.

Um outro caso muito debatido internacionalmente foi a proibição e restrição do recurso ao aborto em alguns estados do Estados Unidos da América, por decisão do Supremo. Este também foi um tema que deu muita luta em Portugal, mas, felizmente, ainda é possível abortar em Portugal.

Após todos estes anos de luta, é importante reconhecer o trabalho que foi feito pelas mulheres portuguesas, mas com particular destaque para as madeirenses, caracterizadas pela sua força e determinação. Hoje, cabe a nós, mais jovens, não deixar perder todo o trabalho que foi feito, pensando em todos os que perderam as suas vidas, tanto homens como mulheres, ao dar a cara em diversas frentes. Os direitos e a liberdade que hoje temos, devemos a muitas pessoas que nunca se deixaram intimidar, e lutaram sempre. Abril, na Madeira, foi feito, acima de tudo, por homens, mas as mulheres libertaram-se e, a partir daí, ganharam uma nova vontade de viver, abriram os seus horizontes e não cruzaram os braços. Foram persistentes, mas, a verdade é que a luta continua!

---

<sup>276</sup> RISO, Leonor (2022), “Aos 19 anos, fugiu da Ucrânia em guerra. Na Polónia, foi violada” in *Sábado*. Disponível em: <<https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/aos-19-anos-fugiu-da-ucrania-em-guerra-na-polonia-foi-violada>>, [consultado a 30 de agosto de 2022].

## **Bibliografia e Fontes**

- BACANHIM, Assunção e VIEIRA, Guida (2016), *As Imagens Falam por Elas*, Funchal: Edição UMAR – União das Mulheres Alternativa e Resposta.
- BARRENO, Maria Isabel; COSTA, Maria Velho da; HORTA, Maria Teresa (2010), *Novas Cartas Portuguesas*, Alfragide – Portugal: Edição anotada, organização de Ana Luísa Amaral.
- CORREIA, Natália (2019), *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, Portugal: Afrodite, ilustrações originais de Cruzeiro Seixas.
- COSTA, Maria Velho da (1976), *Cravo*, Lisboa: Moraes.
- Guimarães, Elina (1986), *A mulher portuguesa na legislação civil*. *Análise Social*. ISSN 0003-2573. Vol. XXII, n.º 92-93.
- HORTA, Maria Teresa (1977), *Mulheres de Abril*, Lisboa: Editorial Caminho.
- HORTA, Maria Teresa (2001), *Minha Senhora de Mim*, Lisboa: Gótica.
- LAMAS, Maria (1948 a 1950) - *As Mulheres do Meu País*, Lisboa: Editora Actuális.
- PALMA, Nuno (2018), Recensão *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa, Edições 70, 2014. *Análise Social*, 228, (3.º), pp. 805-809.
- PAOLINELLI, Luísa; TRINDADE, Cristina; (2020), *Roteiro Mulheres do Funchal*: Câmara Municipal do Funchal.
- PEREIRA, Luísa Barbosa; Varela, Raquel (2017), *História do Povo da Madeira no 25 de abril*, Lisboa: Parsifal.
- PEREIRA, Maria da Conceição (1991), *Mulher Madeirense – Vivências, Problemas e Expectativas*, colaboração Departamento de Mulheres da USAM, Sindicato dos Bordados, Lisboa: Codex – Portugal.
- PITA, Gabriel (1995), *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.
- RIBEIRO, Júlia (2022), *Poesia Completa (-Me)*, edição: EB1 PE e Creche Eng. Luís Santos Costa – Ensino Recorrente – Anexo 1 – Ribeira Seca, junho de 2022.

- SOUSA, Ana Isabel de (2001), *Maria Mendonça, uma mulher sem medo*, apresentação de Fátima Sequeira Dias, Ponta Delgada.
- SOUSA, João José Abreu de (1994) – *História rural da Madeira, a Colonia*. Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- TEIXEIRA, Alfredo (2019) - *Religião na Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- TRINDADE, Cristina (2019), *Madeira Empreendedora, 40 Figuras Empreendedoras da Cultura Madeirense*, Portugal: Edições Esgotadas, 1.ª edição, julho 2019.
- VERÍSSIMO, Nelson (2000), *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- VIEIRA, Guida (2010), *Memórias de uma missão cumprida*, 1.ª edição - Lisboa : UMAR - União de Mulheres, Alternativa e Resposta.
- VIEIRA, Rui; Freitas João de, «A economia da Madeira no Período Pré-Autonómico», in Freitas, João Abel de (org.), (2008) *A Madeira na História: Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora.
- YOURCENAR, Marguerite (2012), *Memórias de Adriano*, Edição em Português – Ulisseia, tradução de Maria Lamas.

### **Outras Fontes**

- A Capital*, Funchal, 22 de fevereiro de 1911, p. 1, As Feministas Portuguesas são Feministas... Femininas, ABM.
- A Capital*, Funchal, 25 de março de 1911, p. 1, As mulheres Querem Entrar, ABM.
- A Capital*, Funchal, 29 de abril de 1911, p. 1, A Mulher Portuguesa tem o Direito ao Voto, ABM.
- Atlas*, Nova Iorque, junho de 1974, Portugal: A Incerteza do dia seguinte.
- A Vanguarda*, Funchal, 29 de maio de 1911, p. 1, D. Carolina Beatriz Ângelo, ABM.
- A Vanguarda*, Funchal, 18 de julho de 1911, p. 1, O Voto da Mulher em Portugal (tradução da entrevista de Carolina Beatriz Ângelo - jornal holandês *DeAmsterdammer Weekblad voor Nederland*), ABM.
- Comércio do Funchal*, Funchal, 1 de maio de 1974, p. 4, Agricultura, ABM.

*Comércio do Funchal*, Funchal, 1 de maio de 1974, pp. 8, 9 e 10, Câmara de Lobos: O Povo Vive na Miséria, ABM.

*Comércio do Funchal*, Funchal, 25 de abril de 1974, p. 13, Trabalho Feminino, ABM.

*Diário de Notícias*, Funchal, 3 de junho de 1926, p. 1, A Revolução Triunfante, ABM.

*Diário de Notícias*, Funchal, 26 de abril de 1974, p. 1, O Primeiro Comunicado do Movimento das Forças Armadas, ABM.

*Diário de Notícias*, Funchal, 29 de abril de 1974, p. 1 e 3, O General António de Spínola Define o seu Pensamento Quanto à Política Ultramarina, ABM.

*Diário de Notícias*, Funchal, 3 de maio de 1974, p. 1, Decorreram com Grande Entusiasmo e na mais Absoluta Ordem as Comemorações do Dia 1.º de Maio, ABM.

*Diário de Notícias*, Funchal, 8 de maio de 1974, p. 4, 1.º de Maio em Machico, ABM.

*Diário de Notícias*, Funchal, 21 de maio de 1974, p. 1, O Almirante Américo Thomaz e o Prof. Marcelo Caetano exiliados no Brasil, ABM.

*Diário de Notícias*, Funchal, 20 de novembro de 1988, pp. 6, 7 e 10, A Mulher Madeirense no Mundo do Trabalho, ABM.

*Dário de Notícias*, Funchal, 27 de fevereiro de 1989, pp. 4 e 5, Da Discriminação à Libertação de Funções, ABM.

*International Herald Tribune*, Paris, 27 maio de 1974, Perder um Império, Ganhar Respeito.

*Jornal da Madeira*, Funchal, 25 de abril de 1974, pp. 1 e 2, Almirante de Gaulle, ABM.

*Jornal da Madeira*, Funchal, 26 de abril de 1974, p.1, Proclamação da Junta presidida pelo General António de Spínola, ABM.

*Jornal da Madeira*, Funchal, 27 de abril de 1974, p. 1, O General Spínola dirigiu uma Mensagem às Forças Armadas, ABM.

*Jornal da Madeira*, Funchal, 29 de abril de 1974, p. 1, Segundo Comunicado do Gabinete de Informação, ABM.

*Jornal da Madeira*, Funchal, 3 de março de 1978, p. 4, Os Jovens e o Trabalho, ABM.

*Jornal da Madeira*, Funchal, 11 de março de 1978, p. 1, Viajar é uma Hipótese cada vez mais Distante, ABM.

*Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de janeiro de 1979, p. 10, Entrevista com Helena Roseta, ABM.

*L'Express*, Paris, 6-12 maio de 1974, A Explosão Portuguesa.

*Le Monde Diplomatique*, Paris, Maio 1974, O Desabamento de uma Ditadura.

*Le Monde*, Paris, 23 de maio de 1974, Nada de Chile.

*Le Monde*, Paris, junho de 1974, A Hierarquia Católica continua à margem das Transformações Políticas.

*Newsweek*, Nova Iorque, 6 de maio de 1974, Um Cavalheiresco Golpe de Estado em Portugal.

*Neue Zürcher Zeitung*, Zurique, 15 de junho de 1974, O Movimento de Oficiais de Portugal como força revolucionária.

*The Guardian*, Londres, 25 de maio de 1974, Ventos de Separação.

*The Guardian*, Londres, 8 de junho de 1974, O Medo da Congolização.

*Time*, Nova Iorque, 6 de maio de 1974, Um Livro, uma Canção e depois uma Revolução.

*The New York Review of Books*, Nova Iorque, 13 junho de 1974, Portugal: Uma Revolução Asseada.

*The New York Times*, Nova Iorque, 16 de junho de 1974, Portugal: o Golpe de Estado é apenas o Começo.

*The New York Times*, Nova Iorque, 16 de junho de 1974, Spínola explica a Descolonização.

*Triunfo*, Madrid, 11 de maio de 1974, Retrato de um Capitão.

## Referências online

“Aborto e Interrupção da Gravidez”, in *Associação para o Planeamento em Família*. Disponível em: <<http://www.apf.pt/aborto-e-interrupcao-da-gravidez>>, [consultado a 18 de abril de 2022].

“Cónego Manuel Martins deixa de ser pároco da Ribeira Seca”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <<https://www.dnoticias.pt/2019/6/18/181171-conego-manuel-martins-deixa-de-ser-paroco-da-ribeira-seca/>>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

“D. António no aniversário da JC+M recorda palavras do Papa “jovens têm de ser caminheiros da fé””, in *Jornal da Madeira*. Disponível em: <<https://www.jornaldamadeira.com/2017/10/23/d-antonio-no-aniversario-da-jcm-recorda-palavras-do-papa-jovens-tem-de-ser-caminheiros-da-fe/>>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

“Dia Internacional da Mulher: Porque é que ainda se celebra este dia?”, in Nações Unidas Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. Disponível em: <<https://unric.org/pt/dia-internacional-da-mulher-porque-e-que-ainda-se-celebra-este-dia/>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

“Entrevista a Mário Soares – Parte I”, in *RTP Arquivos*. Disponível em: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-mario-soares-parte-i-3/>>, [consultado a 28 de julho de 2022].

“Iniciar processo de divórcio”, in *Justiça.gov.pt*. Disponível em: <<https://justica.gov.pt/Servicos/Iniciar-processo-de-divorcio>>, [consultado a 28 de abril de 2022].

“Interrupção voluntária da gravidez”, in *SNS 24*. Disponível em: <<https://www.sns24.gov.pt/guia/consulta-ivg/>>, [consultado a 28 de abril de 2022].

“JC+M está a assinalar 45 anos de existência”, in *RTP Madeira*. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/madeira/sociedade/jcm-esta-a-assinalar-45-anos-de-existencia\\_32696](https://www.rtp.pt/madeira/sociedade/jcm-esta-a-assinalar-45-anos-de-existencia_32696)>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

“Lei Marcial: homens ucranianos e naturalizados com idade de 18 a 60 anos estão proibidos de sair da Ucrânia”, in *globo*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/25/lei-marcial-homens-ucranianos-e-naturalizados-com-idade-de-18-a-60-anos-estao-proibidos-de-sair-da-ucrania.ghtml>], [consultado a 30 de agosto de 2022].

“Madeira: Alberto João Jardim sublinha papel da Igreja Católica na consolidação da democracia”, in ECCLESIA. Disponível em: <https://agencia.ecclesia.pt/portal/madeira-alberto-joao-jardim-sublinha-papel-da-igreja-catolica-na-consolidacao-da-democracia/>], [consultado a 16 de agosto de 2022].

“Maria Teresa Horta e a aventura das Novas Cartas Portuguesas”, RTP Ensina. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/maria-teresa-horta-e-a-aventura-das-novas-cartas-portuguesas/>], [consultado a 28 de abril de 2022].

“O dia em que as mulheres portuguesas saíram à rua”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/2006/o-dia-em-que-as-mulheres-portuguesas-sairam-a-rua-635052.html>], [consultado a 3 de abril de 2022].

“PCP reavive ‘A Revolta do Leite’ e o papel das mulheres”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2020/3/4/66092-pcp-reavivou-a-revolta-do-leite-e-o-papel-das-mulheres>], [consultado a 19 de agosto de 2022].

BARRETO, José (2012): “Salvador da Pátria apreendido pela polícia”, in blogue *Malomil*. Disponível em: [http://malomil.blogspot.com/2012/03/este-postal-ilustrado-de-1935\\_23.html](http://malomil.blogspot.com/2012/03/este-postal-ilustrado-de-1935_23.html)], [consultado a 27 de abril de 2022].

BERENGUER, Márcio (2019), “A paróquia rebelde fez as pazes com Igreja madeirense”, in *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/07/14/politica/noticia/parouquia-rebelde-fez-pazes-igreja-madeirense-1879882>], [consultado a 17 de agosto de 2022].

BERNARDINO, Carla (2017), “Manifestação feminista fez história em 1975”, in *Delas*. Disponível em: <https://www.delas.pt/13-de-janeiro-de-1975-o-adeus-aos-simbolos-da-opressao-feminina/atualidade/72153/>], [consultado a 3 de abril de 2022].

BERNARDO, Fernando (2017), “EDITORIAL – Padeira de Aljubarrota. Por Fernando C. Bernardo”, in O Ribeiro de Pera. Disponível em:

<https://www.oribeiradepera.com/editorial-padeira-de-aljubarrota-por-fernando-c-bernardo/>], [consultado a 7 de setembro de 2022].

BOAS, Manuel Vilas (2018), “Cardeal Cerejeira: O "príncipe da Igreja" que Salazar não soube derrotar”, in *TSF Rádio Notícias*. Disponível em: <https://www.tsf.pt/sociedade/cardeal-cerejeira-o-principe-da-igreja-que-salazar-nao-soube-derrotar-9218143.html>], [consultado a 5 de agosto de 2022].

BORGES, Paula; REIS, António e REZOLA, Maria Inácia (2012), “Verão Quente de 1975, sinais de um país dividido”, in RTP Ensina. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/verao-quente-de-1975-sinais-de-um-pais-dividido/>], [consultado a 6 de agosto de 2022].

CAIRES, Marta (2019), “Bispo do Funchal revoga suspensão do padre Martins Júnior”, in *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2019-06-16-Bispo-do-Funchal-revoga-suspensao-do-padre-Martins-Junior>], [consultado a 17 de agosto de 2022].

Constituição da República Portuguesa – Parte I. Disponível em: <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/constituicao-republica-portuguesa/parte-i>], [consultado a 15 de agosto de 2022].

Constituição da República Portuguesa, “Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976”. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>], [consultado a 29 de abril de 2022].

CORREIA, Ana Luísa (2021), “Representação das Mulheres na Assembleia Legislativa da Madeira está nos 29,9%”, in *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2021/3/8/253351-representacao-das-mulheres-na-assembleia-legislativa-da-madeira-esta-nos-298/#>], [consultado a 29 de junho de 2022].

CUNHA, Maria João; ROCHA, Inês (2017), “Renascença. A história de 80 anos de rádio”, in *RR*. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/especial/vida/2022/03/30/renascenca-a-historia-de-80-anos-de-radio/80687/>], [consultado a 6 de agosto de 2022].

*De Volksstem*. Disponível em: <<https://aalst.courant.nu/issue/DVS/1911-05-02/edition/0/page/1?query=Carolina%20&period=11%20junho%201911&sort=relevance>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto de Aprovação da Constituição, de 10 de Abril. *Diário do Governo* n.º 86/1976, Série I. Presidência da República. Disponível em: <<https://files.dre.pt/1s/1976/04/08600/07380775.pdf>>, [consultado a 22 de junho de 2022].

Decreto de remissão da pena de suspensão a *divinis*, de 17 de Junho de 2019, in *Diocese do Funchal*. Disponível em: <<https://www.diocesedofunchal.com/l/decreto-de/>>, [consultado a 18 de agosto de 2022].

Decreto do Presidente da República n.º 23/2019, de 29 de Março. *Diário da República* n.º 63/2019, Série I. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Decreto n.º 19:273, de 26 de Janeiro. *Diário do Governo* n.º 21/1931, Série I. Ministério da Agricultura. Disponível: <<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1931/01/02100.pdf>>, [consultado a 18 de agosto de 2022].

Decreto-lei 112/76, de 7 de Fevereiro. *Diário do Governo* n.º 32/1976, Série I. Ministério dos Assuntos Sociais. Disponível: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/112-506645>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 187/75, de 4 de Abril. *Diário do Governo* n.º 79/1975, Série I. Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Negócios Políticos. Disponível: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/187-1975-161689>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 217/74, de 27 de Maio. *Presidência do Conselho de Ministros*. Disponível em: <[https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL\\_217\\_74.htm](https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_217_74.htm)>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 251/74, de 12 de Junho. *Diário do Governo* n.º 136/1974, Série I. Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/228404/decreto-lei-251-74-de-12-de-junho>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 262/75, de 27 de Maio. *Diário do Governo* n.º 122/1975, Série I. Ministério da Justiça - Secretaria de Estado da Justiça. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/11848/decreto-lei-262-75-de-27-de-maio>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 392/79, de 20 de Setembro. *Diário da República* n.º 218/1979, Série I. Ministério do Trabalho. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/30776/decreto-lei-392-79-de-20-de-setembro>>, [consultado a 27 de abril de 2022].

Decreto-lei 474/76, de 16 de Junho. *Diário da República* n.º 140/1976, Série I. Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro. Disponível: <<https://dre.tretas.org/dre/227900/decreto-lei-474-76-de-16-de-junho>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 496/77, de 25 de Novembro. *Diário da República* n.º 273/1977, Série I. Ministério da Justiça. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/496-1977-300030>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 6/84, de 11 de Maio. *Diário da República* n.º 109/1984, Série I. Disponível em: <[http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1\\_6\\_1984.pdf](http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1_6_1984.pdf)>, [consultado a 18 de abril de 2022].

Decreto-lei 621-A/74, de 15 de Novembro. *Diário do Governo* n.º 266/1974, Série I. Presidência do Conselho de Ministros. Disponível: <[https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/621-a-1974-309893?\\_ts=1651104000034](https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/621-a-1974-309893?_ts=1651104000034)>, [consultado a 29 de abril de 2022].

Decreto-lei 89/97, de 30 de Julho. *Diário da República* n.º 174/1997, Série I. Disponível em: <[http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1\\_90\\_1997.pdf](http://www.apf.pt/sites/default/files/media/2016/1_90_1997.pdf)>, [consultado a 18 de abril de 2022].

Decreto-lei n.º 26:655, de 04 de Junho. *Diário do Governo* n.º 130/1936, Série I. Ministério da Agricultura. Disponível: <<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1936/06/13000.pdf>>, [consultado a 19 de agosto de 2022].

Direção Geral da Saúde, despacho de 16 de março de 1976. Disponível em: <<https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/10/Despacho-de-16-de-Mar%C3%A7o-de-1976.pdf>>, [consultado a 29 de abril de 2022].

*Divórcio*, in *Diário da República Eletrónico*. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/lexionario/termo/divorcio>>, [consultado a 18 de abril de 2022].

Fundação Cecília Zino. Disponível em: <<https://www.fundacaozino.com/>>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

Irmãs Hospitaleiras Portugal. Disponível em: <<https://irmashospitaleiras.pt/quem-somos/congregacao/quem-somos>>, [consultado a 15 de agosto de 2022].

Lei Constitucional 1/97, de 20 de Setembro. *Diário da República* n.º 218/1997, Série I. Disponível em: <<https://files.dre.pt/1s/1997/09/218a00/51305196.pdf>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Lei da Separação do Estados das Igrejas, de 21 de Abril de 1911. *Governo Provisório da República Portuguesa*, Ministério da Justiça. Disponível: <<https://files.dre.pt/1s/1911/04/09200/16191624.pdf>>, [consultado a 5 de agosto de 2022].

Lei Orgânica n.º3/2006, de 08 de Agosto de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

LOPES, Raquel Ramalho (2010), “Ambiguidades na aliança entre Cerejeira e Salazar”, in *RTP Notícias*. Disponível em: <[https://www.rtp.pt/noticias/pais/ambiguidades-na-alianca-entre-cerejeira-e-salazar\\_n332839](https://www.rtp.pt/noticias/pais/ambiguidades-na-alianca-entre-cerejeira-e-salazar_n332839)>, [consultado a 5 de agosto de 2022].

LUSA (2021), “Bispo do Funchal renova nomeação de sacerdote Martins Júnior na Ribeira Seca”, in *Público*. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/07/31/politica/noticia/bispo-funchal-renova-nomeacao-sacerdote-martins-junior-ribeira-seca-1972622>>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

*Memórias da Revolução*, “Abertura Solene Da Assembleia Constituinte”, in *RTP*. Disponível: <<https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/abertura-solene-da-assembleia-constituente/>>, [consultado a 6 de agosto de 2022].

Município de Famalicão (2018), “O Cardeal Cerejeira era “completamente independente de Oliveira Salazar”, in *Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-0ysLiQC2yE>>, [consultado a 5 de agosto de 2022].

*Partidos Políticos*, in Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <<https://www.cne.pt/content/partidos-politicos-1>>, [consultado a 23 de junho de 2022].

PORDATA, Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

PORDATA, Estatística sobre Portugal e Europa. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+absten%C3%A7%C3%A3o+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+total++residentes+em+Portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2208>>, [consultado a 22 de junho de 2022].

*Projeto Sócrates 2012*, Disponível em: <<https://sites.google.com/a/sifecesupa.org/socrates2012/projeto-socrates>>, [consultado a 11 de setembro de 2022].

Proposta de Lei 194/VII/3, de 30 de Junho. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=4712>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 221/X, de 07 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 222/X, de 07 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 223/X, de 07 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 224/X, de 08 de Março de 2006. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 251/IX, de 10 de Março de 2003. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 324/IX, de 25 de Junho de 2003. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 388/VIII, de 9 de Abril de 2001. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

Proposta de Lei 40/VIII, de 26 de Março de 2001. *Assembleia da República*. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/>>, [consultado a 29 de julho de 2022].

RISO, Leonor (2022), “Aos 19 anos, fugiu da Ucrânia em guerra. Na Polónia, foi violada” in *Sábado*. Disponível em: <<https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/aos-19-anos-fugiu-da-ucrania-em-guerra-na-polonia-foi-violada>>, [consultado a 30 de agosto de 2022].











SPRANGER, David (2019), “Padre Martins Júnior Regressa 42 Anos Depois”, in *JM Madeira*. Disponível em: <[https://www.jm-madeira.pt/regiao/ver/64680/Padre\\_Martins\\_Junior\\_regressa\\_42\\_anos\\_depois](https://www.jm-madeira.pt/regiao/ver/64680/Padre_Martins_Junior_regressa_42_anos_depois)>, [consultado a 17 de agosto de 2022].

## **Anexos**


## Índice dos Anexos

Anexo A - Partidos Políticos .....	- 128 -
Anexo B - Partidos Políticos Extintos .....	- 131 -
Anexo C - Entrevista com Ana Viveiros, Machico .....	- 132 -
Anexo D – Entrevista com Assunção Bacanhim, Funchal .....	- 137 -
Anexo E - Entrevista com Dulce Andrade, Machico. ....	- 145 -
Anexo F - Entrevista com Gabriela Relva, Lombada da Ponta do Sol. ....	- 152 -
Anexo G – Entrevista com Gorete de Freitas, Machico .....	- 159 -
Anexo H - Entrevista com Guida Vieira, Funchal.....	- 167 -
Anexo I - Entrevista com Josefina Melim, Ribeira Seca, Machico.....	- 174 -
Anexo J - Entrevista com Júlia Caré, Solar do Ribeirinho, Machico.....	- 179 -
Anexo K – Entrevista com Júlia Ribeiro, Ribeira Seca, Machico.....	- 186 -
Anexo L - Entrevista com Lourdes Freitas, Ribeira Seca, Machico .....	- 194 -
Anexo M - Entrevista com Maria Ângela Costa, Machico. ....	- 198 -
Anexo N - Entrevista com Maria Ganança, Lombada da Ponta do Sol .....	- 202 -
Anexo O - Entrevista com Rita Pestana, Jardim da Quinta da Achada, Funchal ....	- 208 -
Anexo P- Entrevista com Célia Pecegueiro, Salão Nobre da CMPS. ....	- 215 -
Anexo Q - Entrevista com Pe. Martins Júnior, Ribeira Seca, Machico. ....	- 223 -

## Anexo A











Partidos Políticos			
Denominação	Símbolo	Sigla	Data de Inscrição
Partido Comunista Português		PCP	26 de dezembro de 1974
CDS – Partido Popular		CDS-PP	13 de janeiro de 1975
Partido Social Democrata		PPD/PSD	25 de janeiro de 1975
Partido Socialista		PS	1 de fevereiro de 1975
Partido Popular Monárquico		PPM	17 de fevereiro de 1975
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses		PCTP/MRPP	18 de fevereiro de 1975
Partido Ecologista Os Verdes		PEV	15 de dezembro de 1982
Ergue-te		E	10 de julho de 1985
Partido da Terra		MPT	12 de agosto de 1993
Bloco de Esquerda		B.E.	24 de março de 1999












Partido Cidadania e Democracia Cristã		PPV/CDC	1 de julho de 2009
Partido Trabalhista Português		PTP	1 de julho de 2009
PESSOAS – ANIMAIS – NATUREZA		PAN	13 de janeiro de 2011
Movimento Alternativa Socialista		MAS	29 de julho de 2013
LIVRE		L	19 de março de 2014
Juntos pelo Povo		JPP	27 de janeiro de 2015
ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA NACIONAL		ADN	11 de fevereiro de 2015
Nós, Cidadãos!		NC	23 de junho de 2015
Partido Unido dos Reformados e Pensionistas		PURP	13 de julho de 2015
Iniciativa Liberal		IL	13 de dezembro de 2017
Aliança		A	23 de outubro de 2018
CHEGA		CH	9 de abril de 2019
Reagir Incluir Reciclar		R.I.R.	30 de maio de 2019

Volt Portugal		VP	25 de junho de 2020
---------------	---	----	---------------------

*Anexo A - Partidos Políticos*

## Anexo B

Partidos Políticos Extintos			
Denominação	Símbolo	Sigla	Data de Inscrição no Supremo Tribunal de Justiça
Aliança Democrática		AD	
Aliança Povo Unido		APU	
Associação para a Defesa dos Interesses de Macau		ADIM	
Centro Democrático de Macau		CDM	
Frente Eleitoral Povo Unido		FEPU	
Frente Republicana e Socialista		FRS	
Política XXI		PXXI	30 de janeiro de 1975
União Democrática Popular		UDP	10 de fevereiro de 1975
Partido da Democracia Cristã		PDC	13 de fevereiro de 1975
Movimento de Esquerda Socialista		MES	20 de fevereiro de 1975

Frente Socialista Popular		FSP	27 de fevereiro de 1975
Partido de Unidade Popular		PUP	27 de fevereiro de 1975
Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)		PCP (ML)	26 de março de 1976
Grupos Dinamizadores da Unidade Popular		GDUP (S)	25 de outubro de 1976
Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa		OCMLP	25 de outubro de 1976
Partido Socialista Revolucionário		P.S.R.	2 de abril de 1979
Partido Trabalhista		PT	6 de julho de 1979
Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa		MIRN	27 de julho de 1979
União de Esquerda Socialista Democrática		UEDS	20 de agosto de 1979
Partido Operário da Unidade Socialista		POUS	23 de agosto de 1979
Partido Democrático do Atlântico		PDA	5 de novembro de 1979
Partido Socialista dos Trabalhadores	Partido Socialista dos Trabalhadores	PST	12 de junho de 1980

Ação Social Democrata Independente		ASDI	27 de junho de 1980
Força de Unidade Popular		FUP	28 de julho de 1980
Partido Comunista Reconstruído		PC(R)	3 de fevereiro de 1981
Partido de Solidariedade Nacional		PSN	26 de junho de 1990
Partido da Gente		PG	1 de abril de 1995
Partido Português das Regiões		PPR	23 de junho de 1995
Partido Humanista		P.H.	7 de abril de 1999
Movimento pelo Doente		MD	23 de abril de 2002
Nova Democracia		PND	23 de junho de 2003
Frente de Esquerda Revolucionária		FER	16 de novembro de 2005
Partido Liberal Democrata		PLD	29 de maio de 2008
Movimento Esperança Portugal		MEP	27 de julho de 2008

Anexo B - Partidos Políticos Extintos

## Anexo C

---

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Ana Viveiros**



Anexo C - Entrevista com Ana Viveiros, 08-08-2022, Machico

Ana Viveiros, natural de Machico, nasceu em 1951 e foi funcionária da Câmara Municipal de Machico durante 41 anos, chegando a ocupar lugares de chefia. Assistiu, em primeira mão, à ocupação da Câmara Municipal que se desencadeou devido a manifestações/movimentos populares. Ana Viveiros era uma das poucas mulheres que trabalhava no setor público. No decorrer do seu percurso profissional esteve sempre ligada à política, admitindo que sempre foi respeitada no mundo do trabalho independentemente da cor política que presidisse o Município.

#### **1- Como é que era a sua vida antes da Revolução de Abril?**

*“Antes do 25 de abril eu estudava. Terminei o quinto ano liceal em julho de 1973, que foi o ano letivo. Ia começar no sexto ano, mas a minha mãe adoeceu e eu tinha muitos irmãos, vim para casa para dar apoio naquela época. Depois pensei que ia tirar o*

*magistério e, posteriormente, apareceu-me uma vaga na Câmara Municipal de escriturária e eu concorri.”*

## **2- Na altura havia muitas mulheres lá na Câmara?**

*“Não, só havia uma mulher, o resto era tudo homens. Eu fui ocupar o lugar de uma mulher. Eram duas, ela pediu exoneração do cargo. Ficou a vaga, abriram concurso e eu concorri. Entretanto, eu entrei como interina em maio de 1974. Já tinha sido o 25 de abril. Eles abriram concurso, como aquilo tem as trâmites do concurso, saiu no Diário da República em outubro. Eu concorri, eramos três candidatos, dois homens e uma mulher e eu fiquei nessa vaga.”*

## **3- O seu dia a dia como é que era na altura?**

*“Antes do 25 de abril eu era estudante. Estudava, convivia com as minhas colegas, mas eu não tinha a noção do regime que houvesse, não se falava em política, não tinha a noção que havia muitas barbaridades, que havia aquelas injustiças, eu não tinha a noção, era muito nova. Não sabia que eles prejudicavam. Quem falasse contra o governo que havia a PIDE, não tinha noção disso. A escola, nessa altura, não se falava sobre a política. Para mim, era uma vida normal. Vinha de férias para casa, fazia-se a vida normal e estudava. Eu não fazia ideia das guerras políticas e que eram perseguidos, só depois do 25 de abril é que comecei a ter a perceção. Começou a haver manifestações, saiu os da PIDE, abriram as cadeias, saiu os presos políticos. Comecei a conviver com o mundo do trabalho e com as pessoas, já tive outra visão da vida. Comecei a ver muita coisa que eu não sabia, que não tinha noção.”*

## **4- Como é que teve conhecimento do que se estava a passar no 25 de abril?**

*“Quando foi o 25 de abril, no outro dia toda a gente falava do 25 de abril. Eu tinha um tio que tinha prestado serviço militar na Guiné, ele esteve lá três anos, ou quatro a prestar serviço e falava-se dos que iam para a tropa, que iam muitos, até com deficiência eram incorporados para ir para a tropa e o meu tio esteve na Guiné e aquilo era um pedaço mau. Eu lembro-me até que o meu tio tinha um radiozinho em que metia uma cassete que era do Zeca Afonso e aquilo era em casa e os meus tios diziam «isto é aqui, devagar». Não tinha a noção que era proibido. Ele trouxe aquilo, mas aquilo era proibido ter.”*

## **5- Então soube do 25 de abril por esse rádio?**

*“Sim. O rádio quase toda a gente tinha. Foi através do rádio e da minha família. Aquilo espalhou-se.”*

**6- Quando se deu o 25 de abril, participou em alguma manifestação?**

*“Não. Nunca participei em nenhuma manifestação. Agora, entrei ao serviço, acompanhei muitas manifestações aqui em Machico, na Câmara Municipal. Houve muitas manifestações, impediram-nos, às vezes, de trabalhar, cercavam a Câmara a pedir para sanear determinadas pessoas que eles achavam que eram do antigo regime, fizeram cartazes e cercaram a Câmara. Para nós podermos sair de lá, veio a tropa e fomos ao Governador Civil nesse dia, que nós não conseguimos trabalhar. Aqui em Machico era muita agitação, e estavam muitas pessoas revoltadas. Havia pessoas que encabeçavam/prestavam esclarecimentos ao povo e organizavam essas manifestações, embora não dessem a cara, mas quem dava era o povo.”*

**7- Sente que a sua vida mudou depois do 25 de abril?**

*“Sim. A minha vida mudou completamente porque eu comecei no mundo do trabalho, comecei num lugar em que é a política que impera e tive vários presidentes, com políticas diferentes, com ideias diferentes. Houve a UDP, no princípio havia, nessa altura, a FEC, que era tudo da esquerda. Aqui, principalmente em Machico, as manifestações eram feitas mais por esquerdistas. E trabalhar com políticos, as primeiras eleições, convivi com isso, as leis mudaram, muitas leis apareceram novas, foi feito eleições para o governo, houve um governo interino na altura para depois haver eleições. A minha vida esteve sempre ligada com os partidos políticos.”*

**8- Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*“Não era assim muito notório. A partir do 25 de abril já havia liberdade e começaram as mulheres a aparecer e a se manifestar, mas até nos cargos públicos, há bem pouco tempo, é sempre os homens que vão para o cargo de chefia, é sempre. Até na política, hoje em dia, se reparar, nem metade dos políticos são mulheres. Agora há uma lei que obriga que eles têm de levar x de mulheres, porque a mulher, na política, não tinha quase voz nenhuma. Houve algumas que se destacaram a nível nacional, tinha outras vivências, eram pessoas já com bastante cultura, mas os homens é que imperavam.”*

**9- Nestas manifestações que observou, por exemplo, aqui em volta da Câmara notava que era mais homens do que mulheres, ou eram mais mulheres?**

*“Não. Tinha de tudo. Tinha muita mulher e claro as pessoas, nessa altura, porque a vida das pessoas evoluiu muito no 25 de abril, porque antes do 25 de abril, por exemplo,*

*poucas mulheres trabalhavam, o mundo do trabalho era diferente e até a maior parte das pessoas vivia da agricultura e não havia poderes económicos. As pessoas viviam do que produzia a terra e os que não tinham, não tinham aquela qualidade de vida. Depois do 25 de abril mudou muito. Começou a haver empresas, começou a haver empregos, as pessoas começaram a ter o seu ordenado, começou a sair leis sobre o trabalho, sobre o ordenado mínimo, a segurança social modificou-se, tudo. As pessoas começaram a ter mais regalias, mais direitos e as pessoas começaram a ter poder económico, começaram a estudar que as escolas, antigamente, íamos todos para o Funchal. Abriram-se as escolas, nessa altura era da primeira à quarta classe, não se chamasse ensino básico, depois tinha o secundário, mas era sempre no Funchal, não havia aqui. Parece que apareceu aqui um colégio em Machico, antes do 25 de abril, que foi o Dr. Queirós que fundou ali o colégio, foram os primeiros alunos aí que começou a haver aqui em Machico. Porque antes era tudo para o Funchal. Eu já estudava no Funchal, fiquei no colégio e fazia exame ao liceu nacional.”*

**10- Quando estava na Câmara a exercer as suas funções, no decorrer das manifestações, alguma vez foi ameaçada?**

*“Sim. Eles ameaçavam. Diziam «vais sair daí».”*

**11- Mas para si?**

*“Era para o geral. O povo estava agitado. Foram algumas pessoas que lhes deram instruções para eles. Eram oprimidos por tudo, eles achavam que podiam fazer tudo. É próprio das manifestações. No meio das manifestações há sempre uns que exteriorizam mais. Não têm a noção sequer bem daquilo que estão a fazer e eles nesse, pronto, antes ninguém podia falar, eram proibidos de quase tudo, até para eles virem aos serviços públicos as pessoas tinham medo porque eles não eram assim muito simpáticos com as pessoas, era uma maneira diferente de lidar, e as pessoas até tinham medo. E naquela era a «liberdade, liberdade», pronto, em todas as revoluções há exageros.”*

**12- E acredita que foi isso que aconteceu?**

*“Sim, claro. Havia exageros.”*

**13 – E a nível pessoal, sentiu-se alguma vez atingida?**

*“Eu propriamente não. Eu quando entrei foi no 25 de abril e, portanto, aqueles mais antigos que estavam a exercer as funções, por exemplo, tinha a fiscalização, tinham determinados cargos, eles estavam a fazer o seu trabalho, podia alguns não fazer bem, mas aquilo para eles achavam que podiam fazer nesta altura tudo, que eles eram visados*

*com as normas que havia. E então, por exemplo, para fazerem uma casa, uma licença, para fazer coisas sem licença, sem autorização, eles revoltavam-se mais contra as pessoas que já exerciam funções há mais tempo. Na minha vida sempre lidei com os políticos, exercia as minhas funções como funcionária, para mim não interessava se era do PS, se era do PSD, para mim era igual. Eu tratei sempre igual as pessoas e sempre me respeitaram e eu também sempre os respeitei.”*

## Anexo D

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Assunção Bacanhim**



Anexo D – Entrevista com Assunção Bacanhim, 29-06-2022, Parque de Santa Catarina, Funchal.

Assunção Bacanhim, feminista e sindicalista na União de Sindicatos da Madeira, é natural do Funchal. Foi uma das fundadoras do núcleo UMAR (União de Mulheres – Alternativa e Resposta), mais precisamente em 1976. Durante 20 anos, foi funcionária administrativa de uma cooperativa de consumo no Município do Funchal, assumindo no decorrer destes anos um papel importante no desenvolvimento das cooperativas de produção e consumo, não só a nível local, como também regional. Assunção foi uma mulher que sempre ambicionou a sua independência e a sua autonomia. Para além disto, é uma mulher que gosta de ir à luta, defendendo os seus direitos. Atualmente é uma das vogais, pela Coligação Mudança, da Assembleia de Freguesia da Junta de Freguesia do Monte, Funchal.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“Durante o Estado Novo, eu sempre fui uma pessoa que desde a escola primária sempre lutei pela minha independência económica. Não queria estar dependente de quem quer que seja, nem dos meus pais nem dos meus irmãos. Então, quando eu dou a quarta classe, eu queria estudar, a minha ambição era estudar, mas como eu tinha mais seis irmãos, o meu pai era agricultor, a minha mãe era bordadeira, eles achavam que não tinham condições para eu continuar a estudar porque naquela altura as raparigas davam*

*a quarta classe e vinham para casa. A minha professora ficou com imensa pena de eu não continuar a estudar e chamou a minha mãe à escola, queria falar com a minha mãe. A minha mãe disse que, pronto, eu queria aprender a costura e também não tinha muitas condições económicas para eu poder estudar. Então eu vim para casa. Como a minha mãe também tinha máquina de costura, fazia algumas coisas eu quis ir aprender a costura. Tive, mais ou menos, uns dois ou três meses aprendi aquelas coisas básicas e depois, por uma questão de, a senhora acabou por ter que emigrar e eu voltei. A minha mãe também bordava, mas eu não queria bordar, que eu achava que aquilo era um trabalho que eu não queria fazer, mas tinha uma tia que fazia bolsas que eram trabalhos também feitos em lã e que havia alguém que armava e fazia e depois trazia para as lojas de artefactos. Eu achei que aquilo era mais aliciante e quando eu andava naquela vontade que eu tinha da independência económica, estava na terceira classe, nas férias grandes e eu já fui aprender, já fazia e já ganhava algum dinheiro, o que me dava alguma satisfação. Então quando eu deixo a senhora onde eu estava a aprender a fazer costura, acabei por começar a fazer esses trabalhos regionais com lã. Entretanto eu descobri que havia uma senhora próxima da minha casa que também fazia esses trabalhos, e eu comecei a fazer. Às duas por três, a senhora disse que eu tinha todas as condições de ser eu própria a bordar, portanto a fazer todo o processo, inclusivamente trazer para as lojas de artefactos. E assim foi. Quando se dá o 25 de abril eu já trabalhava por minha conta, portanto, eu tinha pessoas que inclusivamente bordavam, eu armava e trazia para as lojas de artefactos só que quando se dá o 25 de abril e eu também sempre tive aquela ânsia, aquela vontade de ir, de participar, de ver. Antes do 25 de abril, é assim, as raparigas era mais difícil para saírem porque o meu pai achava que às Avé Marias tínhamos de estar em casa, portanto, aquelas coisas do antigamente. Então o que é que faço? Fui para a «JOC» e, portanto, já tinha outra liberdade, já saía, já participava nas reuniões e consegui, com dezoito anos, que o meu pai deixasse ir a um congresso que havia da «JOC» em Coimbra e eu encontrei muitas raparigas que tinham andado comigo na escola e que depois já me dizem «olha eu já comecei a estudar». Então o que é que fiz? Quando cheguei ao Funchal eu disse «eu vou estudar, vou continuar a estudar!». O meu pai dizia à minha mãe que se nos acontecesse alguma coisa a mim ou às minhas irmãs, e que eu fui e que também puxei as minhas irmãs, que a minha mãe era a responsável. Mas a minha mãe deu-nos toda a liberdade e eu, entretanto, quando se dá o 25 de abril, já tinha feito o nono ano e eu queria dar continuidade aos estudos, mas eu queria participar. Eu pensei, eu a trabalhar em casa, a fazer os trabalhos que fazia*

anteriormente em casa, a querer estudar, não tinha hipótese para participar nas lutas, nas coisas quando se dá o 25 de abril. E então o que eu pensei? Vou arranjar um trabalho. Naquela altura arranjar um trabalho também não era assim tão fácil como isso, entretanto, eu conheci uma doutora que trabalhava na Segurança Social e ela disse «eu vou tentar ver se te arranjo um trabalho para tu ires para lá». Mas, quando se dá o 25 de abril, era aquilo que eu estava a dizer, as pessoas tinham uma ânsia de direitos e liberdades, então aquela participação em massa das pessoas, o quererem reivindicar coisas, o lutarem por coisas nesse espaço, e depois com o andamento das lutas, as pessoas foram ganhando espaço e liberdade para dizerem aquilo que pensavam. Havia algumas pessoas, e na altura era um dado real, o custo de vida era muito elevado, as pessoas mais pobres tinham algumas dificuldades. Então o que é que as pessoas que nos acompanhavam, que participavam nas lutas, disse?: «Olha, a gente vai fazer com que se criam uma cooperativa de produção e consumo para que os agricultores que vivem subjogados àquilo que os comerciantes vão lá e pagam as coisas, a gente vai fazer de maneira a que se faça uma cooperativa de produção e de consumo para nós vendermos as coisas que vêm do campo, dos agricultores». Nos entretanto, havia um espaço, começamos a pedir a algumas pessoas que havia, porque quando se dá o 25 de abril, aqui na Madeira, ainda se pode dizer, que praticamente, as pessoas deram um passo à frente após o 1.º de maio, porque isto aqui na Madeira é sempre um pouco mais atrasado do que no continente. Então nesse espaço que nós tínhamos o que é que nós fizemos? Alguém adiantou um pouco de dinheiro, comprou um saco de massa, uma saca de arroz, uma saca de açúcar, pedimos a alguns agricultores que nos trouxessem coisas e nós embalávamos e vendíamos às pessoas. As pessoas começaram a ver a diferença entre o preço que nós conseguíamos que eles adquirissem e os preços que eles compravam que era uma diferença muito grande em termos económicos. O que é que se faz? Havia uma casa, não era bem uma casa, era uma loja, ali na rua em frente ao Mercado que estava fechada, desabitada. E um dos colegas sabia que essa casa pertencia à empresa de Cervejas da Madeira e que também o Jorge Sá fazia ali umas coisas, mas que isso estava desabitada. E um dos colegas sabia que essa casa pertencia à empresa de Cervejas da Madeira e que também o Jorge Sá fazia ali umas coisas, mas que isso estava desabitada. Naquela altura, desenvolveram muitas lutas para se adquirir coisas, fosse a luta pela habitação, porque as pessoas viviam em situações muito precárias, havia casas vazias e eles não alugavam, nós estávamos sobre um regime de colónia em que os colonos tudo aquilo que cultivavam tinham que dar metade aos senhorios, eles viviam em casas

*pequeninas, eles não podiam fazer uma casa de banho, não podiam fazer um quartinho à medida que a família fosse crescendo, isso era tudo proibido, não era possível fazer nada disso. Então, gerou-se um movimento grande e aqui eu também tenho de fazer referência, acho que foi muito importante as pessoas sentirem também o apoio dos soldados, das forças armadas, dos capitães que também nos ajudaram a avançar com as lutas no 25 de abril. Por exemplo, nós íamos à Ponta do Sol, tínhamos agricultores da Ponta do Sol, carro da tropa ia lá buscar os produtos e trazia para a cooperativa. Portanto, naquela primeira fase isso também foi muito importante e deu-nos força. Então o que eu pensei? Como eu estava a dizer, eu queria arranjar um trabalho para poder ganhar, ter a minha independência económica e também poder participar nas coisas, porque nós tínhamos aquela ânsia, aquela vontade de querer participar em tudo. Eu pensei, ocupamos a casa e começamos a organizar uma cooperativa de consumo e de produção, como se fosse um minimercado como agora se diz. Entre eu ir trabalhar para uma empresa onde as mais valias do meu trabalho vai para o patrão, então eu aceito ficar aqui na cooperativa e as mais valias do meu trabalho, eu vou receber o meu salário, e depois é dividido por todos os cooperantes. E foi assim, eu tive 20 anos a trabalhar numa cooperativa de consumos, acabei por abraçar outras coisas, desisti depois de continuar a estudar porque o que eu queria era participar em coisas, queria fazer coisas. Nós lutávamos, eu lembro-me, parece hoje uma coisa insignificante, mas nós íamos aos bairros sociais, por exemplo, no bairro de São Gonçalo, eles não tinham lá uma fonte de água potável, para as coisas que eles precisavam. Foi uma luta grande e foi na Câmara e, por acaso, eu até conhecia, na altura o engenheiro, ele ficou recetivo às reivindicações e isso conseguiu-se. Depois, o que é que se dá? O povo à medida que foi ganhando mais liberdade e se sentia apoiado nas suas lutas, a luta contra a colónia. Há uma grande manifestação ali no Jardim Municipal onde vêm colonos e suas famílias à volta da ilha toda para ocupar o «Intel<sup>277</sup>». É ocupado o «Intel» para que o produto, as canas, fossem muito mais bem pagas e conseguiu-se isso. Depois, houve lutas em Câmara de Lobos, muito importantes pelo saneamento básico que não havia, dá-se a luta das bordadeiras para que o seu trabalho fosse melhor renumerado e porque não eram consideradas trabalhadoras e isso foi uma luta muito grande que foi feita, inclusivamente, mobilizou mulheres de toda a ilha, deu-se a luta dos pescadores no Caniçal em que as mulheres uniram-se com os homens, com as suas famílias, para o pagamento do subsidio, do*

---

<sup>277</sup> O mesmo que «Hinton»

*abono, que estava em atraso, em Machico houve grande luta de movimentação por melhor escola para que os filhos das pessoas pudessem ter melhores condições de ensino, portanto, pode-se dizer que se deram lutas que, alguma vez, hoje, até parece que é mentira, mas foi verdade. Conseguiram-se importantes direitos que, eu hoje, porque também é verdade que eu tive ligada às cooperativas de consumo, durante 20 anos, eu fiz de tudo, dávamos encomendas, nós tínhamos praticamente quase que uma cooperativa de consumo em todos os concelhos da Região, organizamos uma união de cooperativas para fazerem as compras em conjunto porque uma coisa era comprarmos 20 sacos de arroz e outra coisa era agente comprar 100 sacas de arroz, o preço era mais económico, tínhamos um prazo maior para efetuar o seu pagamento. A «Cocan» que era a cooperativa em que eu tive sempre ligada, desde o início, depois fez parte também da confederação das cooperativas a nível nacional, da «FENCOOP» e, portanto, desenvolveu-se a nível dos vários concelhos, cooperativas que teve um peso muito grande ao ponto de haver empresários que vendiam os produtos para depois serem revendidos. As cooperativas de consumo, depois a situação foi evoluindo e com a chegada das grandes superfícies praticamente, posso dizer, que engoliu as cooperativas porque os preços que nós praticávamos eram superiores a alguns que eles vendiam porque nós íamos comprar aos intermediários e eles, com o seu grande poder de compra, acabaram, praticamente, por engolir as cooperativas, mas que elas se mantiveram durante mais de 20 anos. Ainda há uma, no Estreito, a cooperativa Liberdade só que depois eles enveredaram por outras coisas, mas as de cá do Funchal, e a maior parte das zonas rurais, não conseguiram sobreviver, pronto, a luta era feroz até mesmo os comerciantes aqui à volta, os preços que eles praticavam, portanto, tudo fizeram para que as coisas fossem acabando, pode-se dizer. Deste momento a «Cocan» existe, mas é como uma cooperativa cultural, fazem eventos, fazem assim algumas coisas, mas que já não é uma cooperativa de consumo como era antigamente.”*

## **2- Quanto ao 25 de abril, como teve conhecimento do que estava a acontecer em Lisboa?**

*“Olhe é assim, quando se dá o 25 de abril, eu tinha um irmão que era muito engenhoca em rádios, mas, coincidência, eu estava numa reunião no Funchal, numa reunião da «JOC», quando tive conhecimento que se deu o 25 de abril. Nós ficamos assim porque isto aqui na Madeira a coisa era um pouco diferente, entretanto, despachei-me, fui para casa mas sempre com o rádio colado ao ouvido, ouvindo o desenvolvimento,*

*como é que as coisas se estavam a passar. Entretanto, no outro dia vim para o Funchal, vi um advogado que era de cá, que teve no continente, e que voltou para cá e nós pedimos que ele fosse lá à reunião para nos explicar bem o que é que estava a acontecer. E depois, a gente estava sempre pendente das informações, das notícias que nós queríamos participar e queríamos estar atentos a tudo. O 25 de abril, na Madeira, foi o 1.º de maio. Veio gente de toda a Madeira, e aqui há uma coisa que eu queria fazer referência, as mulheres tiveram um papel fundamental, eram quase que mais reivindicativas do que muitos homens.”*

### **3- Saiu à rua?**

*“Saí à rua. Era incapaz de haver uma manifestação e de estar em casa a ouvir nas notícias. Eu gostava imenso de participar. Eu tentava sempre uma maneira de furar, fosse a hora que fosse, eu queria participar, queria estar sempre atenta. Foi muito importante, foi um tempo que hoje, passados já 40 e tal anos, estamos já nos preparativos para os 50 anos, que dificilmente eu penso que vamos ter um momento como aquele.”*

### **4- Sente que a sua vida mudou?**

*“Imenso. Eu acho que quando se dá o 25 de abril, nós praticamente não tínhamos direitos, não tínhamos nada. Os direitos que nos conseguimos, para as mulheres acho que foi uma volta de 180 graus porque as mulheres praticamente não tinham direito a nada. Quando se dá o 25 de abril ainda havia poucas mulheres a trabalharem fora, praticamente eram as mulheres dos bordados e uma ou outra que pudesse trabalhar assim numa repartição, mas eram muito poucas. Quando se dá o 25 de abril, as pessoas também começaram a reivindicar, ate porque quando se dá o 25 de abril, mesmo aquelas que trabalhavam, por exemplo, as trabalhadoras das fábricas, elas não tinham uma semana de trabalho, era só três dias, e não havia direitos. Era trabalhar, receber aquele dinheirinho mas não havia direitos. Os direitos que nós conquistamos foram excepcionais. Nós fizemos lutas para tudo e mais alguma coisa aqui na Região. Fosse contra o analfabetismo que, na altura, existia muito, não há dúvida que era grande a percentagem de analfabetismo, mas as mulheres eram em maior número. Eu lembro-me, depois do 25 de abril naquelas lutas, que as pessoas vinham ter connosco nem que fosse para aprender a fazer o seu nome, para quando fossem a qualquer sítio não terem de marcar o dedo. Eu participei também na alfabetização e sei o quanto isso foi gratificante e quanto isso foi importante. Nós lutamos por cresces, jardins de infância que não havia, nos lutamos pelo planeamento familiar que também não havia, nos lutamos por coisas que depois, ao*

*longo dos anos, a malta mais jovem quando se dá de conta já tem todos estes direitos, pensa que os direitos sempre existiram, mas não existia nada. Lutas para melhores instalações fossem da escola primária, fossem da escola secundária e mesmo noutros graus de ensino, foram lutas que se desenvolveram e que tiveram grande leque que obrigou a haver algumas cedências.”*

#### **5- Por acaso chegou, alguma vez, a enfrentar a oposição? Sentiu-se ameaçada?**

*“Eu não me senti ameaçada, mas nos sentíamos que andávamos a ser perseguidas e nós tínhamos de estar bem atentas. Lembro-me porque houve algumas lutas que nós fizemos que eles consideraram que não era a mais correta. Por exemplo, eu na altura integrei a União do Povo da Madeira (UDP), que foi um partido regional que se criou aqui na Madeira, tinha pessoas de todos os concelhos, até do Porto Santo, só que como os partidos eram ilegais, nós tivemos de enveredar. Quando se dá o 25 de abril e estas lutas, a luta pelo fim da colónia em defesa de melhores condições económicas para os agricultores, em termos da questão da cana, havia aí o «Iate Apollo» que era um barco, um espião da CIA, que andava aí e telefonemas, coisas daqui e de acolá, faz-se uma grande manifestação no Jardim Municipal e fomos todos para expulsar o «Iate Apollo». Ainda deitaram uma mota e um carro para baixo que estava ali na pontinha, mas nós íamos. Eles também tentaram e agente também, às vezes, tentava furar assim uma outra rua quando queríamos ir embora. Mas houve lutas aí um bocado que também nos exigia ter um espírito de sacrifício e de iniciativa também para não nos deixarmos ser apanhados.”*

#### **6- Na história vê-se falar muito da figura do homem quanto à Revolução de Abril e com isto apercebemo-nos que afinal a mulher também teve um papel muito importante?**

*“A mulher teve um papel importantíssimo. As mulheres antes do 25 de abril, por exemplo, nós aqui na Madeira, trabalhavam muitas mulheres era na agricultura, nas zonas rurais e depois tinham de cuidar da casa, trabalhavam na fazenda e à noite, mesmo com o candeeiro a altas horas da noite, iam bordar para ganhar algum dinheirinho porque as contas, o «role» da mercearia depois ia aumentando, e as pessoas depois também tinham de pagar e a situação era muito má. As mulheres eram quase como uma escravatura. Nem tinham nem regalias nem direitos nenhuns, pelo contrário, só tinham deveres e obediência. E aqui, nós queiramos, ou não, a Igreja também teve um papel, quer dizer, muitos padres também tiveram um papel no sentido que eles tinham de se*

*resignar com a sua sorte, era um bocado terem de aceitar a situação. Quando se dá o 25 de abril, que elas tomam consciência que podiam reivindicar e lutar por direitos. Foi uma participação impressionante de mulheres que até então nunca se tinham importado, mas que depois despertaram para a luta e tiveram um papel muito importante nas lutas que se desenvolveram aqui na Madeira.*

*Os homens sabe-se que já tinham outras vivências que não eram as mulheres, muitos chegaram-se para a frente. Mas houve mulheres que eram mais reivindicativas do que muitos homens, eu não tenho dúvidas. Por exemplo, a luta dos bordados praticamente foi toda feita por mulheres e contra os homens que dominavam o sindicato e elas eram praticamente noventa e tal por cento mulheres, foi uma luta que lhes exigiu muito. No entanto, elas conseguiram direitos para o seu sector que muitos homens à frente dos seus sindicatos não conseguiram.”*

#### **7- Nos dias de hoje, considera que ainda há muita coisa por fazer?**

*“É assim, há uma coisa que eu tenho uma mágoa. Eu acho que toda a direita, há um marco que foi muito importante que nos tivemos e que nos ajudou também neste caminho das lutas, das reivindicações dos direitos que nós conseguimos, que foi a Constituição da República de 1976 que também nos ajudou e contribuiu para que muitos dos direitos que os trabalhadores e as trabalhadoras alcançaram porque estava lá consagrado na Constituição e o que é que nós notamos? Toda a direita, a luta de quase toda a direita reacionária aí, é para rever a Constituição. Porque, em particular, a extrema-direita está com uma sede de querer voltar atrás para ter os privilégios que tinham antes no tempo de Salazar e isso é preocupante. Eu tenho alguma mágoa e tristeza porque eu lutei por direitos que hoje muitos dos trabalhadores/trabalhadoras e jovens não vão beneficiar desses direitos porque eles aos poucos e poucos estão a retirar. Então, isso é uma mágoa imensa porque eu fiz tudo isto, mas também estive ligada a um movimento sindical. E as lutas que nós fizemos por direitos para os trabalhadores, por exemplo, custa-me imenso como é que esta precariedade está a dar cabo da vida desta malta mais jovem, que não vê grande luz para que se altere tudo isto. Mas está nas mãos das pessoas. Uma pessoa só não faz nada, mas se houver uma união, se as pessoas tiverem consciência da sua situação que estão a ser, não digo roubados, mas que estão a perder tudo aquilo que os seus pais e os seus familiares tiveram porque realmente é um retrocesso muito grande e isso é o que mais me preocupa.”*

## Anexo E

### *Memórias da Revolução*

#### Entrevista com Dulce Andrade



Anexo E - Entrevista com Dulce Andrade, 11-09-2022, Machico.

Com 80 anos de idade, Dulce Andrade foi professora do 1.º ciclo durante 32 anos. Assumiu a direção de diversas escolas, como nos Maroços e no Caramanchão<sup>278</sup>. Foi subdiretora da escola da Ribeira Seca, durante cinco anos, e assistiu ao protesto realizado pelos pais e alunos quando os mesmos exigiam melhores condições. A convite da Secretaria da Educação foi ainda representar Portugal no Projeto Sócrates<sup>279</sup>, na

---

<sup>278</sup> De acordo com a entrevistada, esta escola entrou em funcionamento pela primeira vez sob sua direção. A Secretaria da Educação deu-lhe o poder de escolher os professores que iam lecionar neste estabelecimento de ensino.

<sup>279</sup> “o projeto Sócrates é uma ação que propicia aos alunos e egressos de diversos cursos do Cesupa a observação in loco do que lhes foi ensinado em sala de aula. Para tanto, o projeto desenvolve um programa de visitas técnicas, agendadas em organizações de diversos segmentos e tamanhos e com os mais distintos modelos de gestão, objetivando tanto a agregação do conhecimento produzido nas mesmas quanto gerar uma maior vivência por meio das novas experiências organizacionais encontradas nos estados com realidades distintas da presenciada no Pará”. [consultado em: <https://sites.google.com/a/sifecesupa.org/socrates2012/projeto-socrates>]

Inglaterra. Nesta entrevista, Dulce Andrade (D.A) solicitou o auxílio do seu irmão Luís Fernandes (L.F)<sup>280</sup>, que a ajudou a complementar o seu raciocínio.

### **1 – Como é que era a sua vida antes da Revolução de Abril?**

*(D.A) “Antes da Revolução de Abril eu tive um percurso que a grande maioria das pessoas não tinha. O meu pai era uma pessoa que ganhou muito bem e conseguiu ter os seus filhos na escola porque na altura só tirávamos em Machico até o 4.º ano de escolaridade, quarta classe. Quem quisesse continuar a estudar teria de ir para o Funchal e teria de pagar um colégio e foi o que nos aconteceu. Os meus três irmãos estavam num colégio e eu e a minha irmã estávamos noutra. Tirámos os nossos cursos. Entretanto abriu um colégio em Machico, privado, particular e eu vim já para o último ano do colégio e também o meu irmão [Luís Fernandes]. Seguimos cada um o seu percurso, eu tirei o magistério e tornei-me professora. A maioria das pessoas não passaram por isto. Grande, grande maioria lutava por uma alimentação razoável que não tinha. Na altura não havia nem abonos, nem subsídios, nem subsídios de viuvez. Lembro-me sempre disto, muitas vezes na minha vida, morreu um senhor que vivia atrás da nossa casa, no mar, que deixou vários filhos e a mulher sem um tostão para comer, esperavam a esmola dia a dia. E quem dá, não dá sempre. Mas toda a família precisa sempre. Portanto, o percurso da maioria das pessoas foi bem diferente ao meu.”*

### **2- Como é que teve conhecimento do que estava a acontecer em Lisboa, mais precisamente no dia 25 de abril?**

*(D.A) “Eu não estava na Madeira, mas soube através do rádio. Eu ouvi, era inglês, a linguagem, eu percebi logo, olha Portugal caiu, houve um golpe de estado. Foi uma revolução das Forças Armadas”.*

*(L.F) “Quem fez o 25 de abril foram capitães do exército. Depois de conseguirem normalizar, porque ainda houve quarteis que iam se enfrentar e conseguiram fazer com que não houvesse agressões. Mais tarde, quando já estava tudo estabilizado, chamaram o general Spínola que antes era o Comandante-Chefe das Forças Armadas em Guiné, escreveu um livro sobre a situação política em Portugal e isso fez despoletar os militares porque chegou-se à conclusão de que a guerra colonial, Guiné, Moçambique, eu estive na guerra em Moçambique, que era uma luta que não levava a nada, ia continuar a*

---

<sup>280</sup> Luís Fernandes tem 74 anos de idade e trabalha no tribunal desde 1967. Durante o seu percurso profissional foi alvo de algumas ameaças face à sua posição.

*guerrilha, era soldados a morrer, mutilados, cegos, sem pernas, sem braços, tudo isso. Ele escreveu esse livro e depois foi chamado para chefe das Forças Armadas, depois passou-se, deu-se o 25 de novembro que os comunistas queriam tomar conta de Portugal, até queriam mandar indivíduos para o Campo Pequeno, o das touradas, para serem fuzilados. Houve uns que se opuseram e acabaram por não fazer isso. Depois disso, houve eleições. Antes do 25 de abril era o Almirante Américo Tomás e o Marcelo Caetano que foram presos, vieram para a Madeira, para o palácio de São Lourenço, depois foram para o Brasil e lá ficaram.”*

**3- Estava fora quando se deu o 25 de abril. Quando chegou cá, alguma vez fez parte de alguma manifestação?**

*(D.A) “Não. Eu assistia, mas nunca participei. Assistia mesmo aqui no centro de Machico manifestações, muitas vezes na varanda do apartamento que o meu irmão vivia, mas nunca participei pessoalmente”.*

**4- E qual é que era a sua opinião quanto a essas manifestações?**

*(D.A) “A minha opinião era que as manifestações eram um bocado perigosas, para mim. Eram muito perigosas porque envolviam as pessoas mesmo que não estivessem pelo lado comunista, muitas vezes eram misturadas como aconteceu com o Morais. O Morais era um senhor que trabalhava no Registo Civil e estava parado a observar aquilo que se estava passando aqui no centro e quando foi agredido, veio outro e outro, e começaram mesmo a bater a sério”.*

*(L.F) “Eu lembro-me disso, eu estava lá.”*

*(D.A) “Mas que eu participasse, não, eu nunca participei porque tinha os meus filhos pequenos e não me queria meter, nem eu nem o meu marido. Nunca nos manifestamos nessas coisas. Vou dizer uma coisa, o padre Martins na altura já não falava com nenhum irmão meu e ainda falava comigo, ele sempre falou comigo.”*

**5- Sente que a sua vida mudou depois do 25 de abril?**

*(D.A) “Sim, sem dúvida nenhuma. estava fora da Madeira precisamente por não ter o 25 de abril, digamos. Logo que houve o 25 de abril eu pude vir para a Madeira. Porque era assim, nós estávamos numa colónia inglesa para evitar que o meu marido fosse para Angola ou Moçambique. Tendo em conta que os meus sogros já eram pessoas de idade, tudo foi feito para ele não ir porque eles achavam que ele ia morrer na Guiné,*

*nas colónias. Se não fosse o 25 de abril nunca mais podia vir porque ele ia ser sempre chamado para a tropa, portanto, o 25 de abril foi a coisa mais maravilhosa que me podia acontecer porque eu pude vir para aqui. Eu trabalhava lá, mas aqui eu tinha tirado o meu curso que gostava tanto e não estar a exercer, foi ótimo eu ter vindo para a Madeira.”*

*(L.F) “E mesmo em ordenados. Os ordenados subiram que ganhávamos uma miséria. Eu como funcionário público ganhava, na altura, 1300 escudos, depois subiu logo. Já se vivia bem”.*

*(D.A) “Quando eu trabalhava lá na Ribeira Seca começaram a aparecer as primeiras reformas. Eu ainda me lembro de uma senhora que era viúva e que cuidava de netos, ela ia sempre à escola comigo. Quando vinha alguma correspondência para ela, ela ia lá para eu ler. Ela chegou lá com aquela carta e disse «senhora professora venho aqui para ver isto o que é, não sei se é o meu neto que vai preso, que ele se metia me problemas», eu abri e disse a senhora, que já não me lembro o nome dela, vai receber uma reforma, [ela disse] «muito obrigada ao senhor padre Martins», pôs-se de joelhos e tudo. «Muito obrigada ao padre Martins que me vai dar isto», então eu disse não senhora, isto é, do governo e vem para toda a gente na sua situação. E ela «isto cá é o senhor padre Martins». Tudo era o senhor padre Martins, tudo. E então se fosse coisas boas então era mesmo o senhor padre Martins”*

*(L.F) “Ele depois entrou em guerra com a Igreja que até foi suspenso das funções. Fazia casamentos, o padre tem que comunicar ao Registo Civil, mas o Registo não aceitava porque sabia que ele estava suspenso, e ele não podia fazer aquilo. E gente que pensava que estava casada que ele casou, e não estava casada. Tanta gente não está casada porque pensavam que estavam casados. Quando precisavam de fazer papeis, tudo isso, «solteira, solteiro». Mas no entanto ele não dizia ao povo que não tinha poderes para casar.”*

*(D.A) “Outra coisa ótima que veio com o 25 de abril foi o abono de família, porque não havia abono de família nenhuma. Como já disse, falecia o pai ficava tudo na miséria. Os filhos não tinham dinheiro para nada . Lembro-me sempre que a minha mãe emprestou o fato de primeira comunhão dos meus irmãos a toda a vizinhança, tudo fazia a primeira comunhão com aquela roupa porque coitadinhos, não tinham, e a minha mãe ia emprestando sempre. Era muito difícil. Até quando a minha mãe dizia «vou fazer sopa» ponha tanta coisa a mais que era para depois da sopa cozida, levar aos vizinhos Atrás*

*da nossa casa havia uma senhora com cinco filhos e havia um senhor, que era o senhor Camacho, já bastante velho, que tinha três filhas que morreram de tuberculose, não havia medicamentos, não havia como pagar para ir ao médico e, cada uma delas, deixou duas filhas e ele é que cuidava daquelas netas, sem ter nada de seu. A mais velha de todas foi criada praticamente na minha casa. Já tinha 12 anos, a minha mãe servia-se dela para tê-la lá em casa, vai regar as flores, por exemplo, não fazia serviço de pessoa adulta. Tínhamos uma empregada em casa que era a Casaca. Essa miúda, para estar na nossa casa minha mãe mantinha-a sempre assim, por um tapete no lavador, varrer a cozinha e aguentava nisto todos os dias. Ela vivia lá praticamente, só ia dormir a casa.”*

*(L.F) “Não era por ser a nossa mãe, mas, minha mãe ajudava muito as pessoas pobres da vizinhança”.*

*(D.A) “Nós não eramos ricos, mas vivíamos. O meu pai tinha trabalho e ganhava bem. Nunca faltou nada, felizmente.”*

## **6 – Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*(D.A) “Eu acho que sim. Antes ninguém via mulher alguma na política, nem sequer podiam votar. A partir do 25 de abril passou a haver votos. No meu tempo antes do 25 de abril um professor votava, mas como é que votava? Eu votei uma única vez depois de ser professora, antes do 25 de abril. Recebi o envelope coloquei já prontinho, fechado, lacrado, eu não abria e metia na urna no dia seguinte, vinha à Câmara meter na urna.”*

*(L.F) “Isso também me aconteceu. Votava-se para a Assembleia Nacional, para os deputados para a Assembleia. A gente aqui votava-se para os deputados da Madeira, mas aquilo eram eles que decidiam.”*

*(D.A) “A partir do 25 de abril o voto já era livre, a mulher já pode votar. E, além disso, as mulheres começaram a aparecer nas campanhas políticas, começaram também a falar, ditar leis a favor das mulheres, lembro-me sempre de uma Conceição Bacanhim que falava muito. A Magda, irmã do padre Martins, por exemplo, andou metida na política só que o marido uma vez na tal crisma que bateram no sr. Bispo. Na rua, o fulano que tinha*

*um ferro para bater no sr. Bispo partiu um braço ao marido dela. O marido era do mesmo lado, mas, sem querer, era um movimento louco bateram-lhe com um ferro e partiram-lhe um braço. A partir daí ela deixou mais a política.*

*(L.F) [opinião quanto à pergunta] “Acho que não porque as mulheres não tinham vós ativa. Não tiveram influência porque foram os homens que fizeram a revolução. Depois é que a mulher conseguiu ter acesso, portanto, já foi olhada de outra maneira. Muitas apoiaram os maridos, os militares por exemplo, naturalmente que as mulheres sabiam que eles iam fazer a revolução, mas ativas na revolução não foram, estavam todas em casa. Depois como as coisas foram melhorando, foram conseguindo empregos. A mulher era em casa e até para conseguirem empregos não havia, não eram formadas, poucas eram formadas.”*

*(D.A) “A mulher saía para ir à Igreja e pouco mais”*

*(L.F) “A mulher era um objeto antes do 25 de abril.”*

*(D.A) “Muitas delas trabalhavam os terrenos à volta da sua casa para ter, no dia a dia, alguma coisa para alimentação”.*

*(L.F) “Algumas senhoras, antes do 25 de abril, mas por exemplo isso já era apoiar a ditadura, porque quando estávamos no Ultramar havia umas senhoras da alta burguesia que pertenciam ao Movimento Nacional Feminino que davam apoio às mulheres dos militares que estavam em Moçambique. Mas eram apoiadas pela ditadura que era para manter os militares mais satisfeitos, mas isso pouca influência tinha.*

**7 – Desde a Revolução de Abril até os dias de hoje, acha que as coisas têm vindo a evoluir ou ainda há muita coisa por fazer em relação à mulher?**

*(D.A) “Há muita coisa sempre por fazer. Nunca fica completo, mas evoluiu muito. Por exemplo eu estou aqui a me lembrar quando comecei a exercer a minha profissão, eu conhecia meia dúzia de professores e todos eles eram diretores de escola, portanto, eram sempre colocados como diretores de escola os homens e nunca as senhoras, como o professor Tito de São Vicente, o professor Gonçalves, o professor Basílio, e muitos outros.”*

*(L.F) “Os cargos de chefia eram dos homens.”*

*(D.A) “Mesmo depois do 25 de abril. Agora qualquer colega tem que ter sempre uma característica especial para ser diretora de escola. Em regra são pessoas que se dedicam ao seu trabalho.”*

## Anexo F

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Gabriela Relva**



Anexo F - Entrevista com Gabriela Relva, 14-07-2022, Lombada da Ponta do Sol.

Gabriela Relva Gonçalves nasceu em 1952 e é natural da Lombada da Ponta do Sol. «Sãozinha», a jovem de 17 anos que foi assassinada na Revolta das Águas, em 1962, era sua irmã. Um fecho que marcou de forma trágica o seu quotidiano, até os dias de hoje. É professora e fez parte do Sindicato de Professores da Madeira. Atualmente é a presidente da Associação de Regantes da Levada do Moinho da Lombada e Lugar de Baixo.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“Ora bem, fui jovem, nasci no período do Estado Novo, nasci em 1952, nasci numa família rural muito conservadora, o meu pai era uma pessoa conservadora e numa família muito numerosa onde prevaleciam um maior número de mulheres. Portanto, o meu pai casou duas vezes, eu sou do segundo casamento, e do segundo casamento a minha mãe teve mais meninas do que meninos e há uma característica nesta família que é que as mulheres são muito mais dinâmicas, mais ativas, mais frontais, enquanto os*

*meus irmãos são mais recatados, mais pensativos. E foi nesta família que eu cresci, fui educada. Em criança e devido à minha deficiência motora frequentei uma escola masculina, coisa rara. Estava numa situação de uma aluna clandestina porque eu estava matriculada numa escola feminina e frequentava a escola masculina, porquê? Porque a escola feminina ficava muito longe da minha casa e a escola masculina era mesmo ao pé, mas eu estava numa situação clandestina porque não era permitido, o regime não permitia, era escola feminina e escola masculina, não permitia a junção dos dois sexos. Interessante que eu fui treinada para que sempre que chegasse um senhor de fato e gravata do Funchal eu dirigia-me à porta da sala de saída e dizia que tinha ido dar um recado, tinha vindo para o telefone, o meu pai tinha uma mercearia e tinha vindo para o telefone da mercearia e era o senhor inspetor. Neste ambiente já de uma certa pressão, eu não era uma jovem como as outras, portanto, eu já estava sujeita a um regime muito controlado, nesse sentido. Depois fui para o Funchal estudar, para a Escola Industrial, uma escola também onde a divisão de género era bastante visível, turmas femininas, turmas masculinas; a entrada na escola dos rapazes era pela entrada da Rua das Hortas, e as meninas entravam pela porta principal; dentro dos corredores da escola era difícil nos cruzarmos, porque os rapazes iam por um determinado percurso e as raparigas por outro, portanto, este tipo de vivências ajudou-me a crescer e a amadurecer. Desempenhei alguns cargos enquanto aluna, hoje é direção de turma e na altura era delegada de turma. Recordo-me de ser chamada ao diretor da escola por defender, por vezes, e barafustar em defesa das minhas colegas, na altura, nós fazíamos uma coisa que se chamava as «paredes», o que era uma «parede»? Um dia que tivesse sido retirado, ou por ser dia santo ou feriado, e que não havia aulas e passou a haver aulas, isto acontecia, por exemplo, no dia 6 de janeiro era Dia de Reis e no âmbito da Igreja era um dia santo e deixamos de ter o Dia de Reis como dia santo. Então fazíamos «paredes». E o que era? Juntávamos a turma toda e ninguém aparecia na aula naquele dia, fugíamos e não aparecíamos. Recordo-me de ser chamada ao diretor, por termos estas atuações. Chegaram-me a tirar o cargo precisamente porque eu dava a cara em defesa dos nossos direitos enquanto alunas. Entretanto, deu-se o 25 de abril. Mas ainda gostaria de realçar, que isto faz parte da minha educação, do meu crescimento, da minha personalidade. Aos 10 anos vivíamos aqui, na Lombada da Ponta do Sol, uma situação muito trágica, que é conhecido, foi a revolta das águas, e a jovem que foi assassinada, tinha 17 anos, era a minha irmã e isto marcou-nos muito porque é verdade que estávamos no Estado Novo e a população da Lombada sofreu a repressão do regime, nós em casa*

conversávamos. A «Sãozinha» nunca foi esquecida. Fazia parte das conversas em família de tal forma que quando chegamos ao 25 de abril foi uma das primeiras reivindicações da população da Lombada foi indicar o direito às águas, tal como acontecia em 1962, porque os terrenos foram adquiridos pelos colonos ao Estado e na compra, nos registos dos terrenos, também adquiriram a água, portanto, os terrenos foram adquiridos a preços altíssimos, contraíram dívidas ao Estado por mais de 20 anos, a pagar prestações anuais, mas incluía a água. A partir de 1958/1960 a Junta Geral quis tomar conta da água, o povo levantou-se, daí a revolta das águas. Foi também uma luta de muitas mulheres, foi uma jovem de 17 anos, a «Sãozinha» era estudante, foi assassinada; houve muitas mulheres que foram presas, também homens, mas as mulheres estavam sempre presentes na luta. Se me perguntar se já estava politicamente organizada como uma antifascista, por exemplo? Eu diria que não, mas ia tomando consciência à medida que ia crescendo que o regime político era repressivo. Ainda antes do 25 de abril eu convivi, aliás na minha casa, tinha uma irmã mais velha que era funcionária da Câmara da Ponta do Sol, convivemos com as pessoas ligadas ao comércio do Funchal, o Vicente Silva e entre essas pessoas, posso destacar a Conceição Pereira que foi professora, já faleceu; a Clarisse Fernandes que hoje está nos Açores; eram pessoas que estavam ligadas a um jornal, que era tido como oposição ao regime, era o chamado «jornal cor-de-rosa». Eles frequentavam a casa dos meus pais, os meus pais já não eram vivos, e nas conversas que ia se tendo, eram conversas aí já era política entre eles e eu ia-me apercebendo que havia necessidade de mudanças, até porque as conversas eram feitas com pessoas de confiança, não era qualquer pessoa que ponham ali. Eu recordo-me do Vicente e o Dr. Aragão era também uma pessoa que frequentava a nossa casa. Fizeram um trabalho sobre a revolta das águas e eles estavam a tentar fazer de forma que pudesse ser publicado, que não houvesse depois o chamado «lápiz azul» e cortassem. Portanto, foi assim que eu me transformei numa jovem.”

## **2- Como teve conhecimento do 25 de abril aqui na Madeira, mais precisamente em Lisboa?**

“Eu estava em Lisboa nessa altura. Eu em 1973 fui para Lisboa, tinha uma irmã que estava a frequentar medicina, estava grávida e eu fui com ela. Vivíamos em Queluz e eu estava a estudar num colégio em Benfica. Estava a fazer aquilo que hoje é o 12.º ano era o 7.º ano do Liceu. Naquela manhã do 25 de abril de 1974, foi uma manhã como qualquer outra, levantamo-nos, arranjamo-nos e tinha um sobrinho de quatro anos e

*íamos pô-lo a uma creche e eu ia para o colégio e a minha irmã para o Hospital de Santa Maria, que era a Faculdade de Medicina. Entretanto, enquanto tomávamos o pequeno-almoço, já era hábito ligar a televisão, televisão a preto e branco, eu lembro-me muito bem que ligamos a televisão e ouvimos aquelas notícias que era para a população de Lisboa não sair de casa e que estava a correr tudo bem, e a lerem aqueles comunicados. Ficamos em casa, o dia todo presas à televisão a ver o que estava a acontecer, até porque não se sabia de que lado, sabíamos que era um levamento militar, e recordo-me que o 25 de abril de 1974 foi numa quinta-feira, e na segunda seguinte eu fui para o colégio e era outro mundo. Toda a gente conversava, toda a gente ria, aquelas ruas, ali na zona de Benfica, ao pé da Igreja do Benfica, lembro-me de ver principalmente mulheres com os cravos vermelhos. As aulas passaram a ser espaço de educação cívica. Lembro-me de um professor que era muito tímido, dava a sua aula e não comunicava connosco, a partir daquele dia ele passou a ser outra pessoa. E que homem era aquele? Tinha sido um preso político, ele então contou-nos a sua história, já depois de ter a certeza que era mesmo uma revolução democrática, ele contou-nos, lembro-me dele falar da tortura do sono, daquela sala amarela, muito vazia que ele dizia que ficava horas e horas e a dada altura tinha uma sensação de estar a querer fugir para se libertar, corria e dava contra a parede. Foi assim, aos poucos, que fui me tornando também numa cidadã ativa e depois voltei à Madeira no verão de 1974 e quando cá cheguei aí a Madeira já havia movimentos, muitas manifestações. Ainda em relação a Lisboa, gostava de recordar que no 1.º de maio eu e a minha irmã fomos à baixa de Lisboa, aquilo era um mundo, aquelas ruas, as pessoas cumprimentavam-se sem se conhecer, abraçavam-se, riam, era outro mundo e eu acho que eram manifestações espontâneas, já se gritava «o povo está com a MFA», uma frase que eu fixei muito bem; «O povo unido jamais será vencido», são boas recordações que eu tenho de 1974, em Lisboa. Depois vim para a Madeira e envolvi-me, liguei-me às pessoas que já conhecia antes de 1974, que estavam ligadas ao comércio do Funchal. Surge, entretanto, um movimento político que foi o PM, entrei para o PM e passei a ser uma cidadã política, participativa.”*

### **3- Sente que a sua vida então mudou, depois do 25 de abril?**

*“Sim, foi outro mundo, foi outra coisa. Posso contar alguns dos momentos dos quais recordo com bom grado. Pós 25 de abril, como já disse há pouco, a população da Lombada organizou-se e foi reivindicar junto do Brigadeiro Azeredo o direito sobre as águas e foi mesmo uma pressão. Ele veio cá, foi ate o cabo da levada, local há a divisórias*

*das águas e onde a minha irmã falecer, fazer o acordo entre a quantidade de água que nós tínhamos direito, e isto depois também foi resolvido a nível de tribunal e hoje a água é gerida pelos populares, por uma comissão com os usos e costumes do antigamente. Recordo-me também o meu envolvimento numa comissão de agricultores em defesa dos agricultores produtores de cana-de-açúcar, foi uma comissão feita pelos vários concelhos onde se produzia a cana-de-açúcar, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Santa Cruz, Machico, e em março de 1975, após um comício que se fez no Funchal, no Jardim Municipal, arrancamos numa manifestação também espontânea, milhares de pessoas, e ocupamos o engenho do Hinton, estivemos durante duas semanas à espera que resolvessem aquilo que reivindicamos no caderno de reivindicações e, entre as várias, reivindicações era aumentar o preço da cana, que na altura era onze tostões que pagavam ao quilo, o direito dos agricultores receberem o valor da cana que entregavam no Hinton após a entrega, não ficar meses e meses para receber o dinheiro, infelizmente ainda hoje continua a ser assim, essa reivindicação continua passados quase 50 anos de revolução de abril aos agricultores a não receber de imediato o fruto do seu trabalho, entregam o produto mas não recebem logo. Em termos profissionais, comecei a lecionar em 1977, em janeiro de 1977, numa altura em que já começava a haver um levantamento de professores e, em particular, de professoras para fazer nascer um Sindicato de Professores da Madeira, também aderi. Participei naquelas reuniões, na atual Francisco Franco, que era a Escola Industrial, onde se discutia os estatutos e, portanto, passei a ter sempre uma vida ativa, enquanto pude.”*

#### **4- Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*“Sem dúvida. Não vou desprezar o papel dos homens, mas atendendo a que as mulheres, em termos profissionais, não tinham as regalias e os direitos que os homens, alguns homens, já tinham. Os trabalhos mais difíceis, mais escravizantes normalmente era trabalho de mulheres, no caso concreto das bordadeiras, no trabalho de campo, agrícola, as mondas, tudo isso era um trabalho muito, muito pesado e que não era nada valorizado. O trabalho que a mulher fazia nunca era renumerado como o do homem e depois havia, provavelmente, uma pressão em casa/familiar, que não era visível, hoje diz-se que é a violência doméstica, não altura, isso não se falava e que, de certa forma, levou as mulheres a irem para a rua, reivindicar os seus direitos, principalmente enquanto cidadãs e eu penso que a mulher teve um papel fundamental. Recordo-me do trabalho das mulheres, a nível da questão dos bordados, das reuniões que eram feitas*

*pelo campo, que fez nascer o Sindicato das Bordeiras, era só mulheres que estavam ali, aquelas que se juntaram, se organizaram para fazer nascer o Sindicato dos Bordados, mas também aquelas bordadeiras de campo, eram bordadeiras não eram homens que bordavam e tiveram um papel importante porque também conseguiram muitas conquistas nesse campo.”*

##### **5- Chegou a enfrentar alguma vez a oposição na luta pelos seus direitos?**

*“Numa ilha, numa terra, onde a educação é conservadora, tradicional, onde há um peso muito grande por parte da religião, quem dá a cara é logo marcado. Eu recordo-me que nos finais de 1974/75 eu cheguei a acompanhar os chamados «grupos de dinamização» que era feito pelo jovens capitães, militares, iam pelo campo explicando o que era democracia, o direito, aquelas coisas. Aqui, na Ponta do Sol, houve várias sessões de esclarecimento pelos militares, aliás, o Capitão Carita, foi aí que eu o conheci, foi um dos dinamizadores desse projeto, mas eu desloquei-me à Calheta, Jardim do Mar, onde havia íamos para aprender e também para darmos a cara. De certa forma, ao dar a cara ficamos conhecidas e isso depois, se por um lado quem reconhece o nosso trabalho faz elogios, os que não concordam odeiam-nos e eu tenho guardado, na minha memória, momentos de ser “ofendida”, com palavras, com expressões, com muitas ameaças, posso lhe dizer que também em 1974/75 vários telefonemas anónimos a ameaçar com bombas. Havia um grupo de amigos que durante a noite, para nós podermos descansar, iam fazer vigilância lá em casa, porque havia ameaças de bomba, era também o período bombista da Madeira. Não chegou a rebentar nenhuma bomba na minha casa, mas rebentou no local onde nós dávamos aulas, tínhamos feito nascer um colégio clandestino por forma que a Ponta do Sol tivesse uma escola preparatória pública. Os filhos dos agricultores passaram a estudar, os que podiam e principalmente aqueles que na escola primária eram indicados como bons alunos. Tínhamos um local, três salas que faziam parte de uma casa particular e nessa casa rebentou uma bomba. Houve ameaças. Recordo-me de ameaças, por exemplo, de passar ali próximo da Sé do Funchal e de ouvir bocas que me ofendiam muito devido à minha deficiência, dizer onde é que eu devia de estar e onde era o meu lugar, portanto, muita provocação e houve momentos, não vou dizer que tivesse medo, de não sair à rua, mas de respeito porque a qualquer momento podia acontecer. Eu lembro-me uma vez numa manifestação de hotelaria, os trabalhadores da hotelaria estão a descer ali ao pé dos correios, ao pé do Governo Regional, e eu ia no passeio, a rua ia cheia de manifestantes e eu fui muito ofendida por um polícia, houve um polícia*

*que me ofendeu com palavras muito ofensivas. E como eu, penso que muitas mulheres, principalmente mulheres que deram a cara, e que lutaram pelos direitos que no fundo eram direitos de todas, e nos lutamos porque acreditávamos numa sociedade mais justa, mais solidaria e tínhamos sonhos, e queríamos que os nossos sonhos acontecessem. Eu era muito sonhadora, sonhava com um mundo, não como o que está hoje.”*

**6- De todo o processo que envolveu o antes do 25 de abril para o depois, considera que hoje é valorizado tudo o que foi feito?**

*“Tudo não. Eu penso que houve muitas conquistas. Só o facto de pudermos estar aqui a conversar já é uma das grandes conquistas, a liberdade de expressão, e podermos ir para a rua e gritar e levantar a voz. As mulheres conseguiram muitos direitos, mas, ainda hoje, há muito por fazer porque continuamos a ver, por exemplo, a nível político, os lugares chaves das organizações políticas continuam a ser mandados por homens, não são as mulheres que estão lá. Se há uma, ou outra, é porque lutou muito para poder lá estar. Eu até penso que em muitas situações houve um retrocesso. Penso que se criou uma espécie de uma nuvem a atrair os jovens. Hoje não se ouve os jovens falar do que está bem, do que está menos bem. Aqueles anos 70/80 foram muito importantes nisto. Conversávamos, discutíamos, o que era bom fazer, o que não era, tivemos vitórias, também tivemos coisas menos boas mas, hoje, parece que está tudo adormecido e, infelizmente, é mau porque em termos pensar por si, decidir por si, e poder argumentar com conhecimento próprio, temos muito a fazer. Eu as vezes ponho-me a pensar, o que será se estes jovens continuam assim; há qualquer coisa que precisa de um abanão, não digo mais um 25 de abril feito por militares, mas um 25 de abril a sério para fazer mexer com consciências, porque é preciso por a juventude a participar, podem se divertir, mas há muito que é preciso fazer e penso que é aí que falha.”*

## Anexo G

---

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Gorete de Freitas**



Anexo G – Entrevista com Gorete de Freitas, 01-08-2022, Machico

Gorete de Freitas nasceu em 1957. É natural de Machico, mais precisamente dos Maroços, zona da Ribeira Grande. Pertencia, como grande parte das mulheres madeirenses, à classe do povo. Desde muito nova, aprendeu a respeitar os seus superiores, não os contestando. Saiu da escola muito cedo, e foi para casa bordar, algo que era habitual, na altura. Mais tarde, foi ajudante domiciliar, mais precisamente durante 16 anos. Atualmente é Encarregada na Segurança Social de Machico, uma posição que mantém há 26 anos.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“Eu não tenho assim muitas lembranças do Estado Novo porque naquele tempo nós não nos envolvíamos muito em nada. As coisas eram pobres, toda a gente era pobre, não era só nós que eramos nos pobres, era uma pobreza. Não tenho aquela ideia de nunca poder falar, porque nunca houve oportunidades de ninguém se expressar e falar sobre o Estado Novo. Era aquele respeito, quem mandava era o Presidente da República*

*e acabou-se, e mais ninguém ia à mão. Isso eu tenho noção, já desde o tempo de escola. Eu saí com 10 anos da escola, ainda não tinha 11 anos, fiz a 4.ª classe e fui para casa bordar, porque não havia outra hipótese em Machico para a escola. Mas, respeitávamos a bandeira e o Presidente da República, que era assim. Foi para isso que fomos educados, e na escola era isso que nos educavam. Tínhamos de respeitar a bandeira e respeitar o Presidente da República. Não se falava muito em política, como agora, não tem nada a ver. Por isso não tenho assim uma opinião muito formada. Pensando agora na minha vida de adulta, que era um tempo assim um bocado muito apertado, que não havia liberdade de expressão, mas que eu só tive consciência muito depois, não na altura.”*

## **2- Como é que teve conhecimento do que se estava a passar em Portugal?**

*“Não tínhamos telefonia, naquele tempo não se tinha rádio, era a telefonia. Era a vizinha que tinha e aquilo parecia que era o fim do mundo. Ora um golpe de estado, foi toda a gente tremendo, tremendo, que era um golpe de estado, o que era que iria ser, porque como fomos habituados e educados a respeitar os governantes, haver um golpe de estado foi uma coisa nova que não tem nada a ver. Eu penso que não é só Machico, mas as zonas mais rurais, no meu caso, onde eu vivo e que sempre vivi ali, parecia que era uma coisa, foi uma loucura terem feito uma coisa daquelas, na altura, foi isso que eu pensei. E parece que eu estou vendo, estava assim um tempo escuro, parecia que ia chover que a gente até disse até o céu está triste. Porque na altura era assim. Não se vai dizer que as pessoas estavam despertas, eu não estava. Podia ter alguém desperto, eu não, na altura não.”*

## **3- Como é que foi o seu '25 de abril'? Saiu à rua?**

*“Não que na altura não saía. Na altura eu não sai à rua. Só que depois disso, eu vou dizer, vou ser muito honesta, dizer como é que foi. Eu vim uma vez a um comício que o padre da Ribeira Seca fez no Caramanchão, e depois na segunda vez, num domingo fez no Caramanchão, no domingo à frente foi lá dentro nos Maroços, na Ribeira Grande, na porta da igreja, em junho de 1975. Eu lembro-me de irmos lá e fartou-me comícios desse senhor. Porque eu sempre, desde pequena, a minha mãe falava que o senhor padre Martins era muito pobre, e que a minha mãe devia ter deixado a gente à fome para dar três maços de bordado, o senhor padre Andrade que vinha no ajudar, as filhas de Maria, toda a gente falava que ele era muito pobre e não sei quê. E depois, o que me revoltou no padre Martins, e eu não gosto do padre Martins desde esse dia porque eu lembro-me*

*que a minha mãe disse que lhe deu três maços de bordado, a gente ainda ter ficado com fome para ela dar o dinheiro de três maços de bordado, mas olha era assim, e eu lembro-me ele fez umas eleições muito democráticas, como o «focinho» dele, que foi assim: eles passavam na sua casa, levavam um caderno e levavam um envelope com papel dentro e estava numerado os envelopes e estava numerado o caderno. O cabeça de casal daquela casa era o mesmo nome e o mesmo número no caderno, portanto, eles sabiam em quem votar, e que era para votar. Eu nem nessa altura eu votei no padre Martins. Eu nesse dia fartei-me desse homem e até hoje, até este momento, ainda ontem chamei-o de «bode» na Igreja do Caramanchão, esse «bode» maldito. Eu sou assim, mas é a verdade. Porque ele na altura, o resultado dessas eleições que ele fez com a democracia que ele sabe, que ele é muito democrático, mas é para o «raio que o parta», o resultado foi dito lá na porta da nossa Igreja e quando chegou, houve cinco pessoas que votaram pelo padre Andrade, porque ele disse que as pessoas votavam em quem queriam, eu não votei nele, nem nessas eleições a gente, na nossa casa, votamos nele e eu sei que me lembra de ele dizer assim: padre Andrade, cinco votos, nem as beatas das filhas de Maria votaram nele. E eu olhei para ele e eu disse «seu bandido», e isto foi na porta da nossa Igreja, nunca me confessei disto porque este foi o meu pensamento e continua, «o padre Andrade tirou tanto para te ajudar, as filhas de Maria andaram, e tu agora vens tratar ele assim com desprezo, nem as beatas das filhas de Maria votaram no padre Andrade», e eu disse assim «tenho padre Martins até quando eu me lembrar». E a partir daí eu nunca mais pude ver o padre Martins à minha frente. Isto é a minha opinião. Se veio a liberdade para os outros, para escolher quem queriam, eu também tenho essa liberdade para escolher quem quero.»*

#### **4- Chegou a fazer frente em alguma manifestação?**

*“Fiz muitas frentes com ele. E disse de cara a cara, como estou dizendo à menina que mais ele, nem pelo céu dentro que o que puser o pé primeiro dentro do céu vai empurrar o outro para a rua. E eu disse quando o «diabo te levar», o diabo foge que quem vai mandar no céu és tu. Eu sou assim, vão me desculpar. Ele era Presidente da Câmara, eu estava lavando tapetes no meu poço e ele pôs assim os braços na roda do caminho «boa tarde», vai dar «boa tarde ao raio que te parte, já te disse quando tu me vês, vês o diabo». Eu sou assim, não gosto dele. É a minha opinião. Uma coisa também, quem gosta dele gosta, eu não gosto. E eu cheguei a vir aqui abaixo, quando eles ocuparam a Câmara, que a gente veio fazer uma manifestação, onde tem agora aquele*

*rotunda, que era a bomba de gasolina de lá para lá, que depois veio as Forças Armadas, que foi uma guerra, eu estava lá nesse dia.”*

### **5- E como é que foi?**

*“Isso parecia que era o fim do mundo. Porque eles estavam todos dentro da Câmara, mulheres e homens e aquilo tudo, e, entretanto, nós fizemos uns cartazes grandes de pano, na altura, era pano escrito a tinta, e que não se queria ele na Câmara. E veio quem quis. Concentramo-nos todos ali na bomba de gasolina, que era na altura, e que eramos para ir ordeiramente para lá mostrar a eles que a gente não estava satisfeita porque se eles eram livres de estar lá, também nós eramos livres para os dizer que não os queríamos lá. Porque foi uma ocupação que não se faz. Eles vieram à modo de «bodes» da Câmara para cá a começar a dar porrada. Ora não havia outra maneira, nós também começamos a dar à porrada com os paus dos cartazes. Foi partido assim com o joelho e começar a dar. Eles deram e comeram e outros deram e comeram, eu não comi nada. Depois quando vieram as Forças Armadas, deitaram gás lacrimogénio, isto é a verdade o que eu estou a dizer, e nós viemos para ali para o Mercado Velho lavar a cara, lavar os olhos que ficamos com os olhos a arder. E depois disto, foi quando depois disso veio as Forças Armadas deitar eles dali para a rua. Isso eu lembro-me muito bem, eu devia ter os meus, porque eu não votei na Constituinte porque não tinha idade, eu nasci em 1957 e em 1974 foi o 25 de abril, na altura os recenseamentos eram no mês de fevereiro, que quem não se recenseasse no mês de fevereiro só no outro mês de fevereiro, como eu fazia os 18 anos em setembro, só me podia recensear no outro ano para a frente e, portanto, na Constituinte eu não votei. Foi o único ano que eu não votei.”*

### **6 – Sente que a sua vida mudou depois do 25 de abril?**

*“Mudou. Porque ficamos com a mente mais aberta, vemos de outra maneira. Em parte, não é desejar voltar ao passado, não é isso, mas, em parte, já não há aquele respeito das pessoas, umas pelas outras, e depois houve aquela história quem não era do padre era bandido, quem era do padre era não sei quê, e as pessoas não se entendiam. Houve rivalidades mesmo entre famílias, mesmo dentro da mesma casa, havia pessoas que eram a favor dele, outras contra ele e dentro das próprias famílias houve muitas rivalidades. Eu achei que foi melhor por um lado, foi, não se vai dizer que não é, mas por outro não foi, porque as pessoas também acho que confundiram liberdade com libertinagem e a liberdade não é a libertinagem. Há liberdade e há libertinagem. Houve*

*muita gente que levou para o lado da libertinagem e não para o lado da liberdade. Isto é a minha opinião pessoal. Mas não queria voltar ao antes do 25 de abril, não quero.”*

**7 – Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*“Tiveram, sim senhora. Aqui em Machico principalmente, falo por Machico que foi o que eu conheço, de fazer frente. As mulheres tiveram um papel preponderante, sim senhora no 25 de abril.”*

**8- Pode dar algum exemplo? De alguma coisa que as mulheres tiverem lá em frente?**

*“As próprias manifestações, as mulheres manifestavam-se sempre muito, mais às vezes do que os homens. Porque também era assim, os homens iam trabalhar, e as mulheres ficavam mais livres, mas, eu digo por mim, eu sempre fui mulher, mas sempre enfrentei, sem problema nenhum.”*

**9- Pode dar um exemplo de uma vez? Para além daquelas questões da Câmara, de uma outra questão que tenha feito frente?**

*“Sempre fiz frente e faço frente com que eu acho. Eu sou uma pessoa assim, eu não deixo de falar consigo, mas se eu não concordo com uma ideia sua, eu faço-lhe frente e digo desculpe, tem a sua opinião, mas a minha opinião é esta. Eu cheguei a fazer muitas vezes frente. Eu não trabalha fora. Eu bordava. Eu só comecei a trabalhar na ajuda domiciliária.”*

**10- Fez parte das lutas das bordadeiras?**

*“Não, porque naquela altura aquilo era tudo o padre que fazia e como nós não íamos ao lado dele. Porque na altura, antes do 25 de abril, as bordadeiras já tinham Segurança Social. O 25 de abril, foi a 25 de abril, no mês de março as bordadeiras começaram a se inscrever na Segurança Social, quem tinha mais de 18 anos inscrevia-se, naquele caso, quem tivesse 14 até já se podia inscrever que não tivesse abono, que o abono nesse tempo era até os 14 anos, podiam-se inscrever. Portanto, eu não me inscrevi em março, inscrevi-me em junho de 1974 como bordadeira porque era a gente de tela, a minha irmã dava tela e então depois em 1977 a minha irmã foi para Jersey e eu fiquei com a agência, mas antes, a minha irmã já há uns anos que a minha irmã dava tela, e então eu sempre acompanhei. Eu lembro-me que houve um problema por causa de uma casa de bordados que atrasava o pagamento dos bordados, e na altura a minha mãe chegou a ir com o sindicato, como a gente era agente, foi com o sindicato que era para*

*ver com a Guida, só que a Guida Vieira aquilo era mais bluff do que intervenção, aquilo era mais política. E eu acho que os sindicatos, isto é a minha opinião, até hoje, os sindicatos nunca devem estar metidos com partidos políticos. E eu fui sempre contra os sindicatos porque, e se a menina reparar, até neste momento, as pessoas que estão nos sindicatos estão metidas em partidos, a verdade é esta. Eu sou de um sindicato, o meu sindicato, neste momento, não está ligado a partido nenhum, o sindicato do meu serviço. Eu até para dizer sou encarregada, mas sou delegada sindical, isto não tem muito cabimento, por isso eu não posso tirar direitos a ninguém. Agora o que eu acho é que as pessoas se aproveitam, os partidos políticos aproveitam-se dos sindicatos e isso eu não concordo. E, portanto, a minha mãe ainda teve uma troca de palavras com a Guida, e depois deixamos de ir lá com ela, porque aquilo era só bluff, aquilo era só ideologia política e não defesa das trabalhadoras como bordadeiras. Mas depois passado um tempo, a própria casa pagou.”*

#### **11- Enquanto mulher, alguma vez se sentiu inferiorizada na sua vida profissional?**

*“Não. Nunca me senti porque eu nunca trabalhei com homens. Eu sempre trabalhei com mulheres. O meu serviço, em si, isso foi sempre com mulheres. No meu aspeto de trabalho, eu trabalhava com colegas mulheres, mas trabalhava com homens em trabalho, mas como era pessoas mais vulneráveis, nunca senti. Podíamos sentir no primeiro dia de irmos à casa de um senhor, não tem nada a ver com as pessoas de agora com o que era há 40, e eu tenho 42 anos de serviço, havia aquela coisa que a gente chegava à casa do idoso e o idoso tinha vergonha, que nós eramos pequenas novas, eu tinha 21 anos na altura, não sei se entende, nós achávamos que eles se sentiam assim com vergonha de sermos nós umas pequenas. Eu lembro-me que o primeiro senhor que eu fui dar banho, era um senhor que era muito ligado à minha paróquia, tinha uma confraria, era assim uma pessoa muito entusiasmada na minha paróquia, e eu não dormi essa noite, eu chorei toda a noite, como é que eu ia enfrentá-lo para dar-lhe um banho que eu nunca tinha dado um banho num homem, e custou-me muito. Foi isso que eu senti. Agora de me sentir, como mulher, que fui discriminada, nunca me senti, porque é o que eu digo, eu trabalho, nós sempre tivemos chefes mulheres. Não posso dizer uma coisa que nunca senti. Sentia-me era triste, era mais os primeiros anos, os primeiros tempos que fomos dar banhinho nos senhores, eles fechavam, às vezes, os olhos com vergonha, e nós também não nos sentíamos bem, mas não é no sentido de, nunca nos disseram não quero que tu venhas, isso não, sempre nos respeitaram, mas nós sentíamos assim um*

*bocado, só isso. Era a intimidade, porque é aquela parte nossa que nós não estamos dispostos a mostrar a toda a gente. E hoje vem uma, amanhã vem outra, por isso é que as vezes pessoas não entendem porque é que está uma sempre muito tempo numa casa, porque há pessoas que não se sentem à vontade de mudar hoje uma, de mudar amanhã outra e a gente tem de fazer o possível porque é sempre triste. Nós temos de nos por no lugar deles, eu não sei se eu tivesse naquela cama, a gente tem de pensar quando a gente vai à casa de um idoso dar um banho, o idoso está acamado, seja idoso, seja idosa, nós temos de olhar para aquela pessoa pensando que é nós que estamos ali. Como é que a gente quer que nos tratem, não é? Mas que eu me sentisse inferiorizada por ser mulher, não, porque eu nunca tive essa experiência, até hoje.”*

#### **12- E não conhece nenhum relato?**

*“Já ouvi pessoas dizer que no trabalho são postas, quer dizer, nós no nosso lado, na maioria das pessoas, às vezes, os homens sobem, as mulheres ficam para trás, essas coisas assim. Ao passo do nosso serviço sempre foram mulheres, as mulheres sempre ultrapassaram os homens.”*

#### **13- De tudo o que foi feito, do 25 de abril até o dia de hoje, acha que é valorizado?**

*“Não. As pessoas não dão valor ao que foi os primeiros anos do 25 de abril. As pessoas pensam que foi sempre assim, mas não foi, foi muito difícil, naquela altura foi muito difícil. A juventude de agora não entende o que foi o 25 de abril.”*

#### **14- Considera que isso deve-se ao quê? Será que é o papel das escolas?**

*“Eu acho que as escolas deviam, não como política, mas como a parte cívica que devia de ser mais ‘espiolhado’, descrever melhor o que era antes e o que foi a luta porque também se não houvesse gente de força, a gente tinha ido para uma ditadura, se não fosse o 25 de novembro, nós íamos para uma ditadura, e na altura, o 25 de novembro foi muito, muito importante, porque íamos para uma ditadura que não era melhor da que tínhamos saído. Isto é a minha opinião. Porque eles podiam fazer tudo o que querem, mas se fosse a gente assim, eu lembro-me no antigo cinema de estarmos lá um dia reunidos, um grupo de pessoas, numa reunião e entrou umas pessoas ligadas ao dito cujo, a chamar nomes e a fazer o que o diabo não queria e que iam investir a toda a gente. Eles tinham a liberdade de fazer tudo o que quisessem, mas os outros não podiam. O que eu acho é que as pessoas acharam que a liberdade veio só para uns, mas não era.”*



## Anexo H

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Guida Vieira**



Anexo H - Entrevista com Guida Vieira, 28-06-2022, Parque de Santa Catarina, Funchal

Guida Maria Vieira Martins nasceu no Funchal a 9 de fevereiro de 1950 e é ativista e militante feminista. Dedicou grande parte da sua vida à luta pelos direitos das Mulheres, especificamente, das bordadeiras de casa e das operárias. Desde 1976 está associada à Associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) onde, em parceria com outras organizações, já liderou vários projetos de intervenção e formação direcionados às mulheres. Para além de ter sido Presidente da Direção do Sindicato dos Bordados da Madeira, também fundou e dirigiu a União dos Sindicatos da RAM (USAM); liderou a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) durante vários anos; e ainda implementou o Departamento de Mulheres da USAM e da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP, sendo hoje a Comissão da Igualdade. No ramo da política foi militante da UDP, hoje BE, e entre 2013 e 2017 foi deputada na Assembleia Municipal do Funchal, pela Coligação Confiança.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“A minha vida durante o Estado Novo era a vida da maior parte das pessoas. Eu nasci no ano 50, em 67 fui trabalhar para uma empresa de bordados e tapeçaria e durante esse período até o 25 de abril, tinha 24 anos, durante esses 24 anos eu vivi sob o Estado Novo, eu prefiro dizer que era sob o regime fascista, que acho que é o mais*

*correto. Era a vida de uma operária, muito mal paga, com um horário de trabalho muito longo, nunca sabia se ia receber todos os dias de trabalho porque não tinha contrato que me garantisse um mês de trabalho, aliás, nós não ganhávamos ao mês, ganhávamos ao dia, não tínhamos direito a subsídio de férias nem subsídio de Natal, portanto, eramos umas trabalhadoras um pouco escravas que trabalhávamos nas empresas. Em 1971, quando faço 21 anos, fui estudar à noite para a escola então industrial e comercial do Funchal, hoje Francisco Franco porque, como não tinha conseguido continuar os meus estudos a partir da quarta classe porque o meu pai não quis e não achou que seria importante uma mulher estudar, eu tinha feito uma promessa que quando fizesse 21 anos, que era a minha idade na altura, uma mulher para ser adulta e independente, entre outras coisas, tinha que ter, pelo menos 21 anos para poder tomar algumas decisões. Eu aos 21 anos já tinha prometido a mim mesma que ia estudar à noite, e fui estudar à noite. Quando chegou ao 25 abril eu ainda continuava a estudar à noite. Trabalhava durante o dia, um horário de quase nove horas diárias, e corria para a escola industrial acabava quase onze e meia, corria para casa e no outro dia nove horas tinha de estar no trabalho. Era uma vida difícil, mas naquela altura era jovem e tudo o que fazia era porque queria fazer e, portanto, fui muito feliz.”*

## **2- Como teve conhecimento do que se estava a passar em Portugal, mais precisamente em Lisboa?**

*“Eu, por acaso, a forma como eu tomei conhecimento da declaração das Forças Armadas, foi feita à meia noite do dia 24 para 25 de abril foi muito interessante. Eu tinha um cunhado que de vez em quando me dava uma boleia, ia me buscar à escola industrial. Ele foi me buscar à escola nesse dia e disse-me olha parece que se está a passar alguma coisa de diferente em Lisboa e estão a anunciar que à meia noite vão ler uma declaração. Eu disse mas como é que eu vou, chego a casa e está tudo a dormir, vivemos numa casa pequena, eu não consigo ligar a rádio nem televisão. Ele disse não te preocupes, eu telefono-te e tu ouves por telefone, era telefone fixo nessa altura. Eu lembro-me que fui para a casa de banho para ninguém ouvir, portanto, ruído, tinha os meus irmãos, a minha mãe e o meu pai, e então eu ouvi a declaração das Forças Armadas através do telefone fixo que o meu cunhado colocou para eu ouvir. Foi uma maneira muito «sui generis». Já contei isto num livro que escrevi. Pronto e a partir daí, vim para o trabalho no dia 25, porque aqui na Madeira, pode-se dizer, que o 25 de abril chegou a partir do dia 1 de maio desse ano. E todas nós, era uma empresa de mulheres, num grande alvoroço com*

*aquilo que se estava a passar, curiosas com a rádio sempre ligada, acho que os patrões também estavam preocupados e nesse dia não nos controlaram muito e, portanto, a curiosidade até o 1.º de maio aqui na Madeira foi ver o que estava a passar por lá. Começamos a ver trabalhadores a tomar conta dos sindicatos, manifestações na rua, o povo na rua, e aqui não havia até o 1.º de maio ninguém na rua. Então, depois soubemos que alguém estaria a convocar uma manifestação no 1.º de maio e viemos para a rua. Eu vim para a manifestação do 1.º de maio como veio a maioria esmagadora das pessoas. Não sabíamos o que era, sabíamos só que era diferente, que era para estar na rua e que era para a liberdade. E viemos. E foi assim que começou a minha atividade revolucionária.”*

### **3- O que é que sentiu quando à rua e viu aquelas pessoas todas?**

*“É muito difícil de explicar a sensação de, pela primeira vez na vida, estar no meio de uma multidão enorme, que era proibido as multidões e até os grupos grandes eram proibidos. Foi uma alegria enorme, foi qualquer coisa de inexplicável como se dentro de mim, dentro de nós, acho que todos nós que estávamos ali, algo que tivesse saído de nós e gritasse liberdade. Foi sobretudo essa a palavra que mais nos uniu naquela grande manifestação. A liberdade e acabar com a guerra nas colónias, enfim, todas essas palavras que na altura, em confesso a maior parte das palavras de ordem na altura, eu até não as compreendia muito bem, só as fui compreendendo, depois, ao longo da participação na luta.”*

### **4- Sente que a sua vida mudou após a Revolução de Abril?**

*“Completamente. Aliás, a minha vida e a vida do povo e a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Mudou completamente porque nós começamos a perceber que tínhamos na nossa mão poder para alterarmos as nossas vidas para melhor e acho que essa questão que o 25 de abril nos trouxe e era também a palavra de ordem «o povo unido, jamais será vencido», «sozinhos não somos nada», «juntos temos um mundo na mão», eram essas coisas que íamos aprendendo e que podíamos conquistar coisas boas para nós. Então, a partir daí a vida muda completamente. Para já, eu passei a ser outra pessoa, já não tinha medos, já sabia que se podia andar à vontade, falar com outras pessoas, e o meu pai que também foi sindicalista, foi dos primeiros a tomar conta do sindicato aqui na Madeira dos carregadores e descarregadores, dizia «vocês, mulheres, também deviam tomar conta do vosso sindicato, porque são os homens que estão lá no sindicato e as mulheres são a maioria que trabalham no sector. Então fui contactando*

*com outras mulheres, com outras pessoas, formando uma comissão, na altura nós chamávamos comissão «ADOC». Se me chamar porque é que era «ADOC» eu não sei, era «ADOC» não tínhamos processo de eleição, formávamos espontaneamente uma comissão e, naquele caso, formamos uma comissão para conquistar o nosso sindicato, coisa que veio a acontecer no dia 1 de outubro de 1974, ainda demorou uns meses.»*

##### **5- Quais são as maiores diferenças que sente nos dias de hoje, após a Revolução?**

*“Neste momento estou com 72 anos, portanto, eu passei muitos processos, passei o processo da conquista de direitos, no meu caso foi conquistas de direitos para as operárias e empregados que trabalhavam nas empresas e também conquista de direitos para as bordadeiras que bordavam em casa, chamadas trabalhadoras domiciliárias que não tinham nada, eram as escravas do setor. Lutamos para que as bordadeiras também passassem a ter direitos. Então os primeiros anos da atividade foram exatamente para conquistar coisas, e lutar muito, greves, manifestações na rua e sempre com aquela questão da solidariedade com os outros trabalhadores. Sempre com aquela mentalidade, que ainda hoje tenho, que sozinhos não somos nada, e juntos é que realmente temos o mundo nas mãos. Essa foi a linha condutora que fez com que, nestes anos, a minha vida mudou quando eu estava no ativo e eu não fiquei parada depois de me reformar. Continuei a fazer outras coisas e, por incrível que pareça, já escrevi vários livros, estou a escrever novamente um que vai ser publicado e apresentado ao público no dia 2 de dezembro, portanto, eu não parei. A minha preocupação é registar memórias. Este livro vai ser diferente, mas também tem algum registo de memórias. Eu preciso de registar essas memórias que hoje, até para vocês que são estudantes, fazem falta ter documentos, ter livros que contem a história do que este foi este trabalho e estes anos. A minha preocupação é, sobretudo, enquanto estou viva, acho que o meu maior contributo é contar memórias destes anos que andamos aqui, foi muito bom. Eu costumo dizer assim «os livros não dão lucro, mas registam uma parte da história que os historiadores normalmente não contam». Eles ficam muito na investigação, não contam. Eu conto a história da maneira como ela foi vivida pelas pessoas e é mais ou menos uma espécie de história oral, mas também a história oral se perde muito, então passar a história oral a escrito é importante.”*

##### **6- Quanto ao papel da mulher, acha que a mulher teve um papel importante nesta Revolução?**

*“Eu acho que nós mulheres, na altura da revolução, nem sabíamos o nosso papel. Por exemplo, eu como fui a mulher que mais se destacou aqui na Madeira, sobretudo, na área do sindicalismo, fazia intervenções em comícios, no 1.º de maio e noutras manifestações, a palavra que eu ouvia mais e que mais me incomodava era que eu não parecia uma mulher, parecia um homem. Porquê? Porque era o homem que tinha direito à palavra no espaço público. A mulher não tinha. Então uma mulher que passava a intervir no espaço público nem parecia uma mulher. Eu costumava brincar muito com isso e dizia «não me digam isso, eu até sou pequenina, redondinha, gordinha, não tenho nenhum aspeto de homem, portanto, não me digam que eu pareço um homem». Era ofensivo. É claro que eu percebia, muitas mulheres até diziam isso como se fosse um elogio. A evolução da mentalidade demorou muito e ainda vai demorar. As mulheres, foi eu, foi o meu sindicato que levou muitas mulheres a participar, fui um grande coletivo de mulheres, o maior coletivo de mulheres na Região Autónoma da Madeira, até hoje, foi o sindicato dos bordados. E depois foram outras mulheres noutras áreas que começaram a se afirmar na área das cooperativas, dos sindicatos do comércio, dos professores, enfermeiros, sindicatos que nem existiam e que foram formados só depois do 25 de abril e, portanto, mulheres que se afirmaram a vários níveis, que foram eleitas deputadas, de vários partidos, da direita à esquerda, passou algumas mulheres pelo parlamento e eu também passei lá quatro anos e deu-me um grande «gozo», já tinha 50 anos quando fui eleita deputada e fiz uma legislatura de 2000-2004 e foi um prazer estar uma mulher operária ali a debater com engenheiros, doutores e gente cheia de diplomas em pé de igualdade. Ainda hoje, tenho amigos que fiz nessa altura e que me estimam muito e que eu estimo também, sem qualquer problema, mesmo da direita ou da esquerda porque nós mulheres temos que sermos nós próprias e não termos vergonha nem medo de nos afirmarmos. A minha maior preocupação é que eu vejo um certo «voltar atrás» em algumas questões, em termos da afirmação das mulheres. Hoje, há muito coisa à volta das mulheres que as encaminha muito para aqueles caminhos que não são aqueles que lhes evidencia mais a personalidade e que aquilo que elas poderão dar, em termos de contributos para o futuro. Mas isso já será outra tese.”*

## **7- Chegou a enfrentar a oposição?**

*“Eu enquanto mulher que me destacava na luta e com reivindicações radicais, consideradas radicais, e ainda hoje quando defendo os direitos das mulheres, alguns dos direitos que ainda não estão conseguidos, ou estão escritos, mas não são praticados,*

*como as questões ligadas à violência doméstica e outras questões, sou considerada uma radical. Eu não me preocupo nada com isso. Se me chamarem radical, pensando que me estão a ofender, não me ofendem, porque acho que, às vezes, nós precisamos de ser radicais naquilo que nós achamos que está correto e que para nós é correto. É claro que nessa altura, até porque eramos poucas mulheres e como eu me destacava mais, fui muito perseguida. Muito perseguida de formas, algumas, bastante violentas. Cheguei a fazer plenário com bordadeiras em alguns concelhos rurais, em escolas, em zonas muito afastadas dos centros das freguesias, onde estavam homens com pistolas nas algibeiras porque achavam que eu era uma comunista e que ia para lá virar as mulheres para o comunismo e depois apercebiam-se, que afinal, isso não era verdade porque eu ia lá falar de direitos e mobilizar as pessoas para conseguir direitos e nada a ver com aquilo que lhes metiam na cabeça. Depois fui provocada na rua, sobretudo quando comecei a defender algumas questões relacionadas com o direito da mulher se divorciar, quando estava a ser maltratada pelo marido, que, entretanto, o direito ao divórcio surgiu e a mulher tinha o direito a não sofrer, a não estar toda a vida como ensinaram que a mulher tinha de estar submetida ao marido toda a vida e aceitar aquilo que Deus mandava. Deus nunca mandou o marido bater na mulher que eu saiba, mas eram os conceitos que havia. Então na rua era muito, não digo perseguida no sentido, ninguém vinha ao meu pé ou vinha atrás de mim com uma pistola na mão, mas ouvia muitas bocas, mesmo para minha casa alguns telefonemas, muita pressão e depois houve um período que foi de uma certa sedução, que era a nível do poder tentar alguma sedução para eu deixar de ser tão radical. Mas isso também, já se viu, que não possível porque eu realmente sou seduzida por outras coisas, mas não por essas. E, portanto, não foi fácil, não vou dizer que isto foi fácil, porque não foi, mas sabe eu acho que fazia tudo de igual outra vez porque quando nós estamos convencidos que aquilo que nós defendemos é correto e é para o bem da comunidade e para o bem das pessoas, nós acabamos por ser felizes também, o sentimento é de felicidade é «ainda bem que eu fiz alguma coisa» e costumo dizer, eu nunca fui medalhada na vida, nunca recebi qualquer medalha, mas tenho uma que o povo me deu que é eu qualquer lugar que eu chegue sabem o meu nome e eu costumo dizer que essa é a minha maior medalha que é chegar a qualquer concelho da Madeira, qualquer tasca, restaurante, na rua e na praia, toda a gente sabe o meu nome e isso é a maior medalha, quer dizer que eu fiz alguma coisa que as pessoas gostaram e reconhecem isso.”*

**8- Mudava alguma coisa nos dias de hoje, em relação à mulher e aos direitos que as mulheres têm? Acha que ainda há muita coisa para ser mudada?**

*“Sim. Eu acho que sobretudo, eu não posso mudar as mulheres. Elas é que têm de querer mudar. Mas eu acho que sobretudo, as mulheres não deviam ser tao fúteis, não deviam ir atrás da publicidade que a publicidade é medonha, em relação à mulher. À volta da mulher, sobretudo da mulher jovem, um emaranhado de coisas as levam para caminhos que não são os caminhos da afirmação por lutar por ideais, por quererem coisas para o bem coletivo, etc., é muito para o individualista para o individual, e também para a sedução, no sentido mais geral da sociedade. Hoje, eu ainda agora vinha na camioneta e, sem querer, ouvi uma conversa de duas miudinhas que não deviam de ter mais de 16/17 anos que fico muito preocupada porque as conversas são conversas fúteis, conversas das operações plásticas, do aumentar isto ou diminuir aquilo, etc., e isso é preocupante. Há realmente, mas isso tem de ser as mulheres e as famílias, porque também as famílias têm de ter um papel na educação das mulheres e dar-lhes outra versão da vida, que é muito importante. Há muito facilitismo. Eu tenho uma filha, só tive uma filha porque não quis mesmo ter mais, em que tentamos, eu e o meu marido, incutir sempre as noções, e ela é filha única o que é sempre complicado, da solidariedade e de que é muito importante ter sempre algo, ela não seguiu as nossas pisadas no ponto de vista partidário e de outras coisas, mas seguiu no ponto de vista de que é uma mulher solidária, uma mulher que se afirma na sua área, que batalha por aquilo que quer, que não fica dependente dos outros e isso é muito importante e isso é o que dá valor à mulher. Quando a mulher perceber que ela é que pode conquistar e ter o seu próprio valor, a sociedade vai ser melhor, porque à espera de que sejam os outros a criar condições, nós sabemos se as mulheres não participarem, eu não tenho nada contra os homens, atenção, sempre também com homens na minha vida, eu fui casada durante 37 anos com um homem que já morreu há oito anos e que para mim foi um grande lutador, um político muito importante nesta terra, portanto eu gosto muito de trabalhar com homens, eu trabalhei toda a vida com sindicalistas, mas nunca serão os homens a fazerem aquilo que devem ser as mulheres, elas próprias, a tomarem nas suas mãos.*

## Anexo I

---

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Josefina Melim**



Anexo I - Entrevista com Josefina Melim, 09-07-2022, Ribeira Seca, Machico

Josefina Melim nasceu em 1956 e é natural da Ribeira Seca, Machico. Foi catequista, delegada sindical, tesoureira na Junta de Freguesia de Machico e vereadora da Câmara Municipal de Machico. Josefina foi uma das mulheres que fez frente à oposição, em diversos atos de manifestação. Trabalhou durante alguns anos no setor hoteleiro, mais precisamente na Matur, e ainda dentro deste setor manifestou-se em prol dos seus direitos. Importante salientar que ainda foi candidata à presidência da Câmara Municipal de Machico pelo B.E., nas autárquicas de 2005 e de 2013. Para além disso, fez parte da vereação da Câmara, durante oito mandatos. Chegou a ser ainda tesoureira da Junta de Freguesia de Machico.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“Durante o Estado Novo vivia junto a uma ribeira, e além da situação do Estado Novo, havia uma barreira em frente à ribeira que me impedia toda a liberdade. Eu fiz parte de uma família enorme. Eu pouco saía. A única coisa que íamos ouvindo era as*

*notícias através de um rádio que o vizinho tinha. A maior participação para escutar o rádio era o treze de maio, porque outra coisa as pessoas não sabiam. Era o domingo à missa.”*

**2- E a sua vida, em si, daquilo que se lembra, tinha dificuldades?**

*“As dificuldades eram tantas. Não havia água, não havia luz, não havia estradas. Mesmo assim ainda tinha uma vantagem porque a gente morava junto a uma ribeira, tinha sempre água da ribeira para tudo. Ia-se à serra à lenha. As dificuldades eram tantas, tantas, que a gente, não era vida fácil.”*

**3- E até a nível de escolaridade?**

*“No meu tempo, ainda tirei a quarta classe. A irmã, que eu estudei numa escola de freiras, achava que eu tinha capacidades para ir mais além, mas, como era mais velha da família, os meus pais não me deixaram.”*

**4- Assumia outras responsabilidades?**

*“Da família, tinha de ser.”*

**5- Como é que teve conhecimento do 25 de abril, em Lisboa?**

*“Soubemos tudo através do padre Martins. Eu já era catequista na paróquia da Ribeira Seca e já sonhava que ia haver algo, que ia haver mudanças no governo, que ia haver mudanças. E quando houve o 25 de abril tivemos logo o conhecimento através do padre Martins. E também nessa altura, mesmo antes do 25 de abril, já se tinha luz. As televisões, de quem tinha televisão, já anunciavam o 25 de abril, mas foi tudo através do padre Martins.”*

**6- Como é que foi o seu 25 de abril? Neste caso, aqui, no 1.º de maio. Saiu à rua?**

*“Sim. A partir daí, do 25 de abril, todas as manifestações que se realizaram em Machico, eu saí. Era entre Machico e Caniçal, no Porto da Cruz ainda não havia aquela liberdade de nos irmos até o Porto da Cruz porque eu acho que o povo da Ribeira Seca e de Machico, especial da Ribeira Seca já estava esclarecido, já estava mais preparado que algo ia mudar, e isso para nós foi meio caminho andado.”*

**7- Das manifestações de que fez parte, há alguma que gostava de falar um pouco?**

*“A primeira. O 1.º de maio foi uma manifestação que nos marcou muito em Machico. Machico inteiro, Machico encheu de gente. E houve uma que juntamos mais de três mil pessoas em Machico que foi na ocupação da Câmara, também essa me marcou.”*

**8- Sente que a sua vida mudou depois da Revolução de Abril?**

*“Sim. Eu digo a toda a gente. Eu vivia congelada, eu vivia num congelador e parece que abriram o congelador e eu comecei a viver aí. Os meus pais depositaram toda a confiança em mim, que tudo o que era manifestações eu participava, eu vivia aquilo. Depois as pessoas prenunciavam-se sobre as necessidades que tinham, as dificuldades, a situação dos caseiros que foi uma luta tremenda em Machico e depois a situação das bordadeiras também. Foi tudo grandes lutas que fizemos em Machico e conquistamos lutas. E depois os direitos que temos hoje, não havia férias, não havia subsídio de férias, não havia folgas. Eu recordo-me que a primeira greve que fizemos na Matur foi lutar por um dia de folga, que não havia. Era trabalhar das 08h às 18h da tarde, todos os dias, sem folga. Vocês hoje já tem outra qualidade de vida. Apesar das dificuldades, os jovens têm outra qualidade de vida que nós não tivemos.”*

**9- Quais são as maiores diferenças que sente na sua vida, para além de poder sair mais, para além da confiança que os seus pais lhe deram, o que é que notou que mudou, assim de repente?**

*“Eu acho que a vida de toda a gente. Em especial aqui na Ribeira Seca que os terrenos eram dos senhorios. As pessoas começaram a vibrar, toda a gente fazia as suas casinhas, toda a gente melhorou. E isto para mim foi uma grande satisfação. A mudança de toda a gente. Tudo fez casa, toda a gente trabalhou para ter casa, isso foi uma grande mudança aqui em Machico. Notou-se mesmo, em especial na Ribeira Seca. A Ribeira Seca evoluiu muito. Ainda hoje se nos formos para o lado do Caramanchão a gente em termos de construção, nota-se logo a diferença entre a zona da Ribeira Seca e a zona do Caramanchão.”*

**10- Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*“Sim. A liberdade. Mas uma liberdade com respeito, uma liberdade de saber estar, saber ocupar o lugar, de saber defender os direitos das mulheres. Isso foi muito, muito importante.”*

**11- Quando esteve em frente de algumas manifestações, alguma vez sentiu-se ameaçada ou, de outra forma, sentiu-se inferior por ser mulher?**

*“Não. Isso nunca aconteceu comigo porque na altura eu, pronto, mais tarde fui delegada sindical, e no sindicato era raro uma mulher ir. Hoje já se vê muitas. Mas eu era delegada sindical e no sindicato de hotelaria, a maioria era tudo homens e nunca tive qualquer problema, nunca, nunca. E na política aconteceu igual. Eu corri Machico de ‘les a les’ nas campanhas, a fazer campanha de porta a porta e nunca senti qualquer... às vezes, as próprias mulheres, quando eu ia entregar a propaganda diziam «a senhora não tem nada que faça?» e um dia eu respondi a uma senhora «eu tenho, tenho a minha casa, tenho a minha vida, tenho dois filhos e tenho trabalho, e ainda tenho um tempinho para trazer a nossa mensagem política».”*

**12- De todo o trabalho que foi feito, acha que hoje é valorizado? As pessoas têm consciência da dificuldade que foi para hoje podermos, por exemplo, como disse há pouco, termos as nossas férias, termos as nossas folgas? Acha que hoje em dia as pessoas valorizam isso?**

*“A malta jovem não. Mas as vezes, quando converso com os jovens e digo «vocês têm férias, mas pensem que alguém lutou, alguém perdeu tempo». Eu digo com prazer enorme que eu fiz tantas vezes greve no meu trabalho. Eu fiz greve para o subsídio de Natal, eu fiz greve para o dia de folga, eu fiz greve para o subsídio de férias, eu fiz greve para as férias, eu participei nas greves todas. Eu tenho muito orgulho em ter participado nessas lutas. E a luta das bordadeiras também foi uma luta tremenda, também participei nessas lutas, em reuniões, na USAM, foi uma grande luta para as bordadeiras depois de 25 anos terem direito a uma reforma. E hoje ainda vêm beneficiados.”*

**13- Voltava a fazer tudo o que fez nos dias de hoje?**

*“Sim, voltava. Só pela liberdade que eu tive, e a liberdade que os meus pais depositaram em mim. A confiança que eles depositaram em mim para eu poder sair.”*

**14- Na sua vida profissional, esteve a trabalhar na hotelaria e depois esteve também na política, do antes do 25 de abril para depois, sentiu diferença?**

*“Eu não trabalhei antes do 25 de abril, foi só depois, em 1976.”*

**15- Acha que foi o 25 de abril que fez com que as mulheres saíssem para trabalhar?**

*“Sim. E mesmo, antes de eu ir para a Matur trabalhar para a área da hotelaria, toda a gente comentava as mulheres para lá trabalhar. Tudo comentava porque o meio era diferente, era antes do 25 de abril. Uma mulher sair era mais difícil. A partir daí, eu acho que deixou de haver essas diferenças.*

*Eu fiz parte da vereação da Câmara, na vereação de Jorge de Gomes, na vereação do Jorge Moreira, fui vereadora durante oito anos, fui tesoureira na Junta de Freguesia, eu fui uma mulher no ativo.”*

**16- Como foi a sua experiência a assumir um cargo, como os que assumiu ao longo da sua vida?**

*“Pronto, com a quarta classe não foi fácil. Mas o padre Martins e os colegas, a gente reunia-se sempre antes das reuniões da Câmara, sempre, sempre. A gente preparava, cada reunião que a gente tinha, a gente preparava as reuniões da Câmara. Na Junta de Freguesia já eu tinha outra experiência, não foi assim muito difícil.”*

**17- Quando entrou na Câmara, havia mais mulheres consigo?**

*“Não.”*

**18- Quer deixar alguma mensagem?**

*“Eu quero deixar. Quero apelar para todos os jovens que nada na vida conseguimos sem lutar, até a hora de morrer. A vida é uma luta constante.”*

## Anexo J

---

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Júlia Caré**



Anexo J - Entrevista com Júlia Caré, 27-07-2022, Solar do Ribeirinho, Machico

Júlia Caré nasceu em 1954 e é natural de Santa Cruz. Foi professora do ensino secundário, começando a sua carreira a lecionar história e português. Ao longo do seu percurso profissional, como professora, conseguiu identificar as diferenças de ensino pré-25 de abril e pós-25 de abril. Para além disto, a nível político, chegou a ser Deputada na Assembleia da República e dirigente do Sindicato de Professores da Madeira. Atualmente é a Presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz pelo JPP.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“Ora, quando o 25 de abril aconteceu eu tinha 19 anos. Estava no meu primeiro ano de serviço. Fiz parte daquele imenso grupo de professores que entraram na profissão sem preparação nenhuma porque havia falta de professores, uma situação que curiosamente parece que estamos a voltar a viver no nosso país. Foi o meu primeiro ano de serviço, ou seja, foi o tempo todo do meu crescimento. Da escola primária, do liceu, foi o tempo do Estado Novo e devo dizer, que como toda a gente da minha geração, eu*

*fui doutrinada e isto na esmagadora maioria das famílias, doutrinada no respeito, pelo Salazar, pelo quase endeusamento daquela figura e tudo o que era do Estado não se discutia, em parte. Eu tinha o meu avô paterno que pensava um bocadinho diferente. O meu avô paterno era antissalazarista, o que me deixava um bocadinho em choque porque das lições que a professora nos dava, e a professora era doutrinadora, aliás, os meus livros de escola tinham lá máximas célebres «se soubesses o que custa mandar, gostavas mais de obedecer»; «obedece e saberás mandar»; tudo este tipo de coisas onde nós fomos educados nisto, principalmente naquelas famílias onde não havia muita literacia, que era o meu caso, o meus pais eram analfabetos, do meio rural, tive a sorte do meu avô ser um bocadinho rebelde e que me deixou este bichinho que eu só depois, como lhe dizia há bocadinho, é que juntei as pontas, é que entendi o porquê dele ser antissalazarista. Mas devo dizer que quando aconteceu o 25 de abril a minha consciência política era nula, não tenho vergonha de dizer.”*

## **2- Como teve conhecimento do que se estava a passar em Portugal, mais precisamente em Lisboa?**

*“Foi nesta terra. Eu trabalhava aqui, comecei a trabalhar aqui em Machico. Isto era antes da 08h da manhã, eu estava a chegar à escola, que era ali em cima no Paraíso e vinha de autocarro, como a esmagadora maioria dos professores e ia com um bando de alunos por aqui acima, pela ribeira acima, ao lado da ribeira, a chegar à escola. E chega uma colega nossa que tinha carro aflita «houve um golpe de estado em Lisboa, a tropa está na rua», e eu, a primeira reação foi medo, alguma preocupação, um golpe de estado, revolução, eram terminologias novas no meu vocabulário político. A partir daí é que nós fomos acompanhando as notícias, devo-lhe dizer que esse foi um dia memorável que eu tenho presente. Isto era de manhã, à tarde precisei de ir ao Funchal e toda a gente nas ruas falava disto, as lojas tinham os rádios e estavam os empregados das lojas a ouvir os comunicados e as marchas militares, toda a gente falava do mesmo. Portanto, havia uma expectativas, mas um sentimento de esperança, as pessoas não estavam muito preocupadas. Comentava-se, falava-se com uma abertura que até não havia, do género de meter conversa na rua toda a gente continuava a conversa à volta do mesmo assunto.”*

## **3- Como é que foi o seu ‘25 de abril’?**

*“Eu saí em Santa Cruz. Não fui ao Funchal, mas em Santa Cruz também fizemos uma mini, mini manifestação e depois, no fundo, naqueles primeiros tempos nós copiávamos um bocadinho o que ouvíamos, os slogans «o povo unido jamais será*

vencido», «limpeza, tudo para a rua» e «sanear», portanto, de repente ganhou-se uma urgência de que era preciso pôr tudo novo, precisávamos de gente nova, de novas maneiras de gerir a coisa pública, as câmaras, e em todos os sítios houve pequenas manifestações onde se manifestava esse desejo, que era comum, que era a mudança, fazer diferente, que era começar com qualquer coisa de novo.”

#### **4- Sente que a sua vida mudou depois do 25 de abril?**

“Absolutamente. Porque é que eu comecei a dar aulas? Porque eu precisava de trabalhar. Os meus pais eram pessoas humildes, o meu pai não tinha mais dinheiro, para ir para Lisboa eu ainda tentei pôr a hipótese de arranjar trabalho, eu tive colegas que foram antes de mim que tiveram experiências desagradáveis e eu então pensei vou tentar arranjar trabalho cá, guardar dinheiro e depois vou estudar. Entretanto dá-se o 25 de abril e surge a esperança porque já se falava na altura na hipótese de haver aqui uma escola normal superior, uma universidade, portanto, começou-se a falar, ou seja, criou-se uma esperança de pode ser que agora se consiga realmente, que era o meu sonho, continuar a estudar, até porque precisava de ter uma maior estabilidade na profissão. Eu queria realmente estudar mais e ter outra preparação em termos de futuro para ter uma vida melhor do que aquela que os meus pais tinham tido. Essa esperança de que podia haver qualquer coisa de novo, com mais possibilidades e isso de facto aconteceu.”

#### **5- Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

“Não propriamente. Diretamente não porque a mulher à data ainda demorou, e ainda vamos pouco a pouco, já conseguimos muita coisa, com certeza, mas repare, temos um sistema de quotas que aqui na Madeira não é respeitado, por exemplo, para a Assembleia Regional, os partidos há uns que respeitam, os outros nem tanto. Foi preciso criar um sistema de quotas para as mulheres entrarem na política. A participação da mulher, começa-se pelo próprio movimento das forças armadas, repare, as Forças Armadas eram masculinas, quase cem por cento, podia haver enfermeiras, paraquedistas, mas propriamente mulheres nas Forças Armadas não havia. Isto foi um movimento de homens. Claro que a gente sabe que a nível nacional havia mulheres, e houve mulheres escritoras, poetisas, a Sophia de Mello Breyner, a Maria Lamas, houve mulheres, as próprias três Marias que tinham um posicionamento. Isso era um universo muito fechado, muito pouco conhecido, muito pouco divulgado, principalmente para nós, alunas do liceu, isso não se falava muito. Havia uma ou outra que sabia. Nós tínhamos consciência de que havia polícia política, que havia censura, que havia coisas que não

*se podia dizer, sabia-se que havia músicas que eram proibidas que nos cantávamos às escondidas nas excursões. havia músicas que eram proibidas que nos cantávamos às escondidas nas excursões. Agora as mulheres propriamente terem um papel ativo, não. Se a gente for aos arquivos ainda não, ainda não, ainda faziam parte daquele universo doméstico, embora se saiba que muitas mulheres têm consciência da inferioridade e da desigualdade, mas não se pode dizer que tivessem, no movimento em si, diretamente, acho que não. Pelo menos a percepção que eu tenho. Claro depois, isto foi um abrir de horizontes, foi uma luz que se abriu, e aí sim. Ganhou-se consciência, coragem, ousadia, a noção de que era um novo horizonte que se abria acima de tudo, e isso foi ótimo, claro.”*

#### **6- Alguma vez sentiu-se inferiorizada/discriminada por ser mulher?**

*“No meio rural ainda se olhava assim, um tanto quanto, que isso não é próprio das mulheres. As mulheres é para estar em casa, isso ainda se manteve durante muito tempo, quer em alguns lugares mais conservadores explicitamente, ou até mais camuflado, mas sim, não era assim muito, muito, digamos não houve uma aceitação propriamente de que a mulher podia participar livremente, não era bem assim. Se nos formos fazer um levantamento do que foram as primeiras eleições autárquicas, a participação da mulher, no princípio, era muito reduzida do ponto de vista político, mesmo nos partidos políticos. Alguns partidos de esquerda sim, mas nos diversos partidos da direita só mulheres que repetissem os slogans e os princípios que os partidos defendiam. Mesmo para a Assembleia Constituinte, representantes da Madeira mulheres acho que não foi nenhuma, foi tudo homens, isto para as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte. Já depois de aprovada a Constituição, sim. Havia a Cecília Catarino do PPD, sim, mas muito pontual.”*

#### **7- Podemos dizer que foi a Revolução de Abril que permitiu que hoje, por exemplo, é quem é?**

*“Sim, absolutamente. Para já porque me deu consciência política que eu não sei se chegaria lá, pronto, não sei, mas permitiu isso. Permitiu aquilo que eu dizia há bocadinho, o juntar as pontas e depois ir à história. Eu estive a lecionar, quando comecei a trabalhar, português e história e comparar os manuais, aquele manual que eu usei no primeiro ano, portanto, 1973-74, com os outros que vieram a seguir, bem completamente diferente a abordagem, pronto. A própria interpretação da história, a própria narrativa da história completamente diferente e isso permitiu, sem dúvida, abrir horizontes, ganhar consciência e lutar pelos direitos. A afirmação, a emancipação, o direito ao trabalho, o*

*direito à vida familiar porque era complicado, a mulher casada não tinha liberdade nenhuma. Eu cheguei a ter respostas do empregado bancário que eu não podia assinar coisíssima nenhuma, tinha de ser o meu marido a assinar tudo, tipo empréstimos, essas coisas. Foi-me dito na cara no banco «não quero saber nada da sua assinatura, tem de ser o seu marido a vir cá», e aquilo revoltava-me na verdade. Até haver as alterações no código civil, ainda vigorava as leis do Estado Novo em que o marido tinha o direito a abrir as cartas da mulher, a mulher não podia viajar sem assinatura do marido, isso valia. Mesmo depois disso, já em pleno regime democrático nós sabíamos de histórias de senhoras que trabalhavam e que eram os maridos que lhes controlavam o dinheiro, porque eles é que controlavam a conta bancária. E se nós formos a olhar para os dias de hoje, em que estamos quase a 50 anos de Revolução, as nossas vergonhosas taxas de violência doméstica e de feminicídio, acho que falam por si. Ainda temos um longo caminho para mudar cabeças, isto é uma cultura, isto é cultural, isto tem milénios, mudar isto e também mudar as cabeças das mulheres, das próprias mulheres porque isto é um processo educativo quer para mulheres quer para homens, para a sociedade em geral. E isto é transversal a todas as franjas da sociedade, isto não é, não vamos dizer que isto é das classes mais, não, isto é transversal, pelo menos é aquilo que eu sinto no contacto que tenho tido com várias pessoas.”*

**8- De todo o trabalho que foi feita, desde o 25 de abril até os dias de hoje, considera que valorizam o que foi feito?**

*“Não tanto como desejaria. Ou seja, é preocupante e isso também é fruto, talvez, do que tem sido o exercício do poder pelos partidos que têm estado no poder. Há uma crescente insatisfação, por isso a questão das crises económicas, um certo falhanço da esperança democrática e os nossos índices de pobreza, de desigualdade, o facto de no papel muita coisa estar escrito mas, depois na prática isso não é bem assim, e falo, por exemplo, da educação dos filhos, da licença de maternidade e depois o acesso das mulheres em pé de igualdade a lugares de chefia em todas as esferas da vida económica e social, ainda há um grande trabalho a fazer e é preocupante as taxas de abstenção e de algum desinteresse, isso é muito preocupante de facto. Houve uma janela de oportunidade que se abriu, mas temos de ter cuidado porque da mesma maneira que a primeira república deu origem a uma ditadura, se não tivermos cuidado e os ventos atuais na Europa, mas não só, na América, são preocupantes. Precisamos de facto de ser realistas e continuar, as pessoas que já estão conscientes, procurarem passar esta*

*mensagem e não deixar morrer a esperança porque isso é mau. Podemos voltar atrás, em algumas coisas podemos andar para trás.*

*Daqui de Machico levei uma grande lição, das mulheres de Machico. Admirei, quer em termos, pode constatar uma grande faixa dos meus alunos era principalmente da zona da Ribeira Seca, foi notório a noção de cidadania, o envolvimento, a participação democrática das mulheres na luta contra a colónia, contra a abolição da colónia, foi de facto muito marcante. Acho que foi um exemplo. Nós tínhamos na história, e se formos atrás, o tal cruzar as pontas, a revolução do leite, a revolução da farinha, nós tivemos na história, e não só aqui em Machico, em Santa Cruz, mas mesmo nas chamadas costas de baixo, quando foi a revolução do leite houve muitas mulheres que até foram presas, para Lisboa, para o Limoeiro, foram daqui para lá porque participaram e se envolveram diretamente nessa luta, principalmente dos meios rurais, se calhar onde as injustiças, as grandes desigualdades são mais evidentes. Eu penso que aqui em Machico houve esse, digamos ir buscar ao passado essa carga genética, esses exemplos e foi importante, muito bom, foi pedagógico para o resto da sociedade madeirense, acho eu.*

*O movimento sindical, se por um lado são emblemáticas as manifestações da construção civil, da hotelaria onde havia uma grande predominância masculina, mas por exemplo, no ensino/educação o exemplo da Guida Vieira e do sindicato das bordadeiras foi um exemplo pedagógico e depois também tivemos no sindicato dos professores da Madeira pessoas que até contribuíram não só para a afirmação do sindicato, do sindicalismo de educação na Região e na parte de pessoas com grande valor e com reconhecido mérito na sociedade falo, por exemplo, da Adília Andrade, da Amélia Carreira, a Conceição Pereira, até a própria Maria Aurora, houve ali um envolvimento de professoras neste digamos ajudar as mais novas, como era o meu caso na altura, a também abrir os olhos e aderir de alma e coração ao sindicalismo como também uma forma de lutar por melhores condições de trabalho, de profissão, no direito à educação para todas as crianças, para meninas e meninos, todos irem à escola, porque sem educação não há país, não há sociedade, quer dizer educação é o ponto de partida para o desenvolvimento, para uma sociedade valorizada e dignificada é pela educação é por aí que começa tudo, e de facto houve uma grande movimentação de mulheres nessa área também. E aqui na Região foi muito notório, de facto, o papel das mulheres no*

*sindicalismo dos bordados, na educação que depois abriu as portas para outras frentes de batalha.”*

**9- Fez parte de alguma?**

*“Sim, eu fiz parte. Eu fui a sócia número quatorze do meu sindicato e depois, mais tarde, fui delegada sindical da minha escola, ainda aqui em Machico, na secundária, e depois estive na direção dez anos. Esse bichinho ficou cá sempre.”*

## Anexo K

---

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Júlia Ribeiro**



Anexo K – Entrevista com Júlia Ribeiro, 10/08/2022, Ribeira Seca, Machico

Natural da Ribeira Seca, Machico, Júlia Ribeiro nasceu em a 19 de setembro de 1940. Foi uma das mulheres que teve de emigrar, mais especificamente para França, à procura de estabilidade de vida. Assume ser “atrevida” e “astuta”. Passou por inúmeros confrontos. Em defesa da sua paróquia e mais precisamente do padre que tanto admira, o padre Martins Júnior, enfrentou as autoridades. Chegou a ser presa e a ter de responder em tribunal. É através dos seus versos que transcreve toda a sua história de vida, um “vício” que não consegue largar. Júlia Ribeiro é a autora de grande parte das músicas lançadas em CDs pelo padre Martins Júnior.

**1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo? Ou melhor, como era a sua vida antes do 25 de abril?**

*“Era trabalhar o dia a dia, havia os senhorios, tínhamos de trabalhar para eles e para a gente, porque isto aqui era uma terra de colónia. Ir ao campo, lenha era do campo, não havia gás para fazer o nosso comer, vinha tudo do alto da serra. Ia-se acartar às costas, chegava-se a casa, era outra vez lenha de casa, era a família a, era uma vida muito, muito complicada e dolorosa, os tempos antes do 25 de abril.”*

## **2- Como é que teve conhecimento do que estava a acontecer em Lisboa, mais precisamente do dia 25 de abril?**

*“A gente aqui, na Ribeira Seca, já se estava à espera de algo de libertação. Porque antes do 25 de abril nós cantamos um verso que eu fiz, que dizia assim «o povo desta paróquia, sofre de luta e pobreza, por muito que se trabalhe, falta sempre o pão na mesa, andamos a trabalhar, a viver num sofrimento, que os ricos não querem dar, aquilo que nos pertence». A gente estava-se muito magoados daquela vida que se tinha, de se trabalhar e de dar o nosso sustento que era para nós, tínhamos de dividir para eles. Então já se tinha ali um clique, estávamos à espera mesmo de um clique para vir o 25 de abril porque acolá estamos a cantar este verso quando veio a PIDE à Ribeira Seca e o padre Martins disse-me assim «não se canta que a PIDE está aqui à paisana». Cá por mim, cantava. Então deixamos essas canções com medo deles, não podemos cantar. Depois a gente, quando veio o 25 de abril já se tinha aquela sensação, aquela ansiedade que ia vir algo de alguma coisa que fosse bom para a gente. Então quando veio o 25 de abril, isso foi uma bomba, enlouqueceu tudo. Enlouquecer a cantar o 25 de abril. Nós soubemos aqui na Madeira por meio do padre Martins, de Lisboa. Quando eles estavam lá a fazer o 25 de abril, o padre Martins sabia aquilo. Fomos todos para a vila de Machico, povo por todo o lado. O povo estava à espera daquilo, tinha sede daquilo. Nunca vi tanta gente na minha vida. E foi aí que cantamos as canções, eu é que fiz a letra «viva o povo que trabalha, e dá tudo à produção, que ele um dia há de vencer, e mandar toda a nação», e mais uma «queremos um povo unido, cada vez mais a valer, o direito está no povo, não se vai deixar perder». Veio o 25 de abril, gostamos, tinha-se a nossa libertação, não se sabia ainda definir o que era a libertação. Fomos passando de voz para voz, aprendendo uns com os outros, principalmente com o padre Martins, fomos para as lutas, fomos lutando, acabar com os senhorios, fomos lutando, lutamos muito nessas freguesias todas. Havia reuniões dos senhorios, a gente fomos à ilha da Madeira inteira para todos os caseiros. Fazia-se reuniões de caseiros para os caseiros se unirem à gente, como a Ribeira Seca foi a mais desenvolvida nessa coisa do senhorio, ia-se pelos outros lados*

*para eles unirem-se à gente, para ver se se derrotava os senhorios. E foi aí o pé de os deitar abaixo, se não estamos sempre naquela miséria, naquela pobreza e depois a liberdade é que acompanhou muito, isso foi um êxito. Mesmo esta gente de idade que não sabia o que era a liberdade, aquilo parece que foi uma bomba que arrebentou de bondade para o povo. O povo estava à espera daquilo já. E pronto, veio a liberdade, esperança e fomos lutando pela vida fora e hoje em dia se luta.”*

### **3- Quando se deu o 25 de abril, houve aquela manifestação no 1.º de maio. A senhora Júlia esteve juntamente com as pessoas?**

*“Esteve. Isso foi muita gente outra vez aí. Isso aí é que foi gente junta. O Dia do Trabalhador ficou feito após o 25 de abril, o 1.º de maio como o Dia do Trabalhador. Fomos ao Funchal a uma grande manifestação, com muita gente que acompanhou e aquilo também ficou marcado por o 1.º de maio como o Dia do Trabalhador, depois do 25 de abril. Acompanhamos. Aqui na Ribeira Seca é que deu uma quebra-cabeça, ficaram todos contra o padre. O padre também via que estava direito e certo foi ajuntando o povo todo para que o ajudassem a combater aquelas coisas que não estavam certas, como o senhorio, e outras mais. Tínhamos na repartição de finanças uns maus de uns governantes que não eram bons para o povo, maltratavam o povo e a gente estava desejando de acabar com isso tudo. Começamos a lutar, e acabamos com uma parte desses fascistas. Eu lembro-me que um dia foi à repartição de finanças e estava lá um senhor que era muito contra a Ribeira Seca, contra o povo da Ribeira Seca e vai lá, fiz-me toda atrevida e disse «olha, tu estás aí, tu pensas que isso foi herança que o teu pai te deixou? Isso é do povo. Estás trabalhando aí, estás ganhando o teu, deixa-te estar quieto». Eu também era astuta. Depois quando foi a luta da igreja, é que foi muito renhido, essa cá foi uma luta muito renhida. Quando era para sair o padre, o povo não deixou. A ocupação da Câmara também foi uma coisa enorme. Quando foi a ocupação da Câmara, quando foi a luta da igreja, é que foi muito renhido, essa cá foi uma luta muito renhida. Quando era para sair o padre, o povo não deixou. A ocupação da Câmara também foi uma coisa enorme. Depois aquilo foi uma luta muito grande, durou muito, aquilo foi um pedacinho também, porque queriam o padre Martins em presidente, e sempre no puseram em presidente. Veio um Major Oliveira correr a gente da Câmara para a rua, e começa ali todo agressivo porque ele era das divisas e quem manda, manda. «Para a rua, este edifício não pode ser ocupado». Depois eu também fui sempre a atrevida e fui assim «o senhor que fale mais baixo, que o povo tem medo dessa voz assim*

*agressiva, tá a berrar como um cabrito na serra, ou o que é?», eu disse a esse senhor. Eu, de qualquer maneira, estava vista, e eu ainda fui engarrafada, ainda fui presa, nesse dia não, mas quando foi acolá eles que ficaram-me no olho. Quando foi acolá<sup>281</sup> a luta é que foi muito dolorosa.*

*Quando eles vieram acolá, que se estava lá todos à porta da Igreja e foi quando o padre da vila veio, mandado pelo bispo e pelo Alberto João, isto aqui foi uma luta muito, muito, muito teimosa e dolorosa, porque aquilo estava nas mãos deles e eles eram os donos do poder, eu quero, posso, mando e faço. Mandaram atacar a paróquia, ora começamos todos que não, a paróquia é nossa, o padre é nosso, pronto, e aqui não se deixa outro padre entrar. Estava o chefe Araújo que veio lá «afastarem-se daí». Veio o padre dizer uma missa, entrou cinco ou seis pessoas, o povo estava todo por fora que ninguém queria outro povo acolá. Depois quando aquilo acabou, no outro dia não tiraram partido do povo, sempre à maneira do povo. No outro dia foi quando o Alberto João e o bispo mandaram 18 ou 17 polícias para acolá. Aqui na Ribeira Seca era um pelotão de polícias. E aí então é que a luta endureceu mais, isso aí então é que foi. Gente presa, agarravam era só levar para dentro da estafeta, para dentro do carro presos. Eu e o Salvador também fomos para dentro da estafeta, aquilo era só agarrar e levar para baixo. Eu depois, lá em baixo estava, cuidado que aquilo não foi brincadeira, veio os senhores todos de galãs, todos aqueles grandes e ficaram lá em baixo no posto policial e eles levaram os aparelhos da Igreja. Eu, o 'João do Parruca' e o Salvador que já morreu fomos também dentro da estafeta e com os nossos aparelhos de acolá. Depois eu estava lá, estivemos lá um pedaço e quando eu vi aquela gente toda, aqueles senhores da alta categoria, com aqueles galões todos eu fui assim «aí mãe santíssima, isto o que é». Depois, vá lá, sempre para dentro, estivemos lá um bocado bom. Eu era manhosa. Eu sentia eles virem à porta com um radarzinho, os outros polícias, e a comunicarem aqui para cima, para a Ribeira Seca para verem o povo como é que estava. Eles diziam, conforme eu ouvia, que o povo estava sempre a reagir, estava sempre a chegar mais povo e que, pronto, a coisa não estava muito fácil. Eu ouvia aquilo «como eu estou contente». Eu estava sentada numa cadeira, deixa ver isto para onde é que vai dar. Estive lá um dia inteiro, um dia de fome. Depois quando era baixa tarde, aqueles senhores que andavam todos chamaram-me para dentro «venha aqui», «a senhora o que é?», «olhe eu sou daquela paróquia também queremos o padre acolá», eles para me intimidar «a senhora*

---

<sup>281</sup> Na igreja da Ribeira Seca

vai daqui, não passa na paróquia. E se a senhora for vista lá, a senhora vai presa que nunca mais vê o sol». Já me temi assim uma coisinha. «está bem, não passo lá, obrigado». E depois eu, de atrevida, «eu estou aqui, desde manhã, não tenho dinheiro, não trouxe nada, o carrinho não me podia ir por lá em cima?». Eles olharam todos uns para os outros à modo de 'balalões', «mas quem é esta rapa». Eu a pedir boleia. E era eles assim, «de momento não se tem carro para se levar a senhora». Eu disse «está bem, boa tarde, obrigado». Pela porta fora Júlia ainda se pensava que era mentira que vinha da porta para a rua do posto policial. Eles ficaram, a luta continuou. O povo sempre a ajudar bastante, o povo daqui da Ribeira Seca foi um povo formidável em troco de lutas, talvez aqui na ilha da Madeira não haja povo como o nosso povo, um povo de muita luta e de muita garra. Eles lutavam e conseguiam. E o senhor padre Martins, já se sabe, era o principal a ajudar, a informar, a fazer uma reuniãozinha, a orientar a gente. Depois havia umas rapariguinhas de lá de dentro, e a Conceição também já iam fazendo as suas reuniõezinhas, já iam prevenindo o povo. E fomos lutando, e ganhamos tudo.”

#### **4- Sente que a sua vida mudou depois do 25 de abril?**

“Sim. Meu marido já estava em França, na altura. Ele foi antes do 25 de abril. Já não trabalhei para os senhorios, já tive a minha liberdade de poder falar, podia falar direito com os pais, as palavras direitas com sossego, não ser mal educada com ninguém mas sabia que tinha aquela liberdade que podia abrir a boca, porque antigamente não se podia. Mudou muita coisinha. Vesti melhor, calcei melhor, a vida foi um pedacinho melhor, além do meu marido estar em França. E a vida continuou melhor para o lado dos mais pobres, foi muito melhor.”

#### **5- Teve de emigrar também?**

“Eu também, sim. O meu marido estava lá fora, fui lá três anos com ele. Mas não trabalhei lá. Foi para bordar e fazer versos. A minha vida foi bordar e fazer versos. Tenho acolá aquela toalha bordada de lá, que a bordei lá. Tive três anos lá, mas não trabalhei. Depois a minha filha ficou aqui a estudar, os meus dois filhos foram mais eu. A vida de um emigrante é uma vida complicada também. Mas não digo mal que foi de onde o meu marido ganhou o pão e que hoje estamos bem, com as nossas reformazinhas, com as nossas coisinhas. Estamos bem, graças a deus.”

#### **6 – Fez parte de alguma luta de mulheres?**

*“Quando foi a USAM, com a Guida Vieira. Fazia algumas reuniõezinhas e eu assisti a algumas. Mas não fui aquela mulher assim muito ativa. Mas assisti a algumas reuniões, que ela hoje em dia deve estar viva, ela também fazia aquelas reuniõezinhas por causa das senhoras, e até que eu tenho ali, em verso, o Dia da Mulher. Foi feito uma festinha aqui em cima, no salão que eu tenho, com muitas mulheres, e um jantar de convívio com essa Guida Vieira, a Josefina, e muitas mulheres da vila, daqui da Ribeira Seca. Pronto, ainda ajudei, ainda fiz algumas coisinhas.”*

#### **7- Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*“Muito, muito importante. Então, a mulher era uma pobre, simples, uma coitadinha que estava. Ninguém dava troco às mulheres. Logo, foi o 25 de abril, elas arrebiteram e foram à luta e, pronto, hoje em dia temos as nossas mulheres.”*

#### **8- E a senhora Júlia foi uma dessas mulheres?**

*“Uma das grandes mulheres.”*

#### **9- Alguma vez enfrentou a oposição?**

*“Foi o padre da vila também, quando eu fui responder ao tribunal, que eu fui responder ao tribunal. Sempre na luta da Igreja. A gente estávamos acolá, lutamos. Eu e muita gente. E quando eles vinham acolá que estava a polícia ainda e eu fui presa e mais pessoas daqui, que já morreram algumas. A gente dizia-se as missas por os poios e eu nesse dia fui à vila pedir um pedaço que está aqui no sítio do Lombo do Xequê para se dizer a missa campal lá porque o padre não entrava acolá porque estava a polícia. E então era uma no Pastel, uma no sítio da Igreja, e a do Lombo do Xequê era aqui. Como eu era do Lombo do Xequê, fui pedir a uma dona, que era a dona da terra, se autorizava para se dizer a missa ali. Antes disso, o padre da vila veio acolá e levou livros, levou coisinhas que era do padre Martins, levou lá para baixo. E então, no domingo a seguir estava a dizer a missa no ato litúrgico, estava a dizer a missa e ele estava a dizer assim «como foi dada a paróquia da Ribeira Seca, cheguei lá não tinha cálice, não tinha paramenta», a gente tinha-se tirado tudo, para guardar para eles não levarem. Eu disse-lhe assim em voz alta na porta da Igreja «pregue o evangelho de Cristo e deixe a paróquia da Ribeira Seca». Mandei-lhe uma boca, mandei-lhe segunda «pregue o evangelho de Cristo e deixe a paróquia da Ribeira Seca». Ao cabo das duas vezes eu pus-me a andar que a polícia ia-me prender. Foi assim ao meu garoto que estava ao pé de mim «vamos embora». Meti-me num táxi e vim me embora para aqui. Mas estava a polícia sempre*

acolá, eu não podia passar acolá porque estava vista, eles meteram-me um medo que prendiam-me e faziam-me não sei o quê. Nisto, quando eu vim me embora para cima, estavam lá paroquianos daqui da Ribeira Seca e eram assim «olhe foram à paróquia de lá de baixo falar, parece que foi a Júlia do António Ribeiro». Eu disse «bico, nada, não foi nada». Mas tinha sido eu. Foi engraçado eu fazer aquilo que a gente estava acolá cheios de polícias, e eles lá em baixo não tinham. Na última missa, já tinham dois polícias em cada lado. Dois lá além ao pé da fonte, e dois ali à porta principal. Também a polícia não foi só para a gente. Eu fiz aquela reacçãozinha e eles com medo se fizerem mais. Vim me embora, com medo, que se eu era pilha, ia me chegar. A polícia sempre acolá. Viemos para ali dizer a missa, no montado. Andava-se estranhos do que é nossa, olha que desgraça. Nisto, o padre da vila o que é que faz? Depois o chefe Araújo, olha a chantagem deles, o padre queria que as pessoas que ofendessem que fossem pedir perdão ao padre da vila, ele ali à espera de que o povo da Ribeira Seca fosse pedir perdão ao padre. Ora o Araújo, que era o chefe na altura, disse «Júlia, para isso ficar tudo bem, tira as figuras que tens na cabeça e vai pedir perdão ao padre, que ele está à tua espera”. Eu fui assim «eu pedir perdão ao padre? Eu não ofendi o padre, eu não maltratei o padre, foi só por dizer pregue o evangelho de Cristo e deixe a Ribeira Seca? Aí não, não, não vou!», e não fui. O que é que o padre faz? Avança com o caso para tribunal. Toca Júlia responder em tribunal. Aquilo era um caso político, estava o bispo, Alberto, estava as entidades todas da alta categoria e eu era uma triste, desgraçada. Os advogados para pegarem nesse caso não foi fácil. O padre Martins, mais o Miguel que morreu trabalharam e ajudaram-me muito. E foi um advogado de fora. Quando eu fui a sentença, o padre e eu, quem era um padre, e eu ali, uma triste. O meu advogado disse, esse que veio de fora, «não fale». E começou ali a destorcer que antigamente os paroquianos intervinham nas missas, e podiam falar nas missas, a manobra dele para dar aquela sentença. E o padre não ficou nada a ganhar. Bem, vim para casa, eu estava absolvida e o padre não ganhava. A mim davam-me 40 dias de cadeia ou era 40 contos de multa, já não sei, era x de cadeia e uma multa pesada, e o padre absolvido. Daí a um mês a gente vai-se ver o resultado. Daí a um mês vão ler a sentença, e em vez de estar a página assim, viraram-na assim. O advogado absolveu-me e os tontos que estiveram a escrever e a fazer as leis, em vez da página estar para o meu lado, viraram-na para o lado do padre. Depois aquilo ficou adiado, o padre Martins trabalhou muito nisso, veio segunda vez o advogado aqui, já viste o que é, então para eu poder ter a minha liberdade.se não estava sempre lixada. Deu um trabalho enorme. Esse advogado, Octávio Barreto, parece-me que ele era, foi

*um grande advogado porque os daqui não quiseram se meter. Os que se meteram era todos a favor deles, porque a lei estava toda do lado deles. E mais. A minha vida bem contada, faz chorar uma calçada. Mas também nunca parei de escrever, comecei a fazer versos, de tudo o que se passava.”*

**10- Era também uma forma de se libertar?**

*“Dava-me na cabeça, escrevia. Ainda hoje em dia, com esta idade dá-me na cabeça para escrever.”*

*“A mulher sobe na vida,  
Tem ideias avançadas  
É uma árvore com raízes  
Que não podem ser cortadas*

*A mulher veio ao mundo  
Para o mundo se formar  
Dar filhos que são seus frutos  
E os saber educar*

*A mulher tem o direito  
De ocupar o seu lugar  
Faz trabalhos como um homem  
Não as vão discriminar.”*

*Júlia Ribeiro*

## Anexo L

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Lourdes Freitas**



Anexo L - Entrevista com Lourdes Freitas, 06-06-2022, Ribeira Seca, Machico

Lourdes Freitas é também natural da Ribeira Seca, Machico. Com 75 anos de idade, foi uma das mulheres que também fez frente às entidades superiores em defesa dos seus direitos da sua liberdade. Admite que não foi uma vida fácil, mas lutou. Também aliada ao pároco Martins Júnior, esteve sempre presente nas manifestações. Foi uma mulher ativa e muito participativa. Teve um papel importante na defesa da criação de uma escola nova naquela localidade. Mais tarde, foi assistente operacional nessa mesma escola.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo? Como é que vivia?**

*“Isso era a ditadura. Mandavam os filhos para a guerra.”*

#### **2- Naquele tempo lembra-se como é que era a sua vida, o seu quotidiano?**

*“Ora quem não se lembra. Pobreza. Comer não havia que os pais para trabalhar era um dia aqui, outro acolá, não havia sempre aqueles ganhos para os homens trabalhar. A vida foi sacrificada. Era minha mãe a bordar e a gente todas juntinhas ali abordar junto com ela, para se manter, diz-se assim, o pão de cada dia. A pobreza era para todo o povo, era geral naquela altura.”*

**3- Como é que teve conhecimento do que se estava a acontecer em Portugal, no 25 de abril? Como é que soube?**

*“Soube foi através da rádio que nessa altura começaram a comunicar o 25 de abril. Havia muita gente que estava assustada que tomaram conta do povo e estava tudo assustado, mas depois a pessoa se libertou. Logo após o 25 de abril, começamos a sair à rua no 1.º de maio, as grandes manifestações a 1.º de maio e daí por dentro fomos sempre nos manifestando para se conquistar as nossas lutas.”*

**4- Quando aconteceu o 1.º de maio, a Sra. Lourdes saiu à rua?**

*“Então! Não deixei nenhuma para trás.”*

**5- Qual foi a sensação de estar ao meio daquelas pessoas todas?**

*“Foi uma alegria que a pessoa teve. Ganhamos amizade entre as pessoas que todas se juntavam ali. Lutamos pelas bordadeiras, porque a bordadeira tem as suas regalias através da luta, da luta que foi dada. Nessa altura, a mais lutadora que foi a principal, a cabeça da luta foi a Guida Vieira e veio a Machico primeiro reunir, para então se começar na luta dos bordados. Veio pelos bordados, pela conquista da reforma dos bordados, foi uma luta que o povo não pode esquecer é a dívida que tem com a Guida, a primeira lutadora da Madeira”.*

**6- E a sua vida mudou?**

*“Mudou, porque lutamos! Não havia escolas. As escolas era ali na igreja e lá dentro no Amparo, naquelas salinhas velhas. Lutamos para fazer uma escola nova, no princípio a Câmara pediu ao padre Martins e arranjou uma sala ali, mas eles queriam mais uma sala para arrendar, mas nós dissemos não. Agarramos nas catequistas deitamos neles em cima e dissemos «aqui não! Se não se fizer agora a luta, nunca mais se tem uma escola nova». Não se aluga porque a Câmara não merece. Já que vocês querem deitar para a rua é o fascismo. E lutamos, essa escola foi feita através do povo, da luta da Ribeira Seca. Foram as professoras, catequistas, e levar as crianças à cidade. Tivemos condições, aos menos as crianças tiveram condições.”*

**7- Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*“Tiveram. Além do bordado, houve mais fabricas para trabalho, houve mulheres mais libertadas dos maridos, saíram à rua e trabalharam. O marido ganha, a mulher*

*ganha, coisa que antes do 25 de abril ninguém tinha. A liberdade veio tanto para a luta como também para o dinheiro.”*

#### **8- Chegou a enfrentar alguma vez a oposição?**

*“Então, porrada! Quantas pancadas eu levei. Mas quem é que não levava? Mas também dava-se, não era só apanhar.”*

#### **9- Há alguma luta que não se esquece?**

*“A luta que não me esquece é a da Igreja, que também faz parte do 25 de abril. A primeira luta que foi travada, a mais dura foi na vila de Machico em que o padre Martins ia ser padrinho de um rapaz e o bispo nem o padre assinava para sair para a rua e isso deu uma luta tremendo dentro da Igreja. Também nem houve crismas nesse dia, era o padre ajoelhado, a bispo de um lado, e o padre noutra e o povo a sair para a rua, a se manifestar. Era a liberdade, tínhamos de nos manifestar. A Igreja sempre foi ditadura para o povo.”*

#### **10- Nos dias de hoje acha que ainda há muita coisa por fazer? Ou o que foi feito foi esquecido ou foi desvalorizado de alguma forma? Sente isso?**

*“Há muita coisa que ficou para trás. As pessoas enfraqueceram. Os jovens de hoje não estão interessados em lutar. Ao passo que as lutas de agora foram através do povo que lutou, porque nesse tempo quem é que ia as universidades? Era só os ricos. Depois do 25 de abril tudo teve. A Ribeira Seca quem era? Já deu médicos, deu enfermeiras, deu advogadas, é tudo através do 25 de abril porque houve escola e abriu acesso para toda a gente. Isto foi uma grande vitória para o povo da Madeira e Portugal. Mais especialmente para a Madeira que era um povo mais oprimido. Era senhorios em cima das pessoas, era o regime dos senhorios, era a pessoa naquela ditadura que não desse certo a ele não ‘coisa’. Quem matasse o porco tinha de dar a papada, quem criasse galinhas tinha de dar duas galinhas no Natal, tivessem uma figueira de figos, vinha a dona do senhorio à espera para partilhar, não comia, só para dividir. E depois do 25 de abril ainda levou uns 2 ou 3 anos, mas aquilo foi acabando que o povo não dá armadilhas, sempre há luta! Andou aí um movimento, onde é que havia água? Onde é que havia luz? Foi através do 25 de abril que as pessoas lutaram e Machico foi a primeira a sair as coisas, porque nos lutamos. Houve freguesias que não quiseram lutar, ficaram atrasadas. Machico foi a primeira terra que saiu à rua para luta, depois começou no Funchal e por aí em diante.”*

**11- Sente orgulhosa de tudo o fez até hoje? Voltava a fazer?**

*“Não, porque a idade já não dá.”*

**12- Mas se tivesse vontade e força?**

*“Dava. Dava porque levamos uma vida muito massacrada no poder de Salazar. Quem é que podia falar? Até livros de Salazar da cartilha era só de Salazar e não falavam mais nada do povo.”*

*Memórias da Revolução*

**Entrevista com Maria Ângela Costa**



Anexo M - Entrevista com Maria Ângela Costa, 08-09-2022, Machico.

Maria Ângela Martins Costa nasceu a 6 de fevereiro de 1953 e é natural do Funchal. Desde 1976 até 2012, mais precisamente durante 36 anos, trabalhou na área da saúde, inicialmente como auxiliar de ação médica e, posteriormente, como auxiliar de saúde. Com 69 anos de idade, foi uma mulher convicta dos seus direitos e sempre respeitou o limite das suas liberdades. Atualmente encontra-se aposentada, porém, ativa e muito atenta às notícias que circulam o país.

**1 – Como é que era a sua vida antes da Revolução de Abril?**

*“Era mais ou menos. Nunca passei assim muitas dificuldades, mas era mais ou menos.”*

**2- Vivia onde?**

*“No Funchal, em Santo António.”*

**3- E seu dia-a-dia? O que é que se lembra dessa altura?**

*“Era ir para a escola descalça e vir descalça e, pronto, eu vivia perto da escola. Mas era com muitas dificuldades que não tem nada a ver com a situação de agora.”*

**4- Como é que teve conhecimento do 25 de Abril? Do que estava a acontecer em Lisboa, mais precisamente?**

*“Através da televisão que era a preto e branco, claro. Era a RTP Madeira e foi através disso que a gente teve conhecimento que havia um golpe de estado e, pronto, havia coisas que, às vezes, não explicavam bem porque também, mesmo que explicassem, a gente era crianças não se ligava muito àquilo. Olha é uma revolução, é um golpe de estado e a gente ia aguardando para depois ver o que é que ia vir.”*

**5- E como é que foi o seu 25 de abril? Chegou a sair à rua alguma vez?**

*“Não, não.”*

**6- O que é que acha daquelas mulheres que saíram?**

*“Eu acho que não deviam de sair porque havia muita agressividade e as pessoas não se entendiam. Aquilo foi uma confusão na Rua dos Netos. Queria tomar conta disto e daquilo, o que não era deles, os espaços que não eram deles. Eu acho que isso foi muito mau, foi ruim. Claro que o meu pai também não deixou a gente vir, ele não veio então a gente também não ia vir, não se ia desobedecer.”*

**7- O que é que acha daquela intervenção feminina?**

*“Eu acho que foi má. É assim, eu não tenho nada contra as mulheres porque eu também sou mulher, nem contra os homens, mas eu acho que as coisas podiam ser feitas com mais civismo, sem ser dessa forma, mas, se calhar, era a altura que eles exigiam que fosse assim, não sei”.*

**8- Sente que a sua vida mudou depois da Revolução de Abril?**

*“Sim, bastante. Em todos os aspetos. A nível de tudo melhorou muito, para mim e eu acho para toda a gente. E se as pessoas dizem o contrário não são verdadeiras, porque antes quem é que ia a um supermercado? Não havia tanto supermercado como agora, e depois aquelas pessoas que iam eram aquelas pessoas que tinham muito*

*dinheiro, era onde havia as coisas melhorzinhas. Os que não tinham, iam a uma venda comprar o mínimo. Não havia as frutas como há agora, era só a fruta da época.*

*Eu acho que isso foi muito bom. Depois o Governo começou a se prenuciar, a dar oportunidades às pessoas para abrirem os seus negócios, e isso foi bom. Veio muita coisa que nós podíamos apostar e, hoje em dia, ainda podemos apostar. Eu lembro-me de vir de Santo António à Ilma., que era lá diante, ao pé dos Acorridos comprar metade de um queijo, que era o que se usava no Natal, porque só os senhores ricos é que podiam comer queijo durante o ano. Não havia outras possibilidades. O meu pai trabalhava dia a dia, ganhava por semana mas não havia aquela aposta como há agora, era diferente.”*

**9- Considera que as mulheres tiveram um papel importante?**

*“Sim, eu acho que sim. Embora, eu acho que as pessoas usaram e abusaram um bocadinho da liberdade. A própria liberdade ultrapassou a liberdade porque as pessoas não a souberam respeitar. Acharam que houve o 25 de abril e que se podia fazer tudo, e não é assim. A gente pode fazer tudo com respeito e ter a consciência daquilo que estamos a fazer. Porque se eu sei que não posso atirar uma pedra àquele, eu não vou atirar, ou então eu vou pensar antes de o fazer, e as pessoas usaram e ainda tem muita gente que tem esse «coisa» de usar e abusar do poder, e não é bom.”*

**10- Quando diz que as mulheres, para si, tiveram um papel importante, pode dar algum exemplo?**

*“A maior parte das mulheres, não podia sair de casa para ir trabalhar. Era uma ofensa uma mulher sair de casa para ir trabalhar. Depois já foi diferente porque as pessoas já tiveram outra liberdade. Houve muita gente que teve a liberdade e respeitou a liberdade e continuam a respeitar a liberdade, mas há muita gente que usou e abusou e eu acho que isso não foi bom. Foi bom num sentido, a liberdade porque as pessoas puderam sair de casa, é diferente, é tudo diferente, mas é o que eu digo, com o máximo respeito. Muitas vezes faltam ao respeito e não é bom.”*

**11- Alguma vez na sua vida sentiu-se inferiorizada ou, de certa forma, discriminada por ser mulher na sociedade?**

*“Não, nunca senti isso porque eu sempre soube me pôr no meu lugar, onde devia. Se eu sei que posso estar aqui sentada, eu estou aqui sentada, se eu sei que não posso ir para acolá, eu não vou para acolá. É aquilo que eu estava a dizer há bocadinho, se eu sei que jogando uma pedra vou magoar alguém, não vou jogar, é nesse sentido.”*

## **12- Depois de tudo o que foi feito, acha que hoje as coisas são valorizadas?**

*“Eu acho que sim, dependentemente da cabeça de cada um. Porque, às vezes, as pessoas que mais têm dados, menos valorizam. E eu acho que há uma coisa que a gente precisava, mas isto é mesmo do fundo do meu coração, precisava-se era de um segundo Alberto João. O Alberto João era uma pessoa que dizia «não, e não» e não havia abusos. Agora as pessoas acham que estão em casa, que não querem trabalhar, não têm descontos e que têm os mesmos direitos que aquele que trabalhou 30/50 anos, e não pode ser. A gente tem que ter um governo que diga «não», ou então arranjar uma fiscalização, que fossem fiscalizar as pessoas que têm rendimentos mínimos, a ver se aquela pessoa realmente merece ter ou não, porque há muitos que o têm, dão dias por fora, que eu não tenho nada contra ninguém, estão a usar os meus descontos que eu trabalhei uma vida inteira para agora ser aposentada e ainda fazem «pouco» das pessoas que caminham de casa a cumprir um horário, ordens de chefes, apanhar chuva, apanhar sol, apanhar frio, apanhar de tudo, e fazer as coisas direitas. Eu trabalhei na saúde e sei aquilo que me custava estar sempre com a minha cara alegre para receber os doentes e, por isso, eu acho que toda a gente devia ter consciência daquilo que fazem, não é pedir a torto e a direito, não concordo com isso. Que se deem, tudo bem, não tenho nada contra, agora que deem as coisas mas de uma forma diferente, que ajudem as pessoas de uma forma diferente.”*

## Anexo N

---

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Maria Ganança**



Anexo N - Entrevista com Maria Ganança, 05-07-2022, Lombada da Ponta do Sol

Maria Ganança nasceu em 1947 e é natural da Lombada da Ponta do Sol. É feminista e ativista sindical. Participou em inúmeros lutas, com particular destaque para a luta pelos direitos das trabalhadoras domiciliárias, e na “revolta da água”, chegando a enfrentar as forças policiais. Mais tarde, fez parte da direção do Sindicato dos Bordados; integrou o Conselho Regional da União dos Sindicatos da Madeira; e ainda foi membro de inúmeras corporações internacionais, onde deu formação a bordadeiras na Madeira, como também em Cabo Verde. Para além disto, foi candidata à presidência da Câmara Municipal da Ponta do Sol pelo B.E., nas autárquicas de 2017, 2013, 2009 e 2005.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“Durante o Estado Novo era uma vida de escravos. Ia todos os dias ao Lombo do Mato, uma fazenda que tem por cima do cabo da Levada, desta levada que vai muitos turistas, buscar erva, molhos, plantava-se batatas, feijões e tinha um pocinho. Todos os dias ia-se à serra, tinha-se duas vacas de leite, tinha-se fazenda de cortar banana e acartar banana para ir para o Lugar de Baixo, e era uma vida dura. Agente bordava de*

noite para ganhar para os sapatos para poder andar de dia, se não, não se tinha sapatos.”

## **2- Como é que teve conhecimento do que se estava a passar em Portugal, mais precisamente em Lisboa, quando se dá o 25 de abril?**

“Quando se deu o 25 de abril eu tinha comprado um rádio na semana antes. Tinha sido com o nosso dinheiro, tinha-se ido ao Funchal e comprado um rádio que a gente gostava de estar a bordar pelo aí pelo portal abaixo, vinha muita gente bordar mais a gente para aqui, e punha-se o rádio aqui em cima desta mesinha na rua e ia-se ouvindo música pedida. De manhã, quando eu me levanto, o rádio ficava dentro da cozinha, numa prateleirinha que tinha lá. Quando eu me levantei oiço dizer que estava o Estado saído em Lisboa, que estava as tropas. E eu disse «Ó Graças a Deus, ao menos já foste, vai parar a escravidão», no meu entender. Às vezes eu, já antes do 25 de abril, eu era muito lutadora. Eu fui para a água, dormir no calhau da ribeira por causa da água, e em todas as lutas estava Maria, cá não me calava. Às vezes eles diziam assim, eu tinha um padrinho que era pai de padres e disse tudo, mas também era daqueles da PIDE. Eles diziam «Maria, tu cala a boca, tu não digas mal do governo que depois vais presa». Eu digo «Aí Jesus, se eu ir presa, vão me dar pão e água, eu só trabalho para comer pão e água, qual é a diferença? Levarem-me o bordado que eu bordo, ao menos bordo de dia, não é até as duas horas da manhã no candeeiro! E foi isto. Ficamos contentes. Depois, no 1.º de maio que foi quando um carro de cana daqueles grandes, um camião cheio de gente daqui, nessa altura estava o padre Marques aqui, ele logo combinou com o carro e foram. E meu pai é que foi, nem sequer me deixou ir que eu tinha minha mãe que já estava doente e então, quando a minha mãe morreu eu tinha dezassete anos, e meu pai então é que foi ao 1.º de maio e ele disse eu é que vou ir, no carro grande eu vou, e ele foi. No 25 de abril, isto foi a 24, nesse 25 de abril ele chegou a casa todo contente que tinham jogado o retrato de Salazar da porta da Câmara em baixo, e aquilo era no Largo do Colégio, que ele tinha apatanhado<sup>282</sup>. Chegou todo contente a casa. Porque não havia liberdade assim para as pessoas, quer dizer, a gente brincava no caminho, mas não se podia era falar, as mulheres não votavam nessa altura, só no fim é que ainda houve votos, mas era os homens que votavam. Era uma escravidão e então meu pai foi. Depois quando foi para as outras manifestações e outras coisas, estava Maria lá.”

---

<sup>282</sup> O mesmo que pisado.

### **3- Sente que a sua vida mudou depois da Revolução dos Cravos?**

*“Mudou. Meu pai não deixava a gente caminhar de casa, o sol posto era em casa. Mas, depois disso, já eu ia a todas as manifestações. Tinha uma rapariga no Funchal que eu conhecia e uma professora que também vinha aqui falavam com o pai e ele dizia «ficava em casa dela se acabasse mais de noite, que já não tinha carro para vir para casa». As manifestações, às vezes, que eram de tardinha, já eu ficava na casa delas e vinha no outro dia. Meu pai já me deixava mais à vontade que ele dizia que eu também já tinha juízo. Ele dizia «As minhas pequenas, Maria, é que cuida dos irmãos». Tinha seis irmãos e tive de cuidar deles. Minha mãe morreu depois da revolta da água.”*

### **4- Pode-nos falar de uma das revoltas que teve. Como é que foi?**

*“Aquilo na água foi uma tristeza. Que aquilo ia-se para lá, dormimos lá três meses seguidos. Eu ia, às vezes, com o meu pai cavar sementes por ali adentro que se tinha pela levada adentro e molhos de erva e aquilo passava muita gente. Até de noite, chegava pessoas com crianças ao colo, de noite, ca lua, sem olhos de boi<sup>283</sup>, sem nada. Enxergavam com o caminho. O caminho estava tão ‘areadinho’, que aquilo era tal andar. E a gente, de noite e de dia, vinham aqui fora fazer comer, e comiam. A gente, às vezes, estava trabalhando e ia-se trazer a carga para fora, os molhos de erva que tinha-se duas vacas de leite e eles diziam «a gente leva os molhos para dentro, tapa com a gente lá dentro e vocês que irem para dentro». Era eu e uma irmã abaixo de mim e ia-se, outra vez as duas para dentro, e eles já traziam os molhos e deitavam ali. Meu pai depois cuidava. A gente nunca parava das lutas. Eu andei nessa luta, andei na luta do leite quando abriu a «ILMA», que agente não queria que fosse, tinha-se essas duas vacas e não queríamos que fosse o leite porque agente criava porcos. Nessa altura toda a gente criava porcos para depois comer durante o ano. E o soro, aquilo era desnatado, e agente trazia para deitar aos porcos. Aquilo era para levar tudo. Ainda tivemos mais de um mês com duas vacas de leite a deitar o leite ao porco, não se ia pôr na máquina. Tivemos tanto tempo, depois aquilo parou e começaram as pessoas a ir. Mas eu cá era das primeiras a inventar lutas e a lutar pelo que eu entendia. Eu nunca lutava coisas para mim, era para toda a gente. Nunca foi o meu destino «eu vou lutar isto para mim». Era coisas que fosse para toda agente.”*

### **5- E a situação do bordado, foi uma delas?**

---

<sup>283</sup> Regionalismo. O mesmo que “lanterna”.

*“Naquele tempo, por causa da água, havia levadeiros que punham-se na venda, tomavam a bebedeira e depois não cuidavam da água e diziam que a água não chegava ao canto de baixo, que não dava. Ora com a liberdade do 25 de abril, quando eu cheguei aqui, meu pai começou a brigar que eu tinha arrematado a água mais uma mulher de acolá de cima, uma viúva, eu disse «os homens dizem que a água não chega», eram sempre os homens que cuidavam da água, eu fui para levadeira mais a outra. Eu disse «de noite eu não deito água em poços, mas de dia eu cuido da água para ver se vai dar, ou não». E lá fui eu mais ela cuidar da água. Isto logo que acabou o 25 de abril. Eu disse ao meu pai «vigie como a água dá» e acabava sempre cedo a água. E então eu estava cuidando da água e eu, quando se deu o 25 de abril, já estava a bordar só para noivos. Só fazia trabalhos para noivos. Tinha sacolas de trabalhos para noivos. Então passa um senhor lá, de uma casa de bordados do Funchal, e vê-me a bordar em cima do muro, acolá em baixo na Vargem, ao pé da Venda do Rato. E ele para o carro mais à frente e vem cá ver o trabalho. Então diz ele «então tá bordando?». Eu disse «estou». Ele não me conhecia de lado nenhum e deixou-me um saco de bordados, que era para eu dar bordados. Eu disse «eu não quero, que eu não dou bordados. Eu estou bordando é para noivos, não quero saber». Diz ele «fique, fique com os bordados que a senhora tem ‘coisa’ para dar bordados». Eu disse «está bem». Eu pego nos bordados, chego a casa digo às outra que vinham aqui e eu disse «ora, passou acolá em baixo um homem que entendeu que eu tinha de ficar com bordados que era da casa Nóbrega». Dizem elas «Não faz mal, a gente borda». Depois comecei a dar bordados. Ora eu comecei a dar bordados porque nessa altura já havia a caixa. Eu, como estava a bordar para noivos, não tinha Caixa [de Previdência], tinha bordado antes mas aquilo não dava, antes de eu começar a bordar para noivos. Eu depois mandei os bordados todos para a casa do dono e começo a bordar para a Caixa, para ter Caixa. Depois de eu ter Caixa, a Guida, eu era do UDP, depois ia para o Conselho Nacional, mas só depois de eu ter Caixa dos bordados é que podia ir para o sindicato. E então ela depois convidou-me para ir para o sindicato e lá começo na luta dos bordados, foi por linhas, pelo subsídio de Natal como os outros tinham. Tudo o que os outros tinham, a gente também lutava para ter. Quando foi nessa altura para acabar com as linhas foi um tormento. Havia um no instituto que ele dizia «vais ser chamada para porta linhas na casa». Eu disse «não. Acha que as bordadeiras fazem sopa com linhas? Não fazem. Sopa é feita com comer, não é com linha, ninguém quer linhas para si». Eu nunca vi nenhum mestre ir trabalhar e levar o material, tem é que ser da casa. Foi para a Assembleia Regional, foi para um lado e para o outro, fomos*

*lá, ele foi lá brigava, brigava que eu não tinha razão, que não podia ser e eu disse «não pode ser, mas vai ser». E os deputados assinaram, a gente fomos aos grupos parlamentares e eles assinaram ao cabo de sete anos para em 1987 acabar com a linha. E sempre acabou. Lutas e a reformas mais baixas que as outras, a gente fomos até a Assembleia da República. Lutamos até o fim.»*

## **6- Valeu a pena?**

*“Valeu. Agora é que tudo se cala. Em 2010 saiu um decreto do artesão e eles puseram as bordadeiras da Madeira no artesão e tiraram de bordadeira. As que quiserem se inscrever agora vão pagar igual como um artesão. Pagar tanto como os trabalhadores. O patrão na casa, nenhum quer pagar igual, porque aquilo não dá, não dá para eles pagarem assim. Mas alguma lutou? Mais ninguém. A Maria não está. Eles gostam é que os outros falem por eles. Eu não gosto de ver isto assim. Aqui no «Sedo», já tem uns anos quando fizeram o caminho aqui pela ribeira dentro, eu estava no Sá e chega um senhor ao pé de mim, de acolá de baixo, esse senhor já morreu, tinha uma Vendinha na Vila e diz ele «Maria, olha fala que aqueles pestes estão tirando a rocha pela ribeira dentro, eles foram até a cortada da ribeira lá dentro, tiraram a rocha toda da ribeira». Para fazer o quê? Para fazerem muros tudo a cimento, como está, que ninguém pode descer para uma ribeira. Se cai uma coisa para dentro da ribeira ninguém pode ajuntar. Diz ele «fala», eu disse «falar», «passa doze carros por dia à minha porta». Eu disse «olhe, eu não moro à sua porta, eu vou lá, chame a televisão, e o senhor vai lá diz quantos carros passam que eu arrebató o resto». «Não posso, depois eles fazem-me diabruras» e faziam, mas eles cá nunca levaram a melhor de mim com as diabruras que me fizeram. Cortaram-me os pneus do carro, todos de uma vez, que eu tinha uma carrinha que era de acartar banana, eles cortaram-me os quatro pneus, tive de ir com outro carro buscar pneus para meter. E as diabruras que faziam? Aí Jesus!”*

## **7- Considera que as mulheres tiveram um papel importante, apesar de hoje sentir que não estão muito ativas?**

*“Nessa altura cá tinham. Estão e tiveram. Eu levava sempre um grupo daqui na carrinha para as manifestações, para as lutas, levava-se sempre. A gente fazia assembleias de bordadeiras, nas freguesias. No princípio, os padres deixavam fazer na sacristia, mas depois já não deixavam. Depois começaram a dizer e o governo metia-se a dizer que eu era comunista, que eu era isto e que era aquilo, quem luta é comunista, quem não luta é um banana, não pode ser outra coisa. E depois não deixavam. A gente*

*foi uma vez a São Paulo que eu própria, aquilo era, faz de conta, pinheiros, havia um rapaz do Funchal que ousava a ter um carrinho, então a gente dava um dinheiro para a gasolina, que era do sindicato que aquilo também não tinha muito dinheiro, e ia lá por a gente. A gente fomos a São Paulo, a uma escola que deram autorização. Quando a gente chegamos lá, estava a escola cheia, gente em cima de mesas e de cadeiras, eu disse «meu Deus, de onde é que saiu tanta gente?». Fiquei admirada com tanta gente que havia ali, era do Espigão, que bordavam muito e depois foram todas ao Funchal às assembleias que a gente se fazia. Que havia gente que estava naquela escravidão que queria lutar, mas, hoje em dia, eles querem é já ganho. Eu não sei como é isto, porque ninguém quer falar, ninguém quer dizer nada. Eu hoje já estou reformada e já não posso andar que para andar dói-me muito a cintura. Para eu ir daqui até a porta da Igreja, já me sento pelo caminho, já não posso, ou tenho que ter uma bengala ou sento-me pelo caminho. Eu digo «agora, eu já me reformei. Quem quiser que lute, porque têm de falar. Quem não fala Deus não ouve».*

*Eu gostava de fazer um apelo para que as pessoas novas lutassem pelos seus direitos e não deixem nas mãos dos outros. Hoje em dia, a sociedade está feita «cada um para si e Deus para todos». Deus é que vai ser para todos, e cada um para si. Pensem mais na sociedade e nos outros e deixarem-se de si. Quando se pensa assim, nunca falta trabalho, nem nunca falta amigos.»*

## Anexo O

### *Memórias da Revolução*

#### **Entrevista com Rita Pestana**



Anexo O - Entrevista com Rita Pestana, 09-07-2022, Jardim da Quinta da Achada, Funchal

Rita Maria Dias Pestana nasceu na freguesia do Seixal, Porto Moniz, em 1953. Para além de professora, foi também dirigente sindical e deputada. Foi professora durante vários anos e integrou o Sindicato de Professores da Madeira. Não saiu à rua nas manifestações de abril devido à sua localização, mas decidiu protestar-se de outra forma: “com uma lata de tinta e uma brocha de pintar” e, em conjunto com uma amiga “pintamos «viva o 25 de abril» nas paredes, na estrada”. Mais tarde, chegou a se candidatar à presidência da Câmara Municipal da Calheta, pelo PS, nas primeiras eleições autárquicas.

#### **1- Como é que era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“Quando se deu o 25 de abril, eu tinha 21 anos, portanto, até lá a minha vida era uma vida pacata, como era a vida de qualquer adolescente na Madeira. Eu não sou natural do Funchal, sou natural do Seixal de onde tive de sair de casa aos 12 anos, fiz o antigo 1.º e 2.º ano no colégio de São Vicente, mas depois vim para o Funchal e tive como aluna interna no colégio de Santa Terezinha. Portanto, uma adolescência muito pacata. Eu só tive a noção, muito sinceramente, de que vivíamos num Estado fechado, com muitas*

restrições, quer ao uso da palavra, quer até ao uso da nossa própria conduta perante a sociedade quando saí do colégio de Santa Terezinha e fui para a Escola do Magistério e, portanto, digamos que eu não tive nunca a sensação de que vivíamos neste regime tão fechado. As primeiras luzes que comecei a ter vêm um pouco, e mesmo em casa, por via do seminário, que é uma coisa interessantíssima porque o meu irmão mais velho tinha sido seminarista e, portanto, havia muitos seminaristas e que, na minha altura, quando estava a fazer o magistério já eram padres que passavam férias lá em casa dos meus pais. E, portanto, vem um pouco daí. Mesmo no Magistério tínhamos uma cadeira que se chamava «Introdução à Política», mas a nossa introdução à política era à política do regime, portanto, não nos esclarecia absolutamente nada sobre os malefícios daquele regime. Em termos de música, de música de contestação, as minhas primeiras luzes foram na Escola do Magistério, por via de quem? Do padre Somares, que era o nosso professor de música e que nos deu algumas luzes. Obviamente que quando nos ouvíamos falar, mesmo através de estudantes que estavam no continente, em Lisboa, em Coimbra, quando ouvíamos falar do assalto ao Santa Maria, portanto, aquilo que nos impingiam enquanto adolescentes é que eram os comunistas e que aquilo era tudo muito mau, que a luta dos estudantes era tudo muito mau, eles eram péssimos, era isso que nos impingiam. Digamos eu, como tanta gente da minha geração, eu penso que a maior parte dos madeirenses da minha geração, o 25 de abril para nós foi absolutamente uma novidade, não sabíamos o que estava a acontecer. Agora há situações em que nós nos apercebíamos e eu, particularmente, quando se deu o 25 de abril em 74, eu já estava, salvo erro, no meu segundo ano de serviço e havia situações que nós achávamos absolutamente ridículas, que era, por exemplo, um professor, no meu caso, se eu então durante o Estado Novo, não foi o caso, quisesse casar, eu tinha que ter uma autorização do Ministério da Educação, a não ser que o noivo fosse funcionário público, mas se não fosse funcionário público, como nós eramos, eu tinha que provar que ele ganhava mais do que eu, que tinha condições para me sustentar, para além do meu vencimento. Esta era uma coisa. Por outro lado, que foi uma coisa que também me deixou sempre a pensar, «mas o que é isto?» para entrar na função pública nós tínhamos de assinar uma declaração sob compromisso de honra que era uma declaração anticomunismo, que não comunista, que não partilhava ideias de esquerda, e, portanto, isto nos fazia pensar, para quem tinha cabeça, isto fazia-me refletir. Mas por outro também, se nós perguntássemos a alguém toda a gente tinha receio de falar e mesmo aqueles que pudessem, tinham receio de falar. Foi uma vida absolutamente igual à de tantas adolescentes, àquelas que estudavam,

*obviamente, porque outras, mesmo assim, não tiveram a mesma sorte que eu tive. Se me perguntar se andei nas lutas antifascistas, antes do 25 de abril? Não. Objetivamente? Não. Porque nem sabia isso o que era. Só veio depois.”*

**2- Como é que teve conhecimento do que se estava a acontecer em Lisboa, mais precisamente no dia 25 de abril de 1974?**

*“Bom, já lhe disse que eu estava a trabalhar, estava no meu segundo ou terceiro ano de serviço. Eu quando acabei a Escola do Magistério, fui trabalhar para o Porto Moniz. Trabalhava na cave de uma Capela, não havia televisão, não havia nada, o que é que eu tinha? Tinha um radiozinho a pilhas, onde ouvia durante a noite alguns noticiários, e algumas coisas, mas era rádio a pilhas e isto só mesmo a noite porque eu trabalhava de manhã, à tarde e à noite, eu como professora do 1.º ciclo cheguei a fazer três turnos, escola primária de manhã, telescola à tarde e adultos à noite, portanto, não tinha mesmo tempo, e não havia televisão. Nesta célebre madrugada do 25 de abril, o que é que me aconteceu? Eu vivia numa casinha, lá no Porto Moniz, por acaso na altura já tinha carro, mas não ia todos os dias para o Seixal porque as estradas eram perigosas e vivia no Porto Moniz. Acordei durante a noite, não posso precisar a hora, e liguei o rádio inconscientemente, nem sequer era hábito, mas acordei, não sei se devo ter demorado a adormecer e liguei o radiozinho a pilhas que tinha na mesa de cabeceira e comecei a ouvir musica de intervenção, daquela outra musica que eu tinha ouvido nas aulas do Magistério, nas aulas de música com o Padre Somaes que ele mandava fechar as portas, mandava fechar as janelas para ouvirmos aquela musica, e depois comecei a ouvir as notícias. Mesmo com radiozinho a pilhas, sem televisão, provavelmente muitas poucas pessoas como eu, ouviram o 25 de abril em direto, porque eu ouvi o «Grândola», devia de ser, para aí, umas 5 da manhã. E pronto, foi assim que soube. No dia seguinte, vai me perguntar, o que é que fez no dia 25 de abril? Foi um dia igual aos outros, fui dar aulas e como lhe disse há pouco, tinha começado a telescola no Porto Moniz, e fui pioneira na telescola no ano em que começou, eu fui dar aulas na telescola e a telescola, como o próprio nome indica, nós tínhamos um televisor, mas era só leitor de cassetes. Não havia televisão, a televisão não chegava ainda ao Porto Moniz. E, portanto, nós tínhamos o leitor de cassetes e o televisor, onde os alunos assistiam às aulas. E então, salvo erro, não sei quantas vezes por semana, duas vezes por semana, acho eu, ia um motorista, agora é a Secretaria da Educação, na altura era o Instituto da Telescola na Madeira, ia um motorista distribuir as cassetes pelas escolas. E a primeira pessoa de*

*fora que, presencialmente me falou foi o motorista que foi entregar as cassetes, o sr. Daniel. O 25 de abril, para mim, o dia em si, foi um dia absolutamente igual aos outros. A partir daí, começou-se a falar, e lembro-me que então eu me assumi a partir daí, porque percebemos, agora sim, podemos falar, podemos dizer o que estava mal no sistema, o que estava mal na Câmara Municipal, o que estava mal na Educação, começamos a perceber que a partir disso podíamos falar. E lembro-me então, essa senhora ainda é viva, de uma senhora que se chama Teresa Góis, a quem nós chamávamos carinhosamente por «Toca», ainda hoje chamamos, que era funcionária do Banco Espírito Santo, não era professora. Essa sim, ela não era de cá, era do continente, tinha mais formação política do que eu. Começamos a conversar e digamos que começamos «temos de fazer alguma coisa, isto aqui parece que não aconteceu nada, neste fim de mundo parece que não aconteceu nada». Então começamos as duas, depois do trabalho, ela acabava o trabalho mais cedo porque eu dava aulas à noite, só terminava às dez, a partir daí a gente saía as duas com uma lata de tinta e uma brocha de pintar e pintamos «viva o 25 de abril» nas paredes, na estrada que era assim que se fazia. Se eu estive na contestação, naquilo que aconteceu no Funchal, relativamente ao 25 de abril, nomeadamente sobre a ocupação de alguns edifícios, nomeadamente do seminário que veio a dar lugar depois à Escola Bartolomeu Perestrelo? Não, não estive. Porque nessa altura, eu já tinha carro, mas mesmo assim para eu chegar do Porto Moniz ao Funchal eu demorava duas horas e tal e mais outras tantas para regressar. A minha contestação, na altura, ficou-se por ali. Anos depois, pronto, comecei com aí com intervenção política no Partido Socialista, não no Porto Moniz, mas na Calheta, nas primeiras eleições autárquicas já fui candidata na Calheta.”*

**3- Então pode-se dizer que após o 25 de abril a sua vida mudou tanto a nível pessoal, mas principalmente a nível profissional?**

*“Mudou bastante. Quer dizer, a nível profissional eu continuei a ser professora, continuei a dar as minhas aulas, porque nós eramos candidatas, e aí a direita começou logo sempre a ganhar eleições, o PSD e até hoje. Basta ver que nós hoje já temos mais anos de PSD na Madeira do que tivemos de fascismo a nível nacional e isto é que dava mesmo um bom estudo. Comecei a ser candidata pelo Partido Socialista e o máximo que eu chegava era fazer parte da Junta de Freguesia, ou da Assembleia de Freguesia, mas profissionalmente continuei o meu percurso. Claro que anos depois inscrevi-me no Partido Socialista e a minha intervenção quer no Partido Socialista, mas também em*

*termos sociais, a minha intervenção pública mais relevante, em termos sociais, começou no Sindicato dos Professores da Madeira, nessa altura estamos a falar de, talvez, de 83/84, e a partir daí é que a intervenção pública, a intervenção que é também política, quer se queira, quer não, mas a intervenção sindical é uma intervenção política, não deve ser partidária, não deve ser, às vezes é, a intervenção sindical não deve ser partidária, mas é uma intervenção política. Comecei esta intervenção no sindicato e só depois é que passei para a Assembleia.”*

#### **4- Considera que as mulheres tiveram um papel importante na Revolução de Abril?**

*“Tiveram, sem dúvida. A história diz-nos que as mulheres tiveram um papel, embora não estivessem diretamente ligadas à revolução em si, porque na altura as mulheres não iam à tropa, e todos nós sabemos quem fez o 25 de abril, pelo menos fisicamente, naquele dia, foram as forças armadas, portanto, as mulheres não tiveram ali intervenção direta, mas tiveram ligação em termos das lutas antifascistas, das lutas estudantis e houve muitas mulheres a serem presas, por exemplo, estou-me a lembrar da Dra. Violante Matos que fez parte das lutas estudantis e que chegou a ser presa política, mas muitas mulheres a nível nacional tiveram uma participação muito ativa, sobretudo nas lutas estudantis e nas lutas antifascistas, tiveram si senhora.”*

#### **5- Algumas vez se sentiu ameaçada, sentiu que na altura podia dizer mais, mas não dizia? Ou depois do 25 de abril foi como se rebentasse uma nuvem?**

*“Curiosamente, e pelas razões que eu já referi, antes do 25 de abril decididamente nunca me senti ameaçada. Não porque não tinha participação e só por isso. Como não tinha participação como era mesmo ignorante em termos políticos, nunca me senti ameaçada. Agora isso, provavelmente dava-lhe outro estudo. Ameaçada depois senti-me, depois do 25 de abril e ainda acho que ainda hoje, na Região Autónoma da Madeira, temos muitos resquícios do antes do 25 de abril, mas muitos mesmo. A diferença é que não há presos políticos, não há polícia política, ninguém pode ser preso, agora quartada nos seus diretos? Sim, sim. Basta ver alguns concursos públicos, basta ver que para ter acesso a um emprego é preciso ter um cartão cor de laranja, portanto, digamos que, quartada nos meus direitos, eu senti-me depois do 25 de abril e isto não é nenhum demérito para o antes do 25 de abril, já expliquei. O demérito era meu, porque não sabia o que estava a acontecer, era ignorante. Quando nos começamos a perceber e a refletir em termos políticos e a ter acesso à informação, porque de facto não tínhamos acesso à informação, como já lhe disse, não tínhamos, nem sequer televisão. Depois do 25 de abril*

*obviamente que as coisas mudam, nós começamos a ter acesso à informação, começamos a saber o que é que estava a passar e, portanto, volto a dizer, antes do 25 de abril não me senti ameaçada porque era ignorante, depois do 25 de abril, sim, porque pensei pela minha cabeça e porque sim fomos, e ainda somos coartados, em termos das nossas opções políticas certamente, sem dúvida.”*

#### **6- Entrou na função pública antes do 25 de abril? Enquanto mulher, foi fácil?**

*“Na altura era fácilimo. No meu caso era fácilimo porque a maior parte dos professores naquela altura eram mulheres. No meu curso de Magistério tínhamos duas turmas, salvo erro, eramos 42 ou 48 e só havia dois homens. Portanto, quer dizer, ou eram mulheres a se candidatar a ser professores ou não havia professores e efetivamente havia muito poucos professores, por isso é que já lhe disse que cheguei a fazer três turnos. Por exemplo, nesta escola onde eu comecei a trabalhar, no Porto Moniz, nos Lamaceiros do Porto Moniz, a escola era numa cave de uma capela, aqueles meninos que eu recebi nunca tinham tido uma professora formada, eram as regentes escolares. O que eram as regentes escolares, que existiam muito antes do 25 de abril? Eram pessoas que tinham a 4.ª classe, sabiam ler e escrever e, portanto, o Salazar achava que para ensinar a ler e a escrever, bastava saber ler e escrever, não era preciso ter curso nenhum. Claro que depois disto houve reformas mesmo no Estado Novo, ainda houve algumas reformas, e pronto, o curso de Magistério já havia há muito tempo. Portanto, não havia dificuldade nenhuma, basta lhe dizer que antes do 25 de abril nós entrávamos no meu 1.º ano de serviço, concorriamos, entrávamos e eramos chamados os professores agregados, não sei porquê, mas eramos os professores agregados. Nós não tínhamos direito nem a férias, nem sequer ganhávamos nas férias, nos três meses de férias nós não ganhávamos, portanto, isto aconteceu-me só um ano. Isto porquê? Porque logo no segundo ano eu fiquei efetiva, concorri e fiquei efetiva. Como professora efetiva já tinha direito a receber nas férias, não subsídios, porque os subsídios vieram só depois do 25 de abril, não havia cá nem subsídio de férias, nem subsídio de Natal, não havia nada dessas coisas, dessas modernices. Na altura era fácilimo. No nosso caso era fácilimo e durante muitos anos, e então depois do 25 de abril ainda foi mais, houve muita falta de professores, por isso é que houve um «boom» de professores mesmo ao nível do ensino primário, na altura chama-se ensino primário, agora primeiro ciclo, um «boom» de professores a virem do continente e no liceu, nas escolas secundárias começaram a aparecer, durante muito tempo, professores a dar aulas que tinham só o antigo 7.º ano, depois o 12.º ano, porque*

*não havia professores com formação suficientes para cobrir o ensino na Madeira. Vieram muitos professores do continente, e muitos professores, durante muitos anos, deram aulas sem terem formação científica e pedagógica para o fazer. Mas pronto, foi a democratização do ensino, foi a massificação, mas também a democratização quando a maior parte dos alunos, aqueles que queriam naturalmente, porque o ensino foi se tornando obrigatório faseadamente, na minha altura quando eu entrei o ensino obrigatório era só até a 4.ª classe, depois foi até o 2.º ciclo, hoje é obrigatório até o 12.º ano, portanto, foi-se massificando, toda a gente teve acesso e democratizando porque na minha altura só estudava uma pequena elite, muito pequena. E mesmo assim, por exemplo, no meu caso, se me perguntarem, eu já tenho dito isto muitas vezes, se o meu desejo era ser professora primária? Não, não era. Eu queria ir para Coimbra fazer um curso de direito. Acho que teria dado uma boa advogada, mas enfim, na altura, não foi possível, não sei bem se foi por motivos financeiros, provavelmente não foi, foi ali qualquer coisa na cabeça da minha mãe, até porque eu já tinha o meu irmão mais velho tinha sido seminarista e já vivia me Coimbra, e eu teria muita facilidade em tirar o curso em Coimbra, mas a minha mãe não me deixou. E portanto, o que me restou foi mesmo entre ir trabalhar para uma função pública, trabalhar num escritório, não era também muito a minha praia, como dizem os miúdos, optei, fui tirar o Magistério e não me dei mal. Apesar de tudo, os anos que fiz, cumpri a minha função, acho que era boa professora. Há alunos que ainda encontro e têm boas recordações.”*

### Entrevista com Célia Pecegueiro



Anexo P- Entrevista com Célia Pecegueiro, Salão Nobre da CMPS, 3-08-2022.

Célia Maria da Silva Pecegueiro, a primeira mulher a ser diretamente eleita presidente de uma autarquia na Região Autónoma da Madeira, nasceu em 1980 e é natural dos Canhas, concelho da Ponta do Sol. Com 42 anos de idade, Célia é militante do Partido Socialista (PS) e é a atual presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol, onde já cumpre o segundo mandato. Para além de ter sido a primeira mulher presidente de uma câmara municipal, foi também a primeira mulher a representar a organização política de centro-esquerda, a Juventude Socialista (JS). Entre 2004 e 2007 foi deputada à Assembleia Legislativa Regional da Madeira e ainda vereadora municipal. Todas estas circunstâncias fazem dela uma mulher ímpar, pelo que entendemos por bem ouvir as suas opiniões sobre diversos assuntos, em entrevista que de seguida se transcreve.

**1- Qual a sensação de ser a primeira mulher, na Região Autónoma da Madeira, a assumir a presidência de uma autarquia?**

*“Desde logo, é uma grande satisfação pessoal e política por ter sido eleita diretamente, ou seja, passar por uma situação de sufrágio universal que permitiu que as*

*peessoas conscientemente fizessem essa escolha, portanto, sabendo à partida que era uma mulher a encabeçar uma lista e, portanto, em caso de vitória, seria ela a assumir a presidência, tendo sido uma decisão consciente ainda é mais satisfatória. 2017 porque foi o ano da eleição, provou-se várias coisas. Uma que as mulheres podem encabeçar listas porque há a hipótese de eleição, faço aqui o parêntese, eu não cabia naquele modelo de candidato ideal com melhores condições de ganhar uma eleição, mas ainda assim contrariei aquilo que era a tendência. A outra coisa é que um trabalho bem feito junto das pessoas, esclarecendo, conversando, falando consegue-se contrariar tendências, como dizia, por outro lado, é também outra satisfação sobretudo política foi ver um partido de esquerda e um partido que nunca tendo ganho eleições no concelho, ganhou pela primeira vez e no topo deste bolo, dizemos assim, a grande satisfação por ter sido a Ponta do Sol, o meu concelho a dar este sinal de maturidade, que contrariou, de certa forma, a ideia que se tinha do concelho, que era uma ideia baseada em resultado de outras eleições, mas a ideia de um concelho conservador e foi um concelho que foi muito à frente do seu tempo, por ter sido o primeiro que escolheu uma mulher para estar à frente da liderança do concelho, para assumir uma presidência. A questão aqui é encabeçar. As mulheres participavam politicamente, estar à cabeça é outra história.”*

## **2- Como Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol, alguma vez sentiu barreiras/limitações pelo facto de ser mulher?**

*“Há sempre sinais. Eu já andava aqui há algum tempo, portanto, para mim é irrelevante. Pequenos sinais que às vezes está nas pessoas nunca se manifestam de uma forma tão expansiva assim, por uma simples razão: eu estou numa posição de poder, é completamente diferente de estar numa posição de subalternidade, ou de ter da decisão de outro, portanto, em último caso, quando as pessoas estavam falando comigo, mais de estar a falar com uma mulher, sabiam que estavam a falar com a pessoa que teria sempre a última palavra numa série de situações, porque a decisão, em último caso, passa mesmo pela presidente de Câmara, há os vários órgãos, mas há uma série de coisas que passam mesmo pela minha decisão e pela minha assinatura, portanto, acho que a grande diferença aqui é o poder, de facto. Por isso é que se fala muito nas mulheres em papel de liderança, tendo poder efetivo de decisão. Essa é que é a diferença. Não é a simples participação, dizer-se que as listas são paritárias, dizer-se que, por exemplo, os governos são paritários, é um passo, é um caminho porque há mais mulheres a fazer um percurso de experiência, a ter uma experiência e a ter depois o currículo que é necessário, muitas*

vezes, para apresentar, porque sim, nestas coisas para as mulheres, é preciso ter uma ficha impecável, mas depois na liderança, ou a última palavra, ou o porta voz ser sempre o homem que torna tudo muito diferente. No meu caso, sinto sempre que estando numa posição de poder de decidir, torna tudo completamente diferente na relação seja com homens, seja com mulheres. É a relação de poder que se estabelece. Eu sinto que, aliás, penso que qualquer mulher numa situação de decisão, seja na política, seja na frente de uma empresa, ou qualquer outra situação, pode haver alguma tentativa, alguma atitude condescendente, mas se estivermos seguras do nosso papel isso passa-nos completamente ao lado, nem afeta minimamente, nem trava aquilo que nós queremos fazer.”

### **3- Considera que a participação política da mulher tem vindo a ser conquistada ou ainda há algum tipo de preconceito?**

“Obviamente que se deu alguns passos. Depois é preciso escolher uma linha temporal para analisar. Eu gosto de pensar de forma positiva. Se considerarmos que as mulheres, por exemplo, votam hoje, da forma como votam, sem qualquer limitação, só apenas algumas, as instruídas, é que tinham direito a voto e só desde 1931. Se considerarmos que esta conquista nem sequer 50 anos tem, naquilo que é a história do país é uma gota no oceano. Por outro lado, também podemos analisar de outra forma, quer dizer já são quase 50 anos de democracia, de sufrágio universal, poderíamos ter dado aqui passos maiores, sim, mas a participação da mulher na política tem um conjunto de coisas associadas. Por um lado, uma conquista da formação e da educação, uma conquista do espaço público, quando era antes era sobretudo o espaço privado, a casa, uma gestão da sua vida, não deixando de ter os seus papeis, ou não deixando de ter a sua vida pessoal, conquistando o espaço público e, portanto, houve muito trabalho aqui a ser feito. Não é só dizer agora há mais mulheres na política, há mais mulheres a participar politicamente. Foi preciso ajustar todo um outro conjunto de coisas. E não, ainda estamos muito longe de se dizer ok, é só querermos e estamos lá. Ainda há muita coisa a fazer. Podíamos estar melhor, porventura, se compararmos com outras sociedades, outras democracias, mas também começaram de uma forma, por exemplo introduziram as sociedades no norte da Europa que muitas vezes se invoca/se cita porque introduziram as quotas como forma de corrigir, foi um bocadinho forçar a entrada das mulheres na política e hoje é tido quase como uma coisa natural, as vezes até há situações onde há mais mulheres do que homens a participar, mas foi preciso começar por algum lado, foi preciso forçar um bocadinho. Eu acho que ainda temos de forçar um bocadinho,

*não apenas pela participação igualitária. Entendo que há, também do que leio, também daquilo do que tem sido da experiência, vou refletindo sobre aquilo que vejo, se não forçarmos em assumir ou em tentar fazer um caminho para tentar chegar a posições de liderança, posição de poder teremos apenas um voto entre tanto que pode até ser minoritário e nós temos de ter o poder de decidir sobre nós e sobre os outros e aí é que fará a diferença. As vezes há aquela ideia, vamos partir da base, educação para todos, vamos tentar que haja uma maior participação das mulheres, temos de inverter a pirâmide e começar de cima para baixo, que é para que depois tudo se reflita na base, digamos assim. Vou dar um exemplo, o sindicato de professores. Sabemos que a maioria das pessoas que hoje dão aulas em Portugal são mulheres, e temos tido nos últimos anos aqui e a nível nacional quem lidera o sindicato tem sido homens. Na enfermagem acho que é uma mulher neste momento. São pequenos sinais. Mas isto faz diferença. Claro que cada profissão é uma situação, mas a liderança acaba por ser exemplo e serve também para inspiração para outras. Não querendo esticar demasiado a resposta e, se calhar, até já fugi um bocadinho do tema, mas só para dizer isto: no início do mandato, foi das coisas que mais me animou, eu ter recebido pessoas aqui na Câmara que marcaram para atendimento e o início foi complicado porque era muita gente a querer saber o ponto de situação de processos e uma série de coisas, e eu tive pessoas que simplesmente vieram para me cumprimentar, estou a falar de mulheres, pessoas daqui da Ponta do Sol, zonas altas do concelho, agricultoras, neste caso, não bem por opção mas porque foi a única saída que encontraram para serem autónomas, governarem a sua vida quando tinham ficado sozinhas e cheias de dívidas e com filhos para cuidar, e vieram-me cumprimentar a dizer isto, portanto, eu nunca mais me esqueci: Não faz ideia da importância da sua eleição para as mulheres, porque nos também podemos chegar lá. Sobretudo vindo de uma pessoa que eu se calhar numa outra situação pensaria bem a única preocupação desta pessoa não tem a ver com política, tem a ver com sustentar a casa e os filhos e de repente a observação dela e a felicidade dela tinha era a ver com isto. Porque a eleição de uma mulher para a presidência da Câmara significava o empoderamento das mulheres, significava que ela também conquistava com isso uma outra importância, um outro peso na sociedade.*

*Uma outra situação que acontece frequentemente, eu às vezes também provoco um bocadinho nas idas às escolas: o que querem ser quando forem grandes? As meninas às vezes levantam logo o dedo, pequeninos e são muito espontâneos é giro, porque aquilo*

*sai-lhes da alma, sem estarem a medir propriamente o que estão a dizer. «Quero ser presidente.» Muito bom, eu sei que é um bocadinho por esta influência, digamos assim, estar perto. Se calhar já ouviram falar de outras presidentes de câmara, mas muito distante, aqui na Madeira não existia. O contacto faz com que vejam como uma possibilidade de chegar lá. Portanto, se eu servir de inspiração, obviamente, nem todas vão chegar a presidentes de Câmara, mas se calhar inspirar estar à frente projetos, estar liderar empresas, estar a liderar organizações, associações, o que quer que seja, nunca ter qualquer receio, ou não assumir como uma limitação, à partida, poder estar à frente do que quer que seja.»*

#### **4 - Qual foi a sua maior conquista a nível político?**

*“Essa ainda está para vir. Enquanto eu for viva, acho que vou ter sempre essa sensação. Porque ao chegar aqui, ok, este já está, venha o próximo desafio. Obviamente que neste momento também gosto de estar focada naquilo que eu estou a fazer e desenvolver o mais possível esta oportunidade. Não é só chegar, neste caso é trabalhar para ter o melhor desempenho possível e nós mulheres temos um bocadinho disso, não é só por nós, sentimo-nos um bocadinho representantes das outras, até porque não queremos pôr em causa aquilo que possam ser também ambições de outras. Quer dizer, não queremos ser usadas como o mau exemplo. Nesse aspeto, como temos um grande escrutínio, gostamos sempre de ter um percurso impecável a esse nível, mas obviamente que a única forma de fazer bem este percurso é estar a pensar já num próximo patamar, seja ele qual for. Pode ser como presidente de junta, como presidente de qualquer coisa, estar à frente de um projeto, estar a trabalhar numa empresa, o que quer que seja, temos que ter sempre essa ambição de não terminar um percurso, estar sempre a pensar na próxima etapa e isso motiva-nos a ir mais à frente.”*

#### **5- Acredita que a sua atual posição fez motivar outras mulheres a terem um papel mais proativo na sociedade?**

*“Se as inspirar, se as motivar tanto melhor. A pior coisa que pode acontecer é nós partirmos do princípio que não vai ser possível. Se nós correremos a pensar que não dá para chegar em primeiro é garantido que não chegamos lá. Se correremos a pensar que podemos ser primeiro, podemos chegar em segundo, em terceiro, mas demos o máximo de nós e há uma grande possibilidade de chegarmos em primeiro. Não se pode é partir, pensando que não vai dar para chegar lá. Em 2017 isso fez toda a diferença. Obviamente que tínhamos dados, que nem toda a gente tinha, nós tínhamos cálculos, há tendências,*

*análise de dados, há sondagens, tudo isso auxilia nas tomadas de decisão também, na forma como nos propomos à campanha. Mas, se não partíssemos, pensando que era possível, que havia uma escalada a fazer, estamos nesta patamar, para ganharmos temos de chegar aqui, e temos de pôr objetivos quinzenais que neste caso a escala era curta, a cada quinze dias temos de estar neste patamar, porque se mantivermos a tendência chegamos lá. Nós temos este tempo, temos de cumprir estes objetivos e conseguimos chegar lá, e dá para chegar e acreditar que é possível, sempre com os pés muito bem assentes no chão. Eu tive o tempo a pensar mais no discurso do fim, perdendo umas eleições, do que num discurso de vitória. Não sabia o que dizer na noite eleitoral, por exemplo, não fazia a mais pálida ideia, porque a minha única preocupação como é que vou manter aqui um grupo de trabalho que se criou e a dinâmica de campanha que se criou. Perder aquilo tudo, por causa do resultado, era muito mau, porque era impossível manter dinâmica de campanha depois de umas eleições, e depois de uma derrota. Mesmo depois das eleições, assumindo estas responsabilidades é impossível ter aquele ritmo de trabalho que tivemos nos últimos três meses de liderança: vá vamos, hoje começamos as oito da manhã porque vamos passar os pequenos almoços nos cafés todos da zona, depois começamos a fazer porta a porta às dez e terminávamos às oito/nove da noite, normalmente era mais porque o último sítio de paragem era, às vezes, num café, obviamente que à noite já não íamos bater à porta de ninguém. Eu estou a dizer isto porque obviamente que é uma campanha feita para aqui, as coisas depois têm de ser adaptadas ao território. Nisto as mulheres, e para concluir esta questão, as mulheres foram decisivas porque durante a campanha fui recebendo sinais, tiveram sempre muito atentas, faziam perguntas que eu notava que não eram perguntas à toa, tive o tempo todo com a sensação que me estavam a medir o pulso, queriam perceber exatamente ao que vinha e eu acho que perceberam e sentiram que não estava por estar, independentemente do resultado final, e isso ajudou e motivou-as a outra coisa que foi depois fazerem a sua parte do trabalho e foi fundamental. Nos sítios onde passava maior parte das vezes eu encontrava mulheres em casa, de várias idades, normalmente até já com mais idade, curiosamente as mais dadas à causa. Elas passaram pelo processo de votar pela primeira vez, de ganhar o direito ao voto pela primeira vez. Senti que as mulheres mais velhas eram muito mais recetivas e muito mais sensíveis, independentemente de haver mulheres que são machistas ou que acham que as mulheres de facto não têm direito, ou não têm capacidade, portanto, limitam-se a si e limitam às restantes. Mas havia um conjunto muito alargado de pessoas que inclusive até depois lembravam-nos que tinham votado*

*pela primeira vez, pós 25 de abril. «as primeiras eleições quando eu votei». Quando me invocam isto percebi que valorizavam muito a conquista que não foi pequena e ficavam orgulhosas e isso foi muito giro ver. Antes pela atitude de já estar a concorrer e tudo mais, depois pela eleição reconheceram e ficaram muito felizes pela eleição e mobilizaram depois na reeleição e isso para mim foi fundamental. Claro, tivemos homens, mas como o assunto aqui são as mulheres, foi onde senti que havia mais empenho. Da parte dos homens houve uma outra coisa: se fosse homem, vocês tinham todas as condições para ganhar agora, não é que a Célia não seja, mas... aquele 'mas' é sempre terrível. Mesmo assim não deixaram de votar, só achavam que não ia dar porque nunca tinha dado, um bocado por isto. Não era deitar abaixo. Curiosamente não era a mim que faziam essa conversa, para não deitar abaixo. Faziam com outras pessoas do grupo mostrando preocupação. Esta era uma oportunidade de vocês ganharem, 'mas'... no fim estavam satisfeitos e ficaram contentes, vieram para a rua também. Porque obviamente aqui a questão não era a de ser mulher apenas, era o facto de ser o partido socialista. Em 2013 houve uma mudança significativa, mas a questão era, pela primeira vez, na Ponta do Sol, a viragem para o partido socialista. Eu fico particularmente satisfeita ter sido o partido socialista a ter, pela primeira vez, conseguido uma eleição direta de uma mulher para a presidência de uma câmara. Até porque também sou dirigente. Eu comecei por estar na JS e passados alguns anos, assumi a liderança da JS Madeira e, portanto, todo este percurso tanto na JS como no partido teve sempre esta componente de, por um lado, mais espaço para as mulheres, por outro, uma conquista de espaço também e de influência do partido socialista na sociedade para permitir alternância. Era fundamental termos um partido forte para que pudesse haver alternância democrática. Se for para sermos um partido único, mais valia termos continuado na ditadura. Pronto, estou a levar um bocadinho aos extremos, mas é isto. Não havendo alternância, há margem para os abusos e, portanto, quando fazíamos este trabalho no partido, era também a pensar nisto. O papel das mulheres era aqui fundamental. Nesse aspeto acho que tive a sorte pelo partido que escolhi militar. Eu acho que já era socialista antes de entrar para o partido porque acabou por ser o partido que, ainda que nalguns aspetos conservador, são todos, mas tem sido o partido que tem dado mais passos e mais alterações legislativas, e estas são as que contam, tem proposto ou tem aceite também de outros partidos de esquerda, sublinhe-se, mas tem sido o partido que quando no poder tem permitido maiores evoluções este nível da participação das mulheres e dos direitos das mulheres que tão intimamente ligados. As licenças de*

*maternidade, há uma serie de coisas aqui que depois são fundamentais para criar as condições necessárias para uma participação igualitária porque nós não estamos a partir do mesmo patamar.”*

## Anexo Q

---

### Entrevista com Pe. Martins Júnior



Anexo Q - Entrevista com Pe. Martins Júnior, 14-07-2022 e a 02-08-2022, Ribeira Seca, Machico.

José Martins Júnior nasceu em 1938 e é natural de Machico, mais precisamente na zona da vila. É padre e no percurso da sua vida assumiu diversas posições, a vários níveis: religioso, pedagógico, artístico, social e político. Integrou os cargos de deputado da ALR (Assembleia Legislativa Regional), como independente, e Presidente do Município de Machico, tendo ainda passado pela Guerra Colonial como Tenente Capelão em terras de Cabo Delgado, Moçambique. Todavia, em 1977 foi suspenso “a divinis” pelo bispo D. Francisco Antunes Santana devido ao seu comportamento político e

reivindicativo. Apesar disso, continuou a exercer as suas funções, sempre aliado pelo seu povo. Foi um padre solidário com o seu povo sobretudo na abolição do regime da colónia. Manteve sempre uma posição ativa e resistente sempre à volta do seu povo. Foi um líder para muitas mulheres. Incentivou-as e ajudou-as a lutar e a não desistir dos seus direitos e das suas liberdades. É padre na Ribeira Seca há cinquenta e três anos. 42 anos depois, mais precisamente em 2019, D. Nuno Brás revoga a suspensão que fora aplicada ao padre Martins. Todos os dias ímpares escreve no seu blogue pessoal Senso&Consenso. Já foi anunciada a sua saída da paróquia da Ribeira Seca, por livre vontade, o que causou alguns constrangimento a alguns populares que não aceitam a sua saída.

### **1- Como era a sua vida durante o Estado Novo?**

*“A minha vida na altura do Estado Novo era a vida do comum cidadão português, agravada pela insularidade, era ilhéu e ainda mais influenciada pelo estatuto de estar ligado a uma instituição oficial que era colaboracionista do Estado Novo, que era a Igreja católica. Em termos de conhecimento do que era o Estado Novo evidentemente que nós não tínhamos. Aquilo que nós tínhamos que nos transmitisse algo do Estado Novo eram as cerimónias religiosas, os tedéus, as missas pontificais de determinadas datas em que lá estavam as autoridades, o Governador Civil, o Governador Militar, tropas, escuteiros, Mocidade Portuguesa (MP), que em Coimbra, quando o meu irmão estudava lá em vez de Mocidade Portuguesa punha Mocidade Perdida, de modo que eram os senhores da Igreja. Engolíamos tudo porque ocultavam-nos também, no Seminário do Funchal, era impossível. Até me recordo uma vez que eu fui, ainda era eu seminarista quando veio à Madeira o Américo Tomás ali ao Bairro dos Pescadores, encarregaram-me de fazer um discurso, vê lá, ao Estado Novo como tinha uma certa facilidade de linguagem, então foi isso. Tive uma experiência bicéfala, pode-se dizer, que foi com a minha ida para o Porto Santo. Houve uma grande cerimónia, sei que era o 1.º de dezembro, que era o dia da Restauração, era mais que o 10 de junho ainda, e eu fui encarregado de fazer a oração de sapiência, o sermão na Sé do Funchal, eu era um miúdo novo, tinha saído da casca uns meses depois de ser ordenado padre. Eu lá fiz o sermão, disse um monte de coisas, das quais eu disse que «os maiores criminosos não estão nas cadeias» e depois disse algo que, cá está, era contra o Estado Novo de certo modo, contra as estruturas consagradas do Estado Novo, as representantes, eu disse a propósito do diálogo de Jesus com a mulher aquela samaritana, ia citando eu passagem e eu disse que «o nosso Cristo não precisa de adoradores, que venham ajoelhar-se em fofas almofadas*

vermelhas», mas quem é que tinha almofadas vermelhas para se ajoelhar nesse dia? O Governador Civil e o Governador Militar. Olha, acertei. Guia de marcha para o Porto Santo logo a seguir, até diziam que iam me mandar para Roma, para estudar, para ser doutor da Igreja, então vai para o Porto Santo. Era um exílio na altura. Então lá é que eu tive um pouco conhecimento do que é o Estado Novo, mas muito mais tarde. No Porto Santo nós convivíamos com os que lá estavam, não estavam proscritos, estavam a trabalhar, mas eram do Continente, eram da Madeira, pessoal da TAP, pessoal da Aeronáutica, da Estação da OTAN lá no Porto Santo, da PIDE, tudo isso, e nos dávamos muitíssimo bem, fazíamos patuscadas, eu sabia lá o que era a PIDE. Notei depois, quando o povo se juntou no primeiro ano para não vir para a Madeira, para ficar lá, o bispo mandou-me logo para a Madeira para um lugar importante, São Pedro, para a Igreja de São Pedro. O povo veio com o bispo David de Sousa e ele «também, querem que ele fique também pode ficar convosco», mas no segundo ano a diocese já não tinha bispo. O bispo tinha saído, tinha morrido, parece-me, e estava entregue a uns cónegos, o Cónego Camacho e exigiu que viesse. O povo fez lá uma luta terrível, sei lá, levaram-me até o Ilhéu de Baixo, depois vim para uma casa de um sujeito do Funchal e o povo rodeou-me dia e noite. Até que um dia, após a missa, e que celebrei na Capela do Espírito Santo, o povo estava ali e aparece quem? O tal senhor Vieira, que afinal era da PIDE e então aí é que me apercebi o que era a PIDE. «Senhor Padre Martins sabe, se quiser, eu posso dar colaboração para ir para o aeroporto», eu disse muito obrigado e o povo em cima daqueles muros «não vai!». Ele aperta comigo «mas tenho que levá-lo para o aeroporto» e eu disse «senhor Vieira nós já convivemos muito, agradeço muito a sua atenção, mas eu não vou». Ele ainda insiste e mandei-lhe este piropo, na altura ele podia-me prejudicar. «Olhe, Sr. Vieira, o que eu tenho a lhe dizer é que eu não sou filho da PIDE, como você é, portanto eu não vou», e o povo salta dos muros, faz um circo, e ele teve que ir embora no táxi que o trouxe, cumpria ordens, mas vejam lá uma questão eclesiástica, mais tarde vivemos isso aqui na Ribeira Seca também, mas fora ainda mais cruel e mais dura, mas em 1965 vejam bem, há quantos anos já, mas aí é que apercebi-me disso.

Depois, o meu contacto com o Estado Novo, vim para a Sé do Funchal, e depois fui para o Ultramar, fui servir a tropa no norte de Moçambique, em Cabo Delgado. Aí então ainda mais, dentro de mim uma revolta. Estar ali ao serviço de uma causa injusta, cruel, assassina. Quando eu entrava, eu acompanhava os soldados, nas operações, nunca levava arma, a minha arma era uma viola, um instrumento, mas quando sai ao mato nem

*isso sequer, quando entrava naquelas palhotas, os Macondes, que era a raça mais nobre de Moçambique, uma raça do ponto de vista de guerreiro, como de personalidade, de inteligência, de crânio, e o que é que eu encontrava lá? Terços, imagens de Nossa Senhora em marfim, feitas por eles, crucifixos hipopet e hiposandalo e o evangelho bilingue, em português e em maconde. Eu disse, «mas o que é que eu estou aqui a fazer? Eu padre católico ajudando a matar irmãos cristãos e católicos como eu? O que é que eu estou aqui a fazer?». Eu tomei atitudes complicadas. Tive lá rixas com o comandante, o comandante chamou-me ao gabinete e diz «o nosso Capelão é diferentes dos outros», «mas porquê meu comandante?», «é que os outros Capelães falam muito em Nossa Senhora de Fátima, para dar força aos nossos rapazes para combater», «está bem, já percebi o que o senhor comandante quer me dizer, mas se você espera que eu vou fazer da nossa senhora de Fátima a Padeira de Aljubarrota, tire o cavalinho da chuva, ponha-me já na minha terra, o senhor com uma mão e eu com as duas». Eu pensei que o homem ia-me fazer um processo, já morreu o Carmo das Neves. Havia ali dois ou três Alferes com quem falávamos à socapa sobre a injustiça daquela guerra e o Estado Novo. A propósito disso tive outra pega com o bispo, o Brigadeiro Reis Rodrigues, também já morreu, era o bispo dos Capelães, das Forças Armadas. Fui lá fazer uma palestra, uma conferência, eu discordei daquilo que ele estava a dizer e tive uma pega terrível com ele. Aí é que temi. Tive a noção que eu estava metido numa boa grelha. Tinha mais medo do Reis Rodrigues do bispo Brigadeiro, que me levasse à PIDE, do que do próprio Comandante do Batalhão. Aí é que me apercebi o que era o Estado Novo. E então, a minha universidade sobre o Estado Novo foi a Ribeira Seca. Quando cá cheguei, costumo dizer, «vim de uma África para uma outra África». Não pelas pessoas, mas pelas carências, pelas dificuldades, por tudo isso. Eu fiquei desesperado mesmo porque havia um senhor lá no Funchal, que era secretário da Câmara Municipal do Funchal, o senhor de prestígio, na Sé andava com aquele pálio, era tio do padre Ribeiro, uma família muito rica e que era os senhorios daquele terreno ali, onde é a fazenda por ali acima. Havia ali um casal que veio me pedir, se fosse possível, eu interceder junto do senhorio para deixar fazer mais um quartinho para os filhos, tinha vários filhos, enfim, para dormirem condignamente. Eu fui ter umas setes vezes com esse senhor que tinha um respeito enorme, eu tinha quase uma veneração por ele porque homem religioso e tal, e o tipo nunca deixou. Ainda mais enfurecido fiquei. «este tipo parece um santo aqui, e perante esta miséria, algo que não era nada de especial, não lhe custava dinheiro nenhum, era*

*só deixar o caseiro fazer um quartinho ao lado, nem isso». A vida ensinou-me um pouco do que era o Estado Novo.*

*Fui lá [à PIDE] e apresentei-me a propósito da emigração para a França, esta malta nova nem imagina, o que se ouve agora dizer do México para entrar nos Estados Unidos e noutros lugares, em Espanha, Marrocos, a Ribeira Seca viveu isso, a Madeira. Saíam de cá, a estratégia, de certo modo, era bem concebida, que era estancar na fonte a emigração clandestina, que era não deixá-los sair sequer da Madeira, e, portanto, houve gente que foi presa, apanharam pancadaria nos calaboiços da PIDE. Uma vez veio aqui, era 00h30/01h, numa noite de inverno, uma mãe e a filha, com a lanterna «sabe, o meu marido ficou lá em baixo preso na cadeia, está apanhando porrada», e eu fui no outro dia lá com o senhor da PIDE, tive um bate papo com ele, foi duro, era novo, tinha sangue na gueltra, e tinha chegado do Ultramar, o Capelão Militar gozava de um prestígio aqui na terra. Muita coisa que eu fiz aqui neste adro foi nessa altura, se fosse neste estado com a 'Madeira Nova', eles não me davam nada. O Estado Novo deu-me, talvez, devido a este serviço que prestei no Ultramar. A propósito disso da PIDE, eu disse que ele não podia impedir aquele homem, eu vou denunciá-lo também ao senhor Anatólio Correia, era de Machico, era o chefe da PIDE na Madeira. Eu vou denunciar. Eu podia lá denunciar, quem é que podia com aquela gente. Eu disse «estes homens amanhã têm que embarcar para Lisboa, vocês não têm o direito de impedir um cidadão de viajar dentro do território português». Depois passei a direção de um padre amigo, o Padre Jardim Gonçalves que vivia em Lisboa, e eu disse «eles vão com este padre lá». O Jardim nunca soube desse papel, nunca, só mais tarde é que lhe falei. Então eu fui para o aeroporto de propósito e ali a vê-los a embarcar, um sujeito da PIDE lá estava, um rapazinho novo, era do continente, o Serra. «O chefe lá no Funchal está a dizer que eles não podem embarcar». «Não podem embarcar, está bem». Eu fui à cabine dos correios lá no aeroporto, liguei para o Anatólio Correia, que era o chefe. «eles vão fugidos», disse ele. «já lhe dei a direção desse senhor padre com quem eles vão lá, vão visitá-lo a Lisboa». Ele próprio leu a direção que eu tinha deixado lá, que eu sabia de cor. «Está bem sr. Serra, eles podem embarcar» e embarcaram à minha frente, ninguém lhes tocou.*

*Em 1969/1970, aquando das eleições para a República, houve um grupo de oposicionistas que fizeram uma lista e concorreram. O dr. Fernando Rebelo, que mais tarde foi Governador da Madeira, pós 25 de abril, e fizeram lá em baixo uma conferência, onde hoje é o Edifício Perestrelo, era um grande jardim, por isso é que aquilo foi uma*

*vergonha, aquele Edifício Perestrelo, um jardim enorme mas vedado, era particular. Eu levei o pessoal da Ribeira Seca por aí abaixo, tocando acordeão à frente, por aí abaixo enchemos aquele espaço enorme e pronto as pessoas falaram «não temos água, não temos luz, não temos estradas». No outro dia, eu fui chamado ao senhor da União Nacional, Dr. José Ramos, já morreu, o partido único praticamente em Portugal, de Salazar, Marcelo Caetano, eu fui chamado «Martins, aquela colação...», «eu só fui àquela colação como qualquer cidadão pode ir, e o povo quis ir, não ia opor-me», depois fui chamado ao Homem Costa, que era o Presidente da Junta Geral do Funchal, uma espécie de Governador da Madeira, era ele que me fornecia as máquinas todas para aqui, para fazer tudo isto. Eles ameaçaram-me «Martins, se tu continuas nisto, vamos deixar de colaborar consigo», e era verdade, deixaram de colaborar. Depois fui chamado à Diocese, ao Agostinho Gomes, mas que azar também teve ele. Ele tinha sido deputado no tempo de Salazar. Ele, o Agostinho Cardoso, tio do Alberto João e mais um outro Coronel, Soares, e o Alberto Araújo, na Assembleia Nacional do Estado Novo, foram deputados, e o Agostinho Gomes foi meu professor, bom homem, professor no Seminário, era padre, foi formado em Direito Canónico, chamou-me «Martins, tens que tomar cuidado, nós os padres não podemos... sabes Martins, quando eu estava na Assembleia Nacional como deputado eu dizia mesmo, eu não estou aqui como político, eu estou como padre»; «Ó senhor Dr. Agostinho Gomes, desculpe, apetece-me dar-lhe um tiro nos cornos», disse mesmo; «mas porquê?», «o senhor no tempo do Salazar era padre na Assembleia do Parlamento Nacional, ao serviço do fascismo e tem o descaramento de dizer que não era político, que era padre? Eu por trazer o povo lá baixo, porque as pessoas queriam vir, a reclamar a sua miséria, a sua falta de meios, já sou político, não é?». Era novo na altura e depois tinha aquele argumento de ter servido estupidamente, das maiores manchas da minha vida, ter sido Capelão Militar, e digo isto aos Capelães, e ao Bispo, já escrevi e digo sempre, uma vergonha. A Igreja é uma autêntica prostituta. Porque a igreja católica em Portugal, estava ao serviço do poder político ditatorial, fascista, que era o Salazar.*

*Antes do 25 de abril tive este relacionamento, primeiro de ignorante e depois, a pouco e pouco, abrindo-me à luz da verdade dos factos e com estas arremetidas, estes arranhões, mas nunca me prenderam, nunca me deram voz de prisão pela PIDE, embora eu temesse. Só que cá está eu tinha aquele cartaz «eu cá servi a Pátria, você não», isso dar um certo poder de argumentação.*

*Fui nomeado pelo Papa para o Apostolado, para assistente na Madeira e vice assistente em Portugal do Stella Maris, que eram uns clubes que a Igreja católica tinha para acolhimento de pessoal marítimo, que trabalhavam no mar, portanto, pescadores, a marinha mercante, marinha militar, tudo isso, e fui nomeado para isso ao lado de quem? Imaginem? Ao lado do padre Francisco Santana, que vais tarde viria a ser o Bispo Francisco Santana que me tentou fazer a vida negra, e fez, mas venci. Fui muito bem recebido inicialmente, até fui apresentado lá me Lisboa, numa reunião, em que o padre Santana da Legião de Maria, (Maria coitada, Maria da Nazaré, mulher do povo, tinha uma Legião, tinha um exército), tudo gente da alta sociedade. Eu recordo-me bem o padre Santana a me apresentar, na Rua da Emenda, 66, em Lisboa, junto ao Camões «Isto aqui é o padre Martins da Madeira», «Padre Martins, isto é fulano tal, este é o Almirante Guilherme Tomás que é primo do nosso Presidente da República». Estava ao meio daquele grupo e só mais tarde é que me apercebi, o Santana é que depois me confidenciou que era aliado do Estado Novo, do fascismo. Eu ouvi aquilo não disse nada. Mais tarde, um ano e meio depois, já tinha arranjado praticamente uma casa no Funchal, onde instalar um desses «Stella Maris», estrela do mar, para acolhimento da marinhagem. E quando «para com tudo isso, não há necessidade». Cá está, vi logo o dedo da Igreja aliada ao poder político.»*

## **2 - Como teve conhecimento do que se estava a passar em Portugal, mais precisamente em Lisboa?**

*“É curioso. Nesse dia eu ia Lisboa, eu passei no aeroporto e disseram «o aeroporto está fechado, não há aviões»; «é mais tarde?»; «não se pode dizer». E escutei que tinha havido um golpe de estado. Aproveitei, arranjei um carro de remissa e fui por aí abaixo sozinho. Sei que fiquei lé em baixo, até a noite numa remissa e só a noite à noite é que me explicaram melhor, ainda com uma dúvida, se o golpe de estado tinha sido de direita, portanto, da extrema direita, ainda mais direita que o Salazar, que o Caetano, ou se seria de esquerda, ainda ficou esta dúvida. E só daí a dois dias é que se descobriu o mistério, tinha sido para depor o regime anterior. Mas, a proclamação do 25 de abril só foi notória/visível/impressiva na Madeira no 1.º de maio. Aí sim, o grande 1.º de maio foi a maior manifestação que se fez na Madeira ali em frente do Município do Funchal, no Largo do Colégio. Foi nessa altura que eu tive conhecimento.”*

## **3- Como foi o seu '25 de abril'?**

*“Foi assim, foi isolado, só. A perguntar ainda a mim próprio o que teria sido aquele golpe de estado. Ainda esperei até a noite que o aeroporto reabrisse, mas não. E depois vim para casa, claro, vim para aqui. Ainda uns 3/4 dias para que se soubesse a sério, o madeirenses, os de cá, soubessem aquele 25 de abril. Houve um caso interessante. O pai do João Especiaria, tinha sido estivador, um velhote, reformado, eu estava aqui em cima na varanda e ele vem de lá para cá com um molhe de erva, com o chapéu na cabeça, a foice em cima do molho e depois olha para cima «olhe senhor padre vigário», tira a foice para um lado, o chapéu para o chão, o molho de erva para outro, e levanta os braços «ó senhor padre vigário, já se poder tomar um fôlego<sup>284</sup>», é curioso esta expressão. Os estivadores tinham uma influência do PC, um deles recebia clandestinamente o «Avante», que era o jornal do PC e distribuía clandestinamente. Em prepósito do «Avante», voltando atrás, outra nota que eu fiquei marcado, no Seminário houve a ideia, quando fui professor no Seminário, no 1.º ano de padre, de fazermos aqueles jornais semanais, aquele de parede, uma publicação interessantíssima, eu disse ao reitor Agostinho Figueira Faria «eles querem fazer um jornalinho assim de entretenimento e de cultura», os rapazes do 5.º ano do seminário, já grandes. «qual é o título?», «Não sei sr. Cónego, vou perguntar-lhes», e perguntei, no outro dia fui lá dizer, levei uma dúzia de nomes: Alvorada, o Dia de Amanhã, Futuro Juventude, e ficava um pelo meio que era Avante. O Reitor do Seminário, que ignorância, isto não se faz, ele não tinha culpa também, um homem que dizia que estudou em Roma, tirou um curso de doutor. Ele disse «Martins, sabes que eu gosto deste nome «Avante»»; «Está bem, sr. Reitor. Se o sr. Reitor gosta, eu também gosto». E «Avante» era famoso em Itália já, não era clandestino, e um homem daqueles nem sabia que o termo «Avante» era um título do jornal oficial dos comunistas em toda a Europa, também em Portugal entrou clandestinamente. E lá publicamos o «Avante», impresso no Jornal da Madeira que era um diário católico, diário da diocese, e o título do rapaz Alexandre de Machico era impresso em letras vermelhas para que não houvesse confusões. Lá está o Bispo atrás dos professores todos, ao D. Teodoro que está lá, todos eles no «Avante». A Maria Aurora foi professora do Liceu, tinha programas de televisão, aqueles programas de entretenimento, era uma grande mulher, ele disse «Martins, tu hás de ir um dia à televisão ao meu programa explicar isso do Avante», mas nunca me chamou, claro, influências lá do governo da Madeira Nova. Por nítida e genuína ignorância eu não sabia*

---

<sup>284</sup> [Figurado] Ânimo. "fôlego", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/f%C3%B4lego> [consultado em 09-09-2022].

*o que era o «Avante», hoje em dia os colegas dizem «Ah Martins, tu sabias», não sabia nada. O Reitor não sabia, que era Doutor em Roma.*

*Voltando ao 25 de abril, depois envolveu-se toda uma dinâmica, o epicentro de toda essa força propulsora da consciencialização do 25 de abril aqui em Machico, na Ribeira Seca e não só, em grande parte da população rural, do campesinato da Madeira foi a colônia, dos senhorios e caseiros. Foi o grande pomo, o epicentro que despoletou aquela benesse que foi pedir ao senhorio ao Agostinho de Gouveia lá ao Funchal, ao santinho, presidente da confraria do Santíssimo, que hipocrisia, insensibilidade. Aquilo doeu-me tanto e ele até tinha simpatia por mim e quando me deparo com aquela desilusão, de modo que após o 25 de abril foi isto, além das outras manifestações, reclamações, reivindicações várias, mas começou aqui, sobretudo nisto na hipótese de o caseiro ter o direito, através da lei de 1977, da abolição do regime da colônia que os caseiros tomaram importante consciência que podiam alargar as suas casas.”*

#### **4 - No 1.º de maio, o que aconteceu?**

*“Fomos ao Pico do Facho, lá em cima, fizemos uma grande manifestação, foi uma festa naqueles poios perto de chegar ao final, naquela curva. Foi uma coisa extraordinária esse 1.º de maio. Temos fotografias disso. Malta nossa que lá está. Depois houve ocupações na Câmara.*

*Formamos o Centro de Informação Popular (CIP) que funcionava num edifício que era da Juventude Agrária Católica (JAC), uma organização. Para que era o CIP? Para receber a reclamação das pessoas, já que a Câmara ainda estava entregue ao regime anterior. Então temos fichas e mais fichas disto e daquilo, sobretudo da colônia. O CIP teve uma influência enorme. Aquela casa recebia gente todo o dia, quase toda a noite. O CIP organizou uma prospeção pública sobre quem é que seria, entretanto já tinha chegado à Madeira, o Tenente Coronel Azeredo, que depois foi promovido a Brigadeiro, como Governador Civil e Militar da Madeira, e, portanto, ele queria nomear alguém para presidente da Câmara Municipal de Machico, porque o presidente anterior teve a dignidade de demitir-se logo que veio o 25 de abril. Homem interessantíssimo, o Rufino Teixeira que me fez também a vida negra, durante o fascismo, e depois fomos profundos amigos. O Azeredo constou que até me queria nomear, imagina, o Governador da Madeira, esta postura, só que comigo eu não ia ser um cordeirinho manso nas mãos dele. Então dissemos que íamos fazer uma prospeção, fizemos boletins, como se fosse de voto, e envelopes, distribuíram em Machico inteiro, Porto da Cruz, Água de Pena, com*

cinco nomes. E depois abrimos, qual os mais votados, a sequência dos mais votados, um deles era eu, outro o Tiago que era professor, outro era o Alexandre Teixeira do Piquinho, um jovem advogado, e mais dois. Entregamos ao Governador, o Azeredo teve para me nomear, mas houve quem dissesse que não, e tal, não convinha que eu fosse porque eu era um pedaço extremista, fundamentalista, não me nomeou, nomeou o Alexandre Teixeira. Coitado, inexperiente. Era um pequeno sem experiência nenhuma, um frágil. Começou a conviver aliado aos titulares do antigo regime da Câmara, coitado. Ele reconhece, não tinha experiência nenhuma, foi dominado. E depois, ele vivia no Funchal, não tinha muito contacto connosco, mas como era um jovem advogado, era machiqueiro, pusemo-lo na lista. Ele disse que já não aceitava o meu nome, então pôs o Alexandre e quando o povo viu que o Alexandre estava ali aliado aos outros, por falta de conhecimento, experiência e de coragem política, o povo começou a revoltar-se. Ocupamos a Câmara várias vezes, houve pancadaria, houve um sujeito, o João Ornelas, com quem eu me dava bem, mas que ficou do lado do PPD da Igreja ligada ao PSD. Ele uma vez veio, foi ao calhau, e encheu uma furgoneta cheia de pedras para atirar ao povo da Ribeira Seca, e vinha da Banda Além para cá todo satisfeito, o povo salta em cima da furgoneta, pega nas pedras e queriam rebentar o gajo. Virou-se o feitiço contra o feiticeiro. Ele teve que fugir. Depois eu apareci e disse «não façam isso nem ao carro, nem às pessoas, parem». Eram duas hostes, os da Ribeira Seca e os de lá em baixo da vila, sítio da Graça, Banda Além, todas do nosso lado. O povo estava ansioso de uma libertação mesmo. No entanto, havia outros do antigo regime, os senhores do registo civil, por aí fora e deu-se um confronto em frente da Câmara mesmo. O Gomes em frente de uma trupe grande, relativamente grande, com paus e barrotes, e, do outro lado estava muito mais gente, do nosso lado, e ele atira-se ao tio, pai do João Especiaria, o tal «já se pode tomar um folgo», que ele tinha ido também lá em baixo, o velhote, e dá uma marretada em cima do tio, foi uma coisa escandalosa. Não foi só a forma como o fez, mas a quem fez. Um tio, irmão da mãe dele. A direita era feroz. O nosso povo não fez grandes coisas. Acusaram que era agressivo, mas não, não foi. Eles sim, mas perderam. Tínhamos uma multidão enorme.

Não era só o povo de Machico. Ocupamos o engenho do Hinton, no Funchal, e o engenho aqui em baixo, de Machico quando laborava no tempo da moagem da cana-de-açúcar para que pagassem mais uns centavos por cada quilo de cana e para que o caseiro que vendia a cana assistisse ao peso, porque eles punham o peso que queriam e entediam.

*Quem vendia a cana não tinha direito de ver quanto é que tinha, era aquilo que eles pusessem. Depois aqui na Ribeira Seca, em novembro de 1974, quando o bispo... eu sou um opositor à Igreja católica, institucional. Esta Igreja não tem nada a ver com Jesus Cristo, nada. O bispo chamou-me lá me baixo, este bispo com quem trabalhei em Lisboa, ele tinha uma confiança em mim, mas quando alguém lhe disse «o tipo não é muito certo, não e das tuas ideias da direita, ele é contra», então pós 25 abril, o tempo que levou, dois anos que a Madeira ficou sem bispo porque convidaram outros padres para serem bispos, mas eles não aceitaram, tinham consciência do fervilheiro que isto é, que havia qui, e o Santana foi o único que aceitou. Chamou-me lá baixo «Martins, entrega-me a chave da Igreja», «ó sr. Bispo, por acaso não tenho e não é preciso, as portas estão sempre abertas, o senhor vai lá de dia e de noite e está sempre aberto, mas posso pedir à pessoa que tem as chaves, e posso trazer, mas sr. Bispo diga-me o porquê»; «e também as tuas catequistas não podem ensinar mais catequese, ficam despedidas de ensinar catequese»; «e quem é que vai ensinar a catequese?»; «as professoras», ele não conhecia nenhuma professora, nem eu também, conhecia 1 ou 2 só da escola lá dentro, ele nem imaginava se eram católicas, se não eram católicas. Vejam a ditadura daquele tipo. As professoras. «então porque é que faz isso?», «primeiro porque tu estás inscrito no Partido Comunista Português», «Ó senhor Bispo, o 25 de abril está a começar e nem sequer havia partidos formados, o 25 de abril foi agora há poucos meses, e o senhor conhecesse-me desde que trabalhei consigo em Lisboa», «Tu estás inscrito no Partido Comunista Português e eu até sei o teu número». Deu-me umas gazes, apetecia-me ir à cara do gajo dar-lhe um porradão. Eu enchi-me de calma: «ó sr. Bispo, você sabe mais que o Álvaro Cunhal, já agora diga-me qual é o meu número?» Até um simples cidadão devia ter receio em dizer isto de ter inscrito, e sabia o meu número! Meu Deus, como é que é possível.»*

##### **5 – Na comunidade religiosa, a mulher é vista de igual forma ao homem? Partilham dos mesmos direitos e liberdades?**

*“Grande questão essa que atravessa toda a história da humanidade e das religiões, particularmente da Igreja católica. A mulher pode dizer-se que é mais do que metade da participação, da população numérica na igreja, não e por acaso que entramos numa Igreja o que é que vemos? Mais mulheres do que homens, quase sempre, por razões atávicas, pela sensibilidade feminina, por fragilidade da mulher que procura, penso, procurar encontrar no seio de uma religião aquilo que a sociedade não lhes corveja, não confere às mulheres que é a presença que não têm dado às mulheres. Felizmente que a*

sociedade de civil já evoluiu e hoje a mulher, na sociedade, tem uma implantação em grande parte, mais que o homem. O feminismo tem dado resultado. As mulheres hoje em lugares cimeiros, seja na política, seja no direito, na justiça, no empresariado, em tudo. Mas, na Igreja a mulher é relegada sempre a um segundo plano, quer a religião/a Igreja, quer as mulheres, mas sempre num lugar subalterno, nunca em posições decisórias ou em lugares de destaque. De facto, se eu fosse mulher acho que nunca ponha os pés dentro de uma Igreja. Porquê? Querem a mulher apenas como número, como subservientes, como as escravas do Senhor, aquela resposta de Maria ao suposto anjo que a convidou para ser mãe de Jesus. Eis aqui a escrava do Senhor. A bíblia é a responsável pelo papel de subalternidade que a mulher tem tido na história. Na bíblia, quando aquela alegoria, aquela metáfora, como querem dizer, do paraíso terrestre, quem é que foi a culpada? A mulher. A mulher é que convidou o homem para comer a maçã. Em muitas situações bíblicas a mulher é sempre a culpada. É por isso que eu digo, que de facto, a Igreja usa e abusa precisamente disto. O que é que se vê na Igreja? A mulher serve, crente, quase pau para toda a obra, a varrer a Igreja, preparar os preparamentos, as coisinhas todas e tal, então na Igreja católica, uma evidência. Nunca ascenderemos aos sacerdotes, como nos protestantes eles têm mulheres até bispas, bispo mulher, lá na Inglaterra. Embora aqui faça uma ressalva, uma nota de rodapé: Para deixar a religião como está, com os mesmos mitos, com a mesma ignorância, com a mesma fragilidade psicológica em que a personalidade do ser humano é endossada sempre para o Além, como no Antigo Testamento, no Antigo Testamento tudo era com Deus, Deus é que era o general das tropas, Deus é que era tudo, uma coisa ridícula, é próprio das civilizações retardatárias, portanto, atribuir tudo a um terceiro elemento.

Eu quando referi o papel da mulher como subalternizada na bíblia, refiro-me ao antigo testamento porque no novo testamento o Jesus, o grande Jesus, esse sim, esse foi o maior. O nosso Jesus autêntico. O nosso Jesus, portanto, deu um papel preponderante à mulher. Os grandes heróis nunca se sabe como foi o nascimento deles, como é que apareceram. Jesus sabe que nasceu de uma mulher, claro, descontando tudo aquilo que se chama do Espírito Santo, mas nasceu de uma mulher. E mais, Ele no evangelho, na sua vida, relevava sempre o papel das mulheres, até aquelas que tinham a vida bastante recriminada pela sociedade, as prostitutas. Maria Madalena, por exemplo. Tinha muitas mulheres a acompanhá-lo quase na mesma linha que os apóstolos.

*A Igreja católica, a nossa Igreja, não confere às mulheres um papel de liderança e então apoia-se naquele pressuposto, que é um pressuposto gratuito, e datado no tempo cronológico que Jesus não teve como apóstolos as mulheres, mas só os homens. Ora, numa sociedade machista, como é patriarcal, como era a sociedade judaica, é evidente que as mulheres não, Jesus seria e foi mesmo acoimado, foi mesmo vilipendiado, mal visto pela consideração que tinha pelas mulheres, quanto mais se dissesse que uma mulher era apóstola. Embora na ressurreição, isto já é outro pormenor, quando Jesus terá ressuscitado, apareceu não foi a nenhum apóstolo, foi a Maria Madalena. Mas não consta que tivesse conferido o papel de apóstolo tão proeminente como deu aos homens. Este é o argumento que a Igreja usa e ao longo dos tempos isto vigorou, até hoje. Uma mulher inteligente, hoje em dia, reparando a religião como está, se me viessem convidar para ser sacerdotisa, eu diria logo não, obrigado. Para quê? Para continuar com estes mitos da religião? Esta coisa das promessas, esta coisa de uma religião balofa, de teatro, sala de espetáculo, aí não, não vale a pena. Quando falam na ordenação das mulheres a padre, eu disse se eu fosse mulher eu recusava, eu não queria como está. A não ser que se fizesse algo que este papa quer fazer, mas que os cardeais não deixam, os cardeais e os bispos. E por causa deles que a religião não tem outra configuração. Devia ser uma religião mais de ideias, de valores sociais, valores humanos e divinos ao mesmo tempo.*

*A mulher em termos da religião só serve para papeis secundários e nunca para a liderança reconhecida pela Igreja. Há mulheres líderes, santas, a Santa Teresa de Ávila, uma espanhola, essa mulher era fogo, uma mulher inteligentíssima, dinâmica, pensadora, filósofa, teóloga. Mas cá está, para quê? Para formar uma congregação religiosa só de mulheres, nada para ter um papel decisório, decisivo na condução da Igreja. Esta é a situação da mulher na Igreja. Tem havido muitos autores, o nosso amigo Anselmo Borges, fala muito nisso, o Bento Domingos também que já veio aqui à Ribeira Seca, um dos maiores teólogos portugueses, e pelo mundo fora. Simplesmente, a própria mulher é culpada disto também. As mulheres não se assumem, não digo aquele feminismo radical, assim fundamentalista, não, tanto também não. A inverter a pirâmide para a mulher, é a mesma coisa do que o machismo o feminismo. Mas eu digo, as mulheres deviam afirmar-se mais, recordo-me, agora na Madeira já noutra setor, mas quando houve eleições na Ponta do Sol há quatro ou seis anos em que a Célia foi candidata, a televisão entrevistou uma mulherzinha do campo, eu vi, «então o que é que acha de uma mulher candidata à Câmara para presidente?», «onde a cabeça está, os pés não*

*mandam». Isto era verdade. A mulher também tem culpa disso. Caso vertente aqui na Ribeira Seca.*

*O papel das mulheres e dos homens têm sido praticamente equitativos. No entanto, há determinadas vertentes em que a mulher se notabiliza mais, se afirma. Por exemplo, a conceção da escrita, de versos, as mulheres são as autoras, as poesias, entre as quais a Júlia Ribeiro, a Encarnação Bacanhim, a Violante do Poço do Gil, são elas que mais produziram em termos de quadras populares que depois eu musicuei. Eu servi-me, isto é, elas faziam os versos e eu fazia a música que estão nos CDs. A mulher aí, como produtora intelectual, nesta vertente teve um papel maior que o dos homens. Depois, em termos de ação, ação efetiva, as mulheres, não são todas, claro que não é, em tudo o que sucede não se pode generalizar, mas há picos que se evidenciam e que são representativos da coletividade. As mulheres lideraram muito desta luta da colónia, e não só agora, na revolução do leite também, e também na revolução de 1931. Dizem que da Ribeira Seca, uma mulher foi morta lá em baixo em cima da ponte, dizem. Olha a tua bisavó, a senhora Maria do Sacramento também foi presa para o forte de Elvas, até descreve como é que davam lá a alimentação, insalubre, ora se era, eram castigados. Levar homens e mulheres presos, nem sequer foi para o tribunal de Santa Cruz, nem sequer foi para os Viveiros, para o forte de Elvas, que horror. Isto para dizer que as mulheres, até nessa altura tiveram um papel interventivo e na Ribeira Seca também.*

*Vamos ao nosso caso da Ribeira Seca foi a nível de produção intelectual, mas sempre com este foco na luta das pessoas e nos anseios que as pessoas tinham de libertação. Na Igreja, aqui na Ribeira Seca, algumas foram presas até e também responderam em tribunal em processo sumário, todas ficaram bem, uma delas a Júlia Ribeiro foi levada a tribunal por uma acusação do padre da vila, o padre Martinho. Teve dois julgamentos, mas ela ganhou. Teve um advogado de Lisboa, o Lopes Barreto, meu amigo, mandamos vir e tal. E é isso o papel da mulher aqui na Igreja embora colaborem muito nesses vícios da Igreja, mas têm um papel de liderança.”*

## **6- No pós 25 de abril, a Igreja teve influência no quotidiano das mulheres? Na luta pelos seus direitos?**

*“Teve. Não a Igreja institucional, não a Igreja diocesana digamos. A diocese da Madeira, os governantes da Madeira, tanto civis como políticos, como religiosos sempre foi uma muralha anti 25 de abril. E porquê? Porque quem tomou conta da Madeira, a nível de Igreja, foi um padre Francisco Santana que eu o conheci antes de ser bispo. Veio*

*para Madeira, até terminou com certos movimentos católicos chamados ação católica onde as mulheres também tinham representação, a ação católica feminina, jovens e adultos, até universitários também. A Igreja madeirense não deu qualquer primazia, muito menos nenhum pedestal, nenhum pódio à mulher, à mulher ativa, à mulher interveniente na sociedade, bem pelo contrário. Até o bispo acabou com movimentos da ação católica, movimentos oficiais a nível internacional. Arranjou um ou outro, a ficção, JCM (Jovens Cristãos da Madeira), arranjou uma chinesices para acabar com a ação católica. Não teve não, cada vez menos a valorização da mulher aqui na Madeira, não queria ser injusto, mas fazendo um recurso à memória, em nenhuma paróquia, muito menos na diocese se viu a mulher colocada em lugar importantes de decisões, não de forma alguma, bem pelo contrário e continua sempre. A mulher gosta disso, gosta de ser subalterna. Isso não corresponde ao ânimo das mulheres noutras áreas. A mulher madeirense é um exemplo de tenacidade, de chefia, porquê? Em virtude da emigração. Os homens emigravam, a mulher é que era pai, é que era mãe, era tudo em casa. Na década de 60 e também ainda 70, até o 25 de abril, a emigração levava os homens e ficavam as mulheres. Muitos lá casavam por procuração, sem conhecer quem era a mulher. A mulher madeirense tem em si esta característica. A nível de Igreja, a defender a mulher não me lembro de nada. Depois a sociedade civil foi evoluindo através das escolas, do liceu e pós 25 de abril por democratização do ensino em que não era só o filho do burguês, do Capitalista Cristão, mas o filho trabalhador. Assim sim, foi ganhando pódio na sociedade. Na Igreja não, sempre a mesma tónica, a mesma orientação. A mulher como servente, como colaboradora, mas não subiu acima disso, até hoje. A Igreja madeirense institucional não tem dado provas. Quem ainda aparece a nível religioso com uma função visível, pública e notória é a religião luterana, os protestantes, com esta rapariga tem 66 anos, a Ilse Berardo e apresenta-se, mas que coragem que ela tem, nas nossas cerimónias católicas, ela aparece lá com o seu fato preta e a sua golinha de padre. Interessante, portanto, afirma-se. Isso nunca seria admissível, nem nada parecido, no panorama da igreja católica madeirense e do continente também. A Igreja madeirense em nada promoveu a mulher como um valor dinâmico, até autónomo. Autónomo não significado opositor, o inimigo, não me refiro a isso, mas com o seu estatuto autónomo de mulher. Mesmo as vocações religiosas para freiras tem ficado bem pelo caminho.”*

## **7- Apesar de tudo o que acabou de dizer quanto à Igreja católica, isto aqui na Ribeira Seca foi diferente. O papel da mulher foi ativo?**

*“Exatamente. Já o afirmei. A nível de produção intelectual e de sensibilidade pública, sensibilidade às questões sociais foi, dinamizou a Ribeira Seca. Pode dizer-se que tem no seu histórico, no seu seio, tem também mulheres de estirpe como a Maria da Fonte, da história portuguesa, então de uma Catarina Eufémia, tivemos antes do 25 de abril e pós 25 abril. Aqui sim, sem dúvida. Em grande parte, mais que os homens. Era a mulher que arrastava, que ia à frente, é uma característica interessantíssima esta. Não só aqui. A nível mundial, nacional também, mas as mulheres tiveram um papel, a nível planetário, por outros países. Teve um papel interventivo, um papel pioneiro e que arrastava multidões, e não tinham medo de apresentar frontalmente. A timidez que é endémica, que é apanágio da mulher não passou muito pela mulher da Ribeira Seca, a nível de intervenção social e político também. Se bem que no início, não. Estou a referir-me às vereações da Câmara. Mas sim, também recorde-me perfeitamente quando fui Presidente em 1975 havia uma mulher de Água de Pena, a senhora Celina Dias, que pertencia à vereação da Câmara, uma mulher forte.*

*A luta da mulher aqui na Ribeira Seca evidenciou-se na luta pela abolição da colónia, não esquecer isto, pela abolição do regime dos senhorios, em manifestações, em reuniões. Depois no tocante à revolução, pode chamar-se, da cana de açúcar, dos engenhos, portanto, recebiam a cana de açúcar e o produtor nem podia assistir ao peso, eles é que faziam o que queriam e bem entendiam e fizemos lutas do género. Ocuparam o engenho de Machico, o engenho do Hinton, no Funchal, foi uma coisa fenomenal. A nível das bordadeiras também, agora caiu, mas conseguiram até formar a sua cooperativa e com muitas mulheres da Ribeira Seca. E noutros aspetos mais fragmentados da sociedade, da água, da luz, as mulheres entraram sempre nisso.*

*Na construção da escola da Ribeira Seca elas foram as maiores, as educadoras domésticas, as mães, eram as professoras que também depois foram como levadas e obrigadas a entrar na carruagem da luta e foram as catequistas também. A escola da Ribeira Seca ficou de pé por intervenção da mulher da Ribeira Seca. Era uma escola degradada, por baixo era gado e por cima era um quartinho, por isso eram poucas as crianças que frequentavam a instrução primária. E em 1978 foi decidido incitar uma guerra, uma luta, pacífica, mas dura. Consistiu primeiro em os pais, as mães a impedirem os filhos de irem para a escola, não ia ninguém para a escola, e o secretário foi para a*

televisão dizer «a Ribeira Seca tem um pastor que promove um analfabetismo, apoia as mães que não deixam os filhos a irem à escola». Foi uns poucos de dias. Então, o que é que as mães decidiram? Havia dois ou três turnos. Decidiram mandar todos os filhos à mesma hora para a escola. Foi um pandemônio, não conseguiam dar escola e faziam barulho lá durante uns poucos de dias. E isto aguentou, foram até a manifestação à Junta Geral, não havia ainda Governo Regional, era Junta Governativa Regional e, portanto, foram atravessar as ruas da cidade, paralelizaram a cidade, com as crianças e as mães a acompanhar. E a escola ficou de pé, uma escola exemplar. Vê a ironia dos tempos. O povo lutou por uma escola e agora a escola, por si só, ficou desativada. É a ironia dos tempos.

Quando a FLAMA, quando se imaginou, e com fundamento depois, que a FLAMA tinha intenção de atacar a Ribeira Seca, a FLAMA e o próprio Governo. O Governo até com a Ribeira Seca, com os 70 polícias aí em 1985, mas já antes, muito antes, logo a seguir ao 25 de abril, devido à intervenção do povo da Ribeira Seca nestas lutas todas, cana-de-açúcar, bordados, colônia, e, portanto, temia-se que atacassem a Ribeira Seca. Então as mulheres faziam vigilância de dia, vinham bordar em redor aqui no adro da Igreja, e à noite vinham os homens, é verdade. No Porto Santo foi assim também. As mulheres ficavam ali de roda, e à noite vinham os homens. Tenho na história da minha vida umas cenas engraçadas. Mas aqui foi mais duro. Vim a saber mais tarde de um sujeito, o Anacleto, que foi um ativista, militante, operacional do bombismo mesmo, era das bombas da FLAMA, mas quando, mais tarde o Alberto João tomou conta do Governo, acabaram as bombas todas. O Alberto João agraciou, deu postos de emprego aos principais bombistas que eu sei, e um deles, o principal Anacleto não foi recompensado. Ele revoltou-se e começou a abrir a boca. Muitas vezes esteve comigo e ainda hoje falamos. Ele disse-me «senhor padre Martins, estivemos três dias seguidos, um no miradouro da Matur, e outros nesta zona acima do Teixeira a ver como é que podiam descer e vinham de dia fiscalizar, vinham as mulheres, de noite também vinham, mas vinham os homens e não podiam entrar». Tinha fundamento, eles queriam por uma bomba nisso aí.”